

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação

TESE DE DOUTORADO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A ESCOLA DA VIDA:

**AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES E OCUPACIONAIS DE
TRABALHADORES EVADIDOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Áurea de Carvalho Costa

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Inês Rosa

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese de doutorado defendida por Áurea
de Carvalho Costa e aprovada pela comissão
Julgadora.

Data: 19 de fevereiro de 2001.

Assinatura: _____

Prof^ª Dr^ª Maria Inês Rosa

COMISSÃO JULGADORA

Miguel Barros
Áurea M. Guimarães
Luiz Carlos de Jesus
Luiz Carlos de Jesus

Campinas 2001



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	T/ UNICAMP
	C823e
V.	Es.
TOMBO BC	45054
PROC.	16-592101
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/10/01
N.º CPD	

CM00157473-4

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

C823e Costa, Áurea de Carvalho.
A escola da vida : as trajetórias escolares e ocupacionais de trabalhadores evadidos do ensino fundamental / Áurea de Carvalho Costa. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Maria Inês Rosa.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Evasão escolar. 2. Ensino de primeiro grau.
3. Trabalhadores - Educação. I. Rosa, Maria Inês.
- II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
- III. Título.

Áurea de Carvalho Costa

**A ESCOLA DA VIDA:
AS TRAJETÓRIAS ESCOLARES E OCUPACIONAIS
DE TRABALHADORES EVADIDOS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Tese submetida à Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, como
requisito parcial à obtenção do título de
Doutorado em Educação, sob orientação da
prof.^a Dr.^a Maria Inês Rosa.

Campinas

2001

.....
*E assim fui me criando sozinho
Aprendendo na rua, na escola, no lar
Um dia me tornei o bam-bam-bam da esquina
Em toda brincadeira, em briga, em namorar
Até que um dia eu tive que largar o estudo
E trabalhar na rua sustentando tudo
Assim, sem perceber, eu era adulto já.*
.....

(Espelho – Paulo Nogueira/ Paulo César Pinheiro)

Para Everaldo e Glória.

AGRADEÇO

À minha família, pelo apoio incondicional;

Aos trabalhadores que concederam as entrevistas;

À prof.^a Maria Inês Rosa, pelo trabalho de orientação;

Aos professores que participaram das bancas examinadoras da qualificação e da defesa;

Aos professores do curso e pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, em especial Eni Orlandi, Águeda B. Ulhe, Olga Von Simson, que ministraram disciplinas que muito contribuíram para esta tese;

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa;

Aos amigos do GEMTCE, pelas leituras e sugestões;

Aos amigos que participaram na construção dessa tese: Alessandra, Eva, Frederico, Poliana, Raquel, Renata, Zilda;

Aos funcionários da Faculdade de Educação da UNICAMP;

Aos amigos Adriana, Ana, Denise, Iracy, Kimi, Remi, pelas discussões e sugestões;

À prefeitura de Rio Claro, na pessoa da coordenadora do curso municipal de alfabetização de adultos, a educadora Valéria V. Velis.

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos as trajetórias ocupacionais e escolares de trabalhadores entre 20 e 30 anos, residentes no município de Rio Claro, evadidos do ensino fundamental do sistema escolar estadual. Partimos de duas questões: como esses trabalhadores adquirem saberes, em que circunstâncias e como os utilizam nas estratégias para se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho? Qual é a direção e o sentido que esses saberes imprimem na construção das suas trajetórias ocupacionais? Para respondê-las, estabelecemos quatro objetivos: investigar as trajetórias ocupacionais e escolares dos trabalhadores; explicitar as estratégias que eles empreendem no interior das trajetórias, visando a sua inserção no mercado de trabalho e sua participação social; analisar nas referidas estratégias as circunstâncias, os meios de aquisição e a natureza desses saberes; identificar os redirecionamentos que tais saberes imprimiram nessas trajetórias. Os objetivos decorreram de quatro hipóteses. Os trabalhadores evadidos do primeiro grau durante a infância e/ou adolescência integram a parcela da população economicamente ativa mais ameaçada pelo desemprego, devido ao seu lugar na divisão social do trabalho, pois a formação escolar incompleta limita-lhes as possibilidades de obterem empregos que exigem escolarização superior ao ensino fundamental. Em decorrência da hipótese anterior, eles enfrentam dificuldades durante a busca por empregos no mercado de trabalho, atribuem essas dificuldades à falta de escolaridade e qualificação para o trabalho e, para superá-las, buscam cursos de suplência e/ou instrumentais de duração breve, como datilografia, computação, línguas estrangeiras, cursos livres profissionalizantes. A despeito de não terem concluído o ensino fundamental durante a infância e a adolescência, eles desenvolvem uma trajetória ocupacional por meio de estratégias, utilizando os saberes adquiridos nas trajetórias. Esses trabalhadores têm sido invalidados por um deslizamento do discurso do capital, que os classifica como úteis ou inúteis, em relação às exigências do capital. Entrevistamos sete trabalhadores e constatamos que eles elaboram as seguintes estratégias, nas quais adquiriram saberes que utilizaram para redirecionar suas trajetórias: aprendizado de profissões no seio da família, apoio desta na infância e na vida adulta, procura de cursos livres como possibilidade de se profissionalizarem, implementação de negócios por conta própria; reivindicação de direitos do trabalho, trabalho em mais de um emprego simultaneamente, aquisição de saberes no trabalho, uso de referências e indicações de conhecidos para obterem empregos, mudança constante de empregos, trabalho em empregos precarizados abrindo mão de direitos nos momentos de maior dificuldade, busca de cursos supletivos. Concluímos que os trabalhadores rotulados como excluídos são integrantes do exército industrial de mão-de-obra de reserva, inseridos na divisão social do trabalho. Em decorrência da participação-exclusão, sofrem uma dúplice destituição de direitos em dois momentos da vida: durante a infância, devido à sua condição de classe e às necessidades que

dela decorrem renunciam ao direito à escolarização, para ingressarem num mercado de trabalho sem direitos e com precariedade; na vida adulta, a exigência de um determinado nível de escolarização, que eles não possuem, torna-se barreira para a participação em processos de recrutamento e seleção para empregos em um número cada vez maior de indústrias, comércios e serviços burocráticos. Mediante as exigências do mundo do trabalho procuram a escola de adultos e deparam-se com cursos abreviados.

ABSTRACT

The life school: Elementary School withdrawn workers' occupational trajectories.

In this research, we analyzed the workers' occupational and school trajectories between 20 and 30 years old, residents in Rio Claro, who have withdrawn the State Elementary School System. We began with two subjects: how do those workers acquire knowledge, in what circumstances and how do they use it in the strategies to be inserted and to stay in the labor market? Which is the direction and the sense that this knowledge seal up the construction of their occupational trajectories? To answer them, we established four aims: to investigate the workers' occupational and school trajectories; to clear the strategies that they undertake inside the trajectories, seeking their insert in the labor market and their social participation; to analyze in mentioned strategies the circumstances, the ways of acquisition and the nature of the knowledge; to identify the redirection that such knowledge seal in those trajectories. The aims come from four hypotheses. The Elementary School withdrawn workers during the childhood/adolescence compose the population portion economically active more threatened by the unemployment, due to their place in the social division of the work, the incomplete school formation limits their possibilities of getting employments that demand school formation upper than Elementary School. Due to the previous hypothesis, they face difficulties during the search for employments in the labor market, they attribute those difficulties to the school formation lack and qualification for the work and, to overcome them, they look for school replacement course/instrumental of brief duration, as typescript, computation, foreign languages, occupation free courses. In spite of they have not concluded the Elementary School during the childhood and the adolescence, they develop an occupational trajectory by strategies, using the knowledge acquired in the trajectories. Those workers have been invalidated by a sliding of the capital speech, that classifies them as useful or useless, in relation to the capital demands. We have interviewed seven workers and we verified that they elaborate the following strategies, in which they acquired knowledge used to redirect their trajectories: professionals learning in the family, family support in the childhood and in the adult life, search of free courses as possibility of getting a occupation, setting of business independently; revindication the work rights, work in more than one job simultaneously, knowledge acquisition in the work, use of references and acquaintances' indications to obtain jobs, constant change of employments, work in precarious job giving up of rights in difficult moments, search of replacement course. We concluded the workers labeled as excluded are members of the industrial army of reservation work force, inserted in the social division of the work. Due to the participation-exclusion, they suffer a double deprivation of rights in two moments of life: during the childhood, due to their class condition and to the needs

that make them give up the right to the school formation, to enter in a labor market without rights and with precariousness; in the adult life, the demand of a certain school formation level, that they don't have, this becomes a barrier for the participation in recruitment processes and selection for employments in a number larger and large of industries, trades and bureaucratic services. By means of the demands of the work world they seek the adults' school and they come across abbreviated courses.

SUMÁRIO

Resumo.....	XI
Abstract.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	1
1 EXCLUSÃO SOCIAL: uma nova questão ou uma nova dimensão de um mesmo problema?.....	9
1.1 A categoria exclusão social.....	9
1.2 A nova dimensão da questão social: destituição material e negação da cidadania.....	39
2 A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: marginalidade, pobreza e exclusão.....	53
2.1 Do surgimento às críticas das teorias da marginalidade.....	54
2.2 Da superação das teorias da marginalidade às teorias da exclusão social.....	74
3 AS TRAJETÓRIAS: anônimas odisséias.....	89
3.1 A trajetória de Cida.....	99
3.2 A trajetória de Carmem.....	106
3.3 A trajetória de Vandréia.....	113
3.4 A trajetória de Jairo.....	124
3.5 A trajetória de Nico.....	132
3.6 A trajetória de Tonica.....	139
3.7 A trajetória de Augusto.....	144
4 DA ESCOLA PARA O TRABALHO E DO TRABALHO PARA A ESCOLA: dois dilemas nas trajetórias dos trabalhadores sem o ensino fundamental.....	155
4.1 Da escola para o trabalho.....	155
4.2 ... do trabalho para a escola.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	199

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a noção de exclusão social, problematizando-a enquanto manifestação da questão social. Para tanto, partimos do conceito de questão social explicitado por Castel, em que

“Trata-se então de considerar um mundo clivado pela dupla oposição do capital e do trabalho, da seguridade-propriedade e da vulnerabilidade de massa. Clivado mas também ameaçado. A ‘questão social’ é então, exatamente, a tomada de consciência de que esta fratura central, posta em cena através das descrições do pauperismo, pode levar à dissociação do conjunto da sociedade.”¹

Conforme o autor, a partir dessa tomada de consciência, por parte de toda a sociedade, a noção de exclusão surgiu como referência a um processo que engendra as situações de vulnerabilidade das massas, e que não se trata tão somente de um rótulo à situação limítrofe, estanque.²

Castel destaca que a questão social veio se configurando na Europa desde a passagem do modo de produção feudal para o capitalista. A partir dessa idéia, nossa investigação visou, dentre outros objetivos, analisar a exclusão enquanto questão social que se constitui a partir da existência do exército industrial de mão-de-obra de reserva e estudá-la na atual conjuntura social e econômica, na qual tem ocorrido mudanças na esfera produtiva. Elas levam a questão social a assumir novas configurações, porém, não se afastando de sua matriz, a da exploração do trabalho que visa a ampliação do capital e sua (re) produção.

Dentre essas novas configurações, destacamos que mesmo nos países de capitalismo avançado o trabalhador com salário fixo e contrato de trabalho sofre cada vez mais injunções para aumentar o sobretrabalho e, além disto, está sendo destituído

¹CASTEL. R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 415 e 30.

²Idem, p. 26.

dos direitos decorrentes do estatuto de trabalhador conquistados desde o final do século XIX e firmados como responsabilidades sociais do Estado após 1950.³

Nesse momento histórico em que vivemos, expande-se cada vez mais uma tendência mundial de diminuir os custos com salários diretos e indiretos da força de trabalho, fator que também colabora para o incremento do capital. Nos países em desenvolvimento, bem como nos desenvolvidos, as mudanças no âmbito da organização da produção se convertem a cada dia em procedimentos que desencadeiam um processo de deslegalização das relações de trabalho.⁴

As formas de trabalho, que não a do emprego com contrato, salário fixo e os direitos decorrentes desta relação contratual se multiplicam a cada dia, no entanto, preservam a característica de venda da força de trabalho, de modo que os sujeitos que vivem dos pequenos serviços esporádicos, bem como aqueles que vivem de empregos precarizados - e por vezes em condições ilegais - também alienam sua força de trabalho.

Propusemo-nos a estudar as trajetórias ocupacionais e escolares de trabalhadores na faixa etária entre vinte e trinta anos, que se evadiram do primeiro grau e têm sofrido a destituição de direitos no decorrer de tais trajetórias e as estratégias através das quais elas se constroem, constituindo-se em trabalhadores incluídos na divisão social do trabalho, integrando o exército industrial de mão-de-

³Cf. *Ibidem*, p. 345-361, *passim*. O autor discute aqui as questões da propriedade social e do direito ao trabalho, e explicita as lutas do operariado, notadamente na França, durante o século XIX.

⁴Souto Maior define desregulamentação do direito do trabalho no seguinte sentido:

“Por desregulamentação identifica-se a idéia de eliminação de diversas regras estatais trabalhistas, buscando uma regulamentação por ação dos próprios interessados.” Entendemos que a expressão processo de deslegalização refere-se à retirada de um regulamento que rege as relações de trabalho. Isso pode se dar tanto pela retirada de leis que protegiam os interesses do trabalhador tanto pela elaboração de leis que protegem os interesses do empregador na relação com o empregado. Um exemplo disto é a Lei 9061/98 que instituiu o banco de horas. Esta lei não substituiu a hora-extraordinária, mas oferece ao empregador uma possibilidade de utilizar as horas trabalhadas além da jornada sem pagar o adicional de hora extraordinária. Cf. SOUTO MAIOR, J. L. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social**. São Paulo: LTR, 2000, p. 139 e 329 e SOIBELMAN, L. **Enciclopédia jurídica** 5.ed. (rev. e At.) Rio de Janeiro: Biblioteca Universidade Estácio de Sá – THEX, 1995. p. 310-11.

obra de reserva ora na porção latente deste, ora na estagnada, ora na flutuante, mas excluídos do estatuto de cidadão. Eles se encontram continuamente em condição provisória: empregados, desempregados, subempregados ou ainda trabalhando por conta própria, mas não se excluem da dinâmica do mercado de trabalho.

O modo de produção capitalista não pode prescindir da força de trabalho para extrair a mais-valia – pois esta só pode ser extraída de trabalho vivo. Contudo, embora ela (re)produza valor para o capital, este envida esforços para diminuir o seu preço, entre eles, o a produção do exército industrial de mão-de-obra de reserva. Isso nos levou a considerar que a questão social permanece neste momento, na sociedade capitalista, como uma mesma questão que nasceu juntamente com este modo de produção.

Realizamos entrevistas não-diretivas com sete trabalhadores, cujos tempos de duração variaram entre uma hora e meia e três horas, utilizando um roteiro de temas, buscando captar as trajetórias escolares e ocupacionais, bem como dados biográficos.

Por considerar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem explorados – pois trata-se de trajetórias que exploram estratégias muito diversas entre si em cada entrevista - optamos por restringir a sete o número de entrevistas analisadas.

Investigamos, por meio da análise de discurso, as trajetórias ocupacionais e estratégias escolares de trabalhadores, tendo em vista que estes foram considerados nos estudos sociológicos da década de 60, no Brasil, como constituintes da camada marginalizada da população e hoje são vistos como trabalhadores no limiar da exclusão social. Consideramos que, na verdade, eles continuam sendo os integrantes do exército de mão-de-obra de reserva, nos termos explicitados por Marx.⁵

Estes trabalhadores, a partir de um lugar determinado na divisão social do trabalho que lhes é imposto pelo capital, constroem trajetórias ocupacionais e escolares e adquirem saberes na escola e também fora dela, e utilizam estratégias não

⁵MARX, K. Capítulo XXIII: A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital**. Livro primeiro, volume II. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998. p.736.

só para se inserir no mercado de trabalho como também para se relacionar nas demais instituições sociais, buscando uma participação efetiva na sociedade. Esses saberes decorrem de relações de saber entre os homens, relações sociais onde ocorrem aprendizados, sejam eles de natureza prática, saber fazer, sejam aqueles que, de modo mais geral, possibilitam uma nova forma de relação com o mundo, decorrente da compreensão das diferentes linguagens, das quais os indivíduos fazem uso para estruturar os diversos discursos. Assim, partimos das conceituações de Charlot sobre saber como relação social, pois,

“Não há sujeito de saber e não há saber que não esteja inscrito em uma certa relação com o mundo, que vem a ser, ao mesmo tempo e, por isso mesmo, uma relação com o saber. Essa relação com o mundo é também relação consigo mesmo e relação com os outros. Implica uma forma de atividade e, acrescentarei, uma relação com a linguagem e uma relação com o tempo.”⁶

Daí depreendemos que esses saberes assumem uma grande importância na trajetória dos entrevistados, uma vez que possibilitam a compreensão dos fenômenos sociais, levando-os a desenvolverem estratégias para enfrentarem o processo de precarização do trabalho e da vida que se impões sobre eles. Assim, enunciamos o problema que orientou as investigações nos seguintes termos: Como os trabalhadores adquirem os saberes e em que circunstâncias e como os utilizam nas estratégias para se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho? Qual é a direção e o sentido que esses saberes imprimem na construção das suas trajetórias ocupacionais?

Para responder às questões propostas, estabelecemos quatro objetivos: i) investigar as trajetórias ocupacionais de jovens trabalhadores entre vinte e trinta anos de idade, que apresentam ocorrências de evasões de diferentes séries do primeiro grau

⁶CHARLOT, B. **Da relação como o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes médicas sul, 2000, p. 63.

da escola pública estadual no município de Rio Claro/SP⁷; ii) explicitar, no interior das trajetórias, as estratégias que os jovens, sem o certificado de primeiro grau, desenvolveram, tendo em vista a sua inserção no mercado de trabalho e sua participação na sociedade como cidadãos; iii) analisar as estratégias que envolveram a aquisição de credenciais e “saberes práticos” nas trajetórias ocupacionais: as circunstâncias, os meios de aquisição e a natureza desses saberes; iv) identificar os saberes escolares que os trabalhadores adquiriram em função das trajetórias ocupacionais e os redirecionamentos que tais saberes imprimiram nessas trajetórias.

Esses objetivos decorrem de quatro hipóteses, sendo que a primeira diz respeito aos trabalhadores evadidos do primeiro grau durante a infância e/ou adolescência⁸, que constituem uma parte da população economicamente ativa ameaçada pelo desemprego, devido ao seu lugar periférico na divisão social do

⁷Conforme a Lei 5.692/71, a escolarização dividia-se em 1º grau (da 1ª à 8ª) e 2º grau (do 1º ao 3º colegial). Na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, essas denominações mudaram para educação básica, que inclui a educação infantil e abrange também o ensino fundamental com 8 séries e para ensino médio, posterior ao fundamental, com três séries. Neste capítulo e nos seguintes, utilizaremos as denominações da Lei 5692/71 (artigo 1º) para nos referirmos às séries cursadas pelos alunos na década de 70, momento que eles estiveram na escola durante a infância e adolescência. Ao nos referirmos aos retornos para a escola após 1996, nos reportaremos à seriação em conformidade com a Lei nº 9394/96, art. 21, inciso I, explicitada da seguinte maneira:

“Art. 21 A educação escolar compõe-se de:

I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II – educação superior.

Art. 32 O ensino fundamental. Com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão (...).

Art. 35 O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;” In: BRZEZINSKI, I. (org.) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997. P. 213; 215-6. Grifos nossos.

⁸Utilizamos nesta pesquisa a definição jurídica de criança e adolescente, que é a mesma adotada no sistema escolar que os entrevistados freqüentaram:

“Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” BRASIL, Lei nº 8.069 de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 5.ed. São Paulo: Cone, s/d. p. 10.

trabalho, pois a formação escolar incompleta limita-lhes as possibilidades de obterem empregos que exigem uma escolarização superior ao ensino fundamental.

A segunda hipótese decorre da anterior e aponta que os trabalhadores enfrentam dificuldades durante a busca por empregos no mercado de trabalho. Eles atribuem essas dificuldades, num primeiro momento, à falta de escolaridade e qualificação para o trabalho e, para superar as dificuldades de inserção e permanência nos empregos, buscam cursos de suplência e/ou cursos instrumentais de duração breve, como datilografia, computação, línguas estrangeiras e/ou cursos profissionalizantes.

A terceira hipótese é que, a despeito de não terem concluído o ensino fundamental durante a infância e a adolescência, esses trabalhadores conseguem desenvolver uma trajetória ocupacional por meio de estratégias, bem como utilizar os saberes adquiridos em cada emprego, assalariado ou por conta própria.

A última hipótese é que os referidos trabalhadores têm sido invalidados não só do ponto de vista material, mas também por um deslizamento do discurso do capital, que transfigura os qualificados em úteis e, conseqüentemente, os não-qualificados em inúteis, mediante as exigências do capital, justificando, dessa forma, a destituição da cidadania.

Apresentamos o processo de investigação em quatro capítulos. O primeiro capítulo constitui-se de duas partes, sendo que na primeira discutimos a exclusão como manifestação da questão social, e na segunda nos detivemos no que se refere à destituição material e da cidadania, em decorrência da exclusão do trabalho. Nesse momento, situamos nossa problemática de pesquisa e discutimos as categorias que direcionarão as análises do material empírico.

O segundo capítulo também se compõe de duas partes. Inicialmente, apresentamos um levantamento histórico sobre as teorias da marginalidade, que se desenvolveram após a Segunda Grande Guerra. Na segunda parte, explicitamos o contexto em que se deu a superação dessas teorias no pensamento sociológico brasileiro, destacando os autores que dedicaram seus estudos à crítica das teorias da

marginalidade, considerando o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico, bem como a contribuição de suas obras para refletirmos sobre a pobreza e a exclusão social da década de setenta até os dias de hoje. Detivemo-nos mais pormenorizadamente no contexto sócioeconômico brasileiro, no qual os sujeitos da pesquisa desenvolveram ambas as trajetórias.

O terceiro capítulo compõe-se de oito subitens, sendo que no primeiro explicitamos os aspectos metodológicos da investigação, tais como o planejamento, o contato com os sujeitos, a captação e o preparo dos dados empíricos para as análises. Depois, organizamos os dados referentes a cada uma das sete trajetórias, e analisamos cada uma separadamente, à luz dessas categorias.

A partir dos resultados obtidos no terceiro capítulo elaboramos o último, no qual destacamos os aspectos comuns a todas as entrevistas. Este capítulo foi dividido em duas partes, sendo que na primeira analisamos como os trabalhadores escolhidos para a entrevista viveram a infância e a vida adulta no município de Rio Claro, destacando o ingresso à escola, o acompanhamento da vida escolar pela família, a escolarização dos pais, as histórias de evasão escolar, a iniciação no trabalho e o envolvimento dos entrevistados na escolarização dos filhos. Durante a infância trabalharam sem contratos e em condições precárias, portanto, sem os direitos decorrentes da condição de trabalhador com contrato. As condições objetivas de existência, as dificuldades de conciliação escola/trabalho os impediram de usufruir do direito à escolarização, sendo sob esse aspecto também, destituídos da cidadania.

Na segunda parte, destacamos as conquistas de direitos obtidas pelos entrevistados nas trajetórias ocupacionais. No tocante às trajetórias escolares, analisamos os fatores que os levaram a retornar à escola, inicialmente, como estratégia para conseguirem o certificado e poderem competir no mercado por empregos com contrato e os direitos decorrentes deste. Constatamos que, apesar da precariedade do trabalho e da vida, jamais deixaram de ser trabalhadores, ora desempregados, ora trabalhando em empregos precarizados e essa condição os

confrangeu a retornar aos bancos escolares, voltando a conciliar escola e trabalho durante a vida adulta.

Além disso, também não deixaram de resistir às imposições da divisão social do trabalho que os confrange. Eles conseguiram apropriar-se dos saberes escolares, mesmo em condições adversas da vida e da escola, conferindo a esta instituição sentidos diferentes daquele imposto pelo pensamento liberal, na medida em que a viam como um *locus* privilegiado de relações com o saber que os possibilitava compreender e participar do mundo dos homens: um espaço público de construção de um mundo comum.⁹ As enunciações dos entrevistados nos levaram a corroborar a tese de que a escola é uma necessidade dos homens do mundo civilizado, e por isso, direito fundamental. Durante a infância, esses trabalhadores experimentaram uma dupla destituição: do direito ao trabalho com direitos e do direito à escolarização básica. Isso decorre de sua própria condição de classe trabalhadora, integrante do exército industrial de mão-de-obra de reserva. A parte de tal situação dada, que se concretiza na de inserção social pelo trabalho, mas com destituição da cidadania, durante toda a sua vida, eles desenvolveram estratégias para resistir à exclusão.

⁹ Nesse momento, estamos pensando a apropriação da escola como espaço público fazendo uma analogia com o explicitado por ROSA, em relação ao espaço de trabalho:

“(…) o *locus* de trabalho é espaço de conflitos, espaço público, onde os trabalhadores agem em comum, não somente tendo em vista a preocupação coletiva à (re)produção de suas forças vitais, como também a (re)afirmação de sua condição do direito a ter direitos, no caso, a afirmação da cidadania. No registro do *locus* de trabalho como espaço público, o trabalhador recorre ao funcionamento do poder no nível do direito: ‘*Nós temos o direito de fazer greve.*’ Nesta recorrência, firma-se o trabalhador como sujeito de direitos, no caso, o direito de greve e junto (re)afirma o caráter público do espaço do *locus* de trabalho. (...) Em outras palavras, na ação política dos trabalhadores, estão em permanente tensão ambos os caracteres do espaço do *locus* de trabalho, porém, mediante esta ação, os trabalhadores (re)afirmam este *locus* como espaço de lutas, conflitos – espaço público.”

Embora a autora se refira a um espaço que é privado e se torna público através da ação dos trabalhadores e a escola pública seja um espaço público por definição, ocorre que o discurso liberal invadiu-o e tem corroído esse caráter público da escola, principalmente quando a esta passa a ser administrada como empresa e incorpora a linguagem e os procedimentos empresariais para resolver seus problemas. No entanto, a ação dos alunos trabalhadores, a forma como se relacionam com o saber no interior da escola – que não a relação de consumo de conteúdos – gera uma tensão análoga àquela observada pela autora no *locus* de trabalho. É nesse sentido que trabalharemos a escola como espaço público no quarto capítulo. Cf. ROSA, M. I. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: Edusp/Letras e Letras, 1994. P. 1160-20, em especial nota explicativa 4.

CAPÍTULO 1 - EXCLUSÃO SOCIAL: uma nova questão ou uma nova dimensão de um mesmo problema?

1.1 –A CATEGORIA EXCLUSÃO SOCIAL

Os autores que estudam a exclusão social recorrem a esse conceito para referir-se à parcela da classe trabalhadora que vive o drama do desemprego crônico, da privação e dos limites das condições de existência. Entretanto, não há entre eles consenso sobre o que essa expressão exatamente significa.¹

Paugan considera a exclusão social como um novo paradigma e a diferencia do problema social do pauperismo que marcou o século XIX. Segundo esse autor, a pobreza que caracterizava o início da sociedade industrial era anterior às conquistas sociais, enquanto que a exclusão é um fenômeno que se verifica após os anos 70, quando ocorre a crise nos fundamentos dessas conquistas. Ademais, o autor destaca ser a exclusão um processo que ultrapassa a esfera produtiva, de modo que situa essa discussão fora do âmbito da luta de classes:

“O sucesso da noção de exclusão é que ela põe em destaque, ao menos implicitamente, uma crise dos laços sociais. Continuando a se referir à temática das desigualdades, a noção de exclusão a ultrapassa dando-lhe um novo sentido fundado principalmente sobre a oposição de interesses entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas, sobretudo, em relação à fragilidade, até mesmo a

¹Demo, em um levantamento de estudos recentes sobre a temática da exclusão social na França, depreendeu três correntes teóricas: a primeira trata da problemática da exclusão, colocando acento nos aspectos culturais e de valores e apontando para a existência de um “novo paradigma de exclusão”, que se refere à existência dos “inúteis para o mundo”. O autor inclui nessa primeira corrente estudiosos da questão social, como Paugan, Schnapper, Donzelot, entre outros. A segunda corrente está representada no levantamento de Demo por Castel e Dubar. Esses analisam a exclusão social a partir da exclusão do trabalho e enfatizam o processo de perda da identidade, decorrente da perda de lugar na divisão social do trabalho, fenômeno que ocorre principalmente com os desempregados de longa duração e que têm como reflexo a exclusão em outros círculos de identidade coletiva. A terceira corrente analisa a exclusão social de modo processual, como a corrente anterior, porém não enfatizando processos de invalidação social dos chamados supranumerários, mas considerando-os como parte integrante do modo de produção capitalista, com uma função determinada na divisão social do trabalho, qual seja, fazer parte do exército industrial de mão-de-obra de reserva. Tal exército constituiu-se historicamente como uma das consequências da divisão do trabalho no modo de produção capitalista. Cf. DEMO, P. *O charme da exclusão social* São Paulo: Autores Associados, 1998. p. 17-23.

ausência de reivindicações organizadas e de movimentos susceptíveis de reforçar a coesão identitária das populações desfavorecidas.”²

Schnapper, como Paugan, considera a exclusão social um paradigma que substituiu o da luta de classes e da desigualdade social dominantes na reflexão sociológica no pós - Segunda Grande Guerra. A autora contribui à discussão sobre essa temática ao propor a hipótese de que existe uma dialética da inclusão/exclusão. Conforme tal hipótese, não existiria na sociedade democrática moderna uma forma definitiva de exclusão, mas processos excludentes em que os sujeitos são integrados a algumas formas de participação social e aliçados de outras. Assim, as sociedades modernas, que rejeitam todas as formas de exclusão jurídica, comportam, ao mesmo tempo, a exclusão de fato:

“Na medida em que o princípio que funda a legitimidade política e o laço social- a recusa de toda exclusão jurídica e a participação igual de todos os cidadãos na vida coletiva- está profundamente interiorizado o processo de exclusão de fato- ligado às condições concretas da vida em comum e em particular à organização da produção- constituem para as sociedades democráticas ricas, um escândalo. Ele leva ao questionamento dos valores mesmos que são o fundamento da ordem social e a idéia de justiça que permeia sua organização.”³

A autora destaca ainda a característica desse novo paradigma de considerar que a exclusão se dá a partir de dois eixos interdependentes: a integração social e a inclusão na ordem do trabalho, de modo que este último eixo é preponderante sobre o primeiro:

“ Se os dois eixos de integração social não são independentes, a relação com o emprego fica preponderante para definir o estatuto social do indivíduo. As enquetes mostram que os estatutos sociais são estreitamente ligados ao lugar do indivíduo no

²PAUGANS, S. La constitution d'un paradigme. In: _____ (directeur) *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996, p.7-19. p.15. Tradução livre.

³SCHNAPPER, D. *Intégration et exclusion dans les sociétés modernes*. In PAUGAN, S., op. cit., p.23-31. p.27-28. Tradução livre. Grifos nossos.

sistema de produção e se relacionam com a proteção social no sentido geral do termo.”⁴

Gazier, por sua vez, considera no processo de exclusão dois registros: um mais estrito, que se refere à exclusão econômica devido à falta de emprego, e outro, mais abrangente, pois diz respeito à análise dos processos econômicos que contribuíram para a exclusão global. A partir dessa idéia, o autor define exclusão da seguinte maneira:

“O processo descrito por este termo de origem recente, o qual designa a situação e a trajetória de grupos cujo nível e as condições de vida os afastam da participação na comunidade de um país, ultrapassando claramente as dimensões econômicas para implicar essencialmente nas dimensões sociais, psicológicas e políticas.”⁵

Esse autor - bem como Shnapper, Paugan, Donzelot e Castel - distingue dois períodos, em que se configuram duas gerações de estudos da exclusão. O primeiro se situa entre o pós-Segunda Grande Guerra e a década de 70 e o segundo, se estende da década de 70 até nossos dias. Inspirado na tese foucaudiana de que “a economia nasceu de um projeto de luta contra a pobreza que parecia ao mesmo tempo possível e urgente”⁶, Gazier nomeia o primeiro período como sendo o da “consciência da raridade”, quando as discussões sociológicas gravitam em torno das problemáticas da desigualdade social e da distribuição da riqueza. No segundo, houve uma inversão, tornando-se o momento da “raridade da consciência”; as análises eram menos globalizantes, mais parciais, referiam-se especificamente à exclusão econômica, caracterizando, assim, uma segunda geração de estudos.

Para Donzelot e outros autores supracitados, a exclusão social que acomete a sociedade moderna é um fenômeno novo, próprio do contexto atual. Tal fenômeno se

⁴Idem. p. 29. Tradução livre.

⁵GAZIER, B. Implicites et incomplètes: les théories économiques de l'exclusion. In PAUGAN, S., op. cit., p. 42. Tradução livre.

⁶Idem, p. 42.

constitui em uma das conseqüências da passagem de uma concepção taylorista da organização do trabalho à nova concepção, segundo a qual a “sociedade da inteligência” está se desenvolvendo e causando uma severa redução de empregos não qualificados. Nessa conjuntura surge um novo tipo de excluído, o indivíduo capaz, mas que se tornou inútil nessa nova organização do trabalho. Tais trabalhadores têm motivado mudanças profundas na forma de intervenção social:

“... a temática da exclusão, a qual se desenvolve no final dos anos 80, nós assistimos, sobretudo, à emergência de um novo modo de intervenção social, que visa atingir, de certa forma, não mais os esquecidos do progresso, mas as vítimas da nova ordem sócio-econômica em vigor. E as vítimas desta, não são mais os marginais ou os deficientes, mas uma população em plena expansão, ‘os normais transformados em inúteis’ para tal ordem, uma população que lança suas raízes no coração da sociedade pela precarização dos estatutos, e os quais vêem a exclusão como um novo espectro que vem assombrar as nações desenvolvidas.”⁷

Conforme o autor, desde 1970 emerge uma nova questão social que, no seu entender, se desenvolve no final do anos 80, a qual não se remete somente à crise sócio-econômica, mas também à crise política, na medida em que esses excluídos não têm força política. Assim, no pensamento de Donzelot, a nova questão social tem três características importantes:

“Ela seria, sobretudo, a aparição de não-forças sociais, destas categorias de excluídos da ordem sócio-econômica, incapazes de se dotarem de uma representação social, a qual faria deles, propriamente, uma força. (...)

No presente se observa, sobretudo, uma propensão das não-forças de se fazerem representar de modo demagógico.(...)

Tanto a versão da democracia formal [do pós-Segunda Grande Guerra até os anos 70] servia para denunciar a característica restritiva nacional da representação, quanto para valorizar a fraternidade internacional da classe operária contra os interesses rivais das burguesias nacionais; tanto a tecnocracia [dos anos 80 até a atualidade] parece se empenhar para valorizar os contratos mundiais de tipo

⁷DONZELOT, J. Les transformations de l'intervention sociale face à l'exclusion. In: PAUGAN, S., op. cit., p. 89. Tradução livre.

econômico quanto para fustigar as aspirações populares presas na coleira nacional, prisioneiras de interesses adquiridos.(...)”⁸

Robert Castel assinala que a categoria exclusão social tem sido aplicada de forma ampla e abrangente, para designar as mais variadas situações de pobreza, como o desemprego estrutural, o jovem em busca do primeiro emprego, os aposentados, os “sem-teto”, “sem-terra”, enfim, populações que estabelecem relação de dependência das políticas sociais de natureza assistencial.⁹

Esse autor se distingue dos anteriores porque alia os aspectos da destituição dos laços sociais, ou seja, a perda – ou a iminência de perda - dos elos que mantêm os indivíduos integrados à sociedade, aos fatores econômicos que desencadeiam o processo de exclusão. Procura definir os conceitos de forma precisa, considerando a dissociação desses laços sociais, porém não deixa de apontar a falta de acesso ao trabalho como determinante daquele processo.¹⁰

Castel debruça-se sobre o estudo da exclusão social e verifica que, antes de mais nada, tal conceito tem sido utilizado como um rótulo que designa um estado de falta, sem esclarecer no que consiste tal falta e de onde provém e, perante essa imprecisão, sugere uma abordagem da exclusão a partir da constituição da sociedade salarial, de modo processual e não como situação-limite.¹¹

No tocante à abordagem da exclusão social como processo, as análises de Castel enfatizam que, para além da categorização dos homens como integrados ou marginalizados e, para além da constatação das carências, a realidade complexa demanda que se recuperem os processos históricos que desencadeiam essas situações, bem como se considerem os diferentes lugares na divisão social do trabalho. Em síntese, Castel privilegia a abordagem histórica nos seguintes termos:

⁸Ibidem, p. 92. Tradução livre.

⁹CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIOFE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p.16.

¹⁰_____ **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 530-1.

¹¹_____ **As armadilhas da exclusão**, op. cit., p.16.

“Seria preciso reinscrever os déficits em trajetórias, reenviar a dinâmicas mais amplas, estar atento aos pontos de oscilação que geram os estados limites. Procurar a relação entre a situação em que se está e aquela de onde se vem, não autonomizar as situações extremas, mas juntar o que se passa nas periferias com o que acontece em direção ao centro.”¹²

A análise dos processos que relegam contingentes crescentes de trabalhadores aos limites das condições de existência na sociedade permite-nos compreender a constituição do fenômeno social da exclusão e suas especificidades na conjuntura atual. É desse modo que Castel considera o processo de exclusão social na França desde a fase pré-capitalista até o estabelecimento do modo de produção capitalista. Tais análises conduziram o autor a interrogar-se sobre a exclusão social contemporânea: Que há de diferente entre a exclusão social após a crise do *Welfare State* e a generalização da situação de vulnerabilidade dos trabalhadores quando da passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista? Trata-se de uma nova questão social ou de uma nova dimensão de um mesmo problema?¹³

Mediante o fenômeno da exclusão, emergem correntes teóricas, propondo diferentes abordagens, quais sejam: a exclusão como uma problemática multifatorial e específica do presente contexto social e econômico; ou como uma nova forma de manifestação da questão social, que tem características específicas relacionadas à atual conjuntura, mas tem, também, raízes fincadas num processo histórico que vem se desenvolvendo desde o início da industrialização.

Assim, às interrogações propostas por Castel e demais autores estudiosos desse fenômeno social, que geram abordagens diversas do problema, acrescentem-se outras, a ser discutidas neste trabalho, tais como: É possível pensar a exclusão social como nova questão social ou uma nova dimensão de um mesmo problema? De que

¹²CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, op. cit., p. 26.

¹³Cf. *idem*, p. 495-9

modo se deu a nova conjuntura social que teria forjado a nova dimensão da questão social, hoje referida como exclusão?

Para compreendermos o processo de exclusão social como contradição do modo de produção capitalista em que, ao mesmo tempo que cria um exército de trabalhadores ativos, cria também um exército industrial de mão-de-obra de reserva, é mister explicitar como a força de trabalho converteu-se em mercadoria e passou a submeter-se à lei de oferta e procura.

O processo de consolidação das relações sociais de produção do capitalismo, como modo de produção social, deu-se pela separação do trabalhador dos meios de produção para sua sobrevivência. Esse processo o coloca no mercado como vendedor de mercadoria. Porém, trata-se de um mercado específico – o da compra/venda da força de trabalho. Nesse contexto, a força de trabalho transmutada em mercadoria tem seu preço, como qualquer outra, determinado pelas leis do mercado.

A partir do momento em que o trabalhador assalariado passou a viver da venda de sua força de trabalho convertida em mercadoria, tornou-se dependente do mercado para sua sobrevivência. Ocorre que tal mercado comporta variações na demanda de força de trabalho, de sorte que os trabalhadores ora se encontram na condição de empregados, ora constituindo o exército industrial de mão-de-obra de reserva.

Desde a expansão do capitalismo, após a Revolução Industrial, a classe trabalhadora tem vivido uma tensão constante entre submeter-se às imposições das relações capitalistas de trabalho, que os levam a viver nos limites das condições de existência, de um lado, e de constituir formas de resistência e conquistar melhores condições de trabalho e assalariamento, de outro.

Marx desenvolveu o conceito de exército industrial de mão-de-obra de reserva, explicitando-o em relação a uma das leis da economia capitalista, enunciada da seguinte maneira: quando ocorre expansão do capital, ocorre também o crescimento da demanda de força de trabalho. Todavia, a expansão do capital é mais

rápida que o crescimento da demanda de força de trabalho, ocasionando modificações na composição técnica do capital:

“Com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor. Reduzem-se os intervalos em que a acumulação resulta da ampliação da produção sem alterar-se a base técnica.”¹⁴

Tal situação, levada hipoteticamente ao seu limite, culminaria numa expansão máxima do capital, com aumento mínimo na demanda de força de trabalho. Devido ao fato de que o capital pode se expandir sem aumentar muito a demanda de mão-de-obra, nem todos os trabalhadores com potencial – trabalhadores aptos - são efetivamente incorporados à produção como força de trabalho. Configura-se, então, o primeiro fator para a formação do exército industrial de mão-de-obra de reserva: um contingente de trabalhadores fora dos postos de trabalho, a despeito do incremento do capital.

Saliente-se que, para Marx, o aumento do exército industrial de mão-de-obra de reserva não se dá pelo aumento demográfico da população, mas pela modificação na composição técnica do capital, cuja proporção em que o capital constante aumenta é progressivamente maior em relação ao incremento do capital variável, produzindo um contingente cada vez maior de trabalhadores aptos para o trabalho, porém, fora do exército dos trabalhadores ativos:

“Essa redução relativa da parte variável do capital (força de trabalho), acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora

¹⁴MARX, K. Capítulo XXIII - A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital**. Livro primeiro, volume II. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998. p.732. (grifos nossos).

supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.”¹⁵

Além da discrepância entre o número de trabalhadores disponíveis para o trabalho e o número de postos de trabalho que efetivamente existe para absorver tal contingente de trabalhadores, há ainda um outro fator que contribui para a formação do exército industrial de mão-de-obra de reserva, que consiste nos movimentos de expansão e retração do capital. Eles influenciam na composição do exército industrial de mão-de-obra de reserva, podendo requerer a dispensa de empregados, ou mesmo a restrição das possibilidades de novas contratações:

“Em todos os ramos (da produção), o aumento do capital variável, ou seja, do número de trabalhadores empregados, está sempre associado à flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contundente de expulsão dos trabalhadores já empregados, ou menos visível, porém não menos real, da absorção mais difícil da população trabalhadora adicional pelos caminhos costumeiros.”¹⁶

O autor conclui que as flutuações no capital variável, ora expandindo-se subitamente, ora contraindo-se, colaboram para a produção crescente de um exército de mão-de-obra de reserva, ou seja, uma massa de trabalhadores desempregados.

Há ainda uma outra forma de aumentar o exército industrial de mão-de-obra de reserva, independente das variações no capital variável: elevar a produtividade dos trabalhadores empregados, ou seja, o capital variável, que é a força de trabalho, pode aumentar sem aumentar o número de trabalhadores empregados. Basta aumentar a produtividade dos trabalhadores, ao invés de abrir-se novos postos de trabalho¹⁷.

¹⁵Idem, p. 733.

¹⁶Loc. cit.

¹⁷Ibid. Quanto à produtividade, MARX esclarece que o capitalista tem maior interesse em extrair um certo *quantum* de trabalho de um menor número de empregados, de que contratar mais empregados, ainda que mais baratos, para obter esse mesmo *quantum* de trabalho. Portanto, trata-se de exploração intensiva da força de trabalho com um mesmo número de trabalhadores. Op. cit. p. 739.

Esses movimentos do capital colaboram para que um número cada vez menor de trabalhadores possa fazer a mesma quantidade de trabalho:

“A expansão súbita e intermitente da escala de produção é condição para sua contração súbita; esta provoca novamente aquela, mas aquela é impossível sem material humano disponível, sem aumento dos trabalhadores, independentemente do crescimento absoluto da população. Esse aumento é criado pelo simples processo de ‘liberar’ continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção aumentada. Toda forma de movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados.”¹⁸

Em síntese, o exército de mão-de-obra de reserva é elemento constituinte do processo de acumulação capitalista. Sua produção se deve a, pelo menos, quatro fatores ligados à organização capitalista da produção: i) a velocidade do crescimento dos postos de trabalho é decrescente em relação à velocidade de expansão do capital; ii) as modificações na composição técnica do capital variam, influenciando na variação do número de postos de trabalho; iii) o desenvolvimento de recursos para o aumento da produtividade aumenta o sobretrabalho para aqueles que se encontram empregados e impede a abertura de novos postos de trabalho; iv) a ocorrência de dispensas e diminuição dos postos de trabalho, nos momentos de crise.

Uma vez feitas as devidas considerações sobre a gênese e o papel do exército industrial de mão-de-obra de reserva na [re]produção do capital, resta ainda uma questão, que se refere à composição desse contingente de trabalhadores desempregados ou semi-empregados. Teria esse grupo uma composição homogênea? O exército industrial de mão-de-obra de reserva refere-se tão somente aos trabalhadores aptos para o trabalho que se encontram desempregados, ou inclui também os inaptos? Teriam eles uma função na reprodução do modo de produção capitalista, ou trata-se de uma parcela da população sobre a qual o capital não conseguiu impor sua lógica de acumulação?

¹⁸Ibid., p. 736.

Marx, ao explicitar as formas de existência da superpopulação relativa, responde à primeira questão, demonstrando que o contingente populacional não é, em absoluto, homogêneo, dividindo-os inicialmente em três grupos: a população flutuante, a latente e a estagnada. A população flutuante constitui-se dos trabalhadores urbanos jovens, aptos para o trabalho, ora recrutados para fazer parte do operariado fabril, ora expulsos, migrando para outras regiões, sendo expostos o tempo todo às flutuações do mercado; o segundo grupo é composto pela mão-de-obra latente, que periodicamente é expulsa do campo, quando a produção capitalista penetra na agricultura e extingue postos de trabalho. Eles deixam de fazer parte do exército industrial de mão-de-obra de reserva latente para compor a porção flutuante ou a estagnada deste.¹⁹

Conforme explicitamos anteriormente, os subgrupos do exército de mão-de-obra de reserva, flutuante e latente, estão sujeitos às flutuações do capital e têm o papel de se constituir em ‘estoque’ de mão-de-obra permanentemente disponível e são as referências para manter baixo no mercado o preço da mercadoria força de trabalho.

A superpopulação relativa estagnada é considerada por Marx como trabalhadores em ação, mas são os que trabalham nas piores condições, sem gozar os direitos decorrentes da condição de trabalhadores:

“A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e o mínimo de salário caracterizam sua existência. Conhecemos já sua configuração principal, sob o nome de trabalho a domicílio. São continuamente recrutados para suas fileiras os que se tornam supérfluos na grande indústria e na agricultura, e notadamente nos ramos de atividade em decadência, nos quais o artesanato é destruído pela manufatura ou esta pela indústria mecânica. A superpopulação estagnada se amplia à medida que o incremento e a energia da

¹⁹Ibid, p. 744-6.

acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos. Ela se reproduz e se perpetua, e é o componente da classe trabalhadora que tem, no crescimento global dela, uma participação relativamente maior que a dos demais componentes.”²⁰

Esses, aos quais Marx se refere como trabalhadores, não deixam de fazer parte do exército de mão-de-obra de reserva, tampouco deixam de ter lugar na divisão social do trabalho no modo de produção capitalista. Por vezes, participam de empresas ligadas ao mercado de trabalho informal, ou ocupam-se de pequenos serviços, esporadicamente. Muito longe de serem inúteis para o modo de produção capitalista, a porção estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva se designa o trabalho mais degradante, com mais riscos à integridade física e moral e o pior remunerado, ou seja, o contato permanente com a face mais dura do capital.

Portanto, aquele contingente de trabalhadores que receberam a denominação de camada marginalizada da população e hoje, de ‘excluídos’, nada mais são que constituintes do exército de mão-de-obra de reserva, base de exploração em determinados ramos do capital, aos quais Marx se refere, eufemisticamente, como “ramos especiais de exploração do capital”.

Tal parcela da população compreende ainda mais uma subdivisão: os pobres capazes e os incapazes para o trabalho. Por vezes sua condição de vida pode gerar dúvidas sobre a possibilidade de aproveitamento desta mão-de-obra pelo capital. O autor descreve-os da seguinte maneira:

“Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. Pondo-se de lado os vagabundos, criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado, em suma, essa camada social consiste em três categorias: Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta olhar as estatísticas inglesas referentes ao pauperismo para se verificar que seu número aumenta em todas as crises e diminui quando os negócios reanimam. Segundo, os órfãos e filhos de indigentes. Irão engrossar o exército ativo dos trabalhadores em tempos de grande prosperidade, como em 1860, por exemplo. Terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. São, notadamente, os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão

²⁰Ibid., p. 746.

do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador; e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas, etc, (...).²¹

A heterogeneidade presente na camada da população que pertence ao exército industrial de mão-de-obra de reserva, mais especificamente na porção estagnada, nos leva a concordar com Castel sobre a inadequação da utilização da categoria excluídos como situação-limite. Porém, nossas análises divergem do autor, quando ele se refere aos últimos como supranumerários, no sentido de que estariam fora da divisão social do trabalho. Primeiramente, porque não há como ser excluído da divisão social do trabalho no modo de produção capitalista, a não ser em comunidades primitivas isoladas, como algumas tribos indígenas; depois, porque a população que vive nos limites das condições de existência ora estão no exército de trabalhadores ativos, ora exército de mão-de-obra de reserva, conforme destacamos do pensamento de Marx.

Entendemos que o processo de exclusão é, antes de mais nada, exclusão da condição de trabalhador empregado com contrato, salário, direitos garantidos pela legislação trabalhista e uma trajetória ocupacional estável, isto é, sem grandes períodos de desemprego ou trabalho sem registro em carteira.²²

É enigmática a posição desses trabalhadores, pois estão continuamente numa condição provisória: ora empregados, ora desempregados, ora subempregados, permanecendo nos limites das condições materiais de existência; mas também não se encontram excluídos do mundo do trabalho. Eles integram o exército de mão-de-obra

²¹Ibid, p. 747. Grifo nosso.

²²Consideramos que a dualidade mercado formal e informal de trabalho tem se tornado problemática mediante as mudanças no âmbito das relações de trabalho na década de 1990, em que se expandiram as formas de contratos, como por exemplo, o por tempo determinado, a contratação de serviços e outras. Assim, em vez de adotar mercado formal/ informal de trabalho, chamaremos de emprego o trabalho assalariado que se dá sob forma de contrato por prazo indeterminado e utilizaremos o termo ocupação para nos referirmos de modo mais geral aos trabalhos com ou sem contrato. Essa distinção tem sido utilizada por Singer. Cf. SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 24-5.

Mattoso refaz a distinção entre assalariados com carteira e sem carteira, em conformidade com os dados do IBGE. Cf. MATTOSO, J. I. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 14.

de reserva, de modo que permanecem inseridos na dinâmica do mercado de trabalho, pois além de serem reservatório de força de trabalho em potencial disponível, sua presença concorre para o rebaixamento do preço da força de trabalho empregada.

Revelam-se aí contradições do modo capitalista de produção: ao mesmo tempo que não pode prescindir da força de trabalho para extrair a mais-valia – pois a mais-valia só pode ser extraída de trabalho vivo - o capital envida esforços para baratear seu preço. Além disso, para poder manter a mão-de-obra empregada recebendo baixos salários, o capital necessita da existência de um contingente de desempregados que expandem cada vez mais o exército industrial de mão-de-obra de reserva.

Tais considerações nos levam a pensar na idéia de exclusão social como recurso ideológico que permite forjar um “ novo paradigma”, da “nova pobreza”, mas que, na verdade, não tem nada de novo, pois trata-se daquela porção estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva, a qual não se encontra inserida no trabalho com contrato por prazo indeterminado durante um tempo significativo da vida produtiva, mas nem por isso deixa de desenvolver uma trajetória de atividades remuneradas.

Robert Castel destaca que a questão social hoje é a precarização do trabalho, a qual faz parte das novas exigências do capitalismo moderno. Ela se cristaliza em três problemas que afetam diretamente a classe trabalhadora, quais sejam, a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação da precariedade e a emergência de um contingente populacional supranumerário, os “inúteis para o mundo. Entendemos que “tais problemas se fazem presentes desde o nascimento do modo de produção capitalista, embora na atualidade assumam algumas características próprias da atual conjuntura.”²³

Em relação à desestabilização dos empregados que adquiriram alguma estabilidade e garantias, as quais são, antes de mais nada, frutos de lutas históricas do

proletariado. Entendemos que tal desestabilização do trabalhador é devida às flutuações no mercado de trabalho, apontadas por Marx, desde o surgimento da grande indústria. Essas têm contribuído reiteradamente para o aumento do exército de mão-de-obra de reserva nos momentos de contração do capital, ou seja, quando o volume de produção supera a demanda, impondo aos capitalistas a contenção de gastos, resultando imediatamente na dispensa de empregados, antes de qualquer outra medida de contenção. Essas flutuações converteram-se num processo de desestabilização permanente do trabalhador, levando à generalização do desemprego. Devido à isso, períodos mais longos de desemprego estão se tornando ocorrência freqüente nas trajetórias ocupacionais de significativas parcelas da população mundial.

O segundo problema apontado por Castel é a instalação da precariedade no trabalho. Essa tem se estabelecido como resultante de mudanças nas relações de trabalho, tais como a diminuição dos encargos sociais pagos ao Estado e aos trabalhadores sob forma de direitos trabalhistas e as novas propostas de organização do trabalho na produção, que têm repercutido no trabalho, bem como em outros setores da economia.²⁴

No século XIX, Marx apontou a possibilidade de incremento do capital por meio do sobretabalho transformado em mais-valia, ou seja, da exploração cada vez mais intensa da força de trabalho empregada e da extinção de postos de trabalho num momento em que o trabalhador permanecia em ambiente insalubre durante longas jornadas, em condições precárias.²⁵

Porém, o atual estado da organização do trabalho apresenta, de fato, um elemento novo em relação à conjuntura analisada por Marx. Até meados do século

²³CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, op. cit. p. 527

²⁴Loc. cit.

²⁵Sobre intensificação da exploração da força de trabalho no século XIX e as lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho cf. MARX, K. Capítulo XIII – A maquinaria e a indústria moderna In: *O Capital*. Livro primeiro, volume I. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998. p.451 e ss.

XIX, os trabalhadores ainda não tinham os direitos decorrentes da condição de assalariados. Neste novo contexto político-econômico, após a década de 70, os trabalhadores, especialmente dos países de capitalismo avançado, estão sofrendo a perda de direitos trabalhistas conquistados por meio de lutas durante os séculos XIX e XX.²⁶

Na Europa, a partir de 1880, a temática da propriedade social passou a fazer parte da pauta das discussões políticas. O Estado ainda não assumira a função de provedor, como no *Welfare State*²⁷, mas de avalista do trabalhador, responsável pela redistribuição da propriedade social, concretizada sob a forma de caixas de poupança e caixas de aposentadoria.²⁸

Segundo Castel, a propriedade social na França, por exemplo, constituiu-se como um conjunto de serviços públicos que visavam diminuir a desigualdade social, administrados por instituições que garantiam a participação de todos na *res publica*. A partir de então, a condição de assalariado na Europa ganhou uma outra dimensão, passando da situação provisória, precária, à condição profissional, da qual decorreram proteções que elevaram o sujeito trabalhador ao *status* de cidadão, senão proprietário de bens privados, ao menos participante na propriedade de um bem social:

²⁶Para Marshall, havia uma contradição durante todo o século XIX: ao mesmo tempo que foram lançadas as bases dos direitos sociais, estes eram vistos como concessões aos pobres, os quais ainda não eram vistos como sujeitos de direito, conforme depreendemos deste trecho:

“(…) o século XIX foi, em sua maior parte, um período em que se lançaram as fundações dos direitos sociais, mas o princípio dos direitos sociais como uma parte integrante do *status* de cidadania foi expressamente negado ou não admitido definitivamente.” O autor cita ainda que os direitos sociais foram conquistados somente em meados do século XX. Cf. MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e *status***. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 69 e 73.

²⁷Gostariamos de destacar no conceito de *Welfare State* a idéia de direitos sociais como dívida do Estado para com todo cidadão e não como concessão, conforme aponta WILENSKY, 1975:

“O Estado do Bem-Estar (*Welfare State*), ou Estado assistencial pode ser definido como Estado que garante ‘tipos mínimos’ de renda, alimentação, saúde, habitação, educação. Assegurados a todo cidadão, não como caridade, mas como direito público.” In: BOBBIO, N. et. al. **Dicionário de política**. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 416.

²⁸CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. op. cit., p. 396-404.

“O salário não é mais apenas a retribuição do trabalho calculada exatamente para garantir a reprodução do trabalhador e de sua família. Comporta uma parte – o ‘salário indireto’ – que constitui uma renda do trabalho para situações fora do trabalho. Estas situações são inicialmente definidas de modo negativo: a doença, o acidente, a velhice improdutiva, pálidas compensações para o trabalho quando se deveria trabalhar. Mas poderiam ser – e também serão – definidas positivamente, como a possibilidade de consumir, de se instruir, de ter lazeres... (...) entretanto, num primeiro momento, a propriedade de transferência é percebida sobretudo como deficiência em relação às prerrogativas plenas e inteiras do patrimônio ‘burguês’, sobretudo quanto à possibilidade de transmiti-la à sua descendência. Mas, ao mesmo tempo, já preenche perfeitamente uma função essencial na sociedade industrial: preservar a classe operária da destituição total.”²⁹

Até 1940, o Estado ainda não se estabelecera como um *Welfare State*, pois a ação do governo era complementar, vindo a assumir, depois de 1950, a responsabilidade pela promoção social, de modo que o papel do Estado ganhou novas proporções nos países de capitalismo avançado:

“Com a aplicação dos princípios keynesianos, a economia não é mais concebida como uma esfera separada. É maleável à custa de intervenções – sobre os preços, salários, investimentos, subsídios a alguns setores etc. O Estado dirige a economia. Constrói uma correspondência entre os objetivos econômicos, objetivos políticos e objetivos sociais. (...) As pretensas leis da economia não são mais vividas como um destino. Por suas políticas de novo lançamento, o papel que desempenha para garantir os salários, as escolhas industriais que efetua, o Estado intervém não só como produtor de bens, mas também, poder-se-ia dizer, como produtor de consumidores, isto é, de assalariados solváveis.”³⁰

O trabalhador assalariado hoje, nos países de capitalismo avançado, além de sofrer injunções para aumentar o sobretrabalho, está perdendo as proteções sociais decorrentes de sua condição de trabalhador assalariado conquistadas no século XIX e firmadas como responsabilidades sociais do Estado após 1950. Generaliza-se uma tendência mundial de diminuir os custos com salários diretos e indiretos da força de

²⁹Idem, p. 405. Grifo nosso.

³⁰Ibidem, p. 487.

trabalho nas empresas, fator que colabora ainda mais intensamente para o incremento do capital.

Ademais, as mudanças no âmbito da organização da produção se convertem em procedimentos que levam à desregulamentação³¹ das relações de trabalho, conforme aponta Rosa:

“A desregulamentação se faz ancorada na **versatilidade** do trabalho expressa na plurifuncionalidade, denominada também de polivalência, flexibilidade ou ainda multifuncionalidade do trabalhador, constituindo-se em um dos resultados das mudanças da organização dos processos de trabalho sob o sistema de célula e não mais em linha. Incorporam-se, em um mesmo posto, diversas funções de diferentes postos de trabalho, cujas conseqüências são dispensas maciças e constantes de trabalhadores, levando-os ao desemprego intermitente, crônico e de longa duração ou à situação de não-trabalho. Muitos deles vêm se submetendo a contratos de trabalho por prazo determinado e parcial e a trabalhos temporários, sendo que antes tiveram as suas trajetórias ocupacionais apoiadas por contratos de trabalho por prazo indeterminado. Este tipo de contrato lhes garantia certa estabilidade de suas condições de existência, o reconhecimento de suas competências e a representação de si como sujeito de direito. Deste modo, a **versatilidade** do trabalhador, pela multifuncionalidade faz-se acompanhar da desregulamentação de seus direitos sob estas modalidades contratuais, que se expandem em função da competitividade da empresa na colocação de seus produtos nos mercados nacional e internacional, isto é, no mercado ‘globalizado’.”³²

A autora destaca duas vias de precarização do trabalho: a primeira se refere à desregulamentação de leis, frutos de lutas históricas e conquistas da classe trabalhadora. Essa via diz respeito a um processo que leva à extinção dos direitos do trabalhador e constitui-se em parte de um projeto de conformação, de maneira autoritária, da classe trabalhadora às novas exigências para a (re)produção no modo de produção capitalista. Tal projeto tem representado uma ameaça à democracia. A segunda via é a mais sutil, porém não menos autoritária. Ela consiste em um conjunto de estratégias interiores à organização da produção com o objetivo de aumentar as

³¹Cf. nota 4 da introdução.

³²ROSA, M. I. Mudanças no trabalho e desregulamentação: negação da cidadania e dos limites do poder. *Anais do VI encontro da ABET*, V. I, out./1999. p. 68.

exigências aos trabalhadores empregados, as obrigações não só pela produção, mas também pela limpeza e manutenção de equipamentos da empresa, aumentando os riscos à integridade física e mental dos trabalhadores nas empresas.³³

Além dessas, há ainda uma outra via de precarização, que se refere às condições de trabalho em que o capital se utiliza de contratos ilegais, que não garantem direitos, como a aposentadoria, o seguro desemprego e outros, apontada por Mattoso.³⁴

Assim, concordamos com Castel de que houve um processo de precarização do trabalho após as conquistas dos direitos sociais. Porém, há diferenças quanto à composição da população economicamente ativa por trabalhadores assalariados com e sem registro em carteira, entre os países de capitalismo avançado e no Brasil.

Nas análises sobre mercado de trabalho brasileiro, 50,4% da população está ocupada na condição de assalariados sem registro em carteira ou trabalhadores por conta própria e 44,7%, de assalariados com contratos de trabalho. De tal universo, 26,9% são trabalhadores assalariados sem registro, portanto em condições ilegais de trabalho, ou seja, não se trata de pessoas que estão perdendo direitos, mas que não tem direitos garantidos, pois não têm contrato de trabalho.³⁵

Os assalariados sem registro ou que trabalham por conta própria são pessoas que não deixam de ter trajetórias ocupacionais e um lugar no processo produtivo, embora lhes sejam negados os direitos trabalhistas e previdenciários. Ademais, o fenômeno de precarização das relações de trabalho, que aprofunda cada vez mais as

³³Sobre novas obrigações impostas ao trabalhador cf. também ROSA, M. I. Do governo dos homens: as “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. **Educação e sociedade**, 64, São Paulo, 1998. p.130-147.

³⁴Na página 8, em nota, Mattoso faz uma distinção entre duas formas de precarização: a expressão precarização das relações de trabalho diz respeito diretamente à desregulamentação dos contratos de trabalho entre os trabalhadores contratados, portanto, os empregados; a precarização das condições de trabalho diz respeito ao trabalho em condições ilegais, sem registro em carteira, portanto sem qualquer proteção, ou seja, as ocupações que não têm o status de emprego, os “bicos”. MATTOSO, J. L. **O Brasil desempregado**, op. cit., p. 9.

³⁵INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Citado por MATTOSO, J. L. **O Brasil desempregado**, op. cit., p. 15.

diferenças entre emprego e ocupação, no Brasil tem atingido proporções superiores àquelas vistas nos países de capitalismo avançado. Para ilustrar, fazemos a seguinte comparação: Mattoso apresenta que o Brasil tem 44,7% dos trabalhadores com registro em carteira até junho de 1999 e Castel aponta, que na França, essa taxa era de 86% em 1998.

As diferenças regionais e de estágios de desenvolvimento do capitalismo, no entanto, não impedem que aflore o traço comum na sociedade contemporânea, nos países capitalistas: o de que vivemos num momento em que ocorrem mudanças nas relações de trabalho do tipo assalariado, as quais levaram à retração dos direitos sociais decorrentes de tal condição. Essas mudanças impelem segmentos expressivos da classe trabalhadora a viver em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O terceiro elemento que Castel expõe como peculiar à conjuntura atual é a ocorrência cada vez maior de contingentes de trabalhadores que não encontram lugar na divisão social do trabalho, os quais classifica de supranumerários. Trata-se de trabalhadores que não têm possibilidades de inserção em nenhuma esfera da produção, conforme explicita o autor:

“Uma terceira ordem de fenômenos, a mais inquietante, parece emergir na atual conjuntura. A precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Trabalhadores ‘que estão envelhecendo’ (mas freqüentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não têm mais lugar no processo produtivo, mas que também não o têm alhures [i. é, noutra lugar]; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se o nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que se acreditava desaparecido, ‘inúteis para o mundo’, que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer. Ocupam uma posição de supranumerários, flutuando numa espécie de *no man’s land*, não integrados e sem dúvida não integráveis, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. Sua inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político.

Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados mais indispensáveis, não podem influir no curso das coisas.”³⁶

Inicialmente, destacamos que o autor usa os termos emprego e pequeno serviço, o ‘bico’³⁷, com sentidos diferentes, de modo que, para ele, ocupar lugar no processo produtivo, bem como na estrutura social remete à condição de empregado, com vínculo empregatício, em conformidade com um contrato, instrumento jurídico que regulamenta a compra da força de trabalho e prescreve direitos e deveres legais ao contratador e ao contratante.

Porém, mesmo as outras formas de trabalho, não classificadas como emprego, preservam a característica da mercadoria força de trabalho, de modo que os sujeitos que vivem dos pequenos serviços também alienam sua força-de-trabalho, mas em condições ainda mais precárias – por vezes ilegais - , sem garantias de estabilidade e sem as proteções decorrentes da condição de assalariado com registro em carteira.

Assim, os trabalhadores com contratos, sob o estatuto de emprego, cujas condições de trabalho também têm sofrido as precarizações já mencionadas anteriormente, os desempregados e, ainda, os trabalhadores que vivem de pequenos serviços, ao nosso ver, todos eles têm um lugar no mundo do trabalho, como vendedores da força de trabalho com ou sem contratos, bem como participantes do exército industrial de mão-de-obra de reserva.

Os trabalhadores atingidos pelo desemprego crônico deixaram de pertencer à categoria dos empregados com contratos de trabalho, porém continuam na condição de trabalhador potencial. Esse contingente de trabalhadores, aos quais Marx se refere como camada estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva, permanece

³⁶CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado*, op. cit., p. 530. Grifos nossos.

³⁷No original, o autor utiliza o termo *petit boulot*, que foi traduzido na versão brasileira da obra como pequeno serviço. Cf. CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995. (Col. L’espace du politique) p. 412.

como reservatório de força de trabalho disponível, conforme salientado anteriormente.

Na atual conjuntura, cresce a parcela estagnada do exército de mão-de-obra de reserva, semelhante à situação existente durante o século XIX.³⁸ Castel se refere a eles como sendo trabalhadores “sem lugar no processo produtivo, mas que não o tem alhures...” e cita como exemplos dessa população os jovens em busca do primeiro emprego, jovens em idade produtiva, com potencial a ser explorado pelo capital, e os trabalhadores que estão “envelhecendo”, ou seja, os que já têm uma trajetória ocupacional e foram expulsos do mercado em que figura o contrato de trabalho. O autor acrescenta que eles estão sempre buscando requalificações para responder às exigências da organização capitalista do trabalho.

Um outro aspecto salientado por Castel na citação acima diz respeito ao lugar no processo produtivo. Interrogamos se há como os trabalhadores permanecerem por muito tempo fora das trocas produtivas, pois, para os que vivem da venda da força de trabalho, isso pode se tornar em ameaça a sua própria sobrevivência. Nesse sentido, entendemos que, mesmo desempregados, os trabalhadores continuam a figurar como vendedores de força de trabalho potencial, porque não podem prescindir de procurar uma ocupação, sempre visando conseguir um mínimo que garanta a sua sobrevivência, conforme assinala Singer:

“Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar ‘desempregados’. Os pobres ficam ‘parados’ quando a procura por serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação por muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome.”³⁹

Ademais, para além do problema da sobrevivência, o trabalho constitui-se em representação central na vida dos sujeitos, o que nos leva a inferir que a participação

³⁸Cf. nota 20 do presente capítulo em cuja citação Marx menciona que a camada estagnada é a que tem uma participação maior no exército industrial de mão-de-obra de reserva.

das trocas produtivas - a qual, para esses trabalhadores, se dá por meio da venda força de trabalho – é uma busca constante, pois é uma representação que compartilham com todos os membros da sociedade capitalista; é, sobretudo, uma necessidade material.

O trabalho possui também uma dimensão simbólica de referência para a estruturação de suas vidas. Nasser estudou os moradores de rua albergados e constatou que foram excluídos da situação de empregados, com contrato de trabalho e reconhecimento social e, em decorrência disso, excluídos também da família e da comunidade de origem. Entretanto, o trabalho ainda permanecia como uma referência que norteia suas vidas e em torno da qual os sujeitos estruturam seu cotidiano:

“O que parece ser uma diferença de projetos de vida constitui, na realidade, uma diferença nos trajetos e nas estratégias para atingir o objetivo mencionado, pois, se hoje, o direito ao trabalho é o grande desafio pelo qual lutam os excluídos, ontem, o pretendido direito ao lazer só poderia, de fato, ser alcançado, tendo como contrapartida a existência de relações (formais) de trabalho, que permitissem a liberação desses indivíduos para a fruição do lazer.

O trabalho foi e continua sendo, portanto, na representação desses homens, a mediação de todas as coisas da vida; a mediação para a realização de seu cotidiano.

Se hoje, representam que o retorno ao mundo (isto é, ao cotidiano) só poderá se dar através do trabalho – e explicam, em seus depoimentos, que é pela ausência do trabalho, que eles estão privados de tudo e também sujeitos a tudo, e que quando tiverem um trabalho, suas vidas terão novamente um sentido (na sociedade atual) -, ontem, no momento em que decidiram ‘sair para o mundo’, também representaram que o trabalho seria a via de realização de seu cotidiano. (isto é, de seu mundo), em sua plenitude e equilíbrio. Foi em busca de um trabalho que também saísse para o mundo (separando-se da família e do lazer e compondo, ao mesmo, com esses elementos, uma relação), que todos eles, então, em diferentes circunstâncias de vida, saíram de casa.”⁴⁰

A partir da síntese de Nasser, depreendemos que o trabalho é mais que venda da força de trabalho. Ele é a forma social através da qual o homem se relaciona com a

³⁹SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**, op. cit. p. 31-2.

⁴⁰NASSER, A. C. A. **“Sair para o mundo” - Trabalho, família e lazer: uma relação e representação na vida dos excluídos**. São Paulo, 1996. 250 p. Tese (Doutoramento na Área de Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. p. 228.

natureza, de modo que rotular um contingente de trabalhadores que participa do exército industrial de mão-de-obra de reserva como “inúteis para o mundo”, mediante uma situação de injunções que o impedem de vender sua força de trabalho, é considerar o homem apenas como agente do capital.

Salientamos anteriormente que Castel contribui sobremaneira para o debate sobre a exclusão social ao problematizar as interpretações que o fenômeno da exclusão tem suscitado nas Ciências Sociais, afirmando que se trata muito mais de um processo que de uma situação limite. Entretanto, entendemos que a categoria ‘inúteis’ não é suficiente para expressar a complexidade do problema da precarização das relações de trabalho.

O conceito exército industrial de mão-de-obra de reserva circunscreve os trabalhadores desempregados nas mais diversas condições, porém preservando as especificidades de cada situação: sejam os trabalhadores dispensados nos momentos de contração do capital, sejam os que saem do campo para conseguir trabalho na cidade, conforme aponta Marx:

“A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação.”⁴¹

Esse conceito abarca um universo de trabalhadores com as mais diversas trajetórias ocupacionais e estratégias de sobrevivência, não deixando de preservar o que esses sujeitos têm em comum, que é a necessidade de vender força de trabalho para sobreviver.

Castel destaca ainda como característica da conjuntura político-econômica neoliberal a invalidação social dos trabalhadores desempregados de longa duração. Partimos da situação apresentada pelo autor de que os trabalhadores privilegiados

nesta pesquisa são considerados, sob a ótica do capital, “inúteis para o mundo” mas, na verdade, são trabalhadores com uma trajetória ocupacional, portanto, com saberes acumulados, e jovens em busca de um primeiro emprego, vagando entre estágios e pequenos serviços, adquirindo experiências. Afirma, ainda, o autor que tais trabalhadores, além de passarem por aquelas experiências em serviço, têm passado por requalificações.

Os trabalhadores constroem uma trajetória e adquirem saberes na escola e também fora dela. Não se trata de inúteis *per se*, mas trabalhadores invalidados por um deslizamento do discurso do capital, que transfigura os trabalhadores que correspondem às exigências imediatas do capital em úteis e, conseqüentemente, os outros, em inúteis.⁴²

O capital impõe, a cada reorganização do trabalho, novos critérios, novas formas de recrutamento e seleção e controle sobre o trabalho, os quais podem se tornar excludentes significativas parcelas da classe trabalhadora. Hoje, um dos critérios de exclusão do trabalho é a falta da escolarização fundamental completa.

⁴¹Cf. MARX, K. Capítulo XXIII – A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital**. Livro primeiro, volume II. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998. p. 744.

⁴²Rosa aponta que na indústria brasileira, houve uma fase em que havia um despotismo personalizado do capital sobre o trabalho e, nesse contexto, a demanda era por trabalhadores que se fixassem nos postos de trabalho, pois estes ainda tinham algum conhecimento sobre o trabalho, de modo que o capital dependia desses conhecimentos. Posteriormente, na fase despersonalizada do despotismo do capital sobre o trabalho, o processo de racionalização avançou de modo que as tarefas foram simplificadas, os conhecimentos sobre o trabalho foram se concentrando nos quadros de nível médio e superior nas fábricas, passando a exigir uma mão-de-obra cada vez menos especializada no âmbito da produção. Esse novo tipo de trabalhador exigido pelo capital era mais versátil, podendo ser remanejado ou substituído com maior facilidade. Assim, a autora concluiu que houve uma tendência à desqualificação da mão-de-obra no âmbito da produção, o que teve como conseqüência a diminuição do controle que o trabalhador tinha sobre os ritmos e o volume da produção. Nesse sentido, a classe trabalhadora sofreu um processo de homogeneização que incorreu na desqualificação da mão-de-obra. A partir dessa nova organização do trabalhador, mudaram as exigências ao trabalhador e, além disso, ele se tornou mais vulnerável, mais exposto à ameaçada dispensa do trabalho. Este exemplo ilustra como o capital modifica os critérios para estabelecer as formas através das quais os trabalhadores podem se tornar cada vez mais úteis para o capital. Cf. ROSA, M. I. **A indústria brasileira na década e 60: as transformações nas relações de trabalho e a estabilidade**. Campinas, 1982. Dissertação (mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Faculdade Estadual de Campinas. p. 171-6 e 192.

Ocorre, porém, que o fato de se tratarem de indivíduos não qualificados do ponto de vista do capital, num dado momento, não significa dizer que sejam “inúteis para o mundo”, embora não tenham o que Castel chamou de reconhecimento público. E se, por um lado, os trabalhadores continuam no mercado de trabalho como exército industrial de mão-de-obra de reserva - permanecendo nessa condição por longos períodos, devido ao fato de não conseguirem integrar o exército dos trabalhadores ativos e com registro em carteira - não significa que não estejam subordinados ao capital. São os compradores dessa mão-de-obra que estipulam os critérios de recrutamento e seleção, conforme as necessidades de se ampliar a acumulação de capital, as quais mudam o tempo todo, conforme discutimos anteriormente.

Todo trabalhador hoje empregado ou não-empregado corre o risco de se tornar “não recrutável”, se os critérios de recrutamento e seleção mudarem mediante as novas exigências no trabalho, tornando-se, assim, parte do exército de mão-de-obra de reserva. É isso que faz com que a porção estagnada da força de trabalho hoje seja diferente daquela descrita por Marx no século XIX. Há na porção do exército industrial de mão-de-obra de reserva cada vez mais aptos para o trabalho, trabalhadores com diferentes saberes e experiências de situações de trabalho já vividas, e que, por isso, são diferentes dos realmente inaptos para o trabalho, e daqueles referidos como “o rebotalho do proletariado”, para Marx.⁴³

Os trabalhadores aptos, que deixaram de ter empregos com vínculo através do contrato, não perderam lugar na estrutura social, que é uma estrutura de classes. Eles continuam pertencendo à classe que não detém os meios de produção e está submetida às vicissitudes do mercado de trabalho, pois, se por um lado, nem todas as formas de “ganhar a vida” se resumem ao emprego assalariado, com registro em carteira e os direitos sociais decorrentes dessa condição, por outro, o “ganhar a vida” vendendo a força de trabalho, independentemente da existência de um contrato, preserva duas características:

i) o aspecto mercantil de trocas de mercadorias, notadamente a mercadoria força de trabalho: “(...), a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e por ser oferecida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é força de trabalho.”⁴⁴

ii) Todo trabalhador utiliza suas faculdades para por em ação sua força de trabalho:

“Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.”⁴⁵

Quando exercita a força de trabalho, ele constitui saberes, uma vez que não se reduz a mero executor de tarefas predeterminadas. Embora preserve essas características da força de trabalho, devido à condição de vulnerabilidade em que se encontram, por vezes, os trabalhadores que se encontram no exército industrial de mão-de-obra de reserva se submetem a vender sua força de trabalho sem contrato que garanta seus direitos. Uma vez trabalhando em situação irregular, ilegal, sem contrato, é excluído dos direitos decorrentes da situação de trabalhador, e vê-se também excluído do estatuto de cidadão.

Assim, reputar o trabalhador desempregado estrutural como inútil é assumir que ele deixou de ter força de trabalho, quando, na verdade, continua sendo um vendedor de força de trabalho, um trabalhador em potencial ou trabalhador ativo em situação irregular, sem estatuto de sujeito de direito.

No caso brasileiro, atribuir a classificação de supranumerários, ou inúteis, aos trabalhadores que não têm empregos com contrato e direitos sociais decorrentes dessa

⁴³Cf. nota 21 neste mesmo capítulo.

⁴⁴MARX, K., Capítulo IV – como o dinheiro se transforma em capital. In: . **O Capital**. Livro primeiro, op. cit., p. 197.

⁴⁵Loc. cit.

condição, significa dizer que apenas metade da população brasileira ocupa lugar no processo produtivo.

Castel, avança em suas análises na direção de problematizar esse aspecto, ao apontar, num estudo mais recente, que tem se estabelecido a tendência mundial de destruir o estatuto de trabalhador assalariado, mas não as situações de exploração intensa do trabalho:

“É igualmente aventureiro afirmar que o tempo de trabalho e o investimento no trabalho foram substancialmente diminuídos. Certamente, os novos empregos correspondem cada vez mais às ocupações precárias, de tempo parcial, enquanto muitos empregos de jornada integral foram definitivamente destruídos. Contudo, as situações de sobretrabalho parecem também se multiplicarem. O desemprego não suprimiu as horas extras, sobretudo, dirão os inspetores do trabalho, se se leva em conta aquelas que não são mesmo declaradas. Nos Estados Unidos, onde o processo de degradação do assalariado é mais avançado, observa-se, ao mesmo tempo, uma proliferação de trabalhos precários e uma tendência ao aumento do tempo trabalhador para compensar a baixa média salarial.”⁴⁶

Portanto, o que está ocorrendo é o aprofundamento de contradições do capital, que necessita, por um lado, da exploração intensa da força de trabalho e, por outro, também desvalorizá-lo, destituindo o trabalhador de seus direitos e seus saberes.

Primeiramente, Castel apontou, no livro “As metamorfoses do trabalho”, um processo de reorganização do trabalho que vem causando a desestabilização dos empregos, aumentando o desemprego e tornando as pessoas vulneráveis econômica e socialmente, tendo como consequência o aprofundamento do processo da exclusão social no mundo todo.⁴⁷

Posteriormente, ele explicitou que, para além da intensificação do trabalho, os empregados tem sido convocados pelo capital a investir mais tempo no emprego, em detrimento de outras esferas da vida:

⁴⁶CASTEL, R. Capítulo V: Centralidade do trabalho e coesão social. In: KEGOT, J. et. al. **Le monde du travail**. Paris: La Découverte, 1998. Tradução livre de Sonia Tomazini. Campinas, Instituto de Economia – CESIT, UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999. p. 6. Grifos nossos.

⁴⁷CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**, op. cit. p. 176.

“O discurso dos administradores modernos exige outra coisa e cada vez mais uma disponibilidade constante e no limite uma conversão total aos valores da empresa. O medo do desemprego acentua ainda mais esta sobre-determinação da relação com o trabalho que se exerce, ao mesmo tempo, dentro e fora do mundo do trabalho. Se o trabalhador é talvez, atualmente, cada vez menos ligado à execução de tarefas mecânicas (o que pode ser discutido, porque o taylorismo ou o neo-taylorismo não desapareceram), ele está também, cada vez mais implicado dentro das formas de emprego, deixando ainda menos disponibilidade às atividades não associadas ao trabalho. Sufrimento no trabalho e super-investimento do trabalho são dois elementos atuais importantes da relação com o mundo do trabalho.”⁴⁸

Consideramos que a supervalorização da condição de empregado pelo trabalhador se dá tendo como referente o grande contingente de exército de mão-de-obra de reserva, cuja presença é a materialização da ameaça de desemprego. Castel aponta ainda as implicações da situação de desempregado para explicitar a precarização do trabalho, à qual o trabalhador se submete para conservar o emprego:

“Quanto à ausência de trabalho experimentada sob a forma de desemprego, ela é o contrário de colocar-se à sua distância. O fato é que deve-se escutar os desempregados cuja existência inteira é desestabilizada pela perda do trabalho. A maioria, sobretudo aqueles que já trabalharam, demandam desesperadamente o trabalho, um emprego, um ‘verdadeiro emprego’. Outros, isto é verdade em particular entre os jovens que jamais alcançaram o emprego, buscam ‘outra coisa’. Eles andam às cegas, transviam-se e sucede que eles inovam. Todavia, o custo destas buscas proíbe construir o modelo de um destino que se desejaria compartilhar com todos e que anteciparia para todos um futuro melhor. A existência, a mais possível problemática e quanto mais desesperada que têm a maioria ‘dos que procuram emprego, mostra, ao contrário, que a importância do trabalho é, sem dúvida, também sensível quando ele faz falta.”⁴⁹

Deprendemos que a falta de um emprego **desestabiliza** toda a vida do trabalhador. Ademais, o estatuto de empregado é, antes de mais nada, uma necessidade básica de todo homem, e, por isso, um direito fundamental. Finalmente,

⁴⁸_____. Centralidade no trabalho e coesão social, op. cit. p. 7. Grifos nossos.

⁴⁹Loc. cit.

o autor aponta que privar o homem de construir sua trajetória ocupacional em condições dignas é privá-lo de dirigir o próprio futuro.

Então, mesmo que tal realidade se apresente em negativo, pela falta de trabalho, a centralidade dele permanece na organização da vida do homem. Uma vez que o trabalho é núcleo organizador da vida material dos sujeitos, o fenômeno que se tem denominado como exclusão social configura-se, antes de mais nada, como a face mais violenta da exploração do trabalho, tendo em vista a expansão do capital. É nessa perspectiva que pretendemos pensar este fenômeno que muitos sociólogos do trabalho têm chamado de exclusão social.

1.2 – A NOVA DIMENSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: destituição material e negação da cidadania

Castel destaca que a sociedade vive hoje uma nova questão social, ao produzir em seu interior um contingente de excluídos que coloca em xeque o conceito de democracia. Uma vez que vivem inseridos na sociedade democrática, mas privados da efetiva participação social, podem se constituir em ameaça de fratura da própria coesão social. A partir desse enigma, o autor enuncia a nova questão social nos seguintes termos:

“Qual é o limiar de tolerância de uma sociedade democrática para o que chamarei ao invés de exclusão, de invalidação social? Tal é, ao meu ver a nova questão social. O que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com uma hemorragia de desafiliação que ameaça deixar exangue todo corpo social?”⁵⁰

A questão social na forma de desafiliação dos laços sociais refere-se à invalidação do trabalhador. Essa categoria possibilita ao autor analisar a sociedade não de forma dual, - excluídos e incluídos - mas considerando a existência de um processo de exclusão que tem desqualificado e relegado uma massa de trabalhadores aos limites das condições de existência.⁵¹

A abordagem processual da exclusão sob forma de desafiliação permite, pois, que se considerem as dimensões econômica e social para categorizar as diferentes formas de inserção na sociedade capitalista. Na dimensão econômica, a desafiliação se reporta à inserção inconstante e precária nas relações de produção, na falta dos recursos materiais, empobrecimento e situação de precariedade. Na dimensão social, remete-se ao eixo inserção/não-inserção na sociabilidade, em que se observa uma

⁵⁰Idem, p. 34.

⁵¹Ibidem., p. 26.

instabilidade decorrente da falta de emprego ou das ocupações que oferecem condições precárias de trabalho e nenhuma garantia de estabilidade.⁵²

Castel demonstra em sua obra que, até a atualidade, a questão social se faz presente sob as mais diversas formas, orientando uma pluralidade de políticas sociais. As dimensões econômica e política da questão social não são excludentes, mas integradas, configurando, pois, a exclusão como processo social. Tal processo tem se revelado como manifestação de uma problemática que perpassa temas específicos, como a do mercado de trabalho, da democracia, da cidadania e do direito à educação a todo trabalhador, delineando um campo de reflexão amplo: a questão social.

Em síntese, a questão social, ao emergir hoje sob a forma de exclusão apresenta-se como uma “Fênix” da sociedade capitalista contemporânea: um mesmo problema que se reconfigura, assumindo formas específicas em cada conjuntura, porém desde sempre desafiando a coesão social e fomentando o surgimento de políticas públicas de controle da pobreza resultante da estruturação da sociedade em classes, com interesses não só diferentes como também antagônicos.

Para analisar mais profundamente a questão social, debruçamo-nos sobre os fundamentos do liberalismo, a fim de verificar se ela resulta ou não das mesmas concepções de sociedade e relação entre sociedade e indivíduos presentes no discurso que fundamentou a doutrina liberal, nos primórdios de seu surgimento.

Não pretendemos revisitar a história do liberalismo⁵³, mas buscaremos apontar algumas noções constantes no liberalismo clássico, como igualdade, propriedade e cidadania, no estudo de Franco sobre o “Segundo Tratado sobre o Governo”, escrito por John Locke em 1690⁵⁴.

⁵² _____. De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In: **Face l'exclusion: Le modèle français**. DONZELOT, J. (org.) Paris: 1991. (col. *Espirit*), p. 138-9.

⁵³Para aprofundamento sobre esse tema cf. MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

⁵⁴FRANCO, M. S. C. “*All World was América*”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. **Revista USP**. Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. mar/abr/mai, nº17, 1993. p. 41.

Analisaremos as especificidades do fenômeno social que, na atualidade é nomeado como exclusão, interrogando-nos sobre os aspectos do liberalismo clássico destacados pela autora, os quais oferecem subsídios para estabelecermos relações entre o conceito de cidadão naquela fase do liberalismo e na sua fase atual – o neoliberalismo – e, enfim, sobre a negação da cidadania, que atinge os indivíduos que vivem o processo de exclusão.

A origem histórica do sistema liberal se deu num cenário político que exigia uma reação ao absolutismo, limitasse o poder dos monarcas e aumentasse a liberdade civil e a religiosa. Para tanto, o referido sistema liberal incorporou o princípio da divisão dos poderes como estratégia de restrição ao poderio dos monarcas.⁵⁵

Quando surgiu o liberalismo clássico na Europa do século XVII, as noções de igualdade e liberdade formavam as bases para a proposição de uma doutrina que postulava os princípios da liberdade de expressão, da propriedade privada e da igualdade de direitos para a classe burguesa diante da ordem feudal, o clero e a monarquia absolutista.

Franco, ao analisar o “Segundo Tratado sobre o Governo”, apontou as relações entre a categorias liberdade, igualdade, propriedade e natureza na doutrina liberal e como estas se combinam para conferir uma organicidade peculiar à referida doutrina. A premissa fundamental da doutrina liberal, em sua versão clássica, é que o homem é um animal naturalmente proprietário desde o nascimento.⁵⁶

Em conformidade com tal premissa, a noção de igualdade referia-se àquela igualdade originária, biológica e genérica, que não se confunde necessariamente com a igualdade de direitos. Então, apesar de os homens serem iguais, enquanto membros de uma mesma espécie e partes do reino da natureza, cumprem de maneiras diversas

⁵⁵MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**, op. cit., p. 16-7.

⁵⁶Merquior dividiu a história do liberalismo em quatro fases: o liberalismo clássico, que se estabeleceu no período de 1780 a 1860; a segunda fase, dos liberalismos conservadores, em que houve divergências nas formas de pensar o liberalismo, gerando diversas correntes, a terceira é a dos novos liberalismos, em que ele faz referência ao Keynesianismo e, finalmente, os neoliberalismos, a partir da criação da Escola de Chicago. Op. cit., p.221-223 e 190-191.

o ciclo natural de apropriação e estabelecem uma relação com a natureza que os diferencia entre si.

Em decorrência da forma como os indivíduos se apropriam e fazem uso da natureza, aqueles que conseguem cumprir o ciclo natural de apropriação - ou seja, que se tornam proprietários através da apropriação dos meios de produção - são considerados normais, racionais e laboriosos; os que não o conseguem deverão ser enquadrados entre os degenerados da espécie, os excluídos.

Mediante tal dualidade, estabelecem-se dois pólos entre a situação do indivíduo integrado à sociedade, o qual cumpre o ciclo de apropriação, e o pólo marginal, em que se situam os destituídos incapazes e capazes para o trabalho e os criminosos. A esse respeito, Franco analisa uma situação extrema de exclusão que é elucidativa:

“A plenitude contínua desta vida, com a propriedade acumulativa ensejada pelo dinheiro estabelece o modelo indefectível que autoriza discriminar os excluídos ou marginais. Todo este ideário legitimador da dominação desnuda-se pelo vulto que emerge no extremo oposto: o escravo, a consumada ausência de vida e de seus direitos. Caracterizado como criminoso, perde a humanidade, convertendo-se em besta feroz ou bruto desarrazoado. Mas sua desfiguração vai mais longe, caindo no plano, poderíamos aventar, do não-ser. O ladrão, animal de rapina, lesivo aos verdadeiros humanos, sofre sanções – até a morte – ditadas coletivamente, com a força de leis gerais: perde seus bens e, entre eles, a vida.”⁵⁷

O indivíduo “marginal” é representado na doutrina liberal como aquele cuja humanidade desfigurou-se, tornando-se, assim, nefasto aos homens racionais. Logo, o enquadramento desse indivíduo no pólo marginal se justifica pela sua incapacidade de cumprir o ciclo de apropriação, que o torna um “não cidadão”, opondo-se aos cidadãos racionais e laboriosos. Processa-se, pelo deslizamento do conceito de igualdade entre os indivíduos, a naturalização da desigualdade. Nesse sentido, Franco aponta que:

“O sistema que até os nossos dias, tomando as exposições doutrinárias pelo seu valor aparente, se chama de liberal verdadeiramente manifesta um autoritarismo extremo e irredutível por estar no âmago mesmo de sua gênese. Não é um pensamento mentiroso na medida em que expressa um poder de classe: é formulado teoricamente em íntima ligação com a sua prática, mas é altamente mistificador na medida em que troca o sentido de todas as categorias que usa e inverte o significado do processo social: a igualdade funda a desigualdade, a liberdade funda a opressão, a comunidade funda a sociedade dividida e estratificada, a democracia funda a dominação de uns poucos.”⁵⁸

Como se pode observar, os teóricos da doutrina liberal empregaram a prática do deslizamento dos conceitos de tal forma, que a igualdade, tomada no liberalismo como igualdade de deveres sociais e oportunidades, acaba por justificar a naturalização da desigualdade social, pois postula que os diferentes talentos naturais fazem os indivíduos utilizarem de formas diferentes as oportunidades oferecidas pela sociedade.

Desta forma, ocultam-se as diferenças de interesses de classes, vindo a afirmar tal doutrina como de caráter universal. Em nome da liberdade, institucionaliza-se a violência sobre o divergente; o desigual passa a ser associado ao anormal, por não se ajustar ao quadro de valores ‘universais’ impostos pela doutrina liberal. Finalmente, a estratificação social aparece como uma consequência das desigualdades sociais naturalizadas.

No neoliberalismo tais características do liberalismo clássico têm sido conservadas de tal modo, que a prática do deslizamento dos conceitos se faz presente, ainda hoje, como ferramenta para o estabelecimento de um conceito de liberdade com duas dimensões complementares: a liberdade positiva e a liberdade negativa.

Merquior explicita que a liberdade negativa refere-se ao direito do homem de “ser livre de coerção” e fundamenta a luta pelos direitos individuais, como liberdade

⁵⁷FRANCO, M. S. C. “*All World was América*”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico, op. cit., p. 51.

⁵⁸Idem, p.45.

de crença, consciência e participação social. A segunda dimensão da liberdade, enfatizada particularmente no neoliberalismo, diz respeito à realização pessoal, concretizada sob a forma da liberdade de escolha.⁵⁹

A liberdade de escolha é utilizada como argumento para os teóricos neoliberais advogarem em defesa do Estado Mínimo, ou seja, o Estado com funções limitadas, dentre essas, a de oferecer suporte para a estruturação do mercado e a de suprir os domínios em que o mercado não penetra. Os teóricos do neoliberalismo partem do pressuposto de que o Estado, ao intervir na economia, constituindo-se em instância de defesa dos direitos sociais, ameaça a liberdade de escolha, pois concentra poder para impor à sociedade uma gama de opções restritas e sob seu controle ideológico.⁶⁰

Assim, a liberdade decomposta em duas dimensões justifica na doutrina liberal especificamente a defesa da liberdade de escolha, segundo o interesse individual, portanto, defesa do individualismo. Este passa a ser considerado característico do progresso da sociedade, em que o homem teria evoluído do estágio primitivamente gregário, para o estágio de manipulação mais racional das normas sociais, conforme o pensamento de Hayek:

(..) deve-se entender o homem primitivo como supersocializado – um camarada sociável, mas excessivamente gregário, por violento que seja ou fosse – e, como tal, inapto para a fria manipulação de normas que distinguem os membros da sociedade abstrata. Portanto, a marcha da civilização pressupõe, além do controle dos instintos, uma boa medida de distância dos sentimentos ‘tribais’, de comunidade e ‘comunalidade’.”⁶¹

Conforme afirmamos anteriormente, desde o século XVII, a doutrina liberal insurgiu-se contra as funções excessivas do poder monárquico, cujos interesses

⁵⁹MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**, op. cit., p. 22-32.

⁶⁰Idem. Cf. também o verbete liberalismo em BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**, op. cit. p. 703-5.

⁶¹Citado por MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**, op. cit., 193. Grifos do autor.

entravam em choque com os da classe burguesa. Do mesmo modo, o neoliberalismo se insurge agora contra as funções ditas excessivas do Estado no que se refere ao investimento na área social e, assim, novamente ferindo interesses da classe burguesa.

O individualismo na doutrina liberal está presente de forma ainda mais intensa no pensamento neoliberal, de modo a reduzir o cidadão a “proprietário” que conquistou o direito à liberdade de escolha e à de não sofrer coação, preservando seus direitos individuais.⁶²

No neoliberalismo, o individualismo passa a ser apresentado como estágio superior da civilização em relação à “primitividade tribal” e, nesse “estágio superior”, o cidadão, enquanto sujeito racional, relaciona-se na sociedade, tendo a mercadoria como mediador universal. Tal categoria transfigura-se, então, em mediadora das relações sociais, de modo que o valor de troca passa a ser o princípio fundamental dos intercâmbios de natureza mercantil, da mesma forma que das relações não mercantis entre os homens, conforme aponta Goldman:

“Resumindo, a economia mercantil – especialmente a economia capitalista – tende a substituir na consciência dos produtores o valor de uso pelo valor de troca e as relações humanas concretas e significativas por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores; desse modo, tende a substituir no conjunto da vida humana o qualitativo pelo quantitativo. Além disso, ela separa o produto do produtor e assim fortalece a autonomia da coisa com relação à ação dos homens e à mutação. Faz, enfim, da força de trabalho uma mercadoria que tem um valor – e isto significa que aí também transforma uma realidade humana em coisa – e aumenta durante um longo período histórico o peso do trabalho não qualificado ou pouco qualificado, em relação ao trabalho qualificado, substituindo mesmo, no plano da realidade imediata, as diferenças qualitativas por simples diferenças de quantidade.”⁶³

É nesses termos que ocorre a reificação das relações sociais dos homens entre si e com as coisas que o cercam, de modo que a lógica das relações mercantis passa a

⁶²Cf FRANCO, M. S. C. “*All World was América*”: John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico, op. cit., 46.

⁶³GOLDMAN, L. A reificação das relações sociais. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. A. M.; **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Nacional, 1970. (Biblioteca Universitária – Série 2 – ciências sociais, v. 16) p. 174. Grifos dos autores.

ser o amálgama que cimenta tais relações, mesmo aquelas de natureza não-mercantil. A história é reduzida àquela da sociedade capitalista, a qual passa a ser vista também como se fosse natural e universal no espaço e no tempo, quando, na verdade, o capitalismo faz parte de um contexto histórico específico e recente.

De acordo com a progressiva mercantilização das relações humanas, tomada como natural e universal, a sociedade tem “evoluído” naturalmente do liberalismo clássico até o neoliberalismo. Os cidadãos – sujeitos de direitos – foram reduzidos primeiramente a proprietários e hoje, à forma duplamente mistificada “cidadãos-clientes”⁶⁴, os quais não são realmente nem cidadãos, nem proprietários.

Há aí um deslizamento do conceito cidadania: ela deixa de se referir ao campo da política, do direito comum aos participantes da sociedade, para ser introduzida no campo da economia, em que, por vezes, a participação social chega a se confundir com o ato do consumo, como se fosse possível ser cidadão apenas como consumidor e tivesse poder para mudar a realidade ao comprar ou rejeitar determinados produtos e serviços como forma de pressão para obter melhorias dos mesmos.

Num quadro como esse, a estrutura de classes da sociedade capitalista é mistificada, aparecendo como uma hierarquia de “cidadãos” com diferentes poderes aquisitivos, os quais passam a condicionar a sua forma de inserção social, reduzindo a vida humana à dimensão econômica, conforme destaca Goldman:

“(…) como valor de uso, a solidariedade consciente e deliberada entre os homens é relegada ao domínio ‘privado’ das relações de família ou de amizade; nas

⁶⁴Tomamos o conceito de “cidadão-cliente” no seguinte sentido:

“A construção da política como manipulação do afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania, pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são os elementos centrais importantes do projeto neoliberal global”. Cf. SILVA, T. T. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 15.

relações inter-humanas em geral – e especialmente nas econômicas -, ao contrário, a função de uma e de outra é tornada implícita, obscurecida por fatores que solicitam unicamente o egoísmo do *Homo economicus*, que administra racionalmente um mundo abstrato e puramente quantitativo de ‘valores de troca’.”⁶⁵

No deslocamento do âmbito da cidadania para o da relação consumidor-produto, ou seja, do cliente e da mercadoria, desaparece a cidadania e, com ela, a figura do sujeito de direitos – o cidadão, participante ativo da sociedade, conceito que se fundamenta nos direitos e deveres que circunscrevem a todos. A desigualdade passa a ser um aspecto da natureza da sociedade e não um fenômeno social produzido historicamente. O modo capitalista de produção introduz a mercadoria, os homens se convertem em agentes passivos, conforme Goldman:

“(…) face a um mercado no qual os acontecimentos se apresentam como resultado de leis cegas, independentes das vontades individuais, e regidas pelos preços, isto é, pela qualidades objetivas das coisas. É assim que nesse domínio fundamental da vida humana que é a vida econômica, a economia mercantil mascara o caráter histórico e humano da vida social, transformando o homem em elemento passivo, em espectador de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes.”⁶⁶

O discurso liberal tem se desenvolvido no sentido de justificar a exploração do trabalho humano no modo de produção capitalista, instituindo o mercado como mediador de relações sociais, em que o homem figura como coisa. Esse discurso, que hoje reduz o cidadão a cliente, é o mesmo que fundamentou o deslizamento de cidadão de direitos para cidadão proprietário, na fase clássica da doutrina liberal, no século XVII: **a naturalização da desigualdade social.**

Assim, na perspectiva da estratégia político-econômica neoliberal, os direitos sociais como a educação, a saúde, os direitos previdenciários e outros - que são conquistas históricas da classe trabalhadora – são transfigurados em mercadorias. A

⁶⁵GOLDMAN, L. A reificação das relações sociais, op. cit., p. 171. Grifos do autor.

⁶⁶Idem, p. 173. Grifos nossos.

liberdade de escolha resume-se a um aspecto específico: a liberdade para comprar serviços de uma ou outra instituição privada de saúde, previdência, educação e outros.

Diante desse deslizamento no conceito de cidadania, é necessário recuperar seu sentido que ultrapassa a dimensão do “cidadão-consumidor” e remete à participação de todos na construção e preservação da sociedade. Benevides, ao elaborar sua crítica ao conceito liberal de cidadania, tem como referência o cidadão que se constitui, antes de mais nada, no dever de tolerar as diferenças e no direito de exigir que sua dignidade seja reconhecida:

“Torna-se necessário superar aquela visão liberal clássica, ou então neoliberal reformada e modernizada, que entende o cidadão como consumidor e eleitor, definido pelas regras do mercado e eleitorais e não como indivíduo livre perante o Estado. É preciso superar essa visão liberal e fechada e reforçar a visão democrática do cidadão como indivíduo livre perante o Estado e perante o arbítrio das demais forças sociais e, além de consumidor, contribuinte e eleitor, membro de uma classe social, de grupos sociais com seus interesses e conflitos. Porque na idéia de democracia está basicamente a da diferença e do conflito, sem que haja colisão com a igualdade. A igualdade é fruto do reconhecimento da dignidade do interlocutor que tem o direito de lutar por seus interesses para resolver seus conflitos.”⁶⁷

A autora aponta que para a consolidação de uma sociedade democrática, é necessário que cada cidadão seja reconhecido pelo Estado como sujeito com suas necessidades básicas, seus interesses de classe e grupo social. Observe-se que decorre de tal concepção de cidadão a liberdade perante o Estado, diferente daquele sentido estrito de liberdade de escolha. Consideramos que a liberdade, no sentido destacado pela autora, é a condição *sine qua non* para que os indivíduos possam se organizar independentemente do referido Estado e reivindicar o reconhecimento de seus interesses como legítimos.

⁶⁷BENEVIDES, M. V. Cidadania e justiça. In: GROSBAUN, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A M. (coords.) **Violência: um retrato em preto e branco**. São Paulo: FDE. Diretoria técnica, 1994. V. 21 p. 15, Grifos nossos.

Benevides acresce ainda dois aspectos importantes: o primeiro é que a cidadania é fruto de um processo educativo; o segundo é que a cidadania comporta as dimensões política e social:

O registro político da educação para a cidadania significa essencialmente organização e participação pela base. Quanto ao registro social, a educação para a cidadania significa reconhecer e reivindicar os direitos e a existência, a criação e a consolidação de novos sujeitos políticos, de novos indivíduos ou grupos com a consciência de seus direitos e deveres. Isso é o que nós chamamos de cidadania ativa, cidadania participante, em oposição à cidadania passiva, outorgada e tutelada pelo Estado, que vê no cidadão apenas o contribuinte, o consumidor e o eleitor.”⁶⁸

Quando apresenta a dimensão política da cidadania, ela nos leva a considerar que os conflitos são elementos constitutivos da vida social e, para equacioná-los, os cidadãos têm o direito de se organizar de forma independente e confrontar seus interesses com os dos estatais, quando o Estado falhar em sua função representativa do interesse comum. Ao destacar a dimensão social da cidadania, a autora reitera a responsabilidade de cada indivíduo na construção de uma sociedade em que sejam satisfeitas as suas necessidades básicas, sobretudo a de reconhecimento dos grupos sociais como partes legítimas de uma totalidade. Enfim, ela conclui seu pensamento, explicitando o conceito de democracia, a partir do estado de direito:

“Democracia é ter e criar direitos. É também exigir a garantia e o reconhecimento desses direitos. A luta pelos direitos do cidadão, a luta pelos direitos humanos como a luta pela democracia significa recuperar a luta pelo direito primordial: o direito à humanidade, mas com dignidade, justiça e liberdade.”⁶⁹

Assim, somente numa sociedade em que todos têm o estatuto de sujeitos de direitos, é possível a democracia, no sentido forte do termo.

Considerando que vivemos sob o regime econômico de acumulação capitalista, o qual transformou o trabalho humano na mercadoria força de trabalho,

⁶⁸Loc. cit.

exercer atividade remunerada passou a significar a forma privilegiada de garantir a sobrevivência material, pois o trabalhador só pode pôr seu trabalho em ação desde que o venda como mercadoria.

Nesse contexto, o trabalho é um direito, na medida em que se constitui meio para a satisfação das necessidades básicas do homem e uma forma efetiva de participação social, o que o torna fundamento da cidadania, conforme Castel destaca:

“O trabalho continua sendo o principal fundamento da cidadania enquanto esta comporta, até prova em contrário, uma dimensão econômica e uma dimensão social. (...)O salário reconhece e remunera o ‘trabalho em geral’, isto é, atividades potencialmente úteis para todos. Assim, na sociedade contemporânea, e para a maioria de seus membros, é o fundamento de sua cidadania econômica. Também está no princípio da cidadania social: esse trabalho representa a participação de cada um numa produção para a sociedade e, portanto, na produção da sociedade.”⁷⁰

A exclusão do trabalho com contrato, garantias de direitos e salário suficiente para satisfazer as necessidades básicas do trabalhador, além de relegar contingentes de homens às condições limítrofes de existência material e de preceder a exclusão de outras esferas da sociedade, subtrai da classe trabalhadora a condição de sujeito de direitos.

As considerações tecidas até o momento levam a debruçarmo-nos sobre a hipótese de Castel, em que a destituição material e negação da cidadania da classe trabalhadora, bem como os altos índices de desemprego, desencadeiam uma tensão que ameaça a coesão social.⁷¹

Porém, essa tensão não se deve tão somente ao fato de a sociedade observar no interior de sua trama chamados “excluídos sociais”. Entendemos que, no modo de produção capitalista, a relação entre os indivíduos é mediada pela divisão social do trabalho, ocorrendo a oposição de interesses entre a classe que detém o capital e a

⁶⁹Idem.

⁷⁰ CASTEL, R. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado*, op. cit., p. 581. Grifos nossos.

⁷¹Idem, p. 560.

classe que vende a força de trabalho. Assim, a tensão social é alimentada, sobretudo, pelos conflitos de classe.

A contradição na relação capital e trabalho, geradora da luta de classes, tem se aprofundado de modo que o capital cada vez mais se amplia e se concentra na classe detentora dos meios de produção. Ao mesmo tempo, a classe que possui apenas a força de trabalho para vender sofre as conseqüências da restrição das possibilidades de ocupação e mesmo do desemprego estrutural, de caráter permanente. Em uma palavra, na sociedade capitalista interessa à classe burguesa o incremento do capital e o crescimento de seu poder, gerando um estado de destituição da classe trabalhadora como um todo, o que se constitui *per si* em um ato de violência. Contudo,

“Não se pode trapacear com a lei da conservação da violência: toda violência se paga; por exemplo, a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob forma de desemprego, de precarização, etc, tem sua contrapartida em maior ou menor prazo, sob forma de suicídios, de delinqüência, de crimes, drogas, de alcoolismo, de pequenas ou grandes violências cotidianas.”⁷²

Para Bourdieu, a violência que presenciamos nos dias de hoje é conseqüência de um fundamento do capitalismo e, contraditoriamente, é seu ponto mais vulnerável: a apologia do individualismo. Nesses termos, a ideologia da “motivação individual” subsume um problema que é o desemprego massivo e tem conduzido à intensificação das tensões nas relações sociais, gerando as condições para a crise do estado de direito:

“O fundamento último de toda esta ordem econômica sob a chancela invocada da liberdade dos indivíduos é efetivamente a violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça da demissão: a condição do funcionamento ‘harmonioso’ do modelo micro-econômico individualista é o princípio da ‘motivação’ individual para o trabalho residem, em última análise, num fenômeno de massa, qual seja, a existência do exército de reserva dos

⁷²BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 56. Grifos do autor

desempregados. Nem se trata a rigor de um exército, pois o desemprego isola, atomiza, individualiza, desmobiliza e rompe com a solidariedade”⁷³

⁷³Idem, p. 140. Grifos nossos.

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: MARGINALIDADE, POBREZA E EXCLUSÃO.

“A burguesia subjugou o país às leis das cidades. Criou cidades enormes; aumentou em grande escala a população urbana, se comparada à rural e, assim, resgatou uma considerável parte da população da idiotia da vida rural. Do mesmo modo como tornou o país dependente das cidades, tornou os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos países civilizados, nações de camponeses dependentes de nações burguesas, o Oriente dependente do Ocidente.”¹

Este capítulo visa ao delineamento da conjuntura brasileira dos últimos 30 anos, sob a qual nasceram e se desenvolveram os sujeitos desta pesquisa, quais sejam, trabalhadores na faixa etária entre 20 e 30 anos, evadidos de diferentes séries do ensino fundamental da rede escolar estadual paulista.

Nosso objetivo é compreender os determinantes econômicos, históricos e sociais que podem ter influenciado direta ou indiretamente nas suas trajetórias ocupacionais e escolares e reunir dados para a responder às seguintes questões: Pode-se dizer que no Brasil a exclusão assume o caráter de “nova questão social”? A hipótese da exclusão do trabalho como precedente das outras formas de exclusão se constata no Brasil? Quais as especificidades do processo de exclusão no Brasil contemporâneo?

Após a análise preliminar sobre a categoria exclusão social e suas características na conjuntura neoliberal, faremos a análise das características do fenômeno exclusão social no contexto brasileiro, desde o período pós 2ª Grande Guerra, momento de mudanças na organização do trabalho no mundo.

No Brasil, essas mudanças têm especificidades, dentre as quais destacaremos as que dizem respeito à esfera do trabalho, para melhor compreender as trajetórias ocupacionais e escolares dos trabalhadores em estudo, devido ao fato destas se

¹MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. 4.ed. (rev.) São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Leitura). p.16.

desenvolverem quase que simultaneamente durante uma parte de sus vidas. A partir da década de 70, ocorreram significativas mudanças na organização da produção. Na escola, ampliou-se o tempo de escolarização gratuita e obrigatória de 4 para oito anos, sob o nome de 1º grau, que hoje recebe a denominação de ensino fundamental na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (doravante nos referiremos à esta Lei pela sigla LDB).²

2.1 – DO SURGIMENTO ÀS CRÍTICAS DAS TEORIAS MARGINALIDADE

O período do pós - Segunda Grande Guerra foi um momento de mudanças no âmbito da economia, da política, bem como das relações sociais em todo mundo.

A proposta de organização do trabalho fordista³ enfrentava dois grandes obstáculos para sua disseminação: o primeiro era a própria resistência dos trabalhadores em aceitar uma nova jornada de trabalho, a progressiva rotinização das tarefas, o ritmo imposto pelas linhas de montagem; o segundo eram os modos de intervenção do Estado, cujas ações não logravam êxito ao enfrentar a crise do capitalismo dos anos 30, causada pela falta de mercado consumidor, mediante a organização fordista para a produção em massa.⁴

Harvey explicita que esses problemas só puderam ser equacionados após 1945, quando o fordismo aliou-se ao keynesianismo para forjar um novo modelo de Estado:

“O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 45. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve intacto até 1973. (...) O

²Cf. nota 7 da introdução desta tese.

³O modelo fordista de produção que se constitui de tecnologia rígida de base mecânica, dos princípios e técnicas tayloristas de organização do trabalho, produção homogênea em grande escala e consumo de massa. Cf. GUEDES, M. D. **“Qualidade total” e a educação do trabalhador na perspectiva da empresa**. São Carlos, 1999. Dissertação Mestrado em fundamentos da educação – Centro de Educação e Ciências Humanas) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos. P. 27.

⁴HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994, p. 123-5.

fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionais de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas.”⁵

Tal aliança levou a mudanças nas funções do Estado relacionadas aos direitos sociais, colaborando para elevação dos padrões de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a formação do mercado consumidor. Configurava-se o *Welfare State*, o qual se constituiu em impulso significativo para a expansão do fordismo. Nesse sentido, o Estado assumiu a seguinte forma:

“O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.”⁶

Se não resolveu o problema das relações dos trabalhadores com a organização do trabalho fordista, o *Welfare State* buscou oferecer compensações e fundamentar a ideologia fordista, a qual transmuta um sistema de produção num verdadeiro modo de vida, conforme observa Harvey: “o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total”⁷.

Castel, entretanto, observa que o fordismo teve um papel importante na conformação da estrutura social após a Segunda Grande Guerra, mas não lhe

⁵Idem, p. 125.

⁶Ibidem, p. 129.

⁷Ibid, p. 131.

podemos atribuir o *status* de motivação exclusiva para uma verdadeira mudança antropológica:

Sem dúvida, atribuir o mérito dessa quase-mutação antropológica da relação salarial a Ford é enaltecê-lo demais. Trata-se de um processo geral que está longe de se basear exclusivamente na invenção da “cadeia de montagem quase automática” e na política salarial de um industrial americano. Entretanto, é a partir de Ford que se afirma uma concepção da relação salarial segundo a qual “o modo de consumo é integrado nas condições de produção”. E isso é suficiente para que amplas camadas de trabalhadores – mas não todos os trabalhadores – saiam da situação de extrema miséria e de insegurança permanente que tinha sido a sua condição há séculos.⁸

Esse autor destaca cinco condições que foram necessárias para a passagem da relação salarial do começo da industrialização para a fordista: i) que houvesse no mercado de trabalho uma separação bem demarcada de quem pertencia e quem não pertencia à população economicamente ativa; ii) a racionalização na organização do trabalho e a conseqüente fixação dos trabalhadores nos postos; iii) a sistematização da relação entre produção de massa e consumo de massa, realizada por Ford, em que o trabalhador deixava de consumir tão somente o necessário para a sua reprodução; iv) a formação de uma rede mínima de proteções sociais, decorrentes da condição de trabalhador, para protegê-lo da pobreza absoluta; v) o reconhecimento da classe trabalhadora como um coletivo com estatuto social, o aparecimento dos contratos coletivos de trabalho e de um direito do trabalho.⁹

Todavia, nem todas essas condições foram implementadas da mesma forma nas diferentes regiões do mundo, gerando uma diferenciação no modo de produção capitalista entre capitalismo central e capitalismo periférico nas diferentes regiões.

No Brasil, o processo de mudanças na organização do trabalho- as quais repercutiram em outros setores da economia - deve ser analisado tendo em vista as especificidades de um país de capitalismo periférico.

⁸CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado*, op. cit., p. 432.

⁹Idem, p. 420-435.

O tipo de Estado que se configurou neste país e demais países da América Latina era muito diferente tanto daquele Estado administrador da propriedade social quanto do *Welfare State*. A atuação dos Estados da América Latina, entre eles o Brasil, nos séculos XIX e XX se deu na direção oposta do que ocorreu nos países de capitalismo avançado. Nestes últimos houve, desde o século XIX, iniciativas do Estado que resultaram na ampliação dos direitos dos cidadãos e sua extensão a um número cada vez maior de trabalhadores.¹⁰

Até meados do século XX no Brasil, o Estado não se dedicou à ampliação dos direitos da classe trabalhadora, da forma que Castel denominou como redistribuição da propriedade social. Ainda no final do século XIX, o trabalho era predominantemente rural, a revolução industrial não havia se realizado e a exploração de mão-de-obra escrava perdurou até 1888. Depois da abolição, o trabalho rural passou do regime escravagista ao assalariado, realizado por trabalhadores imigrantes, os quais vieram para compor a força de trabalho rural juntamente com trabalhadores brancos e negros brasileiros livres. Esta forma de trabalho era predominante durante todo o período em que vigorou o modelo econômico agroexportador.

Nesse sentido, Gorender aponta que na passagem do século XIX para o século XX, o assalariamento não era a forma de contrato de trabalho generalizada entre os trabalhadores rurais, de modo que não se tratava nem de trabalho assalariado, nem de relações de produção propriamente pré-capitalistas, mas de um capitalismo primitivo apoiado em formas camponesas dependentes, que reúnem formas diversas de trabalho no campo, como o colonato, o meeiro, o parceiro, o vaqueiro, o cambão nordestino, bem como a figura do trabalhador volante, após os anos 50.¹¹

Quanto aos direitos políticos e sociais, Wanderley destaca que no século XIX os trabalhadores produtivos eram os que menos tinham participação na vida pública:

¹⁰Cf. nota 27 do capítulo I.

¹¹Cf. GORENDER. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. p. 190-1.

“O processo de concentração de riquezas e de poder nas minorias ricas e de aumento dos pobres, com suas seqüelas dramáticas, espelha bem minha proposição inicial da continuidade da questão social de longa duração, calcada na desigualdade e injustiça estruturais, que não foram superadas pelos processos de emancipação do século XIX e de modernização do século XX, desafio maior que é um repto para todos nós.

No passado, o extermínio dos índios foi a tragédia em diversos países. Naqueles países em que gerações puderam sobreviver, vimos as dificuldades para a sua inserção cidadã. Os negros, ao longo de séculos, eram tidos como “mercadorias”, logo não-pessoas. Os trabalhadores rurais e boa parte dos trabalhadores urbanos, além de não poderem se apropriar dos bens por eles produzidos, não tinham participação na vida pública (proibição do voto dos analfabetos, etc.) e portanto eram não-cidadãos. Mas todos eram considerados úteis ao sistema vigente, que necessitava de seu trabalho.”¹²

Em suma, a história dos direitos no Brasil foi marcada por três barreiras: a escravidão, o latifúndio e o Estado comprometido com interesses privados. A constituição de 1891 proibiu o governo federal de intervir na regulamentação do trabalho, legislando apenas em relação ao trabalho de menores de idade e retirou a obrigatoriedade do Estado em fornecer a educação primária à população.¹³

Com o final da Primeira Guerra Mundial, o Brasil ingressou na Organização Internacional do Trabalho. Apenas em 1926 é que surgiram as primeiras emendas à constituição, visando regulamentar o trabalho operário urbano. As leis existentes para administrar as relações trabalhistas foram organizadas na forma da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, a qual, na realidade, veio a contemplar somente uma pequena parcela da população, urbana e assalariada. Ademais, no período 30-45 os direitos sociais conquistados se deram num contexto de restrição de direitos políticos, bem como em 1971:

“Não se pode negar que o período de 1930-1945 foi a época dos direitos sociais, quando se introduziu a maior parte da legislação trabalhista e sobre a

¹²WANDERLEY, L. E. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: **Desigualdade e questão social**. BELFIORE-WANDERLEY, et. al. (orgs.) São Paulo: EDUC, 1997. p. 126-7. Grifo nosso.

¹³CARVALHO, J. M. **Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 47 e 65.

previdência social. O que vimos depois foi, sobretudo, o aperfeiçoamento, racionalização ou extensão da legislação a um maior número de trabalhadores. Foi também a era da organização sindical, só modificada, ainda parcialmente, depois da segunda democratização (1985).

Entretanto, em toda essa legislação, houve um grande ausente: o trabalhador rural. Ainda que não se o tenha excluído explicitamente, se tornava indispensável uma lei especial para a sua sindicalização, a qual só veio em 1963. A ampliação da legislação social do campo teve que esperar os governos militares, quando ao fim se implantou. [Em 1971]¹⁴

No pós – Segunda Grande Guerra difundiu-se intensamente no Brasil o padrão de industrialização norte-americano e a internacionalização da produção, já previstas no Plano de Metas, as quais possibilitaram o estabelecimento da indústria pesada e de bens duráveis.¹⁵

No processo de industrialização brasileiro ocorreu a especialização e o fracionamento da classe empresarial em empresas transnacionais, privadas nacionais e estatais nacionais. Ademais, somente naquele momento consolidou-se o ramo industrial manufatureiro como o eixo do crescimento da indústria, em especial aquele que se dedicava à produção dos bens duráveis. O referido crescimento da indústria teve como conseqüências o aumento da participação industrial e a diminuição da participação da agricultura na economia nacional; houve também uma modificação importante na composição das ocupações, em que os empregos ligados à agricultura diminuíram e os ligados aos setores da indústria e comércio aumentaram.¹⁶

Mattoso destaca que na década de 50 já se verificava que os novos setores da economia, tais como a metalurgia, a mecânica pesada, a química, a borracha e a farmacêutica, passaram a gerar novos empregos. O processo de modernização nos

¹⁴Idem, p. 91. Tradução livre. Grifo nosso.

¹⁵Cf. CASTRO, N. A.; DEDDECA, C. S. (Orgs.) **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho). p. 10.

Sobre padrão de industrialização norte-americano, Mattoso esclarece que se trata do processo de reordenamento macroeconômico- o *new deal* – que perdurou até o pós-guerra, havendo uma ampliação e diversificação da intervenção do Estado. Cf. também MATTOSO, J. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scrita-Página Aberta, 1995. pp. 22, 24 e 27.

¹⁶Idem, p. 123.

centros urbanos estendeu-se ao campo, porém sem modificar a estrutura da posse da terra, de modo que esses dois fatos motivaram um dos maiores êxodos rurais da História do Brasil até então. Isso resultou em mudanças no mercado de trabalho e mesmo na estrutura de toda a sociedade.

Entretanto, tal processo de modernização não resultou na elevação dos salários e na distribuição mais igualitária da renda. Nos anos 60, os salários foram corroídos pela inflação, apesar do crescimento do ramo industrial e das políticas de proteção dos direitos dos trabalhadores, conforme constava no Plano de Metas. Houve o aprofundamento da desigualdade social à medida que a inovação tecnológica penetrava no campo e modernizava a agricultura com preservação dos latifúndios. Tal fato ocasionou o desaparecimento de postos de trabalho decorrentes da organização tradicional da produção no campo, desemprego massivo e produção de excedentes de mão-de-obra de origem rural nas cidades.¹⁷

Uma vez nas cidades, esses trabalhadores migrados do campo, sem qualificação, ora vivendo de empregos que não exigiam qualificação, ora na condição de desempregados, compondo a massa de exército industrial de mão-de-obra de reserva, passaram a integrar a base do movimento sindical urbano.¹⁸

Assim, desde a década de 50, desenvolviam-se estudos a partir da hipótese de que a pobreza se relacionava com o atraso do país. Foi nesse contexto que o conceito marginalidade surgiu como o anverso da moeda do desenvolvimento, conforme sintetiza Lopes:

“Nos anos 50, o conceito marginalidade surge comprometido com a ideologia nacional-desenvolvimentista, cujo objetivo central era a defesa de um ‘desenvolvimento voltado para dentro’, ‘auto-sustentado’, que seria alcançado através de uma política de industrialização dos países latino-americanos,

¹⁷Ibidem, p. 124.

¹⁸Cf. SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 39.

incentivada pelo capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, cuja função era dar uma 'arrancada' inicial."¹⁹

A autora revisitou a obra de Francisco Oliveira, em especial o artigo "A economia brasileira: crítica da razão dualista", de 1972, depois republicado em 1975 e 1976, para ressaltar que a crítica às teorias da marginalidade iniciaram-se justamente pela problematização das oposições entre o campo e a cidade, o setor atrasado e o moderno, os integrados e os não-integrados à sociedade.²⁰

Em 1975, Kowarick elaborou um histórico sobre estudos que abordaram a exclusão no Brasil e na América Latina e demonstrou como esse tema foi introduzido enquanto problema teórico e prático após a 2ª Grande Guerra, sob a rubrica de falta de integração social das populações marginalizadas, dentro de dois grandes modelos macro-estruturais: a teoria da modernização e a teoria da dependência. Sob o modelo da modernização, a marginalidade foi considerada como desvio de um padrão de sociabilidade, que corresponderia a uma falta de adaptação às normas sociais de um grupo de indivíduos. Tal modelo herdou da teoria do funcionalismo a noção de sociedade como um todo harmônico, estável, equilibrado, em que toda forma de conflito tem sentido de disfunção.²¹

No que concerne às teorias da modernização, a proposta de integração social como alternativa à marginalidade foi, nesse momento, questão teórica e prática

¹⁹LOPES, D. **A Marginais da História?** O movimento dos favelados da Assembléia do Povo. Campinas: Alínea, 1997. p.28-9.

²⁰Cf. OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: **Seleções CEBRAP** 1. 2.ed. São Paulo: Brasiliense/Edições CEBRAP, 1976. P. 5-77.

²¹Kowarick explicita brevemente que a corrente teórica do funcionalismo, dentro da qual se inscreve o modelo da modernização, baseia-se no paradigma do consenso. KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (col. Estudos Latino-americanos, 3). p. 14 e 18.

Nesse paradigma, a sociedade é concebida como unidade baseada numa ordem moral, em que a base da coesão social é o consenso, a preocupação principal refere-se à produção e reprodução de normas prescritivas do convívio social, em que a ênfase está na integração social dos indivíduos, ou seja, na adaptação dos indivíduos ao *status quo*. GOMES, C. A. **A educação em perspectiva sociológica**. 3.ed. (rev. e amp.) São Paulo: EPU, 1994. (Temas básicos de educação e ensino). p. 25-31.

inspiradora das políticas públicas para os trabalhadores de baixa renda, como estratégia de enquadramento dos sujeitos numa ordem social através das instituições sociais, dentre as quais a escola tinha uma importância crucial.²² Kowarick destaca que, a partir do modelo da modernização, depreenderam-se três abordagens.

A primeira é a que toma os sujeitos com comportamentos marginais como pessoas com distúrbio de personalidade, seja por uma trajetória que lhes impôs mudanças de um lugar para outro, contatos com novas culturas, seja por sua condição sócio-econômica.

A segunda volta-se para as barreiras sociais que impedem a integração social, deslocando a discussão do âmbito psicológico para o social. Sob esse aspecto, a hipótese é que o indivíduo pode sofrer marginalização em uma ou mais esferas da vida social, causando problemas de incongruência entre os diferentes papéis que exerce na sociedade, a chamada marginalidade parcial.²³

Há ainda uma terceira corrente que considera a marginalidade essencial, ou seja, explica tal fenômeno como uma entidade independente, um traço cultural que distingue um grupo marginal do resto da sociedade integrada, a partir da existência de uma subcultura, a chamada cultura da pobreza, definida por Lewis nestes termos:

“A distinção entre pobreza e cultura da pobreza é básica no modelo aqui descrito. Há graus de pobreza e diferentes tipos de gente pobre. A cultura da pobreza se refere apenas a um estilo de vida compartilhado por gente pobre em contextos históricos e sociais específicos. Os critérios econômicos que se têm enumerado para a cultura da pobreza são necessários, mas não suficientes para definir o fenômeno que desejo descrever. Há um número de exemplos históricos de segmentos muito pobres da população que não possuem o estilo de vida que se poderia descrever como subcultura da pobreza.”²⁴

²²Idem, p. 31.

²³KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, op. cit., p.27-9.

²⁴LEWIS, O. La cultura de la pobreza, p. 20. In: _____. Et. al. *Pobreza, burguesia y revolución*. Editorial Anagrama, s/d. Tradução livre.

Paoli critica a idéia de que a cultura da pobreza seria uma estratégia própria dos grupos que vivem em situação de vulnerabilidade para adaptarem-se a uma condição de vida nova, em decorrência de destituição de uma situação anterior, pois dentro de tal teoria esse grupo seria caracterizado como distinto da sociedade integrada. A autora discorda de Lewis, pois entende que a cultura da pobreza é antes um estado de ausência de trabalho e de possibilidades de consumo, que uma subcultura. Sob tal ponto de vista, a referência dos indivíduos integrados à sociedade e os marginalizados é a mesma: a identificação com a condição de assalariado e a sociedade de consumo são traços culturais que identificam os grupos marginalizados com os integrados. O que diferencia um grupo do outro é tão somente a falta dos citados elementos, permanecendo o mesmo referente, os mesmos valores, a mesma cultura.²⁵

Em síntese, nas teorias da modernização, a marginalidade é tida como um fenômeno de carência, de *déficit* de integração, justificada, num primeiro momento, por deficiências do indivíduo para adaptar-se à sociedade dada e, num segundo momento, enquanto produto de disfunções da própria sociedade. Sob tal orientação, os problemas de pesquisa se delinearão no sentido de buscar as categorias para a demarcação integrados-marginalizados e as causas e efeitos da marginalização.

Na perspectiva da teoria da dependência, a questão da marginalidade é estudada, considerando-se a contradição, o conflito e a dominação como integrantes da dinâmica das relações de classe. Kowarick explicita o problema da marginalização, deslocando a análise do campo das carências, da falta de participação social para o âmbito das relações sociais de produção. A hipótese de trabalho do autor é que, “na trama das determinações, os processos econômicos constituem as variáveis causais essenciais para a compreensão da marginalidade”.²⁶

²⁵PAOLI, M. C. P. M. **Desenvolvimento e marginalidade**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974. p. 123.

²⁶KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**, op. cit. p. 17-18 e 60.

Assim, apresenta-se o seguinte problema: de que modo a força de trabalho é integrada no processo produtivo, à medida que o capitalismo se expande? Para responder a esta questão o autor recorre à teoria da dependência, porque é

“(…) uma teoria que abrange fatores macro-estruturais, tanto políticos e econômicos como sociológicos e culturais, a partir dos quais se analisa a trajetória histórica das sociedades periféricas tendo em vista suas relações com os países centrais. É portanto uma teoria globalizante que procura interpretar a problemática do desenvolvimento – ou subdesenvolvimento - enquanto um processo histórico-social global.”²⁷

Os adeptos dessa teoria partem do pressuposto de que a marginalidade é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista e elegem como ponto de partida para a análise desse fenômeno a inserção no mercado de trabalho.

Eles criticaram a noção de integração presente nas teorias da modernização, bem como o conceito de sociedade que as fundamenta, conforme o anteriormente salientado. Eles não consideraram nem a sociedade como uma entidade estável à qual os indivíduos têm que se integrar, e nem o conflito como disfunção dessa mesma sociedade, mas como “motor” da mudança social. Portanto, a sociedade é considerada estruturada por classes sociais, de modo que ocorrem, na verdade, políticas de inserção da classe trabalhadora, desde que mantenham e reproduzam a estratificação social.

A preocupação da teoria da dependência em distinguir a inserção da integração também encontra-se presente no estudo atual de Castel, particularmente, no que tange às funções do Estado. O autor propõe um modelo interpretativo que permite refletir sobre a inserção opondo-se à integração:

“Interpretarei aqui as políticas de inserção a partir de suas diferenças, e até mesmo – forçando um pouco os traços – de sua oposição em relação às políticas de integração. As políticas de inserção obedecem a uma lógica de discriminação

²⁷Idem, p. 65.

positiva: definem com precisão a clientela e as zonas singulares do espaço social e desenvolvem estratégias específicas para elas.”²⁸

E no tocante às políticas de integração, explica que:

“Entendo por políticas de integração, as que são animadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro. São desenvolvidas através de diretrizes gerais num quadro nacional. É o caso das tentativas para promover o acesso de todos aos serviços públicos e à instrução, uma redução das desigualdades sociais e uma melhor divisão das oportunidades, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial.”²⁹

Castel confronta as idéias de inserção e integração e depreende que a última orienta políticas gerais, homogeneizantes, que discriminam uma parcela da população como carente e sobre essa aplica medidas de caráter geral, enquanto que a noção de inserção orienta políticas que não deixam de ser integradoras, mas o fazem em relação a setores específicos da sociedade. No caso brasileiro, durante o regime militar, delineou-se uma política social integradora, mas que não permitia a participação social efetiva, fixando os cidadãos como agentes passivos, depositários das ações governamentais.

É interessante notar que enquanto os teóricos do início dos anos 70 elaboravam a crítica das teorias da marginalidade, a realidade social, econômica e política mudava, de modo que chegava a abalar a própria ideologia nacional-desenvolvimentista que fundamentava aquelas teorias. Conforme salientamos anteriormente, já no início dos anos 60, iniciara-se um processo de aumento da inflação e redução do crescimento, culminado na ruptura da política do desenvolvimentismo.

Skidmore descreve que na década de 60 a situação econômica, política e social no Brasil demandava reformas de base. A infra-estrutura básica era precária,

²⁸CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado*, op. cit. p. 438.

²⁹Idem, p. 538.

com sérios problemas de distribuição de energia e sistemas viários e ferroviários deficientes; o sistema educacional não formava mais que 10% da população em idade escolar no antigo ensino primário e 15% nos estudos secundários; a saúde estava relegada ao segundo plano, principalmente para as populações rurais. Esses eram os obstáculos mais sérios ao desenvolvimento e foi nessa conjuntura que a categoria militar encontrou ambiente propício para o fechamento do congresso, objetivando imprimir às reformas o caráter de modernização conservadora.³⁰

Desde os anos 60, o movimento de reivindicação das reformas de base começou a se expandir, configurando-se como resposta da sociedade à instabilidade social, bem como à crise do modelo desenvolvimentista. Nessa conjuntura de efervescência e ameaça de convulsão social, a burguesia nacional aliou-se às forças militares para desencadear a chamada “revolução de 1964”, que derrotou as forças populares, fechou o congresso e passou a governar o país por meio de sucessivos governos militares.³¹

No início da década de 70, Foracchi propôs uma crítica ao conceito marginalização a partir das análises dos processos que mobilizaram grande contingente populacional desde a década de 60, no contexto da industrialização e urbanização. Explicitou que dois fatores foram importantes para se formar uma população trabalhadora urbana: o processo de industrialização, que provocou êxodo rural, aumentando a oferta de mão-de-obra não qualificada para o trabalho na indústria, gerando um excedente desse tipo de mão-de-obra e o crescimento demográfico, devido ao processo de modernização das cidades, que se deu concomitantemente à industrialização.³²

A indústria não conseguiu absorver o contingente populacional de mão-de-obra não qualificada aprofundando o desemprego. Este aumentou o exército industrial de

³⁰SKIDMORE, T., *Brasil: de Castelo a Tancredo. 1964-1985*, op. cit., p. 33-4.

³¹Cf. MATTOSO, J. L. *A desordem do trabalho*, op. cit., p.128.

³²FORACCHI, M. A.. M. A noção de “participação –exclusão” no estatuto das populações marginais. In: MARTINS, J. (org.) *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982. p.18-19.

mão-de-obra de reserva que, por sua vez, exerceu influência sobre a flutuação dos níveis salariais. A partir dessas relações entre industrialização, urbanização, mão-de-obra não qualificada e desemprego, Foracchi destacou a seguinte hipótese sobre a marginalidade na América Latina:

“Daí decorre a hipótese que orientou as pesquisas sobre marginalidade, e que assinala, na situação latino-americana, como característica específica sua, um inevitável descompasso entre o processo de urbanização e o de industrialização, cujo efeito mais notável seria o de lançar na periferia do sistema de produção um contingente humano crescente, que este, dado o seu limitado poder de expansão, não tem condições para absorver.”³³

A autora, ao buscar a superação das teorias da marginalidade e sua maneira dualista de leitura dos fenômenos sociais, apontou que a peculiaridade dos países latino-americanos no que concerne à **questão social** está na relação de dependência entre as regiões menos desenvolvidas e os centros metropolitanos que gerou, segundo a autora, o “colonialismo interno”.

Foracchi observou que a análise da conjuntura nacional como “colonialismo interno” poderia ser feita em analogia à teoria da dependência, segundo a qual os países periféricos, como os da América Latina, mantinham uma relação de dependência dos países economicamente desenvolvidos, naquele contexto das décadas de 60 e 70, tendo como resultante o desenvolvimento de um capitalismo periférico.

Para analisar como se dá a inserção do Brasil na configuração das relações econômicas capitalistas de modo desigual, tornando-o um país de capitalismo periférico e dependente dos países que têm o poder econômico e o político, a autora constituiu como referência a seguinte noção de participação: “um processo que constitui uma prática que se exerce sobre um sistema dado num sentido de mudança e de transformação social”³⁴.

³³Idem, p. 19.

³⁴Ibidem, p. 20.

Observe-se que Foracchi explicita a participação como uma possibilidade de atuar na transformação social. Na medida em que a integração dos países capitalistas dependentes se dá de maneira periférica, ela não permite a efetiva participação, de modo que é uma forma de “participação-exclusão”.³⁵

Ela aplica esse conceito de participação também quanto ao processo de inserção marginal das porções latente e estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva no mercado de trabalho. Nesse sentido, estar inserido de forma marginal remete o trabalhador à exclusão das decisões nas instituições sociais. Verifica-se, portanto, a participação-exclusão, em que os excluídos sofrem, de um lado, uma integração simbólica, uma vez são submetidos aos valores dos grupos no poder e, de outro, uma não-integração, na medida em que permanecem nos limites do campo das carências, não podendo contribuir concretamente nas transformações sociais, notadamente, de superação do subdesenvolvimento.

Foracchi entendeu a exclusão, não como um fenômeno social que lança os trabalhadores excedentes no mercado para fora da sociedade integrada, mas que incorpora esse contingente de forma marginal. Configura-se uma situação de participação-exclusão, a qual decorre da divisão social do trabalho, mas não se efetiva enquanto participação cidadã, i. é, participação nos processos de mudança social.

A autora elaborou suas análises da noção de participação-exclusão, utilizando-se do estudo das representações como interiorizações de uma situação objetiva,

³⁵Pereira analisa o conceito de participação –exclusão a partir de um estudo sobre populações marginais no município de Rio Claro, do qual o autor participou no biênio 1969-70. Nesse texto, o autor explicita a noção participação-exclusão nos seguintes termos:

“Continuando a tomar esse contingente populacional em conjunto [contingente esse que, segundo o autor, é ‘constituído pelas populações que estão na margem ou na fimbria das necessidades de ‘consumo’ da força de trabalho por cada sistema econômico capitalista ‘periférico’ tomado em bloco’], na medida em que ele vive no interior de cada sistema capitalista ‘periférico’, a sua existência é a de participação-exclusão. É nesse sentido que são ‘marginais’ (entre aspas, porque se trata de uma maneira específica de exclusão), e esta ‘marginalidade’ ou participação-exclusão ocorre tanto nos setores ‘afluentes’ ou dominantes como nos setores ‘marginalizados’ ou satelitizados de cada sistema econômico global capitalista ‘periférico’ contemporâneo.” PEREIRA, L. Populações “marginais”. In.

econômica e política, estruturadora do discurso dos indivíduos que vivem sob a condição de participação-exclusão. Enunciou a marginalização como forma específica de participação, devido à forma de inserção no mercado de trabalho formal, mas não se restringiu a esse aspecto econômico. Na dimensão política, voltou suas análises para a questão da forma de participação do projeto coletivo de superação do subdesenvolvimento dos países periféricos.³⁶

Ademais, Foracchi ampliou a discussão sobre inserção marginal no mercado de trabalho, tanto no âmbito da teoria da marginalidade como do ponto de vista metodológico para abordar essa temática. Sua contribuição para a reflexão sobre a teoria da marginalidade e para a sua superação deu-se por meio da construção da hipótese de que a inserção marginal no mercado do trabalho se traduz numa relação de dominação das classes hegemônicas no poder sobre as classes não hegemônicas na dimensão simbólica, havendo aí uma relação que ela denominou integração simbólica.³⁷

No tocante à metodologia, Foracchi privilegiou a análise das representações dos sujeitos, cuja existência é condicionada pela participação-exclusão, e para isso utilizou o recurso da entrevista, instrumento em que “a dimensão simbólica expressa na instabilidade existencial característica do agente excluído poderá ser apreendida.”³⁸

_____. **Estudos sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Pioneira, s/d. p. 159 e 169. Grifos do autor.

³⁶FORACCHI, A noção de “participação – exclusão” no estatuto das populações marginais, op. cit. .p. 11-17 e 12-14.

³⁷Foracchi explicita integração simbólica nos seguintes termos:

“Quando falamos, pois, em integração simbólica, ou em participação simbólica, queremos nos referir ao processo que não é nem de marginalização nem de exclusão, apenas porque persiste em inculir e prover sistemática e eficientemente a ineficácia da recriação da experiência. (...) Todavia, na medida em que esta integração é simbólica, pela homogeneização do estoque simbólico, ela é, também, uma não-integração, nunca uma marginalidade e sim um limite do campo de carências que pode envolver tanto a reconstituição do estoque simbólico (como oposição) quanto um reforço da naturalização mesmo.” Idem, p. 16.

³⁸Idem, p.14.

Na condição de país periférico, do ponto de vista do capital, a noção de participação-exclusão pode oferecer um esquema explicativo para a situação do Brasil perante os países de capitalismo avançado, pois os governos brasileiros sofriam, naquele momento, as injunções do discurso homogeneizante do fordismo e buscavam adequá-lo à realidade brasileira. Entretanto, o Brasil permanecia efetivamente no interstício da integração/não-integração às economias do capitalismo avançado, por esse motivo sendo classificado como país subdesenvolvido ou em desenvolvimento.

Em 1974, Paoli publicou uma pesquisa em que aborda a exclusão social na perspectiva de que a questão social não se delineia como problema de integração de populações que vivem na periferia da estratificação social. Essa autora buscou compreender tal questão como um fenômeno e se refere às formas de inserção social diferenciada de contingentes populacionais, que reflete a divisão social do trabalho, à luz da noção de participação-exclusão.

Paoli analisou como essa inserção diferencial no mercado de trabalho se traduz numa hierarquização no campo simbólico, através do estudo dos componentes fundamentais do universo simbólico dos indivíduos que vivem nos limites das condições materiais de existência:

“A apropriação específica dos conteúdos culturais feita pelo trabalhador “marginal” em questão, se de um lado se distingue nitidamente do código cultural dominante, de outro revela, em sua estruturação interna, que a dominação reproduz, ao nível da cultura, a diferenciação operada no nível econômico. Desta forma, a relação entre cultura e dominação do prisma da participação-exclusão, mostra mais uma vez a ineficácia teórica da noção “marginalidade”, e das discussões a respeito do papel político que os “marginais” viriam a desempenhar nesta qualidade (na qualidade de “marginais” fora de).”³⁹

Primeiramente, destacamos que essa autora considera cultura enquanto afirmativa da ideologia dos grupos hegemônicos no poder. Daí o fato dela expressar

³⁹PAOLI, M. C. P. M., **Desenvolvimento e marginalidade**, op. cit. p. 142-3.

no campo simbólico a dominação, que equivale àquela que fundamenta a superexploração da força de trabalho, nas relações de produção. Um segundo aspecto a salientar é que a autora incorpora da teoria da dependência a idéia de que não ocorre marginalização, no sentido de produção de focos de pobreza isolados da sociedade integrada, mas inserção diferencial no mercado de trabalho, produzindo e reproduzindo a estratificação social e alimentando a luta de classes. Isso porque todos estão incluídos na função primordial de produção e reprodução do capital e se identificam com os valores propostos pelos grupos hegemônicos no poder, senão enquanto possibilidade concreta de apreensão dos bens materiais e culturais, pelo menos através da expectativa dessa apreensão.⁴⁰

Em estudo de caso realizado junto a uma população residente na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, Paoli utilizou como critério para a escolha dos sujeitos o tipo de vinculação no mercado de trabalho, o grau de participação que essa vinculação permitia e a renda *per capita* familiar, o que a levou a questionar a marginalidade nos seguintes termos:

“(...) a situação de “marginalidade” não é apenas um nome novo para a pauperização e a exploração típicas do sistema capitalista. Ela configura um campo específico de relações, o da constituição de uma forma de existência social calcada na não-efetivação de um estilo de vida estável, com um nível de vida que chegue aos padrões mínimos de vida aceitos pela própria definição formal da sociedade moderna brasileira.”⁴¹

Embora para Paoli a categoria marginalização configure um campo específico de relações, não deixa de reproduzir no âmbito da dominação o que ocorre nas relações de produção. Nesses termos, contribui para pensarmos que o contingente populacional que vive nos limites das condições materiais de existência tem um lugar na divisão social do trabalho capitalista. Em função da conjuntura em que vivem, numa situação de precariedade que torna a vulnerabilidade uma condição permanente,

⁴⁰Idem, p. 118.

sua representação sobre trabalho é como meio de subsistência e, é a partir dessa condição que se desenvolvem suas trajetórias.

Em suma, Pereira, Foracchi, Kowarick e Paoli fizeram uma distinção entre os trabalhadores inseridos formalmente nas relações de assalariamento e os que sofreram inserção marginal nas estruturas produtivas, apontando uma relação orgânica entre o setor da produção que emprega os trabalhadores sob um contrato formal de trabalho e o setor informal, que são interdependentes para a produção e reprodução do capital.

Isso nos permite pensar no processo de informalização do mercado de trabalho, no contexto brasileiro atual como resultante daquela organicidade.⁴² Assim, a questão social brasileira se configura como precarização das relações de trabalho que perpassam não só os empregos sem registro em carteira, como também aqueles que têm um contrato (o chamado mercado formal de trabalho). A consequência mais profunda de tal precarização é a perda dos direitos decorrentes da situação de trabalhadores, mesmo dos que têm o registro em carteira.

Entendemos que o ponto de inflexão das teorias da marginalidade, o qual levou a sua superação, reside no fato de que as relações sociais de produção capitalistas comportam diferentes relações de trabalho, com graus de instabilidade nas ocupações e níveis de produtividade variáveis, distribuindo-se de forma contígua no mercado de trabalho. Assim, temos dois grupos de ocupações: as que não estão organizadas num mercado em que vigora o contrato formal de trabalho, mas preservam o caráter de exploração da força de trabalho; e as relações de trabalho que são precarizadas, mas seus contratos não sofreram uma degeneração tal que as situe no campo do setor informal.⁴³

Os trabalhadores sob condições precárias de trabalho e sem direitos trabalhistas – os marginalizados - têm uma dupla função na sociedade: (i) compoem o exército de

⁴¹Ibidem, p. 153.

⁴²Cf. MATTOSO, J. L. Capítulo 2 – Desemprego e precarização: a tragédia brasileira. In **O Brasil desempregado: como forma destruídos mis de 3 milhões de empregos nos anos 90**. Op. cit. p. 9-20.

⁴³KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**, op. cit., p. 97.

mão-de-obra de reserva, que serve ao capital nos momentos de expansão como um estoque de força de trabalho disponível; (ii) exercem influência sobre as flutuações no preço da força de trabalho.

Nesse sentido, a marginalização é interpretada por Kowarick como mais uma estratégia do modo de produção capitalista para ampliar a exploração da força de trabalho, na medida em que os marginalizados têm um papel de mão-de-obra excedente disponível que mantém alta a oferta da mercadoria força de trabalho e, por isso, baixos os seus preços, em conformidade com a lei de oferta e procura: não há uma integração dos marginalizados à sociedade como cidadãos, mas políticas para a inserção periférica na organização do trabalho produtivo, conferindo-lhe um lugar determinado na divisão social do trabalho.

Compõem essa massa de trabalhadores os desempregados, inativos, trabalhadores sazonais e intermitentes e, ao contrário de marginais no sentido de sobrantes, são elementos necessários à dinâmica do capital, o que nos leva a refletir com Kowarick sobre os limites da marginalidade enquanto categoria:

“Por aparecerem enquanto uma parcela que se configura como exército industrial de reserva, os grupos “marginais” constituem um elemento básico no processo de acumulação capitalista. Ademais, como este processo combina formas produtivas desiguais, mas articuladas em torno de uma única lógica estrutural que favorece a realização de mais-valia nos centros hegemônicos, os setores “marginais” revelam-se como um elemento importante na expansão de um sistema que reúne formas capitalistas e não-tipicamente capitalistas de produção, formas que, ao que tudo indica, não tendem a desaparecer. (...) Do ponto de vista teórico, cabe indagar se, face aos papéis que desempenham “os grupos marginais”, o conceito é adequado.”⁴⁴

Em decorrência dessa combinação de formas produtivas desiguais, estabelece-se, segundo diferentes critérios, uma hierarquia entre as ocupações, emergindo diferentes tipos de empregados nos setores primário, secundário e terciário, com diferentes tipos de contratos de trabalho: por tempo determinado ou indeterminado, ou ainda contratos para trabalhos sazonais e ocasionais.

2.2 – DA SUPERAÇÃO DAS TEORIAS DA MARGINALIDADE ÀS TEORIAS DA EXCLUSÃO SOCIAL

O fenômeno social da participação-exclusão pode ser apreciado de forma clara ao estudarmos o período de 1964 a 1984.

Mattoso explicita que, do período após a Segunda Guerra Mundial até os anos 70, houve no Brasil o desenvolvimento da indústria, de modo que o mercado de trabalho urbano passou a incorporar grandes contingentes de trabalhadores de origem rural. Houve também o crescimento econômico e a geração de empregos com contrato de trabalho, mas os salários eram baixos, não possibilitando a melhoria na distribuição de renda. Na fase que se estende dos governos militares até a atualidade, tem ocorrido a generalização crescente de um processo de aprofundamento da precarização nas relações de trabalho urbano.⁴⁵

Caruso se aproxima das afirmações de Mattoso, quanto à situação do mercado de trabalho nos anos 70, e destaca que houve, a partir dessa década, a instabilização dos mercados mundiais, exigindo respostas rápidas do mundo da produção, engendrando novas formas de organização do trabalho e a difusão da tecnologia microeletrônica como respostas à crise.⁴⁶

Nos países de capitalismo avançado que vivenciaram o *Welfare State*, é possível considerar a precarização do trabalho após esse período como uma nova característica da configuração histórica atual. Nos anos 70, esses países passaram por uma crise do *Welfare State*. Iniciava-se a discussão sobre as mudanças na organização

⁴⁴Idem., p. 173.

⁴⁵MATTOSO, J. I. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**, op. cit., p.9-10.

⁴⁶CARUSO, L. A. C. Mudanças nas qualificações dos trabalhadores industriais e impactos na formação profissional: perspectivas. In: GITAY, L. (org.) **Reestructuración, Productiva, trabajo y Educación en América Latina**. Campinas: IG/UNICAMP; Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. (Lecturas de educación y trabajo, n° 3). p. 207-213.

do trabalho e crescia a ameaça da perda dos direitos trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora.

Todavia, o Estado não se configurou como *Welfare State* no Brasil, de modo que o trabalho mal remunerado e/ou precário, por vezes, sem as proteções sociais decorrentes da condição de assalariado, sempre fez parte da realidade brasileira desde a abolição da escravatura, pelo menos nas categorias profissionais que não exigiam maiores graus de escolaridade como, por exemplo, os trabalhadores rurais, domésticos e alguns tipos de autônomos.

De 1964 a 1984, ocorreram as modificações nas estruturas dos empregos e imposição de uma política salarial que corroeu o poder aquisitivo da classe trabalhadora, a qual precisou se adaptar aos consecutivos planos de estabilização da economia, sem ter passado por um período de expansão dos direitos sociais por meio do *Welfare State*. Portanto, as mudanças na organização do trabalho supracitadas se desdobraram em perda de direitos sociais, que sequer chegaram a ser consolidados.

Entre 1968 e 1976, houve aprofundamento da desigualdade social, devido à característica desigual do crescimento econômico nas diferentes regiões do Brasil e entre as classes sociais. Um breve período de expansão dos empregos perdurou até 1974, revertido após essa data, mediante a fragilidade do modelo econômico baseado na produção de bens duráveis, cuja crise coincidiu com o esgotamento do modelo fordista-keynesiano, nos países de capitalismo avançado, a partir de 1973. De 1979 a 1983, o Governo Geisel enfrentou uma crise econômica e política e, não conseguindo mais conter as mobilizações populares, desencadeou-se o processo de abertura política lenta e gradual.⁴⁷

No final dos anos 70, o Brasil começava a esgotar o padrão de desenvolvimento econômico vigente desde os anos 50. Durante a década de 80, desenvolvia-se um novo padrão tecnológico, já em curso nas economias e capitalistas desenvolvidas, conforme destaca Mattoso:

Nos países capitalistas avançados, a emergência de um novo padrão tecnológico em meio à ruptura do compromisso social do pós-guerra e à desestruturação da ordem econômica mundial levou à crescente desestruturação do mundo do trabalho na década de 80.

No Brasil, a elevação da inflação aliada à ruptura do padrão de desenvolvimento brasileiro favoreceram a estagnação da esfera produtiva, tornando os ciclos de crescimento, anteriormente intensos, embora curtos e estáveis, praticamente inexistentes e interrompendo o processo de assalariamento e de formalização das relações de trabalho e, conseqüentemente, ampliando a pobreza, a exclusão e a heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho (emprego e salários).⁴⁸

As sucessivas gestões de governos militares puderam implementar um plano de estabilização que implicou em recessão e queda do poder aquisitivo, pela política salarial de natureza oficial não mediada pelos sindicatos, suprimindo, assim, as possibilidades de negociação dos salários, em conformidade com a lei da oferta e da procura. O crescimento na economia, alcunhado de “milagre econômico”, não resolveu a desigualdade social, aumentando a concentração de renda na classe burguesa.⁴⁹

No que diz respeito aos direitos, ocorria a ampliação da previdência social, conforme mencionamos anteriormente. Dentre tais direitos, destacamos a extensão do ensino fundamental obrigatório e gratuito de quatro para oito anos, a universalização da previdência social, que unificou a aposentadoria, pensões e assistência médica pela criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e a extensão de seus benefícios aos trabalhadores rurais, autônomos e domésticos, além da criação do banco Nacional de Habitação e do Ministério de Previdência Social, em 1974⁵⁰

Embora privilegiassem o social, as medidas anteriormente relacionadas se deram num momento histórico de restrição dos direitos civis e políticos e tinham o

⁴⁷MATTOSO, J. L. *A desordem do trabalho*, op. cit., 113 e ss.

⁴⁸Idem, p. 126.

⁴⁹Ibidem, p. 129-30.

⁵⁰CARVALHO, J. L. *Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil*, op. cit., p. 133-4.

caráter de concessões, submetidas às condições ditatoriais do Estado. Enquanto no primeiro mundo houve uma política em que o Estado cumpria a função de promotor do bem-estar, no Brasil esse modelo de Estado jamais se consolidou. Entendemos que tais medidas são ilustrativas da peculiaridade da organização econômica e social do Brasil, em relação aos países de capitalismo avançado que se constituíam em referência para o terceiro mundo.

Castro e Deddeca apontam que desde a década de 60, havia um eixo comum aos países da América Latina, qual seja, o do projeto de modernização, mas esse foi redirecionado no Brasil durante os governos militares, os quais dissociaram as dimensões econômica e social do desenvolvimento.⁵¹

No que tange a década de 80, Matoso dividiu-a em três períodos; neles destacamos o comportamento do mercado de trabalho, por ter influenciado diretamente as trajetórias ocupacionais dos sujeitos desta pesquisa.

O primeiro período compreendeu os anos de 1981 a 1983, em que houve no Brasil recessão, restrição de empregos industriais, expansão dos empregos sem contrato de trabalho, e o crescimento do setor informal.

No segundo período, de 1984 a 1986, o país experimentou um momento de recuperação econômica, devido ao aumento das exportações, resultando numa ligeira elevação no emprego no setor industrial. Nesse momento, não poderíamos deixar de mencionar um marco histórico: a emergência do movimento em prol das eleições diretas para presidente e demais cargos eletivos, após duas décadas de governos militares.

No terceiro período, de 1987 a 1989, houve estagnação econômica e aumento da inflação, contudo, um crescimento da produção foi suficiente para que mantivesse baixos os índices de desemprego em relação aos períodos anteriores. A política que associava elevação dos salários à dos preços era uma medida econômica que tinha por

objetivo impedir que o poder de compra do trabalhador fosse ainda mais corroído pela inflação.⁵²

Durante toda a década de 80, o mundo da produção desenvolveu formas cada vez mais eficientes de aumento da produtividade, o que significa dizer maior incremento do capital com dispêndio mínimo para a manutenção da força de trabalho. Nesse contexto, a estratégia político-econômica neoliberal foi se estabelecendo e ganhando força nos países de capitalismo avançado, reiterando o princípio capitalista, segundo o qual o mercado atua como mediador universal das relações mercantis. A consequência de tal processo para a classe trabalhadora foi a precarização das condições de trabalho, que se generalizou. No Brasil isso se deu da seguinte maneira:

“Outra mudança importante ocorrida nos últimos vinte anos é a substituição do emprego formal, ou seja, com registro de contrato de trabalho na Carteira de Trabalho (documento de cada trabalhador empregado, indispensável para assegurar-lhe os direitos legais) por emprego informal, ou seja, sem registro. O emprego informal é clandestino e dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à Previdência social, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outras, além de permitir ao patrão deixar de pagar férias, 13º salário, Aviso Prévio etc. Estima-se que a substituição do emprego formal pelo informal reduz em mais de 50% o custo anual do trabalhador à empresa.

Sendo o emprego informal contrário à lei, ele só se efetiva com a cumplicidade do trabalhador. A pressão crescente do desemprego é fator poderoso para que grande número de pessoas aceitem o emprego informal. Grandes empresas burocratizadas podem se entregar a práticas ilegais como o emprego informal. Estas empresas estão reduzindo seu gasto com trabalho mediante a substituição de empregados formais por pessoal temporário, fornecido por empresas locadoras de mão-de-obra e por prestadores de serviços.”⁵³

Na perspectiva do capital, tais mudanças no trabalho, por nós consideradas precarização, são divulgadas como parte de um conjunto de estratégias de adaptação das empresas, com vistas à adequação ao padrão de produtividade do mercado

⁵¹Cf. CASTRO, N. A.; DEDDECA, C. S. (Orgs.) **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho). p. 10 e sobre padrão de industrialização norte-americano. p. 11.

⁵²MATTOSO, J. L. **A desordem do trabalho**, op., cit., p. 137-9.

internacional. Ruas aponta três tipos de estratégias: i) a de adaptação restritiva, que se baseia em medidas de redução de custos, em especial a redução com custos referentes à mão-de-obra; ii) a estratégia de adaptação limitada, que envolve o desenvolvimento de técnicas de reorganização do trabalho para responder às exigências de qualidade do mercado internacional e aprimorar os instrumentos de controle sobre o trabalho; iii) a estratégia de adaptação global, visando atingir novos padrões de competitividade.⁵⁴

Esse autor destaca que, devido ao seu impacto sobre o mercado de trabalho, tais mudanças representam mais que um processo meramente econômico, em especial na América Latina, pelas características regionais e históricas que as distinguem dos países de capitalismo avançado:

“Em primeiro lugar, observa-se que, longe de constituir um processo de reestruturação estritamente, a dinâmica do ajustamento ao novo cenário internacional é, para a América Latina e incluídos os países do Mercosul, também um fenômeno de profundas conseqüências sociais. As taxas de desemprego, a redução dos salários médios, o aumento do trabalho informal, a maior presença da miséria na maioria dos países constituem também alguns dos resultados da reestruturação. Assim, na prática, a reestruturação econômica aparece, de fato, como um ajustamento de caráter sócio-econômico e como tal deve ser tratado.”⁵⁵

As conseqüências dessas mudanças na América Latina tornaram-se mais explícitas somente a partir do final dos anos 80, quando houve tentativas de adaptação às novas exigências do mercado internacional por meio das seguintes medidas arroladas por Ruas:

“No plano macroeconômico, as medidas de ajustamento na América Latina têm, em geral, seguido as seguintes diretrizes: a) abertura comercial ao

⁵³SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 45.

⁵⁴Cf. RUAS, R. Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho. In: GITAHY, L. (org.) *Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina*, op. cit., p. 103.

⁵⁵Idem, p. 95.

exterior, com redução das alíquotas de importação; b) reestruturação do setor público, incluindo privatização de empresas públicas e uma participação menos reguladora do Estado; c) reforma e desregulação do sistema financeiro de maneira que a taxa de juros doméstica seja o principal mecanismo de ajuste e d) desregulação do mercado de trabalho a fim de torná-lo mais flexível.”⁵⁶

Embora essa tendência apresentada por Ruas prevalecesse no interior da divisão internacional do trabalho e, nos países de capitalismo avançado, se manifestasse a tendência à desindustrialização, a estrutura produtiva industrial brasileira ainda manteve o maior parque industrial da América Latina e o maior crescimento do produto interno bruto, nos anos 80. O autor destaca aí uma contradição no caso brasileiro: por um lado seu parque industrial crescia, divergindo da tendência mundial; por outro, desenvolviam-se estratégias macroeconômicas que convergiam perfeitamente com as diretrizes neoliberais.

O Estado foi abrindo mão do controle sobre a economia e enfraquecendo-se do ponto de vista político e institucional. Criou-se o ambiente propício para a penetração do discurso que visa a minimizar a ação do Estado pela privatização de instituições públicas com fins sociais e econômicos, bem como difundir a ideologia do poder do mercado para controlar o crescimento econômico.⁵⁷

Leite destaca que a classe empresarial que sustentava a expansão do parque industrial no Brasil na década de 80 se manteve na linha da modernização conservadora, explicitada nos seguintes termos:

“O balanço da bibliografia especializada sugere claramente desde o início uma opção do empresariado brasileiro por uma modernização conservadora, na qual as iniciativas de reorganização do trabalho tendiam a manter características importantes da organização taylorista/fordista do trabalho como a concentração do planejamento e concepção nas mãos dos técnicos e engenheiros e a centralidade do trabalho individualizado em tempos impostos. Do mesmo modo, a literatura apontava para a manutenção das formas de gestão da mão-de-obra autoritárias e pouco compatíveis com o envolvimento dos trabalhadores que vêm predominando há

⁵⁶Ibidem, 95-108.

⁵⁷MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*, op. cit., p. 134.

longos anos no país, baseadas nos baixos salários, na divisão dos trabalhadores através de políticas salariais que buscam individualizá-los, na resistência em estabilizar minimamente a mão-de-obra.⁵⁸

Enquanto a tendência mundial era de reorganização do trabalho, o empresariado brasileiro incorporou primeiramente as medidas relacionadas a essa reorganização que diziam respeito especificamente à gestão do trabalho e reverteram-se imediatamente em redução de custos com mão-de-obra.

Posteriormente, implementaram mudanças mais profundas, tais como os investimentos para melhorar os processos produtivos, a busca de novos padrões de competitividade, mediante as exigências imperiosas do mercado externo para a aceitação de seus produtos. Essas medidas envolviam desde a absorção da microeletrônica, a terceirização de setores da produção, até as novas formas de organização da produção, as quais exerceram influências significativas sobre as oscilações no mercado de trabalho.⁵⁹

Do ponto de vista dos direitos civis e políticos, os anos 80 foram o momento de o Estado brasileiro devolver à população uma série de direitos suprimidos durante os governos militares. Entretanto, houve, em seguida, uma mudança de discurso em relação aos direitos sociais e trabalhistas, devido à implementação daquela estratégia político-econômica oficial e à decorrente redução do cidadão a “cidadão cliente”, conforme analisamos anteriormente⁶⁰.

Entretanto, mais que reduzir o cidadão a cliente, negando-o enquanto cidadão, o pensamento neoliberal tem buscado retirar os limites impostos pelas leis sociais à expropriação do trabalhador, conforme destaca Rosa:

⁵⁸LEITE, M. P. Modernização tecnológica e relações industriais no Brasil: o quadro atual. In: GITAY, L. (org.) *Reestructuración, Productiva, trabajo y Educación en América Latina*, op. cit., p. 215-225. Grifos nossos.

⁵⁹Cf. RUAS, R. Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho, op. cit., p. 100-103.

⁶⁰Cf. cap. I, nota 54, em que fazemos considerações sobre o termo “cidadão-cliente”.

“A característica principal deste pensamento (a utopia do pensamento liberal) é a do não [re]conhecimento dos limites da lei para o uso de si, do homem, como trabalhador, cujos efeitos são a tendência à prevalência meramente do poder disciplinar – da norma – na regulação de subordinação do trabalho ao capital, negando o sujeito de direito e, portanto, as regras do direito do trabalho como limites de proteção desse uso. A nosso ver é a convivência com a cidadania e a sua difícil experiência que remete à democracia, que está sendo posta em questão.”⁶¹

Portanto, se por um lado, a população recuperou os direitos civis quando da abertura política, e a participação social se intensificou pela multiplicação dos movimentos populares durante toda a década de 80, por outro, as condições concretas de existência não favoreceram a efetivação de direitos constitucionais, tais como: “a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.”⁶²

Em 1990, o presidente Collor assumiu o governo da nação, mediante processo eleitoral com as primeiras eleições diretas para presidente, após 30 anos de governos militares. Implementou oficialmente a política de subordinação ao capital internacional e a estratégia político-econômica neoliberal, em que a regulação econômica por meio do mercado seria a única alternativa. Essa proposta convergia para a modernização conservadora, sendo, pois, rapidamente assimilada pela burguesia nacional, bem como pela classe média.⁶³

⁶¹ROSA, M. I. Mudanças no trabalho e desregulamentação: negação da cidadania e dos limites do poder. *Anais do VI encontro da ABET*, vol. I, out./1999. P.668.

⁶²Cf. BRASIL, Constituição Federal, art. 6º. In: ACQUAVIVA, M. C. *Vademecum universitário de direito*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1998. p. 50.

⁶³MATTOSO, J. E. L. *A desordem do trabalho*, op. cit., p. 143. BOURDIEU faz uma análise pertinente sobre a característica caótica implícita o discurso neoliberal, utilizado como ferramenta para sua transformação em ideologia:

“É todo um conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios: admite-se que o crescimento máximo, e logo a produtividade e a competitividade, é o fim último e único das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas. Ou ainda, pressuposto que fundamenta todos os pressupostos da economia, faz-se um corte radical entre o econômico e o social, que é deixado de lado e abandonado aos sociólogos, como uma espécie de entulho.” O mito da “mundialização” e o Estado social europeu In: BOURDIEU, P. *Contrafogos* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998. p. 44.

Conforme o salientado anteriormente, a sociedade resgatou os direitos civis, políticos e sociais restritos ou suprimidos durante o regime militar após 1984. Entretanto, é possível perceber que para a maioria da população, que vive com baixas rendas e se concentra nos centros urbanos, o acesso a tais direitos está tão obstaculizado, que os torna “letra morta”. Tais direitos ainda não foram implementados integralmente num contexto de plena democracia participativa, de modo que o brasileiro ainda não experimentou o estado de direito no sentido forte do termo.⁶⁴

Telles realizou estudos no final da década de 80 que vêm a corroborar a hipótese de que a deterioração salarial, a degradação dos serviços públicos, o rebaixamento da qualidade de vida urbana e o desemprego em massa têm se tornado causas do empobrecimento e ameaça de exclusão, até mesmo dos trabalhadores urbanos integrados. O fato de o trabalhador ser integrado nas relações de trabalho com contrato formal já não representa garantia de que não será atingido pelo problema da pauperização.

A autora problematiza o fenômeno social da pobreza persistente, apontando o enigma de sua existência na sociedade brasileira, a qual se industrializou, modernizou-se e criou um sistema de previdência social. Sua hipótese de trabalho é que, no Brasil, os direitos se constituíram no interstício de uma relação entre as classes marcadas pelo autoritarismo.⁶⁵

Telles observa que, para além da carência material, ao pobre é imposto o estigma de sujeito destituído de seus direitos, para torná-lo cliente das instituições de assistência social. Ademais, a autora retoma a discussão de Francisco Oliveira, o qual assinala ter havido, desde os anos 60, uma forma de pensamento marcada pela dicotomização das análises dos fenômenos sociais por ele denominada de “razão

⁶⁴ADORNO, S.. *Violência: um retrato em preto e branco*. In: GROSBAUN, E.;ALVES, M. L.; MARTINS, A M. (coords.) *Violência: um retrato em preto e branco*. São Paulo: FDE. Diretoria técnica, 1994. p. 18-9.

dualista”, a qual influenciara os pensadores das teorias da modernização. Sob essa perspectiva, a pobreza foi associada ao atraso, ao passado obscuro de um Brasil rural, arcaico e não industrializado. Assim, tal atraso deveria ser superado através da modernização, da urbanização e da industrialização.

Em síntese, a razão dualista, ao associar a pobreza existente na conjuntura atual ao atraso verificado num contexto anterior à industrialização, deixa de considerar uma outra forma de manifestação da pobreza, decorrente desse “novo” momento histórico que o país vive, após a abertura política, uma vez consolidados os processos de urbanização e industrialização.

Destaquem-se dois aspectos importantes no pensamento de Telles: o primeiro é a constatação da existência dessa ideologia em que a pobreza associada ao atraso desaparece como problema da atualidade; o segundo aspecto é a sua hipótese de que essa pobreza, transformada em cenário de um país atrasado, remete à associação entre pobreza e incivilidade. Ocorre um deslizamento nesse discurso, de modo que, primeiramente, a idéia de “incivilidade”, “atraso” é considerada como uma situação inferior em relação ao estado civilizado e moderno. Em seguida, o pobre, representante desse atraso, torna-se um sujeito “inferior”, alvo da tutela das agências de assistência social e, por isso, cliente de concessões e não sujeito de direitos.⁶⁶

A partir da abordagem da pobreza como destituição material e de direitos, Telles desenvolveu a tese de que o pobre é, antes de mais nada, destituído do direito ao trabalho. Em consequência disso, esses trabalhadores desenvolvem suas trajetórias ocupacionais submetendo-se aos mais variados tipos de trabalhos, por vezes em situação irregular; vivem o drama de não conseguirem se fixar como trabalhadores com contrato, não poderem planejar o futuro profissional e não terem acesso aos direitos decorrentes da condição de assalariado.⁶⁷

⁶⁵TELLES, V.L. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza**. São Paulo, 1992. Tese. (doutorado – Deptº de Sociologia) Universidade de São Paulo. p.1-3.

⁶⁶Idem, p. 53 e ss.

⁶⁷Ibidem., 87-8.

Foracchi, Paoli e Telles têm em comum o fato de que consideram a pobreza para além da questão da carência material. Telles aponta que a pobreza diz respeito não só aos miseráveis, mas também à classe trabalhadora em vias de pauperização. Desse modo, a pobreza, hoje, não atinge somente um contingente da população que vive na situação que Castel denomina de desafiliação, ela adentra também à casa do trabalhador que tem contrato legal de trabalho, em todo o mundo.

Tal situação se agrava ainda mais no Brasil, pois além dos efeitos da nova organização do trabalho que atingem a classe trabalhadora de todo o mundo, há que se considerar a própria característica da organização econômica brasileira, a qual não tem mecanismos que evitem efetivamente a corrosão dos salários e nem políticas de distribuição de renda e de reforma agrária, nem de investimentos permanentes para a consolidação dos direitos sociais.

Ademais, a autora destaca que a pobreza no Brasil não é apenas efeito da estrutura econômica, tanto que o crescimento econômico *per si* não é bastante para resolvê-la. Trata-se de uma questão política mediada pelos direitos, na medida que não se restringe à destituição material, mas inclui também a dimensão política da destituição. Segundo Telles, esse estado de dupla destituição se deve à tradição autoritária no âmbito da política, que coloca empecilhos para que os direitos se constituam como resultantes de negociações, através das quais há espaço para a confrontação de interesses diversos e o reconhecimento do outro como sujeito com o direito a ter seus próprios interesses.⁶⁸

Nesse sentido, a síntese de Carvalho sobre a gênese dos direitos sociais, políticos e civis no Brasil é ilustrativa:

“Deve-se perguntar porque o sistema representativo não tem sido capaz, de qualquer forma, de levar ao governo as necessidades do povo e de instaurar políticas públicas capazes de prestar atenção a essas necessidades.

⁶⁸Ibid., p. 5 e p. 90 e ss.

Uma das razões pode encontra-se na história que narramos. Vimos que no Brasil se seguiu uma ordem inversa na cronologia e na lógica da seqüência clássica da aquisição dos direitos e da cidadania. Vieram primeiro os direitos sociais, em um período que um ditador que alcançou popularidade suprimiu os direitos políticos. Depois, vieram os direitos políticos, também em uma forma bastante peculiar. A grande ampliação do direito ao voto se apresentou e outro período autoritário, no qual os organismos de representação política se transformaram em adorno do regime. Por último, inclusive hoje em dia, muitos direitos civis estão fora do alcance da maior parte da população. A pirâmide dos direitos se colocou de tal maneira que descansava sobre o vértice.⁶⁹

Destacamos da pesquisa de Telles suas considerações em relação especificamente aos direitos, em especial ao direito ao trabalho. Ela contribui para a análise das trajetórias dos trabalhadores, partindo do ponto de vista de que a exclusão do trabalho é precedente das demais formas de exclusão.

Primeiramente, a autora chama atenção para o fato de que os direitos sociais no Brasil institucionalizados por Getúlio Vargas nos anos 30, além de surgirem num contexto de restrição dos direitos políticos, estavam vinculados à condição do assalariado urbano e não à do trabalhador rural ou doméstico, de modo que essas categorias foram privadas daqueles direitos sociais. Tal situação remete ao salientado por Telles quanto ao problema da injustiça social. Segundo ela, a injustiça se deve não somente à falta das leis, mas também aparece na elaboração dessas, uma vez que não contemplam a classe trabalhadora como um todo. Resulta disso que a própria lei estabelece a desigualdade de direitos, que é o caso da falta de regulamentação dos direitos dos trabalhadores rurais e domésticos, os quais permaneceram nessa condição na Consolidação das Leis Trabalhistas até a década de 70. Uma vez que os trabalhadores rurais e os domésticos foram incluídos como beneficiários das leis trabalhistas apenas na década de 70, pode-se dizer que até então não estavam plenamente incluídos no estatuto de sujeito de direitos.⁷⁰

⁶⁹CARVALHO, J. M. *Desenvolvimiento de la ciudadanía en Brasil*, op. cit., p. 163. Tradução livre. Grifos nossos.

⁷⁰Idem, p. 37-8.

Nos últimos 20 anos, a questão dos direitos do trabalhador no Brasil, tornou-se ainda mais complexa, de modo que o cidadão que está empregado com contrato, registrado em carteira é considerado como “cidadão-cliente”, o que lhe possibilita um tratamento diferenciado em relação aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade no trabalho e trajetórias repletas de rompimentos e inflexões, de modo que o trabalhador tem que se estabelecer primeiro como trabalhador com registro em carteira, para então ser reconhecido como sujeito de direitos. Este fato, Telles aponta da seguinte maneira:

“Na tradição brasileira, a regra formal que prescreve o acesso aos direitos sociais desdobra-se em algo como uma lei moral que julga a pertinência do indivíduo na vida em sociedade, o seu direito a existir socialmente e a ser reconhecido como cidadão: para ter direitos e acesso a uma existência legítima, o indivíduo tem que provar ser um trabalhador responsável, com uma trajetória ocupacional identificável em seus registros, persistente na vida laboriosa e cumpridor de seus deveres.”⁷¹

Ocorre que na sociedade contemporânea, além de se observar a persistência da pobreza, a classe trabalhadora está perdendo o estatuto de sujeitos de direitos e, assim, deixando de ser cidadãos, no sentido forte da palavra, para ser, cada vez mais, reduzidos a “cidadãos-clientes”. Enfim, os trabalhadores ficam alijados da cidadania plena.

A partir das análises realizadas por Foracchi e Kowarick e, depois, por Paoli e Telles, pudemos levantar a hipótese de que os referidos trabalhadores têm sido invalidados por um deslizamento do discurso do capital, que transfigura os qualificados em úteis e, conseqüentemente, os desqualificados em inúteis mediante as exigências do capital. Sob tal discurso são rotulados como excluídos sociais, quando, na verdade, eles jamais estiveram excluídos da divisão social do trabalho capitalista.

⁷¹TELLES, V. L. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza**, op. cit., p. 119. Grifos nossos.

Assim, propomo-nos a verificar através das trajetórias ocupacionais e escolares como tais trabalhadores, a despeito de não terem concluído o ensino fundamental durante a infância e adolescência e não serem mão-de-obra qualificada, com conhecimentos técnicos, conseguem construir uma trajetória ocupacional, desenvolvendo estratégias, utilizando os saberes adquiridos em cada trabalho, seja ele, assalariado, autônomo, ou um negócio familiar.

CAPÍTULO 3: AS TRAJETÓRIAS: ANÔNIMAS ODISSÉIAS

“Lá onde a especulação cessa, na vida real, começa, portanto, a ciência real, positiva, a representação da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. Cessam as frases sobre a consciência, o saber real tem de as substituir.”¹

Conforme explicitamos na apresentação, a presente pesquisa visa investigar como se desenvolveram as trajetórias ocupacionais de trabalhadores que não concluíram o ensino fundamental, vindo a adquirir saberes predominantemente fora da escola formal regular – na família, no trabalho e em outras instituições sociais - desde a infância até a adolescência.

Cardoso, Caruso e Castro apontam que as trajetórias podem ser utilizadas como instrumento adequado para estudos que se dedicam a investigar processos de inclusão e exclusão dos trabalhadores do mundo fabril. Entretanto, explicitam que os trabalhos nesse sentido ainda não são muito comuns:

“Acreditamos que a agenda de pesquisa que se faz hoje necessária deve estar igualmente preocupada com as possibilidades de incorporação, ou de reinserção profissional dos trabalhadores afetados por aquela nova ordem, vale dizer, daqueles que parecem, ao menos temporariamente, excluídos dessa ordem.

Esse tipo de indagação expõe ainda mais a lacuna deixada pela literatura atual, porque são raríssimos os estudos agregados de trajetórias ocupacionais que tomam por unidade de análise o indivíduo.”²

Dentro dessa abordagem, Caruso *et alii* têm investigado como as trajetórias progressivas determinam as futuras. Durante essa pesquisa, elaboraram um levantamento sobre estudos que se dão a partir de análises de trajetórias ocupacionais. Destacaram o seu valor instrumental, apresentando algumas questões para

¹MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: primeiro capítulo seguido das teses de Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984. p. 24.

²CASTRO, N.; CARUSO, L. A. C.; CARDOSO, A. M. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade. Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e educação**. São Paulo, Ano II, nº 1, 23, Maio/1997. p.14.

investigações a serem realizadas no campo da sociologia do trabalho, dentre as quais: o deslocamento dos trabalhadores, em função da conjuntura, a qual torna obsoleta as suas qualificações para diferentes postos no setor produtivo e no comércio; a migração inter e intra-setorial dos trabalhadores durante sua trajetória ocupacional e as migrações regionais; a relação entre as chances de re-inserção profissional, o grau de escolaridade e a especificidade do treinamento requeridos por uma ocupação; a influência das características adquiridas pelo profissional e as características que lhe são intrínsecas, como gênero, raça, faixa etária, no processo de busca do emprego.

Os autores citam ainda estudos com abordagens que se referem às estratégias familiares e individuais, bem como às relações entre as trajetórias familiares e ocupacionais dos indivíduos. Partem da hipótese de que as estratégias de emprego são condicionadas pelo primeiro emprego, bem como por aspectos relacionados à família.³

Ferreti, em uma pesquisa sobre migrantes advindos da região nordeste do país, que tiveram sua inserção no mundo do trabalho por meio da agricultura e, posteriormente, tornaram-se com salário fixos ou trabalhadores autônomos na Grande São Paulo, utilizou a expressão trajetória ocupacional para referir-se às atividades remuneradas que eles exerceram e às escolhas profissionais efetuadas durante seus percursos.⁴

Consideramos trajetórias no sentido empregado por Lautier, como percursos feitos por sujeitos socializados, que sofrem influências nas esferas familiar, escolar e outras. Para esse autor, a trajetória não segue um percurso pré-determinado, mas constrói-se a partir de estratégias das quais os homens lançam mão mediante as variações das injunções sociais sobre si.⁵

³Idem p.16-8.

⁴FERRETI, C.J. **Opção trabalho: trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998. p. 2, 4 e 20.

⁵LAUTIER, B. Cycles de vie, trajectoires professionnelles et stratégies familiales: quelques réflexions méthodologiques à partir de travaux latino-américains. In CABANES, J; SELIM, M. (direction)

Para Lautier, as estratégias se desenvolvem dentro de uma situação de imprevisibilidade da situação em relação ao seu futuro e ao modo como o sujeito conduz seu projeto de vida:

“A idéia comum de estratégia nasceu na guerra, neste sentido, a estratégia é muito mais que um componente utilitarista racional (adaptar os meios aos fins, os quais são formulados em termos de maximização de uma variável, e utilizar os melhores de seus meios). Evidentemente, a estratégia comporta isto que foi dito, mas ela comporta ainda mais: existe a estratégia que mediante um adversário, não somente incompletamente desconhecido, mas que tem, ele mesmo, sua própria estratégia. Não é necessária, então, somente a informação perfeita, mas de uma imprevisibilidade total, a qual supõe que o agente constrói não somente diversos cenários, mas também os procedimentos de modificação destes cenários em função do desenvolvimento da estratégia do adversário.”⁶

O autor, ao definir estratégia, considera dois aspectos: o primeiro refere-se à faculdade humana de prever situações e projetar a sua ação. O segundo alude à situação de imprevisibilidade em que as estratégias se dão, bem como à faculdade humana de criar e promover modificações durante a própria interação com as situações não previstas.

Assim, é justamente esse duplo sentido das trajetórias que privilegiamos em nossas análises, ao enfatizar as trajetórias ocupacionais e escolares de cada entrevistado no presente capítulo.

Esses trabalhadores, cujas trajetórias se constituíram em material de análise, estão ou estiveram em algum momento de suas vidas na condição de integrante do exército de mão-de-obra de reserva, portanto, inserido dessa forma na divisão social do trabalho. Construíram toda sua trajetória ocupacional nessa condição e ainda hoje persistem nela. São trabalhadores urbanos, jovens, sempre expostos às flutuações do mercado de trabalho.

Salariés et entreprises dans les pays du Sud: contribution à une anthropologie politique. Paris, Karthala/L'orsom, 1995. p. 337-8. Tradução livre.

⁶Idem, p. 348. Tradução livre.

Eles têm uma trajetória marcada por várias ocorrências de mudanças de emprego, a baixa qualidade das condições de trabalho e o esforço constante para conquistar postos de trabalho com melhor remuneração, bem como para desenvolver uma trajetória mais estável.

Os trabalhadores, circunscritos àquela condição de integrantes do exército industrial de mão-de-obra de reserva, investigam as situações de imprevisibilidade, fazem suas previsões, projetam, ponderam, interrogam o futuro, adquirem saberes e desenvolvem estratégias, tudo isso contribuindo para a construção de uma trajetória que só pode ser apreendida *a posteriori*.

Em nosso universo de pesquisa, analisamos no interior de cada trajetória as estratégias ligadas à construção da trajetória ocupacional, bem como estratégias escolares, as quais entendemos que não se dão apenas dentro da escola formal, mas também nos cursos livres, nos ambientes de trabalho e familiar.

Detivemo-nos, mais pormenorizadamente, no estudo dos saberes adquiridos durante a trajetória ocupacional do indivíduo, nos cursos profissionalizantes e instrumentais, nos cursos supletivos e naqueles feitos no interior de empresas, na aprendizagem com vistas à profissionalização, nos retornos à escola para conclusão do ensino fundamental e em outras estratégias escolares desenvolvidas. Trata-se, portanto, do estudo de trajetórias ocupacionais e escolares, que privilegiam os saberes adquiridos no interior do sistema escolar, bem como fora dele, ou seja, em toda e qualquer instituição que se propõe a informar, formar, preparar, instrumentalizar e/ou credenciar os trabalhadores.

Entrevistamos oito trabalhadores com idades entre vinte e trinta anos, residentes desde a infância no município de Rio Claro. Frequentaram o primeiro grau e tiveram episódios de evasão escolar no período que fizeram da primeira à oitava série.⁷ Optamos por entrevistar aqueles na faixa entre vinte e trinta anos, pois estavam

⁷As explicitações sobre essa terminologia foram feitas na nota 7 da introdução.

em idade escolar no período entre 1975 e 1995, quando ocorreram as mudanças no âmbito da organização do trabalho no Brasil.

A primeira entrevista, de caráter de piloto, teve uma análise preliminar que resultou na alteração do roteiro. Assim, não foi utilizada na pesquisa. Optamos por aprofundar, em cada entrevista, os dados biográficos, pois esses nos proporcionariam um extenso material de análise, com uma ampla gama de estratégias escolares, ligadas ao trabalho e à família. Isso veio ao encontro dos seguintes objetivos da pesquisa: levantar as situações em que houve aquisição de saberes, apontando as circunstâncias, os meios de sua aquisição, a sua natureza e seu uso em cada emprego; identificar os saberes que os jovens trabalhadores adquirem em função das trajetórias ocupacionais e as marcas que tais saberes imprimem nessas trajetórias, influenciando e direcionando seu processo de profissionalização.

Notamos, numa análise preliminar de cada uma delas, que se trata de trajetórias que exploram estratégias muito diversas entre si. Por considerar a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem explorados em cada entrevista, optamos por restringir a sete o número de entrevistas analisadas.

Ao organizar os roteiros e planejar a coleta de dados empíricos, empregamos a técnica de entrevistas não-diretivas⁸, com o uso do gravador, objetivando levantar as trajetórias ocupacionais e estratégias escolares. Utilizamos como material de apoio um roteiro com os seguintes temas a serem privilegiados durante a interlocução: infância e adolescência, informações sobre a família, história escolar, empregos com e/ou sem registro em carteira, negócios por conta própria⁹ ou familiares, trabalhos esporádicos, episódios de desemprego, retornos à escola, fatos relevantes da vida

⁸Utilizamos o termo entrevistas não-diretivas conforme proposto por THIOLENT: o entrevistador explora as verbalizações dos sujeitos, buscando nelas modelos culturais que se manifestam nas suas vivências. THIOLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987. p. 85

⁹Entendemos trabalho por conta própria, ou trabalho autônomo, como atividade remunerada que não consiste em relação de assalariamento. Essa forma de ocupação refere-se a prestações de serviços, elaboração e/ou comercialização de produtos, bem como microempresas com ou sem registro comercial. Enfim, as expressões referem-se ao trabalho sem vínculo empregatício.

adulta, educação dos filhos, questões sobre o mercado de trabalho e planos para o futuro.

Durante a realização de cada entrevista, procuramos reunir informações sobre as condições de trabalho, os tipos de contrato¹⁰, os tempos permanecidos em cada emprego, as dispensas e demissões¹¹, os salários diretos e indiretos recebidos. No tocante à escola formal, buscamos informações sobre os episódios de repetência e evasão escolar e o envolvimento da família no processo de escolarização dos entrevistados. Preocupamo-nos também em perguntar sobre os cursos, estágios, aprendizagens fora da escola, em especial aquelas que tinham em vista o mercado de trabalho.

A técnica da entrevista permite que o pesquisador interrompa a explanação do entrevistado para pedir esclarecimentos, fazer novas perguntas e, desse modo, privilegiar na entrevista as informações referentes ao objeto de pesquisa delimitado, tais como dados de sua trajetória e as estratégias escolhidas para a inserção no mundo do trabalho. No tocante à entrevista, Pereira de Queiroz aponta que o pesquisador solicita ao entrevistado para dar seu depoimento, a partir de determinados recortes estabelecidos e mediante a imposição de um temário:

“Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da “vida” de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham a se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério. Se o narrador se afasta em digressões, o pesquisador corta-as para trazê-lo de novo ao seu assunto.

¹⁰Consideramos nessa pesquisa a definição clássica de contrato, como livre acordo entre as partes. Cf. NUNES, P. *Dicionário de tecnologia jurídica* (rev. Amp.), 12.ed. Rio de Janeiro: Bastos, 1994. p. 252. Sobre contratos cf. também nota 22 do primeiro capítulo e nota 20 deste mesmo capítulo.

¹¹A dispensa é um ato empreendido pelo empregador e a demissão é solicitada pelo empregado. Sobre a distinção entre dispensa e demissão confrontar com BRASIL. CONSOLIDAÇÃO das Leis do trabalho – Lei nº5.452/43. In: AQUAVIVA, M. C. *Vademecum universitário de direito*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998. Arts. 477 a 483, p.767-8.

Conhecendo o problema, busca obter do narrador o essencial, fugindo do que lhe parece supérfluo e desnecessário”.¹²

A realização de pesquisas a partir de entrevistas, para obtenção de depoimentos orais, não se restringe a extrair do sujeito informações para a contextualização histórica de um fenômeno ou fato social. O entrevistado é considerado como sujeito histórico, ou seja, sempre em interação dialética com a história desde o nível básico de produção das condições essenciais para a vida.¹³ Daí a importância de suas respostas, considerações, impressões sobre o tema solicitado como fonte primária de dados para estudos sobre a sociedade dentro de uma perspectiva dinâmica.

Antes de iniciarmos a pesquisa empírica, estabelecemos quatro critérios para a seleção dos entrevistados: 1) ter frequentado a escola pública da rede estadual durante o período de ensino fundamental no município de Rio Claro; 2) ter na trajetória escolar episódios de evasão durante o ensino fundamental; 3) pertencer à faixa etária entre vinte e trinta anos; 4) residir no município de Rio Claro no momento da pesquisa.

Os entrevistados foram localizados por meio de indicações. Assim, quatro deles (Carmem, Jairo, Vandréa e Cida) estavam em diferentes séries do ensino fundamental de um curso supletivo oferecido pela Prefeitura Municipal de Rio Claro.

¹²PEREIRA DE QUEIROZ, I. “Relatos orais, do ‘indizível’ ao ‘dizível’ “. In VON SIMSON, O. (org. e Introd.) **Experimentos com histórias de vida (Itália/Brasil)**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. (Enciclopédia aberta de Ciências Sociais). p.21

¹³Neste sentido, reportamo-nos a Karl MARX e Frederich ENGELS:

“(..)temos que constatar a primeira premissa de toda a existência humana, e portanto, também, de toda história, ou seja, a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado no dia-a-dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (...) assim, a primeira coisa a fazer em qualquer concepção de história é observar este fato fundamental em todo o

A diretora desse curso permitiu que fôssemos às salas de aula convidar alguns alunos para participarem das entrevistas. Mediante o nosso convite, os alunos supracitados prontificaram-se a conceder entrevistas. Nico foi indicado por Carmem e, quando o procuramos, prontamente aceitou ser entrevistado. Ele indicou Tonica, sua vizinha, a qual também aceitou. Augusto foi indicado por uma amiga da pesquisadora. Todos os entrevistados consentiram que seus nomes fossem citados na pesquisa. Referimo-nos a eles da mesma forma com que eles preferiram ser chamados desde os primeiros contatos.

As entrevistas de Vandréia, Cida, Nico, Tonica e de Augusto foram concedidas nas suas respectivas residências. Carmem compareceu à nossa casa para a entrevista e Jairo foi entrevistado na escola onde estudava. As entrevistas tiveram duração de, no mínimo, uma hora e meia e, no máximo, três horas. Para proceder às análises, inicialmente reorganizamos as informações em fichas temáticas, as quais deram suporte à elaboração deste capítulo.¹⁴

Inicialmente, buscamos organizar o material empírico à luz das categorias que explicitamos nos capítulos precedentes, estabelecendo um duplo diálogo, por um lado com os trabalhadores entrevistados, de outro, com os autores, cujas obras contribuíram para a elucidação de nosso referencial teórico.¹⁵

Partimos da hipótese de que os jovens trabalhadores com baixos níveis de escolaridade e, em especial, os evadidos do ensino fundamental, são os mais ameaçados pelo desemprego, pois a incompletude de sua formação escolar torna-se fator que restringe as possibilidades de competirem no mercado por empregos, não só

seu significado e em toda a sua dimensão, e atribuir-lhe a importância que lhe é devida.” MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*: primeiro capítulo seguido das teses de Feuerbach, op. cit., p. 31.

¹⁴Cf. ROSA, M. I. *Trabalho, subjetividade e poder*. São Paulo: Edusp/Letras e Letras, 1994. p. 8; 87.

¹⁵_____ et. al. *Trabalho, não-trabalho, trabalhadores: construindo um projeto coletivo em História Oral*. Texto apresentado no Seminário “A História Oral no Sudeste: avaliação e perspectivas” Associação Brasileira de História Oral, USP, São Paulo, 30-1 de mar. De 1998. . 11. Mimeografado.

na indústria, como também no comércio e em outros setores do mercado formal de trabalho.

A falta de escolaridade completa pode ser observada em um contingente significativo de cidadãos brasileiros. A média de escolaridade dos adultos maiores de quinze anos em 1995 era de cinco anos e meio entre os homens e sete anos entre as mulheres. Estima-se que 14,7% da população brasileira com mais de quinze anos é analfabeta absoluta, conforme a pesquisa nacional por amostra domiciliar realizada em 1996.¹⁶

Quando se trata de jovens trabalhadores que não possuem o ensino fundamental completo e, portanto, não tiveram acesso ao conjunto de conhecimentos oferecidos pela escola e nem ao certificado de conclusão do ensino fundamental durante a adolescência, a permanente ameaça de desemprego se transforma em uma temível realidade. Mediante tal ameaça, há basicamente três vias alternativas de inserção na ordem do trabalho: procurar os empregos com salário fixo que não requeiram tais exigências, mas que oferecem condições que incorrem na perda de direitos, como a falta de um contrato registrado em carteira, salários baixos, jornadas extensas, etc., ou obter a formação escolar e outros cursos exigidos pelo mercado de trabalho, para então poder concorrer por empregos que ofereçam melhores condições

¹⁶CARVALHO, J. M. destaca que, em 1950, os analfabetos constituíam 50% da população. In: **Desenvolvimento de cidadania em Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

No período de 1960 a 1971, 73,61% da população entre sete e onze anos e 52,24% da população entre doze a vinte e quatro anos era escolarizada. Portanto, ficaram fora do processo de escolarização naquele momento 26,39% da população entre sete e onze anos, e 47,76% da população entre doze e vinte e quatro anos. Cf. MINISTÉRIO da educação e cultura. Estatísticas da Educação Nacional 1960/71. Citado por. ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 89

Rosseti aponta que, até 1991, o índice de analfabetos absolutos maiores de quinze anos no Brasil ainda era de 20,07%. ROSSETI, F. Brasil é o 7º pior país no número de analfabetos. **Folha de São Paulo**. 8 de setembro de 1995. Cotidiano 3-4. Vide também _____. Analfabetismo funcional atinge 1/3 em São Paulo. **Folha de São Paulo**. 12 de fevereiro de 1998, cotidiano 3-9.

Toledo indica que o número de analfabetos absolutos maiores de quinze anos caiu para 14,7% e aponta também que a média de anos de escolaridade do brasileiro era em 1995 de seis anos. Cf. TOLEDO, J. R. Brasil terá analfabetos até o ano 2000. **Folha de São Paulo**. 13 de julho de 1997. Brasil, I-12/I-14. I-12.

– o que não implica na inserção automática no mercado de trabalho - ou ainda empreender um negócio por conta própria.

Nessa configuração social, como os jovens trabalhadores entre vinte e trinta anos adquirem os saberes exigidos pelo mundo do trabalho e em que circunstâncias? Qual é a direção que essas aquisições imprimem na construção de suas trajetórias ocupacionais, tendo em vista o enfrentamento da ameaça de exclusão social?

No presente capítulo apresentamos cada uma das trajetórias escolares e ocupacionais dos sujeitos entrevistados, levantamos algumas características das respectivas famílias de origem relevantes para este estudo, tais como o trabalho dos pais e irmãos, e o nível de escolaridade destes. Buscamos identificar as estratégias e o sentido que estas imprimem na construção das trajetórias ocupacionais e escolares dos entrevistados.

3.1 A TRAJETÓRIA DE CIDA

Cida nasceu no interior de Minas Gerais e veio para Rio Claro com um ano e meio de idade. No momento em que foi entrevistada, estava com vinte e cinco anos, desempregada e cursava a quinta série do ensino fundamental numa escola municipal. Ela é mãe de um filho que estava com sete anos no momento da entrevista, em dezembro de 1999.

A entrevistada é proveniente de uma família de dez irmãos. Seus pais eram proprietários de um sítio e o venderam, mediante a impossibilidade de mantê-lo e visando viver e trabalhar num centro urbano. Quando vieram para Rio Claro, seu pai empregou-se numa firma, onde trabalhou até adoecer. Seus pais não eram alfabetizados, seus irmãos fizeram apenas as séries iniciais. Conforme ela aponta, somente a geração de seus sobrinhos conseguiu permanecer por mais tempo na escola formal regular, pois eles estão conseguindo concluir o ensino fundamental.

A trajetória escolar da entrevistada se iniciou aos sete anos e se desenvolveu totalmente na escola pública estadual do município de Rio Claro. Ela cursou a primeira e foi reprovada na segunda série. Atribuiu o episódio de repetência à mudança de bairro e de escola.

No novo estabelecimento de ensino, Cida cursou da segunda até a quarta série. Porém, quando completou nove anos, seu pai sofreu um acidente vascular cerebral e permaneceu acamado por um ano. Aos doze, teve que sair da escola para trabalhar como babá e, assim, ajudar a mãe na compra de remédios para o pai, que morreu logo em seguida.

Após perder o pai, Cida mudou-se com o restante da família- a mãe e dois irmãos solteiros- para uma fazenda no município de Analândia, interior de São Paulo, onde moraram e trabalharam durante cinco anos sob regime de colonato.

Cida relata que não voltou a estudar em Analândia, porque não havia nem escolas rurais próximas, nem condução que transportasse as crianças da zona rural até a escola situada no centro da cidade. Aos dezessete anos, surgiu a primeira

oportunidade de freqüentar a quinta série num curso supletivo. Entretanto, ela não permaneceu nesse curso mais que um mês, pois engravidara aos dezessete anos.

Depois, com vinte e cinco anos e já morando em Rio Claro, procurou a escola supletiva da prefeitura, onde cursou a quinta série no primeiro semestre de 1999. Quando da entrevista, tinha planos de permanecer na escola mais um ano e meio para adquirir o certificado do ensino fundamental.

Conforme salientamos anteriormente, a trajetória ocupacional se iniciou aos doze anos de idade, no trabalho de babá; sua remuneração era inferior a um salário mínimo. Após um ano e meio, foi dispensada e permaneceu um tempo em casa sem procurar novo emprego, dedicando-se aos serviços do lar. Aos quinze anos, foi trabalhar como balconista de uma padaria, sem registro em carteira, recebendo um salário mínimo e meio; permaneceu lá por um ano e dois meses, antes de pedir demissão. Após um período de aproximadamente dois anos, ora procurando emprego, ora permanecendo nos afazeres domésticos, foi trabalhar numa empresa de grande porte do ramo de produtos agropecuários, como ajudante de produção. Foi o seu primeiro emprego com registro em carteira. Ela estava com dezessete anos naquele momento e lá permaneceu por quatro meses. Cida relatou que pediu demissão, pois o trabalho era muito pesado; tinha que carregar sacas de ração de sessenta quilos. Note-se que, se por um lado esse emprego a registrou, permitindo que ela gozasse dos direitos advindos da condição de trabalhadora pela primeira vez em sua trajetória, por outro lado, lhe impunha tarefas que a submetiam a um esforço físico intenso.

Depois que seu filho nasceu, retornou ao trabalho na padaria, em caráter temporário, por dois meses. Trabalhou como empregada doméstica durante um ano, com registro em carteira, mas foi dispensada, pois sua patroa mudou-se de cidade. Então, foi contratada para um outro emprego na mesma função, mas sem registro em carteira, e aí permaneceu por volta de cinco meses, aceitando a condição de trabalhar sem registro, mesmo após ter trabalhado em dois empregos com registro.

No início da entrevista, Cida relata que entre os dezenove e vinte anos ficou trabalhando como autônoma, prestando serviços de faxineira, enquanto procurava um

emprego com registro e salário fixo. Contudo, depois ela cita os dois empregos como doméstica nesse mesmo período, o que nos leva a pensar que pode ter trabalhado ora como empregada doméstica, ora na função de faxineira diarista. Depois, começou a trabalhar como faxineira numa empresa que prestava serviços de limpeza a uma companhia elétrica, com registro em carteira e um salário mínimo. Após seis meses nessa firma, começou a namorar um funcionário, com o qual foi morar e parou de trabalhar durante cinco anos, mediante a exigência dele.

Em 1999, separou-se, ficando sozinha com o filho na casa de propriedade do ex-companheiro e, como não estava trabalhando, passou a viver das contribuições da família, tais como o pagamento de contas de luz e a doação de cestas básicas mensais por uma sobrinha. No momento em que foi entrevistada, Cida trabalhava como vendedora autônoma de perfumes e bijuterias por catálogo, enquanto procurava um novo emprego. Seu ex-companheiro estava movendo uma ação judicial para reintegração de posse da casa.

No futuro, Cida planeja formar-se no ensino fundamental, entrar para a polícia militar e garantir um emprego estável, com registro e salário fixo, para poder dar condições mais confortáveis de vida para seu filho, ou seja, ela almeja ingressar numa carreira que lhe proporcione estabilidade financeira.

Embora os pais de Cida tivessem trabalhado grande parte da vida no campo e os irmãos mais velhos também, jamais lhe permitiram que trabalhasse nas tarefas agrícolas.

Nessa trajetória, destacamos como estratégia o uso da aprendizagem dos serviços no lar ao trabalhar como babá, depois, como doméstica e faxineira. Porém, ela afirmou que o emprego de que mais gostou foi como balconista na padaria, devido à oportunidade de relacionar-se diretamente com o público.

Depois, saiu da padaria para trabalhar na empresa ligada à agropecuária, porque era maior e oferecia o registro em carteira, mas acabou permanecendo aí

pouco tempo, pois se tratava de trabalho pesado, que prejudicava sua saúde, conforme salientamos anteriormente. Após essa experiência¹⁷ e o nascimento do filho, Cida desenvolveu uma nova estratégia: empregar-se como doméstica e faxineira, o que lhe permitiu conciliar com a criação do filho, que ficava na creche municipal durante o período de sua jornada de trabalho, enquanto procurava um emprego com registro em carteira, seu verdadeiro objetivo, conforme relata:

“Fiquei um tempo trabalhando de faxineira, né? (...) não achava serviço melhor, outra coisa (...) Ah, fiquei uns seis meses atrás de serviço, assim, mas não achava, fiquei de faxineira um tempão, dois anos fiquei de faxineira, porque... [tenho] o [nomeia o filho] pra cuidar, né, meu filho, então tinha que trabalhar, né, qualquer coisa, tinha que trabalhar”. (grifos nossos)

Nesse contexto, a sua principal preocupação foi a satisfação das necessidades imediatas da família que ela formara, o que justificou o fato de submeter-se a trabalhar como faxineira, tarefa a qual ela se refere como “qualquer coisa”, o que nos leva a pensar que se trata de um trabalho aquém de sua capacidade de trabalho, ou seja, do “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.”, conforme explicitou Marx, e, por vezes, abrindo mão do registro em carteira.¹⁸

Após dois anos de procura por empregos, passagem por duas casas como doméstica e faxineira com contratos de trabalho verbais, condições de trabalho extenuantes, enfim, um período de baixo salário e falta de estabilidade, Cida conseguiu emprego com registro em carteira numa empresa elétrica, mas ainda com salário baixo e na função de faxineira. Em relação a este, queixou-se da remuneração reiteradamente, da falta de convênio médico e cesta básica, inclusive citou o salário

¹⁷Nas falas dos sujeitos, a palavra experiência assume dois sentidos, aparecendo ora como saberes adquiridos nas trajetórias ocupacional e escolar, ora para esclarecer que o trabalhador já exercera um determinado tipo de atividade ou função em empregos anteriores.

recebido por faxineiras numa outra empresa próxima daquela onde trabalhava, para reforçar a idéia de que esse tipo de função é, freqüentemente, mal remunerado:

“Ah, [Ela estava] mais ou menos, nunca... faxineira eles não pagam bem, apesar de trabalhar muito, né, não pagam bem, não pagam. (...) Não é um... salário, um salário e meio, pra você ter uma idéia, ali na [nomeia a empresa], na faxina está pagando duzentos reais. (...) Por mais horário, das duas horas da tarde às onze da noite, também... não tem convênio, não tem cesta básica, não tem nada, só os duzentos.”

Observe-se que Cida acentua o fato de o salário de faxineira oferecido na outra empresa ser maior do que o seu, mas destaca que a jornada também é maior, nove horas diárias de trabalho, ou seja, quarenta horas semanais. Ademais, não há o benefício do salário indireto nem na empresa em que a entrevistada trabalha, nem na outra que ela cita.

O fato de não ter tempo de serviço comprovado e referência de empregos anteriores, nos quais exercia atividades diferentes do serviço doméstico, bem como a preocupação em aceitar qualquer tipo de emprego que pudesse possibilitar a satisfação de algumas das necessidades básicas de sua família constituíram-se em limitações para que ela pudesse dar um nova direção à sua trajetória, permanecendo em empregos que exigiam sempre esforço físico e ofereciam rendimentos que não ultrapassavam dois salários mínimos e, por vezes, não eram registrados em carteira. Na tentativa de obter um emprego melhor, ela deixava os empregos anteriores, mas não conseguia sair da circularidade imposta pelo mercado de trabalho, voltando sempre a exercer o mesmo tipo de atividade.

Aos vinte anos, iniciou um relacionamento com um funcionário da empresa e, durante a constância dessa união estável, encontrou espaço para desenvolver novas estratégias para sair de tal circularidade, dentro dos limites impostos por ele.

¹⁸MARX, K., Capítulo IV – como o dinheiro se transforma em capital. In: . **O Capital**. Livro primeiro, volume I. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998, p. 197.

Durante os cinco anos dessa união, Cida esteve fora do mercado de trabalho, mas fez dois cursos de corte e costura e um de artesanato no SESI, sendo que cada um deles durou um mês. Pretendia tornar-se costureira profissional e, assim, não precisar mais submeter-se a trabalhos que demandavam grande esforço físico e proporcionavam condições ruins de trabalho, como jornadas prolongadas, salários baixos, ausência de benefícios decorrentes da condição de assalariada. Enfim, concluiu o curso básico de corte e costura, mas não prosseguiu o aprendizado, nem conseguiu comprar uma máquina de costura.

As dificuldades em obter empregos, a constante insatisfação profissional e a necessidade de mudar o rumo de sua trajetória impeliram-na a mudanças profundas em sua vida, tais como separar-se do companheiro, que a proibia de estudar e trabalhar, e voltar a fazer o supletivo:

“Por isso que a gente terminou, porque eu voltei estudar, né, insisti voltei a estudar, aí ele começou a pegar no meu pé... aí não deu mais certo, né, não estava confiando, né, aí não deu mais certo porque eu preferi, preferi a escola do que ele (risos) escola e serviço, agora estou atrás de emprego...”

Em decorrência dessa separação, sua vida tornou-se ainda mais precária, pois foram suprimidos os meios de sobrevivência providos pelo cônjuge. Ademais, ela foi ameaçada de ser expulsa, a qualquer momento, da casa onde habitara cinco anos. Então, procurou imediatamente uma atividade remunerada, um “bico”, para prover, pelo menos, suas despesas mínimas e procurou a assistência judiciária gratuita para fazer valer o direito de permanecer na casa, pelo menos, até obter meios de manter uma moradia própria. No momento da entrevista, ela estava vendendo perfumes e bijuterias por catálogo, um tipo de trabalho sem contrato registrado em carteira, salário fixo e direitos decorrentes da condição de trabalhador:

“Eu estou vendendo cosméticos. (...) Eu vendo [nomeia a empresa], [nomeia a empresa] e [nomeia a empresa]. (...) A domicilio, é (...) É catálogo, né, e tem amostra também, leva e vende... mas está difícil, né, não consegue... (...) Eu peguei

no jornal, né? O endereço, que ela estava precisando de vendedoras, né... Aí eu fui lá, fui ver, oito meses já lá...”

Portanto, ela voltou ao mundo do trabalho, mais uma vez motivada pela sobrevivência imediata, ainda em condições mais precárias que as anteriormente verificadas em sua trajetória, pois esse trabalho de venda por catálogo não tem estatuto de emprego, que se constata mediante as seguintes condições: trabalho de natureza não-eventual, salário com um valor fixo, prova de admissão pelo empregador, vínculo de dependência entre empregador e empregado e a existência de um período em que o empregado fica à disposição do empregador, conforme podemos observar nos seguintes artigos:

“Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Art. 3º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 4º Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.”¹⁹

Mas Cida, mesmo sob essa condição de precariedade da existência ainda reafirma seus planos de imprimir uma nova direção à sua trajetória e, para isso, ela já cursa o supletivo e planeja computação e línguas. Vislumbra também a possibilidade de ingressar na carreira militar:

“... mas eu pretendo terminar o primeiro grau e prestar concurso pra polícia militar... feminina...se eu conseguir, né? (...) Tem até os trinta, né? Eu estou com vinte e cinco, não sei se vai dar tempo... (risos) é, já está no final...(...) Computação eu vou fazer, eu pretendo fazer. (...) Já, já fui atrás, inclusive, fui na escola lá do rapaz (...) Mas só que, como eu estou desempregada não vai dar para pagar, né? Então, eu vou esperar arrumar um emprego, primeira coisa que eu vou fazer é

¹⁹BRASIL. CONSOLIDAÇÃO das Leis do trabalho – Lei nº5.452/43. In: AQUAVIVA, M. C. **Vademecum universitário de direito**. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998. P. 727-8. Cf. tb. Lei nº 3207/57, que dispõe sobre vendedores e praticistas.

computação, vou entrar (...) Inclui dois idiomas no curso (...) Pra ajudar, né, conseguir um emprego bom, que ganhe bem, pra cuidar bem do [nomeia o filho] (risos)”

3.2 A TRAJETÓRIA DE CARMEM

Carmem tinha vinte e quatro anos no momento da entrevista, que se realizou em 1998. Nasceu e sempre viveu no município de Rio Claro. É casada e tem duas filhas, que estavam com sete e quatro anos. Perdeu o pai aos cinco anos de idade. Assim, ela e os quatro irmãos foram criados pela mãe, que trabalhou na lavoura como volante, juntamente com seu irmão mais velho, e depois, como cozinheira. Eles não tinham casa própria, por isso moravam em casas emprestadas por uma entidade filantrópica e recebiam ajuda de outra entidade assistencial em gêneros de primeira necessidade. Sua mãe não sabia ler e escrever, o irmão mais velho estudou até a quarta série e os outros irmãos também não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Essa trabalhadora iniciou os estudos com sete anos na primeira série da escola pública. Transferiu-se de escola quando passou para a terceira série e sofreu uma reprovação na quarta e outra na quinta série. O primeiro episódio de reprovação deu-se aos onze anos, quando começou a conciliar trabalho diurno e escola à noite, mas ela atribui a reprovação às mudanças de bairro e dificuldades para frequentar a escola:

“Porque na quarta série... é... deixa eu ver... deixa eu ver como é que foi... na quarta série eu já estava... estava mudando de bairro. (...) Então ficou distante, assim, pra mim acostumar, de um bairro para o outro. (...) Que depois que eu mudei, aí minha mãe me transferiu aqui pro [nomeia a escola] (...) Então, depois, eu vim pra cá, pro [nomeia a escola] e no começo em achar que estava muito longe, né, por não conhecer o bairro, então eu comecei a faltar muito, aí perdia muita matéria, perdia prova. (...) Então foi por isso que eu repeti.”

A entrevistada cursou a quarta série no ano seguinte e foi aprovada. Na quinta série sofreu nova reprovação, que ela atribui às dificuldades nos estudos:

“Não, na quinta série foi dificuldade mesmo, de acompanhar. (...) Bom, não só na quinta série, como até hoje, a Matemática, ah, meu Deus!”

Após a última reprovação, transferiu-se novamente de escola e começou a cursar a quinta série pela segunda vez. Concluiu essa série, a sexta e evadiu-se após frequentar a sétima série por duas semanas, conforme relata:

“Fiz duas semanas da sétima série, aí eu saí da escola. (...) Já tinha dezesseis anos. (...) Ah, porque o [nomeia o marido]... Porque eu conheci meu namo... meu marido, né, aí a gente começou a namorar, e ele ficava meio enciumado por eu ir pra escola, então eu acabei largando de estudar pra ficar com ele.”

Quando estava com dezesseis anos, casou-se. Aos dezessete anos teve sua primeira filha e aos vinte, a segunda. Aos vinte e quatro anos, em 1998, decidiu retornar aos estudos e matriculou-se no ensino fundamental supletivo da prefeitura para cursar a sétima série no primeiro semestre e a oitava, no semestre subsequente.

Sua trajetória ocupacional se iniciou aos onze anos de idade. Antes disso, Carmem frequentava a escola e cuidava da casa e dos irmãos mais novos, enquanto a mãe e o irmão mais velho trabalhavam como volantes no corte de cana-de-açúcar. Começou a trabalhar como empregada doméstica sem registro em carteira, numa jornada diária das oito às dezesseis horas, além da jornada escolar de três horas e meia, no período noturno, das dezenove às vinte e duas e trinta. Permaneceu quatro meses nesse emprego e pediu demissão, devido ao baixo salário – menos de um mínimo – e o excesso de esforço físico:

“(...) eu saí porque a mulher pagava muito pouco, né,...iih... não queria me dar aumento, então, eu trabalhava muito, eu não cozinhava, mas lavava, passava e fazia de tudo.”

Ela contribuía com metade de seu salário no orçamento doméstico e o restante, destinava-se para compra de roupas e objetos pessoais.

O segundo emprego também foi na função de empregada doméstica. Ela estava com treze anos e permaneceu nele por sete meses, sem registro em carteira ou qualquer outra forma de contrato de trabalho que pudesse ser comprovada através de documentos.

Depois, aos catorze anos, Carmem trabalhou numa fábrica de objetos de gesso. Foi registrada, permaneceu um mês nesse emprego e a dispensaram sem pagá-lhe vencimentos e direitos trabalhistas. Ela não soube dizer qual foi o motivo da dispensa. A carteira em que constava o mês de trabalho extraviou-se, e ela solicitou outra carteira somente aos vinte anos. Deprendemos que foi nesse momento que ela começou a reconhecer a necessidade de ter um registro em carteira de suas experiências profissionais para apresentar ao procurar novos empregos.

Carmem se casou e engravidou e, em decorrência das novas responsabilidades familiares que viria a ter, sentiu necessidade de voltar a trabalhar e ter um salário. Procurou trabalho como empregada doméstica e conseguiu. Durante três anos, trabalhou de segunda a domingo, sem descanso semanal remunerado e recebendo dois salários mínimos. Carmem relata que reivindicou o registro em carteira, mas os empregadores negaram-se a fazê-lo.

Foi dispensada quando engravidou da segunda filha. Durante esse período de três anos, ela saiu desse emprego e retornou a ele duas vezes. A primeira dispensa foi quando sua filha nasceu. Após quatro meses, ela foi recontratada.²⁰ Na segunda vez foi ela que pediu demissão, separou-se do marido e foi morar com a mãe, mas foi convidada a voltar ao mesmo trabalho. Após sete meses de separação, reconciliou-se com o marido, engravidou e foi dispensada novamente.

Destaque-se nesse momento da trajetória um aumento de salário em relação aos anteriormente recebidos - de um para dois salários mínimos - e o aparecimento da

²⁰Nas três vezes que trabalhou nessa casa Carmem foi sempre regida por contratos orais de trabalho, sem registro em carteira. Consideramos contratos orais no sentido jurídico: “Contrato verbal – É aquele em que a convenção entre as partes, expressa de viva voz, não se reduz a instrumento.”

necessidade do contrato de trabalho na forma de registro em carteira, o que indica que houve uma mudança na sua própria relação com o trabalho, no sentido de tornar-se profissional, com salário compatível com o mercado e registro, embora esta última reivindicação não tenha se efetivado.

Isso nos leva a considerar que a realidade do trabalho, com jornadas extensas e sucessivas dispensas e readmissões de um lado, e os aprendizados relativos à carteira de trabalho e ao direito de exigir melhores condições de trabalho de outro, levaram-na a reivindicar mais direitos nas relações de trabalho, vale dizer, situar-se como sujeito de direito.

Após a dispensa, ela se dedicou ao lar até a filha mais nova completar seis meses. Ocorre que ao perder esse emprego, ela também perdeu o direito à vaga para sua filha menor na creche, de modo que foi obrigada a procurar emprego de casa em casa com a filha no colo, o que dificultou muito a sua busca.

Voltou a trabalhar como empregada doméstica numa outra residência, onde permaneceu por dois anos e dez meses, recebendo dois salários mínimos e trabalhando de segunda à sexta, das oito às dezesseis horas. Nesse emprego, reivindicou ordenado de dois salários mínimos, auxílio transporte, registro em carteira e uma jornada compatível com o horário em que suas filhas ficavam na escola e foi atendida.

Mediante essas informações consideramos que, nesse trabalho, ela reivindicou mais direitos trabalhistas e obteve não só o salário direto, mas também o salário indireto e uma jornada de trabalho a qual, além de menor que no emprego anterior era fixa, de modo que ela poderia conciliar seus horários com os horários escolares da filha.

NUNES, P. **Dicionário de tecnologia jurídica** (rev. Amp.), 12.ed. Rio de Janeiro: Bastos, 1994. p. 252.

Foi dispensada desse emprego, mas não explicitou os motivos da dispensa. Depois, trabalhou como vendedora autônoma de cosméticos em domicílio através de catálogo, enquanto procurava um novo emprego com registro e salário fixo.

Durante o último período de desemprego, que já se estendia há dois anos, ela chegou a trabalhar como doméstica numa outra casa, onde permaneceu apenas uma semana, sem registro em carteira. No momento da entrevista, Carmem continuava procurando emprego. Havia parado de estudar após a conclusão da oitava série, mas tinha planos de completar a educação básica, cursando o ensino médio no mesmo supletivo oferecido pela prefeitura na qual concluiu o ensino fundamental.

Quanto às estratégias que ela utilizou na trajetória ocupacional, relata que sua mãe jamais permitiu que ela trabalhasse como volante no corte de cana. Assim, a mãe preferiu que ela aprendesse o trabalho de empregada doméstica:

“É que minha mãe, quando a gente era criança, ela falava que a única coisa boa que ela podia ensinar era que a gente fosse uma boa dona de casa, então, a gente aprendeu a ser uma boa dona de casa e a gente acabou trabalhando de empregada.”
(grifos nossos)

De fato, ela aprendeu os serviços domésticos, trabalhando em casa antes mesmo dos onze anos de idade, conforme relata a seguir:

“E cuidava da casa, né, porque minha mãe trabalhava, então, alguém precisava ficar cuidando da casa. (...) É, cuidava da minha casa, né, porque a minha irmã mais velha casou bem cedo, então eu que fiquei cuidando da casa. (...) Tinha... [seus irmãos] tinha uma menina e um menino.”

Até os dezesseis anos, Carmem intercalava períodos de desemprego e períodos em que estava empregada, quase sempre sem registro, não recebendo mais que um salário mínimo. O casamento e o nascimento de sua filha foram circunstâncias que a levaram a procurar empregos em que ela pudesse receber salários melhores. Contudo, para receber esse salário, inicialmente ela teve que se submeter a um emprego na função de doméstica em que não tinha direitos

decorrentes da condição de trabalhador com salário fixo, como descanso semanal, registro em carteira, férias remuneradas, licença-maternidade. Apesar de iniciar a reivindicação de alguns direitos ainda nesse emprego, somente na última vez que foi dispensada procurou a justiça trabalhista, mas entrou em acordo com os empregadores, abrindo mão de alguns direitos:

“Sim, na... na, quando eu estava trabalhando com os turcos, aí eles me mandaram embora porque eu falei que eu estava grávida, aí eles disseram que num podia ficar comigo, aí eu fui atrás de procurar saber o ... qual era o meu direito. (...) Bom, minha ... minha sogra conhecia uma... uma advogada, a doutora [nomeia a advogada] (...) Aí eu fui nela, e ela conseguiu que eles pagassem pelo menos um pouco do que eu tinha direito.”

No momento da entrevista, Carmem estava tentando encontrar uma colocação não ligada ao trabalho doméstico, o qual, a seu ver, é desgastante:

“Bom, porque doméstica, apesar de estar dando um bom salário, eu acho que não é o suficiente ainda eu acho que procurar numa firma, eu acho que é até melhor. (...) qualquer tipo de emprego, menos faxineira, faxineira eu não faço. (...) Não, faxina eu, eu não faço porque eu acho que é muito desgastante, exige muito da gente.” (grifos nossos)

Para a entrevistada, a próxima estratégia em sua trajetória ocupacional é obter um trabalho menos extenuante que o de empregada doméstica. Contudo, ela sabe de que necessita envidar esforços para corresponder às exigências do mercado de trabalho a fim de alcançar esse objetivo. Então ela investe na sua formação, para futuramente melhor empregar suas capacidades físicas e mentais em tarefas menos desgastantes, o que é uma estratégia de valorização e de preservação de sua força de trabalho. Nesse sentido, a volta à escola supletiva representa para ela uma forma de cumprir tais exigências, as quais ela já considera como mínimas. Assim, crê que, ao obter o certificado do ensino fundamental, poderá proceder esse redirecionamento em sua trajetória:

“...eu estava querendo terminar os estudos pra poder arrumar um serviço melhor. (...) Bom, como é difícil querer um serviço muito bom, eu vou tentar pelo menos numa fábrica de bala uma firma, porque não exige muito, porque eu não tenho curso nenhum, só vou ter a oitava série. (...) Então, eu vou querer um serviço que não exige muito. (...) Bom, eu estou procurando em firma, né, e como mesária de... de mesa de costura.” (grifos nossos)

Carmem, mesmo tendo certificado do ensino fundamental, continua a buscar “um serviço que não exige muito”, ou seja, que não exige conhecimentos específicos relacionados ao trabalho. Isso denota que ela não considera que o certificado do ensino fundamental possa lhe proporcionar possibilidades de profissionalização. Daí depreendemos que, no entendimento dela, o curso supletivo do ensino fundamental certifica, mas não qualifica, na medida que não inclui conteúdos especializados - técnicos - aplicáveis diretamente nas atividades de trabalho.

Carmem afirmou que nunca fizera nenhum curso, estágio ou treinamento de caráter preparatório para o trabalho, mas planejava fazer os cursos de datilografia e computação em breve, os quais proporcionam o aprendizado de habilidades que ela poderá utilizar num outro tipo trabalho, que não o de empregada doméstica:

“Andei procurando curso de computação e auxiliar de enfermagem e datilografia e... acho que computação é quase igual.”

Esses cursos que ela mencionou são oferecidos pelo Instituto Paula Souza, e os procurou enquanto cursava a última semana para concluir o ensino fundamental. Porém, não pôde se inscrever, pois não dispunha do valor da taxa de inscrição, uma vez que estava desempregada. Assim, decidiu prosseguir no ensino médio supletivo oferecido pela prefeitura, que é gratuito. Nessa trajetória, observamos duas estratégias principais exploradas por Carmem.

A primeira foi o aproveitamento das aprendizagens no lar para conseguir se colocar no mercado de trabalho, e, na trajetória dentro da profissão de empregada doméstica e suas dificuldades, conseguindo reivindicar o reconhecimento da condição de sujeito de direito – de seus direitos – e obter melhores condições de trabalho.

Sua segunda estratégia foi o retorno à escola com vistas a obter um certificado que lhe possibilite redirecionar a trajetória para conseguir mudar de profissão. A entrevistada, na trajetória que constrói pelas aprendizagens que realiza, situa o certificado como o recurso que lhe possibilitará redirecionar a sua trajetória, mas considera também a necessidade de fazer cursos profissionalizantes, para ter acesso aos conhecimentos que lhes são específicos.

3.3 A TRAJETÓRIA DE VANDRÉIA

Vandréia nasceu e sempre viveu no município de Rio Claro; tem trinta anos, é casada e tem uma filha de dez anos. Ela é proveniente de uma família formada pelo pai, a mãe e os três irmãos.²¹ Durante sua infância, todos trabalhavam juntos num negócio familiar: um bar e mercearia. Possuíam casa própria e do negócio obtinham os proventos necessários para a manutenção do lar. Seus pais estudaram até a quarta série do primeiro grau. Dentre os três irmãos, uma formou-se em eletrotécnica; a outra tem formação de nível técnico para atuar como professora no magistério de primeira à quarta série; o irmão mais novo completou o ensino fundamental e fez o curso de técnico em eletricidade.

A trajetória escolar de Vandréia iniciou-se aos sete anos de idade, na primeira série, e cursou até a sexta no mesmo estabelecimento de ensino, no período diurno. Aos doze anos, quando iniciou a sexta série e passou a estudar no período noturno, evadiu-se pela primeira vez. No ano seguinte, transferiu-se de escola e começou a trabalhar e a cursar a referida série, mas não permaneceu na escola, evadindo-se pela segunda vez. No ano seguinte, transferiu-se novamente para uma terceira escola, onde começou a cursar a sexta série e evadiu-se pela terceira vez, não voltando mais a estudar.

²¹Destacamos que trata-se de uma família com estrutura nuclear, diferentemente das famílias monoparentais, onde falta o pai ou a mãe ou ambos, referidas por Castel no artigo *De l'indigence à l'exclusion, la desaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle*. In: DONZELOT, J. (Dir.) *Face l'exclusion: Le modèle français*. Paris: Fayard, 1991. p. 139.

Aos vinte e nove anos, Vandréia retornou aos estudos, ingressando no curso supletivo da prefeitura. Inscreveu-se no final do ano e, no ano letivo seguinte, fez a sexta e a sétima séries. No ano de 2000, pretende terminar o ensino fundamental e cursar o ensino médio, para depois ingressar numa faculdade de Letras.

Além do primeiro grau, Vandréia, com dez anos naquele momento, e uma de suas irmãs fizeram um curso de corte e costura, incentivadas pela mãe. Sua irmã chegou a trabalhar como costureira profissional num período da vida, mas Vandréia não quis seguir a profissão. Depois, fez o curso de datilografia, o que a ajudou a empregar-se como secretária em alguns escritórios. Após seu casamento, obteve a carteira de habilitação.

A sua trajetória ocupacional se iniciou bem cedo, antes dos dez anos. A família possuía uma mercearia e ela e os irmãos ajudavam os pais nesse negócio:

“É, minha infância foi uma infância, assim, boa, né? Meu pai teve, sempre teve comércio, né, bar, mercearia e a gente ficava assim a maior parte do tempo no bar, ajudando lá, né? Ia pra escola, vinha, brincava, ficava um pouco lá no bar, ajudava o meu pai.”

Ela conta que, quando tinha dez anos de idade, chegou a ficar sozinha no armazém em alguns períodos do dia, e num desses dias sofreu um assalto à mão armada:

“Eu tinha dez [anos].(...) Uma cigana ficou com a faca no meu pescoço.(...) Certo? E o resto entraram e pegaram tudo quanto era a mercadoria, pó de café, ah... ah... macarrão, eu nem sei o que pegaram, eu só sei que era tanto, mas tanto, que o bar ficou cheio de gente. Não cabia mais ninguém lá dentro, entendeu? De tanto cigano que tinha, e na frente do bar do meu pai, tinha outro comércio, só que estava fechado. Que geralmente o cara do outro comércio... sempre a gente do meu pai, às vezes meu pai precisava dar uma saidinha rápida (...) A gente nunca ficava sozinha, só que, infelizmente, aquele dia não tinha um freguês.”

Aos doze anos, empregou-se numa loja de roupas para crianças, sem registro em carteira, e lá trabalhou dois meses. Naquele momento da vida, começou a

conciliar a jornada de trabalho de oito horas com a escola noturna, mas faltava muito às aulas. Pediu demissão devido ao fato de ter contraído uma pneumonia, em consequência do agravamento de uma crise de bronquite.

No ano seguinte, empregou-se como recepcionista numa agência de propaganda, onde trabalhou um ano e seis meses sem registro em carteira, recebendo um pouco mais de um salário mínimo; depois se demitiu porque se desentendeu com outra funcionária. Apesar de não ter registro em carteira, ela destaca que se sentia valorizada nesse emprego, devido às responsabilidades que lhe eram delegadas pelo empregador, apesar de sua pouca idade:

“(...) meu patrão me dava maleta de dinheiro, de dólares, pra mim depositar no [nomeia o banco], entendeu? Eu fazia depósitos, eu sacava, pra levar pra ele, entendeu? Eu estava sempre fazendo serviço pra ele de banco, entendeu? Quer dizer, se senão confiasse em mim, certo? Se eu fosse uma pessoa que não fosse de confiança, ele jamais me daria tantos milhões na mão, pra mim mexer com treze anos. (...) Certo? Inclusive, quando ele foi candidato uma época vereador, em todos os lugares que ele ia, ele me levava junto com ele. (...) Entendeu, pra entregar papelzinho, pra falar dele para as pessoas, tal, fazer campanhas, trabalhei muito na campanha, junto com ele, entendeu?”

Vandréia aponta também que estava satisfeita com o salário e o tratamento dispensado pelo empregador, destacando sempre os aspectos positivos do trabalho. Entretanto, ela aponta também, incidentalmente, que, por vezes, a jornada de trabalho invadia o tempo do almoço:

“Ganhava até mais que salário. (...) Até mais que salário, meu patrão era um amor, ele dava lanche pra gente, quando a gente não podia vim almoçar, entendeu? a gente ganhava muita coisa dele, caderno, lápis, borracha, ele dava de monte, porque lá tinha... assim, a vontade, entendeu? Se ele sabia que a gente estudava, ele falava ‘- Oh, pode pegar lápis, borracha aí, caderno pra vocês, a hora que precisar, viu?’ Ele dava, ele era super bacana, (...)”

Saliente-se que a entrevistada interpreta as funções atribuídas à ela como gestos de confiança do empregador, bem como enaltece a generosidade dele ao

presenteá-la com materiais escolares e lanches que, por vezes, substituíram suas refeições. Ademais, quando esse empregador a retirou do ambiente de trabalho para envolvê-la em sua campanha eleitoral, atribuindo-lhe outra função que não a de secretária - para a qual ela fora contratada - considerou-se valorizada.

O terceiro emprego de Vandréia fora do âmbito do negócio familiar foi aos quatorze anos, como distribuidora de panfletos com propagandas de empreendimentos imobiliários, um serviço temporário e sem registro em carteira. O empregador não pagava o salário na data combinada e nem o valor combinado, assim, ela pediu demissão e foi trabalhar num escritório de engenharia, apoiada pela sua mãe:

“É um bico, que eu peguei, assim, pra mim ficar, né? Pra ter meu dinheirinho, tal. Aí, eu peguei e comecei a entregar esses papelzinhos e o cara, pro cara pagar, mas segundo ele, ele ia pagar ‘x’, chegava na hora, ele nunca pagava aquilo que ele prometeu, e ainda tinha que brigar com ele pra pagar, que ele não queria pagar também, ele era enrolado. (...) Minha mãe não gostava que eu ficava entregando papelzinho na rua. (...) Aí minha mãe falou assim: ‘- Ah, já que é pra ficar... pra trabalhar, então vai lá, pelo menos lá você vai ficar o dia inteiro num lugar só, vai ficar na sombra, né? Ta aprendendo coisa diferente, tal...’.”

No escritório também não obteve o registro em carteira. Permaneceu oito meses, demitiu-se e voltou a entregar panfletos durante um ano, pois esse “bico” lhe rendia uma remuneração maior, apesar de saber que se tratava de emprego sem contrato registrado em carteira, sem garantias de pagamento do salário na data combinada e que lhe impunha caminhar na rua sob o sol, ou seja, trabalho precarizado.

Após parar de entregar panfletos, permaneceu alguns meses fora do mercado de trabalho. Suas atividades eram cuidar do lar durante o dia e ir à escola à noite, mas freqüentemente não assistia às aulas, permanecendo na porta do estabelecimento de ensino com amigos, evadindo-se definitivamente aos quatorze anos, conforme explicitamos.

Aos quinze anos, conseguiu emprego como escriturária de livros fiscais num escritório, onde trabalhou por dois anos, recebendo um salário mínimo, sem registro. Aos dezessete anos, pediu demissão porque ia casar. Foi nesse emprego que, pela primeira vez, ela contratou um advogado para reivindicar o registro em carteira e outros direitos correlatos. Este é o seu único registro.

Após o casamento, trabalhou com os pais na mercearia durante três anos, mas sem receber remuneração. Durante cerca de oito meses, aumentou seus rendimentos, fazendo coxinhas e vendendo-as no bar dos pais e para as vizinhas que lhe faziam encomendas. Nesse momento ela iniciava um redirecionamento em sua trajetória. Deixou essa atividade quando nasceu sua filha e, até ela completar dois anos, permaneceu em casa, cuidando da família. Depois, retomou a atividade ligada a vendas, mas para trabalhar com revenda de roupas de porta em porta.

Vandréia relatou que chegou a ter trinta e dois clientes durante os cinco anos em que manteve esse negócio por conta própria. Além de roupas, vendia cosméticos e bijuterias por catálogo. Nos momentos de folga, trabalhava como faxineira diarista e passadeira na casa de uma vizinha, duas vezes por semana, sem registro em carteira. Nesse período chegou a ter um rendimento de oitocentos reais.

“Aí, quando a menina estava maiorzinha, ela tinha uns dois anos, aí comecei pegar roupa pra vender numa lojinha aqui em cima, da [nomeia a empregadora], comecei a pegar blusa, camiseta, comecei com camiseta e daí me dei bem com as minhas vendas. (...) Saía de porta em porta, batendo na casa das pessoas que eu conhecia, porque lá na [nomeia o bairro] eu conheço todo mundo lá (...) Lá, ali é uma maravilha, né, então eu tinha trinta e duas clientes... mas que comprava todo mês, de bastante coisa, não era uma pecinha, não, era sempre de bastante e eu me dei muito bem com as minhas vendas, e eu vendi roupa cinco anos. (...) daí eu comecei a vender roupa, vendia cosmético e vendia jóia também, tudo junto.”

No trabalho por conta própria, Vandréia utilizou os saberes adquiridos no atendimento ao público e nas tarefas relacionadas às vendas, que vivenciou nos empregos anteriores, como trabalho na mercearia, na loja, na entrega de panfletos e outros. Durante cinco anos vendeu muitas peças e com tais rendimentos sustentava a

casa, enquanto o dinheiro recebido pelo marido era poupado ou investido em bens que depois foram vendidos para reunir o necessário para a compra da casa própria:

“Que eu lembro, eu era super boa de venda não tinha quem pagava eu, entendeu? Ganhava um dinheiro ‘lascado’, daí eu sustentava minha casa sozinha, o dinheiro do meu marido a gente guardava tudo. (...) Pra comprar a casa. (...) Morava de aluguel, então daí o dinheiro dele a gente começou a guardar tudo. (...) É, e nós não tinha casa, então a gente ia comprar e o meu marido, na época, ele tinha o carro, né, a gente conseguiu comprar telefone, a gente tinha duas motos (...) A gente empataava o dinheiro dele ou em condução, que na época subia todo dia, ou então a gente guardava na poupança, né? Comprei terreno. (...) e eu vendi o terreno pro[nomeia o comprador], vendi as motos, ã... uma eu vendi, a outra entrou no rolo porque o cara quis ficar com ela, né, e tem mais o resto do dinheiro, né, daí compramos a casa.”

Após cinco anos, Vandréia deixou as vendas de porta em porta e permaneceu apenas com as faxinas. O que a levou deixar as vendas foi o episódio da doença de sua filha:

“Aconteceu que eu me senti culpada porque eu andava muito pela rua com a menina, vendendo as coisas, no sol... (...) então eu falava assim: ‘- Vai ver que a menina pegou esse vírus, essa porcaria de escarlatina por minha culpa, pegou essa meningite por minha culpa’, que nem era meningite, mas eu fiquei com aquilo na cabeça: ‘- Então eu não vou vender mais nada a partir de hoje, vou tomar conta da menina.’”

A partir daí procurou conciliar os horários em que a filha estava na escola com os horários de trabalho, o que a levou a mudar de atividade, voltando a ser assalariada. Empregou-se numa lavanderia para trabalhar meio período, sem registro, durante o horário em que sua filha estava na escola. Permaneceu na lavanderia três meses e pediu demissão, pois as proprietárias da lavanderia nunca pagavam o salário na data combinada.

Depois de passar por oito empregos com salário fixos e um negócio por conta própria, Vandréia não trabalha fora do lar e não procura emprego há, pelo menos, três anos. Dedicou-se aos afazeres domésticos, aos cuidados com a filha e o marido, além de prosseguir os estudos no ensino supletivo oferecido pela prefeitura. Seu marido

provê sozinho as necessidades da casa, trabalhando com um caminhão próprio no transporte de tijolos, saibro, areia, pedra e outros artigos ligados à construção civil.

Conforme já salientamos anteriormente, Vandréia foi introduzida no trabalho por meio de negócio familiar. Isso a torna participante de uma estratégia que envolve toda a família, de modo que todos os filhos, o pai e a mãe compartilhavam as tarefas ligadas à mercearia, e de lá retiravam os proventos necessários para a satisfação de suas necessidades, bem como obtinham o suporte financeiro necessário para sustentar os estudos, sem precisar trabalhar fora de casa:

“[A mercearia era] da família, é, minha mãe, meu pai, e a gente, né? Eu, minhas irmãs, meu irmão já é mais temporão, né, que minha mãe teve ele a gente já estava grande, né? Minha irmã mais velha já tinha doze anos e a mais nova tinha oito, então, quer dizer, meu irmão já não ajudou tanto no bar que nem nós, né?”

Assim, tendo assegurada a sobrevivência por meio do negócio familiar, os filhos puderam se profissionalizar. Entretanto, Vandréia foi a única das irmãs que não desenvolveu uma carreira a partir de uma formação técnica.²² Ela constituiu sua trajetória através de sucessivas ocupações, por meio das quais se tornou atendente de secretaria, escriturária e vendedora autônoma.

O fato de a mercearia ter sido iniciada pelos pais e envolver todos os membros da família, sendo implementada como um projeto deles, nos leva a pensar que se trata de estratégia familiar no sentido proposto por Lautier:

²²Utilizamos o termo carreira no sentido que Lautier explicita:

“(…) Trajetória, trajeto, carreira, que mantém relações confusas com a noção de estratégia. Os três primeiros termos não são exatamente sinônimos: ‘Trajetória’ tem sem dúvida uma conotação balística um pouco determinista; ‘Trajeto’ sub-entende que existe uma escolha entre dois caminhos, duas bifurcações não pré-determinadas; ‘Carreira’ limita praticamente à análise ao espaço profissional (ainda que fale, às vezes, de carreira escolar, até matrimonial) e pressupõe uma ascensão.” LAUTIER, B., *Cycles de vie, trajectoires professionnelles et stratégies familiales: quelques réflexions méthodologiques à partir de travaux latino-américains*, op. cit. p. 336. Tradução Livre. Grifos nossos.

“Chegamos à idéia de que, ao falar de ‘estratégia familiar’ algumas considerações se fazem necessárias. Inicialmente, existe um projeto que, se não é formulado por toda a família (‘democraticamente’), pelo menos o é por um ou diversos membros da família definindo-se, neste momento, como tal (o ‘chefe da família’, os ‘pais’). Assim, temos que esse projeto se dá no grupo familiar e que as mudanças eventuais de posição de cada um depende da mudança da posição do grupo e que os meios empregados para atingir as mudanças no grupo afetam não só todos os membros da família (e não só um), mas também as relações que eles mantêm.”²³

Na família de Vandréia, a mercearia foi um projeto proposto pelo seu pai e assumido pelo núcleo familiar durante toda a infância da entrevistada, mas que também forneceu o suporte para que cada filho pudesse fazer outras escolhas e desenvolvessem estratégias individuais para construir suas trajetórias:

“Porque a gente não gostava muito mais de ficar no bar, né, que daí, você já estava crescendo, você já queria assim, sei lá, outros tipos de serviço, tal, né? E o meu pai com a minha mãe estavam lá, estavam dando conta, então, eu não gostava muito de ficar, eu gostava mais de trabalhar fora (...)”

No caso de Vandréia, há outras estratégias constituídas na trajetória, a partir da sua representação sobre o trabalho. Na adolescência, via no fato de trabalhar fora de casa uma possibilidade de ter maior liberdade para comprar as coisas que desejava. Portanto, o ato de trabalhar fora do âmbito do negócio familiar não tinha como objetivo responder à demanda da família de conseguir mais dinheiro para aumentar a renda doméstica, pois esses rendimentos eram extraídos da mercearia. Para Vandréia, a atividade ocupacional remunerada fora de casa cumpria a função de satisfazer as suas próprias necessidades básicas:

“... porque eu trabalhava porque eu gostava de trabalhar, eu queria, entendeu? (...)ter o meu dinheirinho. (...) [o dinheiro] dava pra minha mãe, entendeu? Mas, assim, minha sempre comprava as coisas pra mim mesma, entendeu? então, ou então ela punha na caderneta de poupança pra mim, né? Mesma coisa quando minha irmã começou a trabalhar, sempre o dinheiro era nosso, mas a gente dava pra mãe, a mãe

²³Idem, p 349. Tradução livre.

cuidava, né? Guardava, comprava as coisas pra gente, tudo, que o meu pai nunca precisou do nosso dinheiro, meu pai sempre manteve tudo ele não queria que fosse trabalhar fora.”

Inicialmente, Vandréia aproveitou a aprendizagem na mercearia para inserir-se no mercado de trabalho fora da tutela direta dos pais, indo trabalhar em outro estabelecimento comercial, como balconista de loja:

“Era uma lojinha infantil, e a gente vendia, era assim, era colegas minhas. A irmã da dona estudava comigo, na mesma classe. E ela estava precisando de alguém pra ajudar na loja e como sabia que a gente tinha muita prática em comércio, desde pequenininha meu pai sempre teve mercearia, então ela falou pra mim se eu não queria trabalhar lá, aí eu fui, entendeu?”

A entrevistada conseguiu esse e outros empregos, não só por ter adquirido saberes relacionados ao atendimento do público, mas também devido às referências de trabalhos anteriores que tinha para apresentar e indicações de amigos e parentes: o primeiro emprego ela obteve com a ajuda de uma colega de classe, no segundo, pôde contar com a intercessão dos pais por ela, junto aos seus conhecidos:

“... eu fiquei parada, aí ficava falando pra minha mãe que queria trabalhar, tal, aí minha mãe falou com a Vanilde, a Vanilde falou: ‘-Eu não estou precisando, mas o [nomeia o empregador] está que é da sala do lado, aí vai falar lá com ele.’ Aí minha mãe foi e ele falou assim: ‘- Manda ela vir aqui, né?’ daí eu fui, né, ele gostou da minha letra, porque lá ia muito da letra, né, porque tinha que trabalhar muito com nota fiscal, escrever, tal, ele gostou da minha letra. (...) ele só perguntou se eu tinha datilografia, porque na época não tinha nada de computador, era tudo na máquina.”

Ela também fez cursos livres para adquirir uma profissão ou desenvolver habilidades, como datilografia, que utilizou nos empregos tais como escritórios de publicidade, contabilidade e engenharia, sempre como atendente de secretaria ou recepcionista. Além das estratégias citadas, Vandréia foi adquirindo saberes nos primeiros empregos, que aplicou durante toda sua trajetória ocupacional.

Ela não deixou de destacar na entrevista como era procurada pelos empregadores e, em alguns momentos atribui isso à sua honestidade no trabalho:

“... o [nomeia o empregador], inclusive ele trabalha, acho que ainda trabalha, se ele não se aposentou ele ainda trabalha na prefeitura, né, na seção de ‘habite-se’, o [empregador] me adorava, ‘seu’ [empregador], sabe? Ele achava eu muito certa e ele sempre queria que eu fosse trabalhar no escritório dele, né? (...) Daí ele soube que eu estava desempregada... (...) a [nomeia a empregadora] da lavanderia, ela comprava roupa de mim, a [empregadora] começou a ficar no meu pé pra mim trabalhar com ela na lavanderia, e eu peguei, falei: ‘- Então, se você deixar eu levar a menina eu vou e eu vou meio período só porque período inteiro eu não posso porque eu tenho que cuidar da casa.’”

Em suma, Vandréia utilizou como estratégias na constituição da sua trajetória ocupacional, inicialmente, os aprendizados do negócio em família, depois o curso de datilografia e os saberes adquiridos nos sucessivos empregos com salário fixo em escritórios, no comércio e em relações públicas para tornar-se uma vendedora por conta própria.

A entrevistada foi impelida a trabalhar fora do âmbito do negócio familiar, inicialmente pelo desejo de independência financeira, depois para reunir recursos para o seu casamento e para a aquisição da casa própria. Hoje, que ela adquiriu sua casa e alguns bens móveis, parou de trabalhar para cuidar da família. Contudo, pretende concluir os estudos e se profissionalizar como os irmãos, tornando-se secretária profissional ou professora de Português:

“Ah, eu pretendo, pretendo fazer computação que eu não tenho. Eu pretendo fazer assim, tipo assim, um concu... ah... um curso, assim, de secretariado, coisas assim, entendeu? Qualquer curso que tiver eu pretendo fazer... (...) Pra aumentar minha chance de trabalho... só que você não consegue fazer cursos... (...) Vou fazer, e depois que eu terminar o colegial eu pretendo fazer faculdade. (...) Não sei ainda. Eu gostaria de fazer Letras, entendeu? Que eu gostaria de ser professora de Português, mas eu não sei se eu vou conseguir, né, pode ser que não dê certo, mas eu pretendo fazer sim, agora se não eu vou fazer, vou procurar um colégio que me dê um técnico de alguma coisa, que é lógico também que eu queira trabalhar já, logo que eu terminar meus estudos. Eu não quero esperar terminar a faculdade pra começar a

trabalhar, então, eu tendo técnico de alguma coisa já vai me ajudar, não sei o quê que eu vou achar, né?”

Embora a entrevistada nunca tenha sido impelida pela situação econômica da família a trabalhar fora de casa e contribuir para o orçamento familiar e, mesmo tendo um espaço para o trabalho dentro desse negócio, aos doze anos buscou um emprego com salário fixo, cuja jornada conciliou com a escola noturna até os quatorze anos, última vez que se evadiu. Ela não encontrou objeções por parte da família nem para ingressar no trabalho com salário fixo, nem para evadir-se, fato que ocorreu aos doze, treze e quatorze anos.

Em relação aos empregos, pode-se dizer que eles lhe possibilitaram satisfazer as necessidades de consumo que a família não supria.

Quanto à escola, ela destaca que perdeu o interesse quando se transferiu para o período noturno, devido à perda do convívio que tinha até então:

“Mas eu era assim, eu quase não ia na escola, daí eu, eu me desanimei... o estilo da noite... estava acostumada sempre a estudar de durante o dia, a ter minhas amigas lá na escola, quando houve essa mudança, eu perdi o interesse pela escola, até que eu acabei saindo.”

Saliente-se, porém, que a decisão dela de trabalhar durante o dia e estudar à noite foi anterior a essa mudança. Inclusive, ela relatou que foi na escola noturna que conheceu uma colega que a indicou para seu primeiro emprego na loja de roupas infantis. De fato, a entrevistada decidiu, aos doze anos de idade, iniciar-se no trabalho fora do negócio familiar e mudar de período na escola. Enfim, a perda de interesse da entrevistada pela escola se deu num contexto em que ela, inicialmente, começou trabalhar, mudou de período na escola e contraiu uma pneumonia.

3.4 A TRAJETÓRIA DE JAIRO

O entrevistado era solteiro, nascido em Rio Claro, tinha vinte e quatro anos de idade no momento da entrevista, em dezembro de 1998. Ele é proveniente de uma família composta por pai, mãe, quatro filhos casados e dois solteiros, que vivem com os pais.

Jairo iniciou sua trajetória escolar aos sete anos de idade e até a quinta série não sofreu reprovações, evasões ou transferências de escola, embora ele aponte que nesta série teve dificuldades e chegou a passar pelo período de recuperação, antes de ser aprovado. Até a sexta série, estudou no período diurno e quando sofreu sua primeira reprovação transferiu-se de escola aos treze anos de idade.

Cursou a sexta série na nova escola e decidiu voltar para a escola anterior, transferindo-se de escola pela segunda vez. Nesse momento, ele estava com quatorze anos e mudou para o período noturno. Quando foi reprovado na sétima série – sua segunda reprovação - aos quinze anos, parou de estudar durante três anos. Aos dezoito, matriculou-se novamente na sétima série, mas foi expulso da escola, não podendo complementar seus estudos, devido a problemas de comportamento.

Tais problemas se iniciaram aos treze anos, quando Jairo entrou numa turma de amigos que costumava levar cigarros e bebidas alcóolicas para beber e fumar no banheiro, e relatou que, influenciado por eles, começou a faltar às aulas, deixar de estudar para as provas e se envolver em brincadeiras na classe. Assim, atribuiu os episódios de reprovação escolar ao fato de estar sob influência da turma.

Quando o entrevistado retornou à escola para cursar a sétima série, já tinha dezoito anos e envolveu-se novamente com uma outra turma, a qual, além de levar bebidas às aulas, também tinha atos de depredação, como rasgar cortinas ou detonar morteiros nos banheiros. Um dia, na hora do intervalo, quando todos os professores se reuniam numa sala, eles trancaram-na por fora, jogaram um morteiro pela janela e só não feriram os professores porque a bomba caiu dentro de um aquário. Esse episódio acabou por motivar a expulsão de treze integrantes da turma e, entre eles, Jairo.

A ocorrência supracitada resultou não só na sua expulsão, mas também num processo-crime, do qual foi absolvido. Depois disso, Jairo comenta que não conseguiu mais matrícula nem nas escolas públicas estaduais, nem na escola de ensino fundamental do Serviço Social da Indústria, (doravante nos referiremos à instituição pela sigla SESI) na qual conseguiu, no máximo, constar na lista de espera como suplente para uma vaga na sétima série.

O diretor da escola do SESI lhe disse que tinha conhecimento do episódio da bomba e, mediante o acontecido, seria difícil obter uma vaga para ele na escola, mas não explicou a natureza de tais dificuldades. Jairo comenta que não procurou a justiça para reivindicar o direito à vaga, porque ele mesmo achava que os diretores agiam corretamente ao não querê-lo na escola.

Aos vinte e três anos, Jairo teve sua segunda ocorrência de retorno à escola. Procurou o supletivo noturno oferecido pela prefeitura para cursar a sétima série. No momento da entrevista, ele estava concluindo a sétima série e tinha planos de completar o ensino fundamental e também cursar uma auto-escola e obter a carteira nacional de habilitação. Além do supletivo, Jairo cursava a escola de teatro da mesma prefeitura municipal, aos sábados.

Essa trajetória ocupacional iniciou-se durante a sua infância, trabalhando com a família. Os pais compravam frutas ou faziam sorvetes de suco de frutas para ele vender de porta em porta. Mencionou também que foi servente de pedreiro do pai na construção da casa da família e, muitas vezes, ajudou-o em seu emprego com britador numa pedreira no município de Araras. Dos treze aos quatorze anos, trabalhou, na condição de vendedor autônomo, coletando ferro-velho, latas e papelões na rua para vender a uma microempresa que os reciclava.

Ao completar catorze anos, começou a conciliar a escola com um emprego com salário fixo e jornada de meio período. O dono dessa microempresa empregou-o como com salário fixo, sem registro em carteira, para trabalhar na prensagem de papelão. Jairo, em companhia de outros trabalhadores, meninos da mesma faixa etária dele, operou uma prensa durante sete meses. Então, ocorreu um acidente de trabalho:

um dos colegas ligou a prensa sem avisá-lo, para fazer uma brincadeira, e causou o acidente em que Jairo perdeu a ponta do dedo médio de uma das mãos. Ele foi atendido pela saúde pública, o empregador pagou os remédios e os três meses em que ele esteve se recuperando. A mãe preferiu não reivindicar os direitos do filho na justiça.

O seu segundo emprego também foi sem registro, na função de *office-boy*, num escritório de despachante, onde trabalhou um mês e pediu demissão para ir trabalhar na mesma função numa microempresa que tirava cópias em xerox, vendia materiais de escritório e fabricava carimbos de borracha. Ele trabalhou nessa empresa, inicialmente como *office-boy*, mas nas horas vagas aprendeu as tarefas ligadas à produção de carimbos. Nesse momento de sua trajetória, ainda estudava no período diurno e trabalhava meio período:

“Eu estudei uma sexta à tarde (...) Não, espera aí... eu mudei, eu estudei à noite quando eu comecei a trabalhar até... quinze eu trabalhei na [cita nome da proprietária da fábrica de carimbos]. Eu ia de manhã, pra ajudar a [cita nome da proprietária da fábrica de carimbos] que eu estudava à tarde, aí quando eu passei pra noite, né, aí eu comecei a trabalhar o dia inteiro, né, por isso passei pra noite.”

Ele afirma que mudou para o período noturno quando começou a trabalhar, mas na verdade, ele já trabalhava antes deste emprego na fábrica de carimbos. Contudo foi nesse emprego –demarcado por ele como o início – que teve seu primeiro registro em carteira. Isso nos leva a pensar que ele o considera como primeiro emprego “verdadeiro”, isto é, com contrato. Na verdade, ele transferiu-se para o período noturno quando começou a trabalhar na condição de trabalhador com contrato, registrado na carteira e com direitos decorrentes dessa condição.

Jairo procurou usufruir dos direitos advindos da condição de trabalhador desde o início do registro do contrato. Assim, permaneceu três anos na fábrica de carimbos e, ao completar dezoito anos, pediu para ser dispensado e permaneceu quatro meses recebendo o seguro-desemprego e fazendo “bicos”: foi ajudante do

cunhado numa serralheria e servente de pedreiro- ofício que aprendera com o pai. Depois, voltou a trabalhar naquela fábrica de carimbos, exercendo a função de produtor de carimbos, embora tenha sido registrado como ajudante geral, de modo que não recebia por insalubridade, nem periculosidade, apesar de trabalhar na confecção de tipos de chumbo que serviam como moldes para os carimbos de borracha. Ele relata que em função desse trabalho teve problemas de fígado.

Permaneceu mais três anos nessa empresa e pediu para ser dispensado novamente, para receber os quatro meses de salário referentes ao seguro-desemprego. Nesse momento, realizou trabalhos temporários, os “bicos”, até conseguir um emprego com salário fixo e registro em carteira. Empregou-se numa fábrica de alvejantes, onde, inicialmente, trabalhou três meses como ajudante de produção. Nas horas vagas, procurava aprender outras tarefas no processo de produção e engarrafamento de alvejantes. Foi promovido a operador de máquinas, pois, além dos aprendizados no trabalho, aproveitou os saberes apreendidos anteriormente no trabalho com prensas. Ademais, ele cita que fez um curso de treinamento para operar máquinas. Essa promoção resultou num aumento de salário.

Após o término do contrato por tempo determinado de seis meses, não foi recontratado. Entretanto, Jairo não permaneceu desempregado, pois, através de um amigo, conseguiu emprego em uma indústria metalúrgica de pequeno porte para operar a lixadeira e o forno. Nessa empresa, ele aprendeu as tarefas com os companheiros de trabalho. Jairo relatou que se tratava de serviço perigoso e que freqüentemente se queimava, mas a empresa se preocupava com a segurança e oferecia equipamentos, como luvas e protetores auriculares, diversamente dos lugares onde ele trabalhara anteriormente.

Havia constantes atrasos no pagamento de salários e vales. Esse situação o levou a faltar ao trabalho e reivindicar o direito ao cumprimento do dia do pagamento e outros direitos. Ao completar um ano e três meses de serviço, devido às reivindicações e absenteísmo ele foi dispensado. Recebeu novamente as parcelas do

seguro-desemprego e, pela primeira vez em sua trajetória ocupacional, acionou a empresa na justiça para conseguir receber os salários atrasados e outros direitos.

Ainda durante o tempo em que trabalhava na metalúrgica, conseguiu um “bico” como garçom num restaurante, à noite, nos finais de semana. Quando saiu da empresa metalúrgica, logo foi readmitido na fábrica de carimbos e passou um tempo conciliando esse trabalho diurno com o serviço de garçom. Ele estava poupando dinheiro para comprar uma motocicleta, mas sua mãe adoeceu gravemente do coração e ele, juntamente com o restante da família, teve que financiar um tratamento particular para ela. No momento da entrevista, ele trabalhava pela terceira vez na fábrica de carimbos e deixara o trabalho de garçom para estudar à noite. Não estava registrado e recebia o salário após cada dia trabalhado, um valor que variava conforme o faturamento da empresa.

Jairo sempre contribuiu para a renda familiar, entretanto, mais recentemente, teve que assumir a manutenção da família juntamente com um irmão solteiro e o pai. Isso se deu porque sua irmã teve um problema renal grave, seu pai precisou doar-lhe um rim e, por isso, ele não pôde mais trabalhar na pedreira ou como construtor. Hoje, seu pai é vigia noturno e seus rendimentos foram reduzidos.

Na construção de sua trajetória, Jairo recorreu a diversas estratégias, tais como trabalhar com a família, invocar os saberes sobre construção que o pai lhe ensinara desde a infância para trabalhos temporários; buscar empregos com salário fixos, bem como passar tempos vivendo de “bicos”, ou do salário referente ao seguro-desemprego, o qual ele requereu em três momentos da trajetória.

Durante a sua infância, dividia seu tempo entre brincar e vender na rua os pastéis e os sorvetes feitos pela sua mãe ou catar papelão. Embora já trabalhasse, ele ainda não estava submetido à dura disciplina do trabalho, conforme destaca:

“... eu já fazia assim, tipo, minha mãe uma época fazia pastel, né, aí a gente saía e vendia... só que a gente fazia assim... ia eu, meu irmão, minha irmã, saía lá pras vizinhanças: ‘-Ô, você quer comprar pastel?’ (...) então ia lá, levava pra ela, fazia, e já levava quentinho na hora. Rapidinho, não era aquela coisa de ficar andando o dia

inteiro com ele no sol. (...) [Eu vendia] Sorvete, porque o meu pai, ele tinha um amigo dele que tinha um sítio, né, às vezes ele... trazia frutas, goiaba fazia sorvete natural...(...) É, botava plaquinha em casa e vendia, catava e ficava chupando. Era bom quando tinha jogo, no campinho, lá a gente ia, eu estava lá. Vendia uns, chupava uns, chupava um, chupava dois... (...) Antes [do primeiro emprego] na época eu fazia assim, juntava eu e a molecada da rua... tudo pobre, saía pra rua catava papel, lata pedia alguma coisa nas casas, aí ia lá no ferro velho e vendia, recebia um troco, né, ganhava uma ‘graninha’. (...) Então, que a gente fazia isso, sabe, tipo pra comprar pipa, peão, que era molecada mesmo, doce...”

A brincadeira e o trabalho se desenvolviam no mesmo espaço e ao mesmo tempo, de modo que Jairo demonstra dúvida ao considerar como seu primeiro emprego o trabalho de recolher papelão e latas na rua, antes mesmo do emprego com salário fixo e jornada de trabalho estabelecida no ferro-velho:

“Comecei a trabalhar com... catorze, por aí... eu trabalhei primeiro... num ferro-velho.(...) Não, eu trabalhava na rua de vender, né? Catava coisas, pedia garrafa, ia lá e vendia. Aí uma vez eu fui lá e vendi e o homem falou: ‘-ô, você não quer trabalhar aqui pra mim?’ Trabalhava na balança, porque eu era moleque. Aí ele ensinou eu, eu comecei a trabalhar um tempo, aí depois de uma época, eu comecei a trabalhar nas prensas.”

Esse trabalho na prensa, por um lado, ocasionou-lhe um acidente que o deixou com um defeito no dedo e constituiu-se em empecilho quando ele procurou ingressar na carreira aeronáutica. Por outro lado, foi um aprendizado que ele acabou utilizando em outros trabalhos. Ao ser perguntado diretamente se o fato de ter operado a prensa do ferro-velho o ajudara em outros trabalhos, ele respondeu o seguinte:

“Eu acho que sim. Mesmo porque eu trabalhava com lixadeira, na usina que eu trabalhava [nomeia a empresa] também tinha. Então ajuda. E outra, foi também por ‘cunha’, né? O colega meu falou assim: ‘-Não, pega, faz aí está precisando.”

“Aí depois eu, eles fizeram... [nomeia a empresa] tipo um curso, pra trabalhar na frente, né? (...) Fiz, eu fiz lá... [o curso] tinha um aprendizado, né, que a prensa que tinha lá no ferro-velho... é aquela hidráulica onde era... elétrica, tipo CNT, assim, que eu fazia os litros de [nomeia o produto] lá no de Araras e de Leme. Vai ter que ter uma certa agilidade, porque uma vez faltou um rapaz na máquina, num sei, acho que faltaram um deles, aí ficava faltando um na máquina... aí ele perguntou agora

quem vai se colocar lá... aí eu falei assim: ‘-Ó, eu... se der eu tento, né?’ Que às vezes eu tinha folga, eu ia lá ajudar os caras...”

Essas explicações do entrevistado demonstram que ele tinha uma preocupação em acumular saberes a cada emprego. Quanto à formação para o trabalho, durante a infância, ele ingressou num projeto da prefeitura municipal de Rio Claro em que as crianças aprendiam ofícios, como o artesanato e o conserto de eletrodomésticos. Permaneceu no curso de eletrodomésticos durante um ano e depois parou de freqüentar, porque quebrou o liquidificador de uma cliente.

Depois, aos catorze anos, inscreveu-se para as provas seletivas de ingresso ao curso de eletrônica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (doravante nos referiremos a essa instituição através da sigla SENAI), mas não foi fazer a prova, porque preferiu estar com os amigos de turma da escola.

Em relação aos saberes adquiridos no dia-a-dia do trabalho, Jairo destaca que na metalúrgica, bem como na fábrica de alvejantes e na fábrica de carimbos, as explicações de outros trabalhadores do local, a observação e repetição eram os únicos meio de apreensão das tarefas e uma necessidade para que ele permanecesse no emprego, uma vez que não havia treinamento:

“Lá na [nomeia a empresa] tinha também forno, né, mexia muito tempo com peças sob medida. (...) Ah, companheiro, porque, que lá era pouco, né, o pessoal era pouco, né? Então eles iam explicando... tem o jeito, tem a regulagem dos fornos ‘- Ó, chegou você desliga.’ (...) ‘-Tomar cuidado com o botijão... (...) Se acontecer algum acidente lá o pessoal está perdido. (...) Às vezes a gente, tipo, se queimava, né? Saía fâisca do forno.” (...) “Você fala, sei fazer isso, né, operador de prensa, lixador. Eu acho que pra mim, que nem no caso, quando eu tinha entrado na [nomeia a empresa], então... foi o caso que eu já sabia mexer com lixadeira, prensa, ajudou um pouco. (...) Eu trabalhava na [nomeia a empresa], tá certo que o banheiro a gente usava, tinha uma faxineira, mas eu via que o banheiro estava sujo eu ia lá lavava juntava eu e o outro rapaz... Tinha que fazer o que o patrão mandava.” (grifos nossos)

Na fábrica de carimbos, aprender a produzi-los foi decorrência da sua curiosidade e do fato de ter que ajudar o outro funcionário, uma forma de não permanecer inativo durante a jornada de trabalho:

“No carimbo, né? Aí, nas horas que não tinha que fazer serviço de banco, saía pra rua cheio de cobranças, eu comecei a aprender a fazer carimbo, né, que o ‘seu’ [nomeia um outro funcionário] ensinou”

Em suma, Jairo tinha uma preocupação em manter-se ocupado durante a jornada, como uma forma de manter seu emprego, pois o fato de ser encontrado na ociosidade poderia ser interpretado como displicência, o que poderia motivar sua dispensa. Assim, era nesses momentos que aprendia coisas novas, mas também se submetia a exercer tarefas para as quais não fora contratado.

No caso de Jairo, realmente não houve escolha deliberada entre um e outro emprego. Ele procurava empregos nos jornais e, a partir de indicações de conhecidos, ia trabalhar nos empregos em que era aceito, com todas as suas limitações quanto à qualificação. Contudo, Jairo não deixou de fazer algumas escolhas: apesar de saber trabalhar como servente de pedreiro, nunca se tornou um construtor profissional. Jairo menciona uma única vez em que trabalhou nessa área, mas destaca que foi um “bico”:

“(...)Daí eu ajudei meu cunhado, porque ele tem uma serralheria, né, mas foi coisa de uma vez ou outra... meu cunhado também era pedreiro, né, eu ajudava ele...”

Outro aspecto a destacar é a existência nesse trabalhador, como nos outros, de uma disposição para redirecionar sua trajetória. Embora nunca tenha administrado um negócio próprio, Jairo planeja montar uma lanchonete com a irmã:

“Porque, que nem, quando eu saí da [nomeia a empresa] eu peguei e recebi o seguro [desemprego]... do cheque que ela não me pagou, as parcelas mas quando eu recebi o segundo, veio tudo de uma vez, aí eu ia comprar uma carrinho de lanches... Eu tenho uma idéia, acho, talvez seja isso que... mais pra frente, né? (...) Montar uma lanchonete legal, limpinha eu e minha irmã...”

No final da entrevista, ao ser perguntado sobre projetos para o futuro, mencionou também os planos de trabalhar na área de informática, o que pode vir a ser

uma outra estratégia para mudar sua trajetória, proporcionando um trabalho novo, diferente das experiências profissionais anteriores:

“Eu acho que agora o mais importante seria fazer um colegial, né, terminar. (...) Eu queria assim, tipo, me envolver em alguma área, assim, de computador. Que o que vai ‘virar’, de uns tempos atrás o que já está ‘virando’, né? Que tem sempre alguma coisa assim, pelo menos eu estou vendo assim, pra uma coisa ou outra de... você sabendo, sabendo informática. (...) Vai estar meio por dentro, de alguma coisinha. (pausa)”

3.5 A TRAJETÓRIA DE NICO

Nico tem vinte e seis anos. Nasceu no interior de Minas Gerais, mas veio para Rio Claro com a família quando tinha um ano. Sua família de origem é composta por pai, mãe e quatro filhos. Todos trabalhavam para sustentar a casa e com a renda familiar conseguiram comprar um terreno, onde construíram a casa dos pais. Depois, Nico construiu a sua residência no mesmo terreno, ao se casar. Seu pai trabalhou sempre como vigia noturno e sua mãe, nos cuidados com a casa.

O pai de Nico cursou até o terceiro ano do ensino primário e a mãe, o primeiro ano. Seus irmãos concluíram o primeiro grau, e um deles está cursando Administração de Empresas numa faculdade particular.

Nico iniciou os estudos com sete anos. Foi reprovado na segunda série, pediu transferência para outro estabelecimento de ensino, onde estudou até a quinta série. Após sofrer três reprovações na quinta série, aos quatorze anos, evadiu-se da escola. O entrevistado observa que, durante o tempo em que esteve estudando, sempre frequentou-a o ano todo e, mesmo assim, era reprovado. Aos vinte anos, voltou a estudar. Pediu transferência da escola onde tinha feito a quinta série e começou cursá-la pela quarta vez, no período noturno. Evadiu-se ainda no primeiro semestre, porque preferiu ingressar num curso supletivo, que seria abreviado, ao invés de cursar a quinta série integralmente no ensino regular.

Pediu novamente transferência para uma escola que oferecia supletivo. Entretanto, relata que se evadiu do curso supletivo porque começou a namorar.

“Não, larguei. Desisti porque era o ano inteiro, eu queria fazer o supletivo. Aí eu peguei, fui para o [nomeia a escola]. Igual eu falei, depois eu comecei a namorar, é fogo”.

Aos vinte e seis anos, ele fez nova inscrição para o supletivo e está na fila de espera, aguardando o surgimento de uma vaga.

Os episódios de repetência na quinta série coincidem com o início da trajetória ocupacional de Nico, que se deu no trabalho noturno, numa lanchonete, como chapeiro. Ele ficou dos 13 aos 14 anos tentando conciliar as jornadas escolar e de trabalho.

Nico narra que seu primeiro emprego com registro em carteira foi numa empresa de estofados, quando completou catorze anos, mas antes, aos treze, já trabalhava como chapeiro numa lanchonete no período noturno - local onde aprendeu esse ofício. Assim como Jairo, ele também aponta como primeiro emprego aquele onde teve seu primeiro registro, embora já tivesse trabalhado antes. O registro em carteira para ele representou um marco inicial em sua trajetória ocupacional:

“Ah... trabalhar, eu sempre trab... trabalhar, trabalhar mesmo eu comecei em 90, ah... tá com uns oito anos. (...) Registrado. Agora, trabalhar eu sempre trabalhei, desde os treze anos. Eu trabalhava em lanchonete, eu trabalhei naquele [nomeia a primeira lanchonete onde trabalhou]. O primeiro emprego foi na [nomeia a empresa de estofados]. (...) Eu trabalhava na colagem de móveis. Eu tinha quatorze anos.”

Ele permaneceu na empresa de estofados por dois meses, em contato diário com o odor da cola. Depois, voltou a trabalhar como balconista, na primeira lanchonete onde trabalhara, por mais quatro meses. Em seguida, trabalhou em outra lanchonete, mas pediu demissão após um mês, porque teve problemas de estômago, devido ao fato de se alimentar de lanches todos os dias, durante a jornada de trabalho noturna, de oito horas ou mais.

Nico lembra que, além dos empregos em lanchonetes, também fazia “bicos” como servente de pedreiro entre os catorze e dezesseis anos.

Depois, foi empregado pela terceira vez na primeira lanchonete e lá permaneceu por quatro meses, como chapeiro, então com registro em carteira. Ele cita ainda um emprego numa sorveteria e apiário, com registro em carteira, onde permaneceu dois meses e voltou a prestar serviços como chapeiro em outra lanchonete por alguns dias. Então, ele retornou à sorveteria/apiário, para coar e embalar mel.

O seu emprego seguinte com registro em carteira foi numa outra sorveteria, quando ele tinha cerca de dezessete anos. Trabalhou oito meses, recebendo dois salários mínimos por uma jornada diária das nove às quinze horas que, freqüentemente, se prorrogava para além dessas seis horas até o período noturno entre as quinze e vinte e duas horas e trinta minutos. Nico recebia uma refeição do empregador durante o horário de serviço, mas não recebia adicional noturno, hora-extra noturna, conforme o previsto na Consolidação das leis do Trabalho.²⁴ Quando a lanchonete começou a perder movimento, ele pediu demissão.

Após um período de muitas mudanças de emprego, Nico, aos dezoito anos, mudou de ramo, pois surgiu uma vaga num supermercado como repositor de mercadorias nas gôndolas; ele se candidatou, foi admitido e registrado. Neste trabalho permaneceu dois anos, com um salário que ele considerava satisfatório, uma jornada diurna e mais regular. Foi com a poupança dos salários desse emprego que ele conseguiu ajudar na renda da família:

“Ah, eu ganhava até razoável [no supermercado], agora o preço eu não me lembro. (...) Era um salário... (...) Compatível com a função, como diz. (risos). (...) Ah, dava um pouco pra minha mãe e o resto eu ficava pra mim, guardava. A primeira *mobillite* que eu tive eu comprei trabalhando no [nomeia o supermercado].”

Os contatos feitos durante o tempo em que trabalhou naquele supermercado possibilitaram que ele conseguisse uma vaga como repositor de gôndolas num outro,

também com registro, no qual permaneceu dois anos e três meses. Depois, Nico pediu demissão para entrar numa empresa distribuidora de cereais matinais, à qual prestava serviços de reposição de gôndolas e promoção de produtos de diversas empresas. Nessa empresa, ele trabalhou nove meses, com registro em carteira. A firma abriu falência e, por isso, ele foi dispensado.

Aos vinte e dois anos Nico se casou e, logo depois, foi dispensado da distribuidora. Quando saiu do emprego mencionado, foi trabalhar como entregador numa distribuidora de bebidas, registrado e recebendo dois salários mínimos. Trabalhou um ano e foi dispensado juntamente com mais catorze funcionários; foi seu último trabalho com salário fixo com contrato por tempo indeterminado e registro em carteira até o momento da entrevista.²⁵ Desde então, ele considera que todos os trabalhos que fez foram “bicos”:

“(...) depois eu peguei e entrei na [nomeia a distribuidora de bebidas]. (...) eu era entregador. (...) Então saí de lá no dia 5 de janeiro do ano passado [1997]. De lá pra cá só estou fazendo bico.”

Ele trabalhou um mês numa fábrica de alvejantes, substituindo um funcionário em férias; um mês numa prestadora de serviços do ramo de instalações comerciais, também com contrato por tempo determinado, para auxiliar numa empreita; trabalhou algumas vezes na colheita de laranjas, sem contrato de trabalho, recebendo vinte centavos por caixa de laranjas que colhia.

Com a ajuda do irmão, conseguiu um emprego como promotor de vendas de bebidas, com contrato por tempo determinado, para abastecer gôndolas de supermercados para as festas de final de ano:

²⁴Sobre a remuneração da hora de trabalho noturno, cf. CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho, op. cit. p. 735.

²⁵Nesta pesquisa nos referimos aos contratos de trabalho com registro em carteira. No entanto, existem também tipos de contrato de trabalho não registrados em carteira, como, por exemplo, o representante comercial ou profissional liberal, a diarista. Portanto, contrato de trabalho e registro em carteira são duas formas diferentes de comprovação de tempo de serviço.

“Depois eu trabalhei de novo de promotor de vendas, mas só que foi provisório também. (...) Foi temporário. (...) Não, é que apareceu para o meu irmão no final do ano, meu irmão trabalha com isso aí. Apertou o serviço dele, aí ele arrumou pra mim numa firma de São Paulo também, é promover. Então, eu abastecia [nomeia várias marcas de bebidas], era só bebida. Aí eu fiquei um mês lá.”

Depois desse trabalho, Nico chegou a trabalhar com carga e descarga de caminhões, esporadicamente.

Além dos empregos já mencionados, Nico teve um negócio próprio por duas vezes: a primeira foi quando comprou ferramentas com o salário, a indenização e outros direitos trabalhistas recebidos na empresa de estofados e montou uma oficina junto com um sócio para consertar bicicletas e motos, que durou cinco meses; na segunda vez, ele já estava casado, foi trabalhar com a mãe, vendendo hambúrgueres num carrinho que ela comprara. A mãe entrou no negócio com o carrinho e o material e Nico, com o trabalho. Os lucros eram divididos meio a meio.

Embora tenha ensaiado redirecionar a trajetória, tornando-se proprietário de seu próprio negócio, ele não conseguiu mantê-lo. Na primeira tentativa, aos dezessete anos, não quis continuar o negócio sem um sócio e, na segunda, ele não saiu do emprego com salário fixo para dedicar-se totalmente à venda de hambúrgueres, de modo que se tornou difícil a conciliação de jornadas diurna e noturna. Nessas duas tentativas de administrar um negócio por conta própria, ele empregou saberes que adquirira na prática:

“Eu tive uma oficina de moto. (...) É, eu era sócio com um outro rapaz. (...) A gente montou assim, o que a gente tinha a gente vendeu e montou uma oficina: moto e bicicletaria.(...) [Aprendeu] Na prática mesmo. (...) Ficamos uns cinco meses, só que depois ele entrou numas de calotear eu. Aí eu descobri e aí a gente desmanchou a sociedade.”

Na oportunidade em que ele montou um negócio com sua mãe, utilizou os saberes que adquirira em lanchonetes, como chapeiro:

“É, eu trabalhava. Por conta. Trabalhava, o carrinho era da minha mãe, né, como você perguntou era, bem dizer, empregado dela, né, a gente dividia o lucro, né? (...) Meio a meio. Ela comprava [o material] e eu trabalhava. (...) É, porque eu trabalhava, vivia de ‘bico’, né, e eu ficava até muito tarde da noite.”

Nico nunca fez cursos profissionalizantes, estágios ou treinamentos e nem aprendeu uma profissão no seio da família. Assim, ele começou sua trajetória, trabalhando em uma fábrica, depois fez “bicos” como servente de pedreiro durante dois anos, antes de se empregar em lanchonetes, o que não exigiu dele conhecimentos técnicos, apenas disposição para aprender a fazer lanches, atender clientes e cumprir jornadas noturnas em alguns desses estabelecimentos:

“No [nomeia a primeira lanchonete] eu fiquei quatro meses e no [nomeia segunda lanchonete] eu entrei duas vezes. (...) Quando eu trabalhava, eu entrava à noite e saía de madrugada. Eu era novo também.”

O entrevistado sempre trabalhou no comércio. Inicialmente, passou cerca de dois anos trabalhando em lanchonetes. Nesse período, ele constantemente era dispensado ou se demitia, permanecendo no mínimo um mês e, no máximo, doze meses em cada estabelecimento, recebendo pagamentos nunca superiores a dois salários mínimos.

Aos vinte anos, mudou de ramo, passando a trabalhar como repositor e promotor de vendas em supermercados e permanecendo mais tempo em cada emprego. Foram períodos entre oito meses e dois anos e três meses em cada firma. Nesse momento, ele utilizava os rendimentos advindos do salário para divertir-se junto aos amigos da mesma idade:

(...) é, eu já tive muita coisa assim, eu já tive moto, carro e por assim, como eu posso dizer, saí de casa, acabei vendendo as coisas e ficava muito pra rua, saía demais, gastava demais. (...) Ah, eu bebia também, eu bebia bastante. É... tudo quanto é tipo de diversão, assim, eu ia. (...) Bebia também, onde tinha festa eu ia...”

Depois do casamento, seus rendimentos se aplicaram totalmente no provimento da nova família, a qual conseguiu suprir durante quatro anos. Mais recentemente, após 1997, a instabilidade nos empregos, a descontinuidade dos rendimentos, uma vez que ele tem vivido de trabalhos esporádicos e provisórios, tem tornado ainda mais difícil o sustento da família, o que levou sua esposa a procurar trabalho fora do lar:

É, empurrando a vida com a barriga, né? (...) Bom, pelo menos falta nada, dá pra gente comer, né? (...) Isso. Mas pra você falar: ‘-Vou comprar uma coisa diferente...’ Ah, outro dia nós compramos uma cama, pelo menos (risos) (...) Ela [esposa] trabalhava, a Suely: ‘- Ficou quatro meses lá né?’ Ela ajudou bem também esse ano. Ela ficou quatro meses, também, inclusive o que ‘segurou um pouco a barra’ também. (...) Eu saio, mandei bastante currículo.”

Mediante tais dificuldades, a família tem se mobilizado: sua mãe está construindo um salão comercial para montar um bar e convidou-o para trabalhar com ela. Enquanto a construção não termina, Nico distribui currículos, continua a prover a família com os rendimentos obtidos em “bicos”. No momento, esse é o único meio de subsistência da família, que se encontra em situação de dependência dos pais e demais parentes, pois não procura a ajuda da assistência social.

3.6 A TRAJETÓRIA DE TONICA

Tonica é solteira, tem três filhos: o primeiro nasceu quando ela estava com dezessete anos; o segundo, com vinte e três e o último com vinte e nove anos. Além dos filhos, vive com a mãe, a irmã, o cunhado e três sobrinhos, num total de dez pessoas. Estava com trinta anos no momento da entrevista.

É natural de Andradina, mas passou a primeira infância no município de Castilho, no interior de São Paulo. A entrevistada relata que seu pai levou a família para essa cidade e os abandonou numa construção. Durante os três anos em que lá viveram, tiveram dificuldades de sobrevivência, a ponto de nada terem para comer e moraram em construções abandonadas, porque ela e seus irmãos eram menores de sete anos e não podiam trabalhar para ajudar a pagar o aluguel e as despesas da família.

Depois da separação de seus pais, sua mãe foi trabalhar como volante na lavoura e também como empregada doméstica e camareira em um hotel. Devido às dificuldades para sustentar a família, sua mãe pediu auxílio aos parentes, que os trouxeram para Rio Claro, quando Tonica tinha seis anos. A mãe da entrevistada não frequentou a escola e seus irmãos fizeram até a quarta série, já que tinham que começar a trabalhar cedo para ajudar no sustento da casa.

Tonica ingressou na escola pública estadual aos sete anos, na primeira série do primeiro grau, e cursou até a quarta, sempre no período matutino. Ela não teve reprovações e, aos onze anos, evadiu-se da escola e nunca mais voltou a estudar. Tinha dificuldades em frequentar as aulas, pois faltava material escolar e roupas adequadas para ir à escola no inverno.

Depois que se evadiu, não fez cursos, nem estágios ou treinamentos nos empregos, de modo que seus aprendizados se deram no seio da família e no dia-a-dia do trabalho. Dentre todos os entrevistados ela é a que teve a trajetória escolar mais breve. Como Nico, ela também não fez nenhum curso profissionalizante. As preocupações com a sobrevivência imediata a levaram a interromper precoce e definitivamente os estudos para integrar o grupo das crianças trabalhadoras do campo

e em condições precárias. Para Tonica, a escola foi um bem que ela pode experimentar por apenas quatro anos de sua vida. Dentre todas as trajetórias é a que apresenta a precarização da vida de forma mais nítida e a face mais dura do capital.

Ela começou a trabalhar fora de casa aos dez anos de idade, como vendedora de roupas em feiras livres. Cumpria o horário das sete às nove horas da manhã- três vezes por semana- depois ia para a escola. Permaneceu nesse emprego cinco meses e não foi registrada em carteira. Recebia por dia trabalhado e dividia o salário com uma amiga que a ajudava. Após a evasão, começou a trabalhar ora como empregada doméstica, ora como trabalhadora rural volante, profissão que exerce até hoje:

“Quer dizer aí depois eu trabalhei um tempo né, trabalhei até um (pausa) uns quinze anos na roça, aí depois eu saí, trabalhei oito meses de doméstica... aí saí, trabalhei oito meses em uma casa depois trabalhei mais seis meses em outra, depois voltei para a roça de novo.”

Aos quinze anos, Tonica tentou redirecionar a trajetória, ao conseguir emprego na função de doméstica, trabalhando oito meses numa casa e seis meses em outra - e nesta última chegou a ser registrada, mas, devido ao fato de o salário de empregada doméstica ser mais baixo que o de volante, retornou para a lavoura, onde exerce as funções de colheita, plantio, cuidados com a plantação, como adubagem, aplicação de pesticidas e herbicidas e retirada de ervas-daninhas.

Na colheita de laranja, chegou a colher cento e cinquenta caixas de laranjas num único dia, recebendo vinte centavos por caixa, o que lhe rendeu no máximo trinta reais diários. Além da colheita de laranja, ela já trabalhou também na colheita de café, limão e algodão, corte de cana, plantio, semeadura, limpeza e manutenção de pomares.

A cada época de plantio e/ou colheita, Tonica consegue trabalho através do turmeiro²⁶, de modo que já trabalhou em várias fazendas na região, conforme explica a seguir:

“Mas quando eu trabalhava com outro turmeiro, colhendo laranja também, a gente ia pra Conchal, pra Araras, ah... pra tudo quanto é lugar que a gente imaginava, a gente ia até em Anhembi... (...) É, aí ele [o turmeiro] pega o serviço e ele vem e convida a gente, ele tem o tanto de pessoas, né, que ele leva. (...) porque se o pomar está bom dá para tirar bem umas cento e cinquenta caixas no dia... aí tá vinte centavos... [a caixa]”

Tonica relata que em algumas safras trabalhou com registro em carteira e, após a colheita, foi dispensada e teve direito ao seguro-desemprego. Em outros momentos, trabalhou em cooperativas, as quais não registram os empregados, pois cada trabalhador é considerado autônomo, prestador de serviços. Como o trabalho na lavoura é periódico, nas entressafras ela permanece sem trabalho por longos períodos:

“Até hoje eu vou pra roça. (...) é ... [o trabalho] dura seis, [meses] seis e meio, sabe? Às vezes oito, né, porque é colheita, sabe? Colheita de laranja. Que nem, agora, começa em maio, ou em junho, começa, aí vai até janeiro, fevereiro. (...) É, depois pára. Aí, depois você fica que nem eu estou (risos) nesse sofá aqui, não tem...ou então o mês que vem agora, eu começo a apanhar limão, algodão, essas coisas ah... de roça... a gente apanha laranja, apanha café, carpe, né?”

Nos períodos em que ela está desempregada, volta a procurar emprego na função de doméstica, mas como lhe faltam referências de trabalhos anteriores e escolaridade, as dificuldades para obter emprego são muitas:

“Estou procurando emprego agora (risos). (...) Olha! De faxineira, do que vier, sabe, porque, que nem hoje mesmo eu fui lá ver um de faxineira, só que não deu certo porque tinha outra mulher na frente, né? Ela falou que é capaz da outra ficar; semana passada também eu fui ver um de doméstica, ‘dancei’ (riso), não deu certo. Porque aí a empregada da irmã da mulher ia trabalhar pra ela, eu falei: ‘-Acho

²⁶Turmeiro é o trabalhador que exerce a função de recrutar os trabalhadores rurais volantes para um determinado trabalho agrícola.

que tá sem sorte, vou, vou atrás e não acho. (...) de vez em quando eu parei tô aqui mais de um mês. (...) Se tem referência e ... de doméstica e quando é outro serviço, assim em outro lugar, que nem firma assim, estudo.”

Quando não consegue emprego, a entrevistada passa a depender do dinheiro da mãe ou do cunhado ou da irmã para as despesas da casa:

“Que nem: mora eu, minha irmã e ela [a irmã casada] e ele... [o marido da irmã] (...) Olha, sinceramente, quando está todo mundo trabalhando, consegue até bem, que nem eu, da minha parte quando a gente está em um serviço bom mesmo, dá pra tirar bem quase uns quatrocentos por semana da minha parte, né, por mês, né, então, mas agora quando a gente está parado, que nem esse tempo aqui, divide, a gente vai...”

Tonica desenvolveu uma trajetória em que seguiu a ocupação de sua mãe – trabalhadora rural volante, com intuito de obter rendimentos suficientes para prover as necessidades imediatas da família e nunca conseguiu sair dessa condição, o que não lhe permitiu pensar em cumprir as exigências do mercado de trabalho e buscar empregos em que as condições de trabalho pudessem ser menos árduas e os rendimentos maiores. Assim, dos dezenove anos de vida profissional, apenas um ano e quatro meses esteve fora do trabalho no campo. Nas duas vezes que trabalhou como empregada doméstica, cedo percebeu que o salário não bastaria para suprir as necessidades familiares de sobrevivência.

Sua trajetória ocupacional se constitui de três tipos de atividades remuneradas: o trabalho com vendas na feira durante a infância, o trabalho de empregada doméstica e, predominantemente o trabalho na lavoura. Ela está circunscrita à situação de precariedade no trabalho e na vida, de modo que as preocupações imperativas com a sobrevivência imediata de si e de sua família, bem como a característica sazonal do trabalho no campo, que a leva à uma situação de desemprego em alguns meses do ano, são barreiras para que ela possa buscar um redirecionamento na trajetória.

Atualmente, a família vive numa casa alugada, sustentando-se ora dos trabalhos na lavoura, ora dos rendimentos obtidos pelo cunhado e a irmã, que moram

com ela e trabalham em empregos na cidade, ora do auxílio de organizações filantrópicas:

“Então, já tive, que nem do [nomeia a entidade filantrópica] e agora... que nem, eles vieram aqui trazer, é de uma igreja.”

Este estado de constante precarização da existência e de trabalho os leva a traçarem planos para o futuro dos filhos que têm como prioridade a satisfação das necessidades imediatas:

“Criar os meus filhos (risos). (...) Ah, eu acho que só, procurar dar para eles um pouco do que eu não tive, né? (...) Eu acho... (...) Ainda sonho em ter minha casa, em construir minha casa, entendeu? (...) Ter uma casa e cuidar dos meus filhos, porque eu acho que agora é o que mais importa, né?”

No seu entender, “dar aos filhos o que não teve”, significa esforçar-se para sustentá-los, lutar para que permaneçam mais tempo na escola que ela mesma permaneceu e dar-lhes uma casa própria. Enfim, possibilitar-lhes condições mínimas - que ela mesma não teve - para que possam empreender outras estratégias de luta contra a precarização.

3.7 A TRAJETÓRIA DE AUGUSTO

Augusto é proveniente de uma família de classe média, de quatro irmãos, seu pai é agrônomo, a mãe trabalha no lar e tem primeiro grau completo. Todos os seus irmãos cursaram faculdades. Seus pais sempre tiveram casa própria, mas ele ainda não conseguiu a sua. Ele é casado e pai de um filho. No momento da entrevista, em 1999, ele tinha vinte e nove anos e seu filho, seis.

O entrevistado iniciou os estudos com sete anos, fez a primeira e a segunda séries e, quando passou para a terceira, a família mudou de residência para outro bairro, transferindo-o de escola. Como não se adaptou à nova escola e não obtinha bom desempenho nas avaliações, a mãe decidiu transferi-lo no meio do semestre para uma escola particular confessional. Nesse ano, ele foi reprovado na terceira série. No ano seguinte, cursou novamente a terceira série, foi aprovado mediante um acordo entre sua mãe e a escola. Nesse acordo, a mãe reivindicou a garantia de aprovação para o aluno e, em troca, prometeu transferi-lo para uma escola pública:

“(...) Pegaram e me passa... eu repeti o terceiro ano. Aí eu comecei o terceiro ano no [nomeia a escola confessional]. Só que eu aprontava demais, demais, demais, da conta lá no [nomeia a escola confessional], então eu fazia barbaridade lá dentro, então as pessoas queriam... tinha desespero, não queriam me ver de jeito nenhum, então o que aconteceu? Chegou no final do ano elas iam me repetir de novo pra eu ter que ir embora, aí minha mãe fez um acordo com a professora, falou: ‘- Olha, faz o seguinte: você passa ele e eu tiro ele daqui...’ Aí as professoras ficaram meio assim... ‘-Ah, está bom, então.’, pegou e me passou pra quarta série e daí minha mãe me tirou do, do, do... [nomeia a escola confessional].”

Ele foi transferido de escola no início do ano seguinte. No novo estabelecimento de ensino, permaneceu três meses e pediu transferência para outro, mais próximo de sua casa.

Augusto fez a quarta série, foi reprovado; no ano seguinte cursou-a novamente e passou. Cursou a quinta série e no final do ano, quando viu que não tinha condições de ser aprovado, evadiu-se pela primeira vez. No ano seguinte, já com quatorze anos, frequentou a referida série três meses e evadiu-se novamente. Seu pai o matriculou no

curso profissionalizante de torneiro mecânico do SENAI, para que ele não ficasse um ano completamente fora da escola. Ele concluiu esse curso após um ano e meio de estudos, com dezesseis anos e meio. No primeiro semestre do ano de conclusão do referido curso técnico, Augusto conciliava os estudos noturnos do supletivo com o curso do SENAI, que era diurno, e não trabalhava.

O entrevistado narrou que procurou o supletivo numa outra escola particular, matriculou-se e cursou a quinta e a sexta séries no primeiro e segundo semestres, respectivamente. No ano seguinte, fez a sétima e a oitava séries. Aos dezesseis anos e meio, concluiu o curso de torneiro mecânico pelo SENAI e, aos dezessete, estava formado no ensino fundamental.

Augusto iniciou o segundo grau numa escola pública, mas evadiu-se após três meses, transferindo-se para o curso técnico em eletrônica, correspondente ao ensino médio, onde permaneceu mais três meses; evadiu-se e não voltou mais à escola.

Além dos cursos citados, também começou os cursos de piano, aos sete anos, violão, com doze anos e bateria, com dezesseis anos, os quais deixou após freqüentar alguns meses. Durante um ano, freqüentou um curso de desenho aos sábados, no município de Campinas, mas não o concluiu. Ele lembra que chegou a procurar o exército para se inscrever nas provas, mas não pôde fazê-lo, pois aos quinze anos tinha ultrapassado a idade limite para ingressar na escola de cadetes. Para tanto, ele explicou que deveria ter ingressado na carreira aos treze ou quatorze anos.

Durante a infância, Augusto fazia pipas para vender ou plantava e vendia verduras em casa. Aos quinze anos e meio, formou-se em torneiro mecânico no SENAI e empregou-se numa indústria metalúrgica de pequeno porte, na qual permaneceu por três meses, e esse foi seu único emprego com registro em carteira. Depois, foi trabalhar num negócio por conta própria, comprando leite não industrializado e revendendo-o em domicílio. Permaneceu alguns meses nessa atividade e desistiu.

Depois, conseguiu, através de indicação de uma amiga, emprego como estagiário em eletrotécnica numa empresa de telefonia, embora não tivesse trabalhado

anteriormente nesse ramo. Após três meses, foi promovido a vendedor autônomo, permanecendo um ano na função, sempre sem registro em carteira e sem salário fixo. Ele explicou que, embora não tivesse um salário razoável, estava satisfeito pelos saberes em vendas que adquirira, aos quais ele se refere como experiência.:

“Eu não ganhava prat... eu ganhava nada na [nomeia a empresa] porque eu não vendia, porque era muito difícil de vender aquele negócio lá, né, mas é que nem eu falei, o meu principal objetivo era aprender. Eu era muito novo na época, dezoito anos, não quer saber de nada tudo meio ‘badernado’ mas eu já tinha um certo interesse, você entendeu, que é um lugar que não tinha muita responsabilidade porque eu não tinha salário nenhum, então eu, eu levava meio na tranqüila o negócio, mas isso eu estudava um pouco nos manuais, eu aprendia um pouco, tal e visitava... ia em Pirassununga, em Leme, ia pra essas cidades, eu visitava as empresas sentava, levantava negócio, mas não virava quase nada (...)” (Grifos nossos)

Após pedir demissão desse emprego, ficou um tempo procurando um outro trabalho. Ainda quando estudava no ensino médio técnico, por volta dos dezenove anos, Augusto conheceu um amigo que o convidou para montar uma sociedade para a revenda de carvão. A partir desse momento, ele jamais voltou a trabalhar como com salário fixo, vivendo apenas de negócios por conta própria que ele mesmo constituía, com ou sem sócios. Então, ele vendeu um carro para a mãe e recebeu uma comissão, juntou com o dinheiro do sócio, compraram uma perua Kombi e foram revender o carvão nos estabelecimentos comerciais. Augusto mudou-se para a casa do sócio e eles se envolveram com drogas. Depois, venderam a mercadoria que tinham, ficaram com a Kombi e planejaram uma viagem aos Estados Unidos da América, que não se concretizou.

Augusto, percebendo que o negócio do carvão estava prestes a falir, emprestou dinheiro da namorada referente ao seu salário, indenização e demais direitos trabalhistas, que ela recebera quando fora dispensada do emprego. Comprou a parte do amigo na sociedade, tornando-se sócio da namorada no negócio da revenda do carvão. Em seguida, seus fornecedores começaram a ter problemas com a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Nesse mesmo

período foi convidado a montar uma firma de revenda de churrasco junto com outro amigo e, paulatinamente, foi deixando de vender carvão e expandindo a empresa de churrasco, mas seu amigo tentou roubá-lo no negócio e ele encerrou a sociedade. Nesse momento, sua namorada novamente foi dispensada do emprego e, com o dinheiro advindo dos direitos trabalhistas, os dois abriram uma quitanda no salão onde havia a empresa de carvão.

Enquanto sua namorada atendia os clientes no balcão da quitanda, Augusto ia fazer compras de produtos hortifrutigranjeiros numa Central de Abastecimento de Campinas. Depois, revendia e entregava produtos em pequenas quantidades para as outras quitandas dos bairros periféricos da cidade, utilizando-se da perua Kombi.

Para expandir o negócio, ele incluiu a compra de ovos a granel e revenda na quitanda e na rua, de porta em porta. Após um ano de trabalho, sua namorada voltou a procurar um emprego com registro em carteira e salário fixo na cidade de São Paulo. Ele permaneceu mais seis meses na quitanda, depois fechou-a. Nesse momento ele tinha vinte e um anos.

O seu pai lhe conseguiu um emprego como vendedor autônomo, em que ele exercia as funções de cotação, compra e venda de sebo de boi para grandes empresas fabricantes de sabonete, mas Augusto permaneceu pouco tempo nesse emprego. Então, entrou em contato com o antigo sócio de revenda de carvão, que o convidou para ir morar no município de Itu e trabalhar com a revenda de computadores e outros aparelhos eletrônicos de pequeno porte. Permaneceu em Itu poucos meses, mas, como não conseguia vender os produtos, voltou para Rio Claro e desfez a sociedade.

Quando voltou a morar na casa dos pais, em Rio Claro, Augusto conseguiu um contato em Piracicaba para comprar computadores a prazo e vendê-los à vista. Manteve esse negócio até conseguir capital para ir ao Paraguai e comprar computadores para revender. Em 1992, seu irmão, que é graduado em análise de sistemas, convidou-o para montar uma empresa para revenda de computadores, assistência técnica e produtora de *softwares*, instalada num prédio que seu pai lhe emprestara.

Até o momento da entrevista, essa empresa estava com sete anos de fundação. Constituíam-se de uma matriz e uma filial na cidade de Rio Claro – ambas em edificações emprestadas de seu pai - e um total de vinte empregados, todos com registro em carteira. Augusto destaca que se tornou um especialista em *hardwares* e tudo o que sabe sobre computadores aprendeu sozinho, lendo manuais em português ou inglês, pesquisando, experimentando. Ele não tem qualquer certificado de técnico em computação e nem estudou línguas; seus aprendizados se deram no dia-a-dia do trabalho. Por isso, sua representação sobre escola é como um, dentre outros, lugares em que ocorre a aquisição de saberes. Nesse sentido, ele sintetiza sua trajetória para ilustrar essa idéia:

“[A escola] Não, não, não é. [lugar privilegiado de aquisição de saberes]. Eu sei muito mais do que muita gente, você entendeu? Eu não sou especialista em Matemática, você entendeu? Eu não sou especialista em Geografia, isso, isso, mas sou especialista em pessoas, você entendeu? em administração real, você entendeu? Tem muita coisa que as pessoas acham que às vezes é uma coisa, é outra, entendeu? Eu me viro, eu sei fazer, eu vou lá e acabo fazendo, entendeu? Então, se eu ficar sozinho amanhã ou depois, solto no meio de uma cidade, eu não dependo de arrumar um emprego para, para me virar, entendeu? Eu vou lá mexer com quitanda, vou mexer com fruta, vou arrumar carro, vou pintar, vou... vou pintar e bordar, eh, vou dar um jeito, jeito e vou me virar... (...) Se ele [seu filho] estudar, eu acredito que é um meio menos trágico, porque esse, esse caminho que eu escolhi, você entendeu? É um caminho complicado que eu me dei bem nele, vamos dizer, entendeu? Eu tenho um certo dom para isso, você entendeu? Eu sou comunicativo, eu gosto de falar, eu gosto de me manifestar, eu gosto muito de conversar, então, com isso, de repente, eu tenho uma facilidade para poder não ter estudado, você entendeu? Vamos dizer, assim, certo, eu consigo conquistar as pessoas e vender as coisas e fazer as coisas, você entendeu? Por causa desse dom natural. Agora, se eu fosse depender de... vamos supor: o meu filho, de repente, ele não tem, então pode ser que ele não tenha essa facilidade que eu tenho, que ele seja uma pessoa mais tímida, aí ele tem que estudar, porque se ele não estudar, ele não vai conseguir fazer aquilo, você entendeu?” (grifos nossos)

Augusto destaca que foi justamente fora da escola que adquiriu os saberes necessários para o desenvolvimento de sua própria trajetória e destaca como esses saberes são importantes até mesmo para que ele possa fazer suas próprias escolhas profissionais no futuro. Depois, ele distingue os saberes que adquiriu na trajetória

ocupacional dos aprendidos na trajetória escolar, referindo-se aos primeiros como dons – atributos dados pela natureza. Em seguida ele destaca que a forma de aquisição de saberes no mundo do trabalho vivenciada por ele foi “trágica” e “complicada” e, no final de sua fala, supõe que algumas pessoas, que não possuam dons, necessitem dos estudos em escolas formais para conseguirem inserir-se no mercado de trabalho.

Observamos que sua trajetória dependeu muito mais dos saberes constituídos por ele, por vezes, através de estudos autodidatas:

“Não quero ter conhecimento em cima da fabricação de fita? Tudo bem, então você adquire um conhecimento especializado em cima de uma coisa, correto? Então, você vai ter que estudar aquilo, eu, por exemplo, estou instalando uma central de PABX lá na [nomeia sua empresa] ó, então, precisa estudar tudo em inglês, entendeu? vou ter que estudar isso daqui. Vou ter que fazer aquele negócio funcionar. Ah! [aprendi inglês] aprendendo! Ouvindo os outros, prestando atenção, lendo tentando desvendar (...) Então, você interpretava o negócio, você acaba aprendendo.”

Em outras ocasiões, esses saberes foram adquiridos através de grande esforço, com enfrentamento de circunstâncias adversas, como na ocasião em que ele precisou aprender como negociar no CEASA:

“Eu ia buscar no CEASA com, com um rapaz lá, ele ia de caminhão, então eu ia no embalo com ele, saia duas horas da madrugada, nossa! Ali eu sofri, ali eu fiquei um ano e meio, entendeu? com a quitanda, mas ali eu apanhei, penei mesmo, ali eu aprendi que a vida é dura. Então, eu ia para o CEASA de madrugada, sofria pra burro e o cara era um picareta, não pagava ninguém, no fim eu também fiquei queimado na praça, todo mundo achando que eu era picareta também porque eu andava junto com o cara, eu andava junto... eu ia no vácuo dele, ele tinha caminhão, eu ia para o CEASA, eu ia junto para trazer as mercadorias junto, então, eu carregava para ele na condição de ele não me cobrar o frete.”

O entrevistado aprendeu, tanto na vida de trabalho quanto na escola, a empreender suas capacidades físicas e mentais para construir essa trajetória ocupacional, o que demandou grande esforço, tornando-a “trágica”, “complicada”, penosa, como ele mesmo destaca.

Aos vinte e três anos, quando a empresa do ramo da computação tinha um ano, ele se casou e, desde então, tem se dedicado somente a esse negócio, que foi iniciado por ele, mas envolve outros membros da família, como o irmão engenheiro da computação, que está na empresa até hoje, uma irmã licenciada em Matemática, que já elaborou alguns *softwares* esporadicamente, e uma outra que, por vezes, presta serviços à empresa de Propaganda e *Marketing*.

Augusto, no início de sua trajetória ocupacional, conciliava o tempo da brincadeira com o tempo do trabalho. Assim ele vendia pipas, verduras e, mais tarde, leite, para conseguir algum dinheiro para gastos pessoais, conforme ele relata:

“Ah! Eu fazia papagaio, fazia, fazia pipa e vendia. Então, eu fazia pipa e pendurava lá na área de casa e vendia mas isso também era, era... atitudes infantis, né, que eu fazia assim durante uns dez dias, quinze dias depois não fazia mais, depois fazia mais um pouco (...) Com doze anos, por aí, eu vendia verdura, né, então o quê que... plantava verdura no quintal, eu punha numa carriola e vendia na rua, depois disso aí eu buscava leite no sítio do pai dela [a namorada] isso daí eu tinha... quanto? dezesseis, dezessete anos aí eu buscava leite no sítio, entendeu, do pai dela, enchia a garrafa isso aquilo e vendia nas casas lá da vizinhança, né?” (grifos nossos)

Apesar de ter experimentado a atividade remunerada durante a infância e aos quinze anos ter trabalhado como metalúrgico, Augusto considera como marco inicial de sua trajetória ocupacional o emprego na empresa de telefonia, aos dezoito anos:

“Aí eu fui trabalhar de vendedor numa empresa, aí que começou a vida realmente. (...) [nomeia a empresa], telecomunicações, eu vendia equipamento telefônico.”

Ele permaneceu pouco tempo na metalúrgica - três meses - e, na empresa de telefonia, um ano, de modo que, apesar de não haver o registro em carteira nesta última, foi nela que pôde vivenciar por mais tempo as relações de trabalho. Isso nos leva a pensar que talvez esta característica o impele a eleger este emprego como marco de sua iniciação no mundo do trabalho. Note-se que, durante toda a entrevista,

Augusto valorizou, em cada uma das atividades remuneradas que exerceu, os saberes que adquiriu.

A trajetória de Augusto inclui, inicialmente, dois tipos de estratégias: a primeira que se refere à procura de empregos com salário fixo e contrato de trabalho, pois trabalhou em duas empresas - como torneiro mecânico e como técnico e vendedor de telefones; a segunda, que se constituiu na organização de negócios por conta própria, que ele implementou em quatro ramos diferentes, sucessivamente: revenda de carvão, fabricação de espetos para churrasco, quitanda e revenda de computadores. No seu último negócio por conta própria, contou com a colaboração familiar, uma vez que o pai lhe cedeu o prédio e os irmãos trabalharam com ele. Augusto ainda vislumbrou outras estratégias para dar uma direção nova à sua trajetória, como a possibilidade de ingressar na vida artística como músico, ou abraçar a carreira militar, mas não as implementou.

Quanto aos negócios por conta própria, o entrevistado não dispunha de capital inicial próprio para dar início às suas empreitadas, de modo que ele formava o capital por meio de três tipos de estratégias: i) o apoio financeiro da família: para o negócio do carvão, ele utilizou um dinheiro dado pela mãe; para os negócios de fabricação de churrasco e a quitanda, ele utilizou o dinheiro da namorada; para a empresa ligada à informática, ele emprestou duas edificações do pai; ii) procura de sócios com recursos financeiros, como no caso da revendedora de carvão, do churrasco e na quitanda; iii) adquirindo mercadorias a prazo e vendendo-as à vista ou a prazo, de modo que recebesse antes do vencimento das duplicatas dos fornecedores, conforme ele explica:

“... a gente começou a comprar carvão do, do, desse rapaz de Pirassununga e vender, então a gente saía, tirava pedidos, na época a inflação a milhões por hora, né, então o que acontecia? A gente vendia carvão , ia nos bares: ‘- Ô, quer comprar carvão?’ (...) ‘- Quanto custa?’ ‘- Então essa embalagem é isso, isso...’ ‘- Então, quantos dias você me dá de prazo?’ ‘- Ah, dez dias por exemplo...’ e a gente tinha trinta dias para pagar, então ele me dava dez dias e a gente tirava o pedido, aí depois que a gente, nós acumulávamos, por exemplo uns mil sacos [pedidos] aí a gente ligava pra ele [o fornecedor] ‘- Traz mil e quinhentos sacos.’ Aí ele trazia mil e quinhentos sacos de carvão, aí a gente pegava esses mil e quinhentos sacos, entregava

os mil e ficava com os quinhentos de estoque, pagava ele com cheque para trinta dias, recebia dos caras com quinze, com dez dias, aplicava o dinheiro, que a inflação naquela época era ‘galopante’.”

Tais estratégias para compor o capital inicial, bem como os aprendizados de como administrar um negócio e se relacionar com clientes, Augusto adquiriu a cada empresa que montou, a cada trabalho, e esses são os aprendizados que lhe possibilitaram adquirir os saberes que ele empregava em cada novo negócio.

No seu trabalho atual, que é a administração de uma empresa de venda, prestação de assistência técnica a computadores, bem como venda de *softwares*, ele continua aprendendo no dia-a-dia do trabalho e empregando seus aprendizados:

“Então quer dizer (...) mas na área técnica de *Hardware* que onde eu sou um especialista, não, isso eu aprendi sozinho, quer dizer que isso ele [o irmão que é seu sócio] não sabe mexer, você entendeu? Então, eu sempre fui muito ligado nessa parte de *Hardware*, de eletrônica, né, isso aqui, entendeu? Esse controle, se quebrar eu arrumo, entendeu, porque eu tenho a noção da coisa como é, entendeu? Porque eu, eu, é aquele negócio, as coisas que eu gosto de fazer eu faço muito bem, entendeu? Agora, quando eu não gosto nem, vai, não tem jeito eu não quero fazer.”

Trata-se, portanto, da estratégia de aquisição de saberes nas empresas organizadas por ele e sua aplicação em novas situações de trabalho. Além disso, isso incluiu também estudos autodidatas sobre computadores.

Outra de suas estratégias foi a conciliação da jornada escolar com uma jornada de trabalho regular, que ocorreu somente após os quinze anos; foi o tempo em que vendeu leite e permaneceu na metalúrgica. Entretanto, nesse momento, sua trajetória escolar já se constituía de quatro transferências de escola, três repetências e um episódio de evasão escolar, o que nos leva a considerar que não foram as dificuldades de conciliação da escola com o trabalho que o levaram a evadir-se. Ele explicitou que realmente não gostava de estudar, apesar de ter chegado até a iniciar o ensino médio, talvez por imposições familiares. Depreendemos que ele gosta de aprender, tanto que, quando as necessidades do trabalho demandam, ele se dedica aos estudos autodidatas

sobre assuntos específicos, como computação, línguas e história, mas suas restrições são em relação à aspectos da escola, como o tempo que é necessário para a escolarização:

“Se você quiser adquirir cultura, leia a [nomeia um jornal] todo dia, que você adquire cultura, você entendeu? Se você quiser adquirir cultura, você lê a bíblia, lês livros de história, cultura, é história, entendeu? De uma maneira geral, ou se especializar em alguma coisa onde você vai ter cultura dentro daquilo. (...) É eu sempre tive interesse nessa parte de história, né, eu até hoje, quando eu tenho oportunidade (...) Gosto de ouvir, eu gosto de aprender aquilo, eu tenho interesse em aprender aquilo, ‘- Ah! Então você pode fazer uma faculdade de história.’ Prá que? (...) Prá que eu faria uma faculdade de história? ‘- Ah, prá adquirir conhecimento na área de história.’ Pô, mas será que... o que eu vou fazer com isso, para que eu vou fazer isso! Nem adianta perder tempo, entendeu? Eu penso muito no tempo.”

Essa preocupação com o tempo é presente em sua trajetória escolar. Depois dos quinze anos, transferiu-se para uma escola supletiva particular e conseguiu concluir o ensino fundamental. Ele tentou dar prosseguimento aos estudos, mas teve mais dois episódios de evasão escolar: um no primeiro ano do ensino médio e outro no primeiro ano do ensino médio profissionalizante, em outra escola da qual saiu e não voltou mais.

Além das aprendizagens no trabalho, Augusto teve diversas oportunidades dadas pela família de aprender instrumentos musicais, fazer curso de desenho, conforme já foi mencionado anteriormente. Na adolescência, ele fez também um curso profissionalizante de nível técnico.

Augusto recebeu o apoio familiar em vários momentos da vida e continua recebendo. No trabalho conta com a colaboração dos irmãos, desenvolve suas atividades comerciais em edificações que pertencem aos seus pais e ainda não conseguiu adquirir sua casa própria, residindo num apartamento alugado. Portanto, de certa forma, ainda não se emancipou completamente da família de origem, apesar de ter constituído sua própria família. Todavia, ele destaca que o fato de ter entrado na escola e saído muitas vezes fez com que perdesse a credibilidade junto à família:

“O que teve, que eu acho, na minha vida foi que as pessoas, elas, elas me desacreditaram muito, entendeu, mesmo minha mãe, meu pai: ‘- Você não vai ser nada na vida, você não vai virar nada, você não vai ser ninguém (...)’ Sempre, sempre me destruindo, né, de certa forma, falando que eu não vou ser ninguém (...)”

O sentido da expressão “não ser nada na vida” remete-se, no entender do entrevistado, ao fato de a sua família ter a idéia pré-concebida de que para “ser alguém na vida” é necessário percorrer diferentes níveis do sistema escolar formal. Como sua passagem por esse sistema se deu atravessada por manifestações de resistência à escola através de problemas de comportamento, transferências, evasões, reprovações, no entendimento familiar, Augusto estaria desenvolvendo sua trajetória no sentido de não conseguir tornar-se “alguém”, ou seja, na perspectiva de sua família, um trabalhador supostamente qualificado, culto, com conhecimentos e certificação que poderia possibilitar melhores condições de competição no mercado de trabalho. De fato, houve todo um empenho dos familiares, em especial da sua mãe, para que ele seguisse os estudos na escola regular e também pudesse ter algum conhecimento na área das artes, na música e nas artes plásticas, e de seu pai, que o matriculou na escola do SENAI.

Contudo, Augusto não se profissionalizou como metalúrgico, nem como músico ou desenhista. Os aprendizados adquiridos a cada trabalho, juntamente com outros, lhe possibilitaram empreender vários negócios por conta própria e administrá-los, conseguindo prover a si e a família que ele constituiu, contrariando as expectativas da família de origem, de que ele “não seria nada na vida” – tornando-se “alguém na vida”.

4 – DA ESCOLA PARA O TRABALHO, DO TRABALHO PARA A ESCOLA: dois dilemas nas trajetórias dos trabalhadores sem o ensino fundamental

4.1- DA ESCOLA PARA O TRABALHO...

Propomo-nos a discutir em que contexto se deram os episódios de evasão escolar e como ocorreu a inserção no mercado de trabalho. Durante a infância dos entrevistados, o trabalho e a escola foram as duas atividades que ocuparam a maior parte de seu tempo, sendo, por vezes, conciliadas em cada trajetória. Ainda na infância, eles deixaram de exercer o direito à escolarização básica gratuita e, ao mesmo tempo, inseriram-se no mundo do trabalho, destituídos de direitos decorrentes da condição de trabalhador assalariado, configurando-se, portanto, a dupla destituição, que discutiremos nesse capítulo.

No capítulo anterior, salientamos que quase todos os trabalhadores em estudo são filhos de pais com baixos níveis de escolaridade, com exceção de Augusto, cujo pai é engenheiro agrônomo, que trabalhou como pesquisador no Instituto Agronômico até se aposentar, em 1998. Cida e Carmem têm pais analfabetos. Os pais de Tonica, Nico, Vandrêia e Jairo pararam de estudar antes de concluir o antigo ensino primário, hoje quatro séries iniciais do ensino fundamental. Considerando-se a trajetória escolar dos entrevistados, os níveis de escolaridade de suas famílias de origem e sua iniciação precoce no trabalho, nos interrogamos sobre o que os motivou a freqüentarem a escola e como se deu a interrupção do processo de escolarização formal durante a infância desses trabalhadores, cujas trajetórias analisamos anteriormente.

A princípio, nos chama a atenção o fato de a maioria dos entrevistados terem alcançado um nível de escolaridade um pouco superior ao dos pais. Consideramos que isso se deve ao novo contexto em que a família vivia, pois alguns deles vieram do campo para a cidade, onde há maior número de estabelecimentos de ensino, mais facilidades de transporte e ao esforço deles para proporcionarem aos filhos a possibilidade de estudar mais que eles mesmos estudaram. Alguns apontam a participação ativa das mães e irmãos durante sua trajetória escolar – indo à escola, ajudando nos deveres de casa - especialmente durante a infância e menos, durante a adolescência, quando eles se inseriram no mundo do trabalho, passaram a ter seu próprio dinheiro e contribuir diretamente no orçamento doméstico, como no caso de Carmem, Jairo, Tonica, Nico e Cida.

Jairo, Cida e Augusto relataram que, em geral, eram as mães que exerciam a tarefa de matriculá-los, freqüentar as reuniões e atender às convocações da escola. Nico disse que a mãe e o pai se revezavam nas idas à escola, mas não compareciam a todas as convocações da diretoria.

Tonica e Vandréia lembraram que as respectivas mães não tinham tempo de ir às reuniões. Tonica, após concluir a quarta série, tentou transferência para um estabelecimento de ensino que tinha quinta série. Entretanto, ela não pôde retirar o documento de transferência na secretaria da escola e, como sua mãe não foi buscá-lo, ela perdeu a vaga na nova escola e parou de estudar:

“Cursei até a quarta porque aí a gente mudou lá... mudamos de casa, mudamos de vila, aí para eu vir –porque eu estudava de manhã não tinha como né, porque naquele tempo ali era tudo mato, né, perigoso, aí minha mãe ia pedir transferência e eu pedi, eu mesmo, porque elas não dão pra gente, né, elas não deram, aí era para a minha mãe ir pegar, aí, como ela não tinha tempo porque...[trabalhava] aí ela não foi pegar, daí eu perdi o ano, né, aí eu peguei e não fui mais.”

Alguns deles, como Tonica, Carmem e Nico, obtinham o apoio de irmãos mais velhos nos estudos, os quais, às vezes, os levavam à escola e/ou ajudavam nas lições de casa, durante as séries iniciais. Embora todos os entrevistados tivessem concluído, pelo menos, o quarto ano do primário,¹ quando pararam de estudar, não houve cumprimento das prerrogativas legais sobre a obrigatoriedade dos oito anos de escolarização, que se aplicava ao caso deles, pois estavam cursando o primeiro grau após a Lei 5.692/71.²

Os que não se evadiram da escola logo após se inserir no mundo do trabalho, conciliaram trabalho e estudos desde a infância. Diante de fatores imediatos, tais como dificuldades de conciliação dessas duas atividades, devido à extensão das jornadas diárias no trabalho e na escola, além de uma trajetória escolar perturbada por reprovações e transferências, falta da exigência dos pais para que continuassem na escola, abandonaram os estudos, com exceção de Augusto, que nunca contribuiu diretamente no orçamento doméstico.

Conforme citamos anteriormente, Cida e Tonica interromperam os estudos pela primeira vez no momento em que começaram a trabalhar, aos dez e onze anos respectivamente. Carmem conciliou escola e trabalho dos treze aos catorze anos, depois evadiu-se. Vandréia conseguiu manter-se trabalhando e estudando dos sete anos, quando já trabalhava na mercearia da família, até os catorze anos. Jairo começou a trabalhar na rua antes mesmo dos doze anos, de modo que conciliou estudos e trabalho até sair da escola, aos treze, quando se evadiu pela primeira vez. Depois, ele voltou a estudar, mas sempre trabalhando até a saída da escola, aos 18 anos.

¹Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/96, hoje é a quarta série do ensino fundamental.

Havia a iniciativa da família de levá-los à escola, bem como o apoio e o envolvimento mais efetivo no processo de escolarização formal durante a infância. Mas à medida que a criança começava a trabalhar e ia perdendo interesse pelos estudos, não havia uma ação no sentido de mantê-los na escola, de modo que, quando a maioria deles parou de estudar não houve imposição dos familiares para que retornassem e concluíssem o ensino fundamental, com exceção de Augusto. Os pais os aconselhavam a irem à escola, mas a decisão final era sempre deles. Nesse sentido, Carmem assinala:

“A minha mãe ficou muito brava comigo. (...) ela só não me bateu porque eu já era uma moça, mas ela ficou muito brava, muito chateada porque nunca mais ia por eu na escola, porque ela deu oportunidade e eu desperdicei.”

Dessa fala depreendemos dois aspectos: o primeiro é que sua mãe entendia a formação escolar como uma oportunidade que ela concedia à filha. Isso nos leva a pensar que a mãe tinha uma representação de escola como *oportunidade* que ela não tivera, mas sua filha tinha e *desperdiçava*. Essa oportunidade refere-se aos aspectos positivos da escola destacados por todos os entrevistados, como por exemplo, de adquirir saberes escolares, pertencer a um grupo, e outros. O segundo aspecto é o fato de Carmem, aos catorze anos, ter decidido sobre esse assunto com autonomia, tanto que sua mãe protestou, mas respeitou sua decisão de parar de estudar.

No caso de Cida, a mudança da família para uma fazenda no município paulista de Analândia, depois a doença do pai foram fatores que colaboraram para a interrupção de seus estudos e sua inserção no mundo do trabalho, quando tinha onze anos, mesmo que, do ponto de vista legal, ela não pudesse trabalhar fora do âmbito do lar:

“Ah... ela [a mãe] não queria, né? Mas parei, aí deu a desculpa de ir embora pra fazenda e não voltou mais pra escola, comecei a trabalhar de babá...”

Tonica enfatiza que a mãe se opôs à sua saída da escola e reitera que sua mãe realmente não queria que os filhos fossem como ela, *sem estudo*. Depois, Tonica, ao concluir seu

²Durante o período em que os entrevistados passaram a infância e adolescência, vigorou a Lei 5692/71, a qual estabelecia que a educação obrigatória, gratuita se estendia de quatro para oito anos, a partir de 1971.

pensamento, em vez de enunciar que a mãe não queria que ela parasse de estudar, confirmando as falas anteriores, comete um ato falho e diz que a mãe não queria que ela estudasse³:

“[a mãe] Ah, ficou brava (risos)! (...) Não [foi à escola]. Mas ela ficou brava, falou que a gente tinha que estudar porque ela não tinha estudado, então **ela não queria que a gente estudasse, né...**” (grifos nossos).

Saliente-se que, embora a mãe tenha discordado da desistência da filha em relação aos estudos, não foi à escola para pedir a transferência e não interferiu em sua decisão, que foi tomada quando estava com dez anos de idade. Vandréia teve que decidir se ia ou não parar de estudar quando os pais descobriram uma transgressão que ela cometera, qual seja, deixar de freqüentar as aulas para ficar na rua com amigas sem a ordem deles, durante o horário da escola à noite, conforme ela mesma relata. Destaque-se que neste trecho Vandréia constrói quatro paráfrases⁴ para destacar a idéia de que seus pais não permitiam que ela ficasse na rua:

“Então ele [o pai] me buscou, aí ele chegou lá, a diretora contou para minha mãe que essa aluna não freqüentava a aula e daí minha mãe descobriu, entendeu? Daí quando eu cheguei em casa, nossa! me passaram sermão, me deixaram de castigo, não podia mais sair de casa, tudo aí **minha mãe pegou e falou pra mim que resolvesse minha vida, ou eu parava de vez, ou eu continuava de vez**, porque esta história de ficar pra rua, ‘batendo zero’ e ficar de lá pra cá não estava com nada. Meu pai com minha mãe não deixava eu sair assim, muito, de casa, tinha dia pra sair, tinha hora pra sair e pra chegar também, entendeu? Não era qualquer lugar que podia ir entendeu? Então, minha mãe não gostava que eu ficava pra rua aí à noite, entendeu? pensava que eu estava na escola e não estava, daí ficaram super bravos comigo, tal, daí eu falei: ‘- Não, eu não quero mais ir na escola, quero parar.’ Aí eu parei, daí ficava em casa.” (grifos nossos)

³Consideramos que, neste trecho de seu depoimento, Tonica cometeu um ato falho, o qual tomamos no seguinte sentido:

“Ato em que o resultado explicitamente visado não é atingido, mas se vê substituído por outro. Fala-se de atos falhos não para designar o conjunto de falhas da palavra, da memória e da ação, mas para ações que habitualmente o sujeito consegue realizar bem, e cujo fracasso ele tende a atribuir à sua distração ou ao acaso. Freud demonstrou que os atos falhos eram, assim como os sintomas, formações de compromisso entre a intenção consciente do sujeito e o recalado. A expressão “ato falho” traduz a palavra alemã *Fehlleistung*, que para Freud engloba não apenas ações strictu sensu, mas todo tipo de erros, de lapsos na palavra e no funcionamento psíquico.” LAPLANCHE; PONTALIS; LAGACHE (Dir.) *Vocabulário da Psicanálise*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.44.

⁴Estamos entendendo paráfrase como deslizamento de sentidos que ocorrem na repetição do mesmo enunciado. Cf. ORLANDI, E. *Dispositivos da interpretação*. Campinas. Instituto de Estudos da Língua – Departamento de Linguística. Universidade de Campinas, 1994. mimeografado. p. 2.

Na primeira paráfrase ela cita que sua mãe declarou que não lhe era permitido permanecer na rua durante o horário escolar. Depois, ela repete a idéia central de que os pais não permitiam que ela permanecesse na rua, mas acresce que seu pai compartilhava da mesma opinião de que deveria haver restrições de horário às suas saídas de casa e chegadas. Em seguida, ela acresce que as restrições não se dirigiam somente ao horário, mas aos lugares que ela poderia freqüentar. Nesse momento, ela reitera que tinha permissão somente para ir à escola e o que desagradou os pais foi o fato de ela usar essa oportunidade para permanecer na rua sem o expresse consentimento deles. Enfim, sugeriu uma preocupação da mãe com o fato específico das saídas no período noturno.

Foi nesse contexto que os pais a levaram a decidir se haveria de freqüentar regularmente a escola, um local conhecido pelos pais, num horário diário preestabelecido, ou permanecer em casa, sob os cuidados paternos. Assim, ela citou tal imposição de seus pais como um ato de cuidado, para protegê-la da permanência na rua em locais desconhecidos. Porém, se por um lado, os pais tinham preocupações em relação à sua permanência na rua, principalmente no período noturno, por outro, não acompanhavam o desempenho de Vandréia na escola. Os pais não perceberam a evasão escolar porque, como salientado na sua trajetória, não verificavam os cadernos e livros e nem iam às reuniões. Assim, quando os pais lhe impuseram que decidisse continuar ou não freqüentando a escola, ela já havia decidido se evadir e eles não participaram dessa decisão. Ela assinala que os pais não freqüentavam as reuniões escolares:

“E também [a mãe] não gostava muito de ir [às reuniões escolares], a minha mãe também sempre tinha aquela vida corrida, meu irmão pequenininho, coisa e tal, não dava tempo de ela ir, não era assim também, quis dizer, fazer muita reunião, principalmente quando você está à noite, né?(...) [A escola] já não é muito de chamar pai, de reunião, tal, já era difícil, acho que tinha reunião uma vez por ano, acho, duas vezes por ano, e aí minha mãe geralmente não ia nas reuniões, então, ela confiava muito na gente, né?”

Vandréia destaca que os pais não gostavam, não tinham tempo e não havia muitas reuniões. Ela aponta como positivo nessa situação o fato de os pais confiarem nela, acreditando que ela realmente ia à escola durante a noite, sem averiguar a freqüência às aulas.

Conforme observamos na maioria das trajetórias, as crianças evadem da escola mediante a necessidade de trabalhar e as dificuldades de conciliar o trabalho. Essa necessidade de trabalhar das crianças decorre de duas situações: ou as respectivas famílias necessitam do salário dos filhos

para complementar o orçamento doméstico, nos casos de pobreza mais severa, ou, apesar de não precisarem desse salário para complementarem a renda familiar, permitem que eles trabalhem e, assim, consigam dinheiro para comprar objetos pessoais, como o que ocorre com Vandréia. É nesse contexto que os pais não insistiam para que os filhos permanecessem na escola e concluíssem o primeiro grau, apesar da obrigatoriedade do ensino fundamental, conforme a Lei 5692/71:

“Art. 9 O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos.”

Art. 11 A educação constitui dever da União, dos Estados, do distrito Federal, dos Territórios, dos municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la.

Parágrafo único. Respondem, na forma da lei solidariamente com o Poder Público, pelo cumprimento do preceito constitucional da obrigatoriedade escolar, os pais ou responsáveis e os empregadores de toda natureza de que os mesmos sejam independentes.”⁵

Ao Estado, cabia a responsabilidade de oferecer vagas e fiscalizar para que as crianças não evadissem. Contudo, a despeito das prescrições legais, não havia uma fiscalização efetiva para garantir a permanência dos alunos na escola no período em que os entrevistados estudaram. A preocupação do sistema escolar de ensino relacionava-se mais com medidas de reorganização da escola mediante a diminuição de alunos, do que com a preocupação em resgatá-los.⁶

⁵BRASIL, Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º a 2º Graus. In MOTTA, E. O. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Quadro comparativo entre o substitutivo do senado, o projeto da câmara e a legislação vigente*. Brasília: Senado Federal, 1996. Mimeografado, p. 7.

⁶Em pesquisa anterior, constatamos que não havia nas escolas públicas estaduais estudadas nenhum procedimento para saber o que levava os alunos a evadirem, nem para que eles retornassem à escola. As medidas tomadas pela escola se afastavam muito dessa perspectiva: em casos de diminuição do número de alunos por classe devido a evasões, os procedimentos eram juntar classes pequenas formando uma classe maior, fechar classes; dispensar professores; criar normas, dentre elas a que determina a perda de direito à vaga ao aluno que deixa de frequentar as aulas nos dez primeiros dias do ano letivo. Cf. COSTA, A. *As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais*. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. p. 65-6. Hoje, através da Lei n.º 8.069 de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, criaram-se nos municípios os Conselhos tutelares da Infância e da juventude. As escolas devem informar esses conselhos sobre os alunos evadidos, os quais deverão tomar providências, tais como contactar os pais, alertar sobre sua responsabilidade sobre a formação intelectual da criança e, nos casos mais extremos, informar o promotor da infância e da juventude, para que sejam tomadas medidas judiciais.

Após a evasão, eles passavam a dedicar-se mais intensamente ao trabalho. Durante a vida adulta, ao se tornarem pais, eles anseiam trajetórias ocupacionais e escolares diferentes para seus filhos. Quando indagados sobre a escolarização destes, quase todos – com exceção de Jairo que ainda não é pai – participam ativamente na vida escolar das suas crianças, conforme demonstram nos seguintes trechos:

“Vou [à escola da filha], todo dia eu levo, busco, freqüento reunião, ah! ... agora eles deixam às vezes a gente assim, até o ano passado pegava na rua, né? Agora a gente entra dentro da escola pra pegar as crianças e então geralmente quando na hora da saída buscar, eu sempre ‘bato-papo’ com a professora. Quando é substituta, que nem agora, a professora está de licença, já ‘bato-papo’ com a substituta. Eu estou sempre querendo saber como é que ela está, entendeu? Como é que não está, entendeu? Eu sempre, sempre em cima, assim. (...) Ajudo, ajudo e fico em cima, quero que faça, ah... quero ver se fez, se não sabe eu quero explicar, quero que me ouça.” (Vandréia)

Saliente-se que a condição de trabalho de Vandréia é diferente da dos pais. Ela permanece em casa e, assim, pode dedicar um tempo de seu dia para acompanhar a escolarização de sua filha de dez anos. Mas isso é possível também devido ao fato de Vandréia ter retornado aos estudos e adquirido alguns conhecimentos que lhe possibilitam responder às dificuldades escolares da filha.

Cida, cujo filho tem oito anos, pensa em buscar o apoio da Guarda-mirim⁷ para educá-lo e impedir que ele decida precocemente parar de freqüentar a escola, conforme comenta:

“...quando ele [seu filho] tiver a idade ele ia entrar na guarda-mirim, pelo menos aprende, né? Já vai sabendo que estudar é importante, porque na guarda eles exige que estuda, né? (...) Eu vou colocar, se der certo, eu vou colocar sim, pelo menos ele vai, né, ter um motivo prá estudar, né, não vai ser só a minha cobrança, que a cobrança às vezes também... (...) Vou à todas as reuniões que tem, todo dia eu pergunto, quase todo dia eu pergunto, que ele é bem ‘sapeca’, né?”

⁷A Guarda-mirim é uma organização não governamental criada por civis, sem fins lucrativos, que se estabelece dentro de alguns municípios de forma independente, vive de contribuições de empresas e tem o objetivo de auxiliar os jovens na busca do primeiro emprego. A Guarda-mirim de Rio Claro foi fundada em 1961 e, desde então, vem trabalhando com a inserção de jovens no mercado de trabalho através de bolsa aprendizado, que são contrato de trabalho com duração máxima de dois anos ou até que o jovem complete a maioridade. Os jovens recebem o valor de um salário mínimo mensal por uma jornada diária de oito horas de trabalho. Atualmente, a instituição insere no mercado de trabalho jovens de ambos os sexos, na faixa etária dos dezesseis aos dezoito anos, por meio de empregos predominantemente em escritórios, com registro em carteira, o que é uma peculiaridade da Guarda-mirim rio-clarense, já que outras Guardas-mirins empregam jovens a partir dos catorze anos, sem registro em carteira. Além da faixa etária, outro requisito para o jovem ingressar e permanecer na Guarda-mirim é freqüentar uma escola noturna. Além do trabalho de inserção no mercado de trabalho, a Guarda-mirim também acompanha os adolescentes na escola, fiscalizando suas notas bimestrais e freqüência às aulas. Diretoria da Guarda mirim de Rio Claro, informação pessoal.

Na condição de mãe, Cida espera contar com a Guarda mirim para que seu filho adquira saberes sobre o trabalho e seja acompanhado pela instituição em seus estudos escolares. Essa instituição também se responsabiliza por encontrar um emprego para jovens até dezoito anos e, em troca, exige que as crianças e adolescentes frequentem a escola. Nico prefere que seu filho de cinco anos permaneça até os dezoito dedicando todo o seu tempo aos estudos, diversamente do que aconteceu com ele, que começou a trabalhar com treze anos, teve dificuldades em conciliar trabalho e escola e acabou sendo reprovado por três vezes na quinta série:

“Olha, se eu tivesse condições, eu acho que eu vou tentar conseguir, eu pretendia que ele só estudasse. (...) trabalhar só depois dos 18 anos. Eu pretendia que ele estudasse o dia todo, assim, fizesse uma faculdade igual a você e Ana [cunhada]. Pra mim, era mais importante pra ele estudar.”

Porém, o entrevistado deixa claro que não sabe se conseguirá concretizar esse projeto, expressando isso ao encadear dois verbos que encerram a idéia de indeterminação como “*acho*” e “*vou tentar*”. Apesar de terem se evadido da escola e se iniciado tão cedo no trabalho, ao falar dos planos para a escolarização dos filhos, os entrevistados manifestam desejo de que permaneçam na escola o maior tempo possível, pois puderam constatar que na “escola da vida”, no dia-a-dia do trabalho, na família e demais instituições sociais, as relações dos indivíduos com o saber dão-se de forma diferente daquela ocorrida no espaço escolar, mas os aprendizados adquiridos aí não tornam prescindível a escola. Pois, mais que instrumentalização para o mercado de trabalho, a escola é um espaço humanizador:

“Este é o sentido do fazer educativo. Este é o sentido de tantas renúncias feitas pela infância, adolescência, juventude popular para permanecer na escola, para dividir tempos de escola e de trabalho. Este é o sentido de esperar melhorar de vida, de sair dessa vida aperreada, indigna de gente. A escola como um tempo mais humano, humanizador, esperança de uma vida menos inumana.”⁸

⁸ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 240.

Depreendemos dos relatos dos entrevistados que cada um deles e suas famílias atribuem diferentes características à escola: para a mãe de Carmem é uma oportunidade, um bem ao qual poucos tem acesso; para Cida e Tonica, a escola também é um bem, ao qual tiveram que renunciar mediante a necessidade imperativa de trabalhar para contribuir diretamente no orçamento doméstico; para os pais de Vandréia é um lugar seguro em que a família pode compartilhar a responsabilidade da formação dos filhos, uma forma de impedi-los de permanecer em contato intenso com os perigos da rua. Os pais de Augusto vêem a escola como um meio de se transformar em “alguém na vida” e adquirir reconhecimento social.

Apesar dos diferentes sentidos atribuídos à escola, por parte dos pais dos entrevistados, a maioria deles permitiu que seus filhos deixassem a escola e, ao mesmo tempo, apoiou suas iniciações no trabalho, devido às injunções da suas condições reais de vida. Após a saída da escola, eles apreenderam no mundo do trabalho outros conhecimentos e habilidades que lhes possibilitaram algumas inflexões nas trajetórias ocupacionais, bem como a reivindicação de direitos. Enfim, constituíram uma outra pedagogia, conforme sintetiza Arroyo, à luz do pensamento de Freire:

“A pedagogia que os próprios oprimidos aprendem e põem em prática para recuperar a humanidade que lhes é roubada, para serem humanos em condições inumanas. (...) Os oprimidos educadores de si mesmos, porque lutando pela recuperação de sua humanidade.”⁹

O fato de os entrevistados conseguirem empreender uma trajetória escolar diferente daquela dos pais e, eles mesmos, na condição de evadidos da escola, almejam para os filhos uma trajetória escolar diferente da sua. Embora tenham adquirido aprendizados em suas trajetórias, “na escola da vida”, continuam a valorizar a escola e reivindicar para seus filhos o direito aos saberes escolares. Nossa hipótese para explicar essa aparente contradição é que eles, como seus pais, apreendem a essência humanizadora da escola. Esta se expressa na especificidade da escola como espaço de relações entre os homens e o saber e de produção de saberes, pois constitui-se no espaço em que o saber científico é o mediador na relação entre os indivíduos e ela, tornando-a imprescindível. A escola é constituída com a finalidade de que os indivíduos experimentem o que Charlot denomina de relações epistemológicas entre os homens, embora elas se dêem em outros espaços também:

“O saber é construído em uma história coletiva que é a da mente humana e das atividades do homem e está submetido a processos coletivos de validação, capitalização e transmissão. Como tal, é o produto de relações epistemológicas entre os homens. Não obstante, os homens mantêm com o mundo e entre si (inclusive quando são “homens de ciência”) relações que não são apenas epistemológicas. Assim sendo, as relações de saber são, mais amplamente, relações sociais. Essas relações de saber são necessárias para constituir o saber, mas, também, para apoiá-lo após sua construção: um saber só continua válido enquanto a comunidade científica o reconhecer como tal, enquanto uma sociedade continuar considerando que se trata de um saber que tem valor e merece ser transmitido.”¹⁰

Consideramos que a escola é um espaço privilegiado de participação do cidadão nesses processos de validação, capitalização e transmissão de saberes. Assim, ela é um dos espaços mais importantes de relações epistemológicas entre os homens. E, por constituir-se num *locus* de participação efetiva nas relações sociais de saber, torna-se direito fundamental num Estado democrático – ou seja, num Estado em que a participação social fundamente sua atuação.

Porém, esse direito foi subtraído das famílias da classe trabalhadora, impelidas a renunciar à escolarização ainda durante a infância para empreender todo o seu tempo no trabalho, visando sua sobrevivência imediata. Dessa forma, configurou-se a exclusão da escola, mas note-se que isto decorre da exclusão do trabalho com direitos, sofrida por essas famílias. Mas como pensar em exclusão, quando, na verdade, trata-se de trabalhadores inseridos na divisão social do trabalho?

A categoria participação-exclusão desenvolvida por Foracchi nos permite pensar as dimensões que essa exclusão assume concretamente: trata-se de trabalhadores excluídos do direito ao trabalho com direitos, mas não da divisão social do trabalho, pois vivem de ocupações precarizadas e sofrem a precarização da existência, constituindo-se em situação de participação-exclusão. É essa manifestação a matriz de todas as outras formas de exclusão sofridas por eles, notadamente a exclusão das relações de saber na escola.

As circunstâncias da vida – a pobreza, o trabalho desvalido, enfim, o lugar na divisão social do trabalho - os impeliram a deixar de exercer o direito à escolarização no momento em que estavam se inserindo no trabalho precarizado, sem direitos, ainda na infância.

⁹Idem, p. 247-8.

¹⁰CHARLOT, B. **Da relação como o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes médicas sul, 2000. p. 63. Grifos nossos.

Desde o início das trajetórias venderam sua força de trabalho, por vezes, em condições então consideradas ilegais sob vários aspectos. Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, vigente desde 1943 até os nossos dias, a atividade remunerada e fora do lar é proibida para crianças até doze anos. Essa mesma lei reza ainda que crianças entre doze e catorze anos podem trabalhar em condições especiais:

“Art. 403 Ao menor de 12 (doze) anos é proibido o trabalho.

Parágrafo único: O trabalho dos menores de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos fica sujeito às seguintes condições, além das estabelecidas neste capítulo:

a) garantia de frequência à escola que assegure sua formação ao menos no nível primário;¹¹

b) serviços de natureza leve, que não sejam nocivos à sua saúde e ao seu desenvolvimento normal.

Art. 404 Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

Art. 405 Ao menor não será permitido o trabalho:

I – em locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho;

II – em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade.

Parágrafo 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá da prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós, irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral.¹²

A despeito dessa legislação, observamos que, pelo menos, uma das exigências legais que regulamentam o trabalho infantil foi desconsiderada em cada uma das trajetórias: Cida, Tonica, Carmem e Vandréia trabalhavam com jornadas de quatro a oito horas diárias, sem contrato de trabalho desde os doze anos ou mesmo antes. Jairo trabalhou na rua recolhendo material reciclável ou vendendo frutas e sorvetes sem autorização judicial antes dos doze anos e, aos catorze anos, já trabalhava numa prensa, manejando uma máquina perigosa que colocou sua

¹¹Cf BRASIL. CONSOLIDAÇÃO das Leis do trabalho – Lei nº5.452/43. In: AQUAVIVA, M. C. *Vademecum universitário de direito*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998. Como esta lei data de 1943. Ela é concomitante ao período em que o sistema de ensino se utilizava da seguinte nomenclatura: ensino primário (de primeira à quarta série primária) e ensino médio, que abrangia o ginásio (da primeira à quarta série do ginásio) e o colegial (com três séries), daí a menção ao ensino primário nesta Lei. Ver também ROMANELLI, O. O. *História da Educação no Brasil*. 14.ed. Petrópolis: Vozes,1978. p. 160-1.

¹²BRASIL. CONSOLIDAÇÃO das Leis do trabalho – Lei nº5.452/43. Op. cit., p. 760. Em 10/10/79 foi instituído um Código de Menores, sob a lei nº 6.697, para dispor especificamente sobre a assistência, proteção e vigilância a menores até dezoito anos de idade. Contudo, o artigo 83 desse código, não altera as disposições da CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho em relação ao trabalho do menor de 18 anos, conforme podemos notar: “Art. 83 A proteção ao trabalho do menor é regulada por legislação especial.” Por isso, nos reportamos diretamente à CLT no corpo do texto.

saúde em risco, sofrendo, inclusive um acidente que lhe deixou uma seqüela permanente no dedo. Nico, aos treze anos, trabalhava em bares no período noturno, fora do horário permitido para menores.

Qual é o significado dessa disparidade entre as prescrições legais e as condições reais da vida desses jovens, de modo que desde cedo, eles já se encontravam fora do estatuto de sujeitos de direitos, mas inseridos no mundo do trabalho sem direitos? Há nessa situação uma dupla contradição: primeiramente, observamos nas trajetórias uma infância permeada pelo trabalho assalariado ou por conta própria, atividades próprias da vida adulta;¹³ na outra observamos os trabalhadores de fato, mas sem direitos decorrentes desta condição, portanto sem o reconhecimento social, no que diz respeito aos direitos.

Excetuando-se Augusto, que começou a trabalhar como empregado aos quinze anos, todos eles trabalharam durante a infância em condições insalubres e, por vezes, perigosas, com jornadas irregulares e/ou noturnas, sem contrato registrado em carteira. Suas primeiras experiências de trabalho os levaram a construir representações¹⁴ sobre o trabalho desde já

¹³O trabalho começou a ser considerado como atividade da vida adulta especialmente a partir de meados do século XIX, quando começaram a surgir os primeiros limites de idade para o trabalho nas fábricas. Marx cita que a lei fabril inglesa de 1833 proibia o trabalho para crianças menores de nove anos. Depois, na lei fabril de 1844, a idade mínima das crianças aptas para o trabalho reduziu-se para oito anos. Cap. VIII A jornada de Trabalho. In: MARX, K. **O Capital**. Livro primeiro, volume II. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998. p. 323;326 e ss. Essa tardia regulamentação da idade mínima para o início no trabalho se deve ao fato de as representações sobre a criança, como indivíduo com suas especificidades, terem se modificado através dos diferentes contextos históricos. Nesse sentido, a título de ilustração nos referimos ao trabalho de Ariès sobre essa questão:

“O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela ‘paparicação’ – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. (...) No século XVIII, encontramos na família esses dois elementos antigos associados a um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física. O cuidado com o corpo não era desconhecido dos moralistas e educadores do século XVII. (...) mas não havia interesse pelo corpo dos que gozavam de boa saúde, a não ser com objetivo moral: um corpo mal enrijecido inclinava à moleza, à preguiça, à concupiscência, a todos os vícios.” ARIÈS, P. **História social da família e da criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1981. P. 164.

¹⁴Consideramos representação no sentido marxiano:

“A produção de idéias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como efluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, idéias, etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tais como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças

associando-o à precariedade das condições em que estavam empregados e elas eram e continuam sendo compartilhadas com a expressiva maioria da população brasileira, pois,

“Segundo pesquisas do IBGE ou DO DIEESE-SEADE, hoje mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontram em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS. Ou seja, três em cada cinco brasileiros ativos das grandes cidades estão ou desempregados (um em cinco) ou na informalidade (dois em cada cinco), sendo que destes últimos uma grande parcela apresenta evidente degradação das condições de trabalho e de seguridade social.”¹⁵

Assim, conforme explicitamos anteriormente, a introdução do indivíduo desde muito cedo no mundo do trabalho não implica necessariamente na conquista do estatuto de trabalhador como sujeito de direitos, constituindo-se, assim, em destituição da cidadania. Tal situação tem assumido características e proporções que configuram a questão social brasileira. A despeito da obrigatoriedade da Carteira de Trabalho para qualquer emprego¹⁶, o registro nas trajetórias relatadas é um ato quase que incidental.

Cida ingressou no mercado de trabalho aos onze anos. Hoje, aos vinte e cinco, com uma trajetória de quatorze anos de trabalho, em oito lugares diferentes, tem registrados na carteira apenas um ano e dois meses, referentes a três empregos. Carmem tem trabalhado dos onze aos vinte e quatro anos, contudo, somente dois anos e onze meses constam registrados em carteira, referentes a dois, de um total de seis empregos que já teve. Jairo – hoje com 24 anos - começou a trabalhar com dez anos de idade e tem na carteira 7 anos de registro, apesar de ter trabalhado como empregado nos últimos dez anos; Nico também ingressou no mercado de trabalho com treze anos e hoje tem vinte e seis, mas na carteira constam seis anos e meio de trabalho.

Em algumas trajetórias, o registro em carteira ocorreu apenas uma vez, como no caso de Vandréia, que trabalhou dos sete aos vinte e sete anos, e o único registro que ela teve foi reivindicado através da justiça do trabalho, após ela ter sido dispensada. Augusto também tem registrado em carteira apenas um emprego, no qual ficou três meses como torneiro mecânico.

produtivas e do intercâmbio que a estas corresponde até às suas formações mais avançadas.” MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1º capítulo seguido das teses de Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984. P. 22.

¹⁵MATTOSO, J. L. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. P. 16. Grifos nossos.

¹⁶Cf. BRASIL. CONSOLIDAÇÃO das Leis do trabalho – Lei nº5.452/43, op. cit. “Art. 13 – A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada.”. p.729.

Entretanto, neste último é preciso notar que sua trajetória foi construída, predominantemente, por sucessivas iniciativas para abrir negócios por conta própria: por cinco vezes ele abriu firmas próprias e três vezes atuou como vendedor autônomo.

Se partirmos do conceito de precariedade não restrito somente à falta de um contrato registrado em carteira, mas que inclui também condições de trabalho perigosas e insalubres, jornadas longas, falta de direitos decorrentes da condição de trabalhador, podemos afirmar que as trajetórias em estudo são exemplos emblemáticos da precariedade no trabalho: conforme já foi salientado, Jairo perdeu a ponta de um dedo da mão trabalhando numa prensa aos catorze anos de idade e depois, aos dezessete, teve problemas de fígado, ao trabalhar em contato direto com chumbo na fabricação de carimbos; Nico, cumpria jornadas noturnas em lanchonetes durante a infância e chegou a trabalhar três períodos por dia numa sorveteria e Cida carregava sacos de ração de sessenta quilos, quando trabalhou na empresa de rações e fertilizantes.

Todos eles, em decorrência da falta de registro, somente poderão contar tempo para a aposentadoria e ter acesso às proteções decorrentes do estatuto jurídico de trabalhador, tais como férias remuneradas, seguro contra acidentes, licença-maternidade e salário-maternidade e outros direitos, se reivindicarem o reconhecimento do vínculo empregatício na justiça. E esse estado de perda de direitos se converte em definitivo nos casos em que os trabalhadores não reivindicaram seus direitos no máximo até dois anos após a dispensa, pois após esse prazo a Lei não permite a possibilidade de reivindicação.¹⁷

A busca de estabilidade, melhores salários e registro em carteira faz com que constantemente se demitam, mas enfrentam barreiras para encontrar empregos melhores que os anteriores, permanecendo num círculo vicioso que os circunscreve ao trabalho precário. Nesse sentido, estabelece-se uma contradição, pois é justamente a busca de um emprego estável que faz com que eles construam uma trajetória plena de instabilidade, inicialmente dentro do mesmo ramo de serviços, depois, para ramos diferentes e ainda ocorrências de negócios familiares e por conta própria.

As análises das trajetórias demonstram também que, conforme os trabalhadores entrevistados vão adquirindo novos saberes a respeito do mundo do trabalho, passam a

¹⁷Idem, cf Título II - Das normas Gerais de tutela do trabalho, pp. 729-746. Sobre prescrição cf. "Art. 11 Não havendo disposição especial em contrário nesta consolidação, prescreve em 2 (dois) anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo nela contido." p. 729.

reivindicar melhores salários e condições nos empregos, como ocorreu nas trajetórias de Jairo, Vandréia, Carmem, Cida, Nico, ou investem em empreendimentos para se tornar independentes das relações de assalariamento, como ocorreu na trajetória de Augusto, e de Vandréia, de forma mais efetiva. Tais mudanças significam que eles necessariamente refletiam sobre suas atividades de trabalho, sobre o uso de si que era feito pelo empregador, um outro uso, o uso de si por si mesmo e, entre esses, a dimensão do mal uso:

“A maneira como se organiza a relação entre os dois sentidos de “uso” [uso de si por si mesmo e uso de si por outrem] importa muito para a investigação do sujeito. Este equilíbrio dinâmico entre os dois pólos contraditórios pode se viver em todos os graus entre o formal e o informal, mas é bem raro que, no curso de um diálogo instruído e no duplo sentido esta dimensão de um mal-uso em relação a outros usos possíveis de si, cujo uso atual de si por si traz testemunho, não apareça explicitamente.”¹⁸

À medida que o mal uso ultrapassava os limites toleráveis, os entrevistados passavam a delinear outras estratégias, a fim de obter melhores condições de trabalho: reivindicando a ampliação de direitos nos próprios empregos onde estavam, ou pedindo demissão e buscando outros empregos, ou estabelecendo negócios por conta própria em que poderiam trabalhar sem estar sob a vigilância de um empregador. Assim, eles foram reelaborando sua relação com o trabalho, o que ocorre quando se dão os usos de si por si, conforme aponta Schwartz:

“Mas observamos também, entre parênteses, o quanto este vivido da relação de dois usos é importante também para uma reflexão de ordem histórica ou social: a confrontação entre uso/mal-uso relativo que se faz de você e o uso, limitado mas testemunho, de si por si que o suporta, o peso respectivo destes usos e mal-usos nas experiências concretas do trabalho não somente são fixados, mas não cessam de mudar segundo critérios ou configurações complexas onde os dispositivos materiais, objetivos sociais impostos às subjetividades laboriosas são sempre retrabalhados e reelaborados por elas.”¹⁹

¹⁸SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. Tradução de Maria Lúcia R. Leão. Revisão técnica da tradução de Maria Inês Rosa. *Revista Proposições*, vol. 1, nº 5 (32). Jan./2000. p. 38-54. Campinas: Faculdade de Educação – Universidade de Campinas. Sobre os mal-usos nos usos de si cf. também, ROSA, M. I. Trabalho – Nova modalidade de uso de si e educação: debates/confrontos de valores. 32, *Revista Proposições*, vol. 1, nº 5 (32). Jan./2000. P. 55-65.

¹⁹Idem, loc. cit.

Uma vez adultos, já com uma trajetória ocupacional, em que a maioria dos empregos não constam na carteira de trabalho como registrados – e sem o primeiro grau completo – seguem estabelecendo estratégias que configuraram, *a posteriori*, uma trajetória, passando por diversos ramos de atividades, nos setores primário e/ou secundário e/ou terciário da economia, conforme foi explicitado anteriormente.²⁰

A classe trabalhadora estabelece estratégias, reivindica seus direitos sociais e, no dia-a-dia de trabalho, negocia o uso de si por outrem, no sentido de minimizar o mal-uso, configurando-se o trabalho como local de luta, de negociação. Contudo, ao lado desse fato que influencia diretamente na constituição das trajetórias, devemos considerar também os imprevistos que ocorrem nas outras esferas da vida e concorrem para que as trajetórias assumam características distintas entre si, tais como o casamento, o nascimento de filhos, a doença e morte de entes queridos, migrações da família, desencadeando mudanças na forma de participação dos entrevistados na manutenção da família de origem, levando ao desenvolvimento de outras estratégias.

As imprevisibilidades que conferiram características próprias às trajetórias se deram dentro das limitações que se lhe foram impostas pela conjuntura e que não se devem tão somente à falta de escolarização, mas à sua própria condição de classe trabalhadora, integrando o exército de mão-de-obra de reserva ora na porção latente, ora na estagnada, ora na flutuante. Notemos que, mesmo considerando que eles lutavam por espaços no trabalho onde houvesse a negociação por um uso de si por si que se afastasse da dimensão do mal uso, ainda que usufruindo de mais direitos e empregos com jornadas menos extenuantes e condições melhores, eles não saíram do âmbito de trabalho precarizado.

A maioria dos trabalhadores em estudo, no momento da entrevista, voltou a trabalhar em condições tão precárias quanto aquelas vividas na infância, devido às suas circunstâncias de precariedade de vida. Cida e Carmem apontaram que o último emprego de ambas era como vendedoras de produtos de beleza por catálogos; Nico estava vivendo de ‘bicos’ e Jairo estava trabalhando sem registro em carteira e sem salário fixo; Tonica estava desempregada, aguardando um chamado dos agentes que recrutam volantes para o trabalho na lavoura.

²⁰ Cf. trajetórias relatadas no capítulo III. Kowarick. aponta este problema tão generalizado em nossos dias desde a década de 70. KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, op. cit., p. 61.

Os pais dos entrevistados, como eles, também compõem a camada do exército industrial de mão-de-obra de reserva que, por vezes, provêm do campo e, migrando para as cidades, transformam-se em mão-de-obra flutuante ou estagnada, empregando-se nos trabalhos com as condições desvalidas, as remunerações baixas e sem as garantias advindas do estatuto jurídico de trabalhador, de modo que as primeiras representações que eles elaboram sobre o trabalho dão-se nessas condições, a partir da vivência da família sobre a atividade remunerada.

Alguns deles vêm de famílias de origem rural. O pai de Tonica trabalhava e morava com a família numa fazenda, em regime de colonato, no município de Andradina, antes de abandoná-los. Os pais de Nico vieram de um sítio no interior de Minas Gerais. Outros entrevistados tiveram pais que trabalhavam na cidade e tinham que contar com a colaboração dos filhos para prover a família: tanto o pai de Nico como o de Jairo eram vigias; o pai de Jairo trabalhou como pedreiro e britador, antes de se tornar vigia. Os pais de Cida foram lavradores a maior parte de suas vidas. O pai de Carmem foi lavrador e estivador, após a sua morte, esposa e o filho tornaram-se volantes em lavouras de cana.

Os entrevistados, filhos dessa geração, constituem os desempregados e subempregados das cidades, os destinatários do rótulo de excluídos, mas que, na verdade, estão inseridos na ordem do trabalho, realizando-o em condições de destituição de direitos. Entretanto, é a partir dessa condição que lutam por melhores condições de trabalho e de vida, seja no âmbito do trabalho, seja em outras esferas da vida, inclusive voltando a conciliar os estudos e o trabalho durante a vida adulta, fazendo uso de si por si, nos mal-usos que deles são feitos.

4.2 ... DO TRABALHO PARA A ESCOLA.

Diversos estudos, realizados nas décadas de 80 e 90 sobre a escolarização dos trabalhadores de baixa renda e as relações entre o processo de inserção ocupacional precoce e a formação escolar no Brasil, demonstram que esses trabalhadores, em especial os sem a escolarização mínima obrigatória de oito séries do ensino fundamental, inserem-se de modo precário no trabalho. Quando adultos, eles vêm-se impelidos a voltar à escola, num primeiro momento, mediante exigências do mercado.²¹

De fato, tais exigências aparecem nas trajetórias dos trabalhadores, os quais destacam que ou não puderam se inscrever e participar, ou participaram, mas não foram aprovados em processos de recrutamento em diferentes empresas da cidade, devido ao fato de não terem concluído a oitava série do ensino fundamental,

“Então eu levei o *curriculum* lá, né, eles estavam até ajustando, mas só que eles queriam o segundo grau completo, por fim, não me ajustaram por causa disso. (...) Na [nomeia a empresa] também. (...) então, inclusive tem um tio meu que trabalha lá. Ele, se eu tivesse pelo menos a oitava série, ele conseguia um emprego pra mim lá, mas como eu só tenho a quinta....(..). Inclusive na firma que o pai da [nomeia a esposa] trabalha também eles estão exigindo escolaridade na [Nomeia outra empresa].” (Nico)

Por terem o ensino fundamental incompleto, alguns dos entrevistados foram impedidos até mesmo de preencher fichas para concorrer a uma vaga em alguns empregos, como o que aconteceu com Cida:

“Por exemplo, na loja [nomeia a loja]. Aí eu cheguei lá fazer a ficha, mas só fazia ficha que tinha o primeiro grau. (...) firma também exige o primeiro grau. Na[nomeia a empresa], meu

²¹Para maiores detalhes sobre inserção ocupacional de trabalhadores cf. FERRETI, C. J. **Opção: trabalho**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998; _____. Trajetória ocupacional de trabalhadores de classes subalternas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: (66): 25-40, ago/1988.

Sobre escolarização de trabalhadores de baixa renda cf. BRANDÃO, Z. et al. Estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de primeiro grau no Brasil (1071-1981) **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 64 (147) 38-69, maio de 1983; COSTA, A. C. **As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais**, op. cit. CARVALHO, I. M. M. A escolarização em famílias da classe trabalhadora. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: nº 42, p. 27-40. Ago/1982. FRANCO, L. A. C. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. São Paulo: Cortez/A. A., 1987. (Polêmicas do nosso tempo, 22); PUCCI, B.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N.; SGUISSARDI, V. **O ensino noturno e os trabalhadores**. São Carlos: EDUFSCAR, 1994.; TEIXEIRA, M. C. S. Escola: exclusão e representação (notas para uma reflexão). **Revista da Faculdade de Educação de São Paulo**, v. 18(1), 20-32, jan/jun de 1992.; TENCA, S. Cursos noturnos: a pobre escolarização dos que trabalham. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: (43): 37-41, nov/1982.

vizinho trabalha lá, ele ia levar o *curriculum*, mas tinha que ter o primeiro grau, na [nomeia outra empresa] também.”

Vandréia assinala que percebeu uma mudança nas exigências de escolaridade durante sua trajetória ocupacional e narra duas oportunidades em que a falta de escolaridade a impediu de participar de processos de seleção:

“A gente ia [trabalhar] porque... mania, né? Na época tinha serviço de monte pra você fazer, não exigia diploma de nada, não é que nem hoje, que até pra você varrer rua, você tem que ter a oitava série, naquele tempo não era assim, você arrumava emprego em qualquer lugar, empregos bons, pra ganhar muito bem, entendeu? De menor de idade, certo? E você não precisava de diploma nenhum, você apenas ia fazer o serviço, se você fosse competente pra fazer pegasse o jeito, você dali você sempre ia embora (...) Hoje em dia, até pra você ser varredor de rua, lixeiro, qualquer coisa, você tem que ter oitava série. (...) [As empresas] barram, é... inclusive estavam tendo curso esses dias, fazendo prestar concurso, né? Mas não como enfermeira, não, só atendente mesmo, entendeu? Secretária, tipo assim, trabalhar com arquivo, essas coisas assim, eu liguei lá porque eu queria participar do... do concurso, mas ela falou que sem o certificado da oitava não precisava nem ir pra prestar concurso, porque só pegavam que tinha certificado da oitava série.” (grifos nossos)

Carmem não consegue realizar seu projeto de parar de trabalhar como empregada doméstica e fazer outro tipo de atividade remunerada e atribui isso à falta do certificado do ensino fundamental. Ela relatou um episódio em que tentou procurar emprego não ligado aos trabalhos domésticos, mas não conseguiu:

“Foi, foi, numa loja de (pausa) de, uma loja pra vender (pausa) ah, esqueci, qual é agora o nome, ai, não me lembro o nome, agora eu sei que foi numa loja que eu fui. (...) E aí eles perguntaram se eu tinha oitava série, porque tinha que atender telefone, umas coisas assim. (...) eu falei que estava estudando, e estava terminando a oitava série. (...) Eles disseram que não.”

Alguns puderam se inscrever para participar do recrutamento, mas na hora da seleção, sofreram constrangimentos por não terem a escolaridade exigida, conforme descreve Jairo:

“Uma vez eu recebi uma... um telex, né, (...) pra ir na [nomeia a empresa], que ia ter uma seleção de pessoal lá, né, aí chegou a hora, aquele bando de gente entrou na sala, nós lá, ‘- Quem tem a oitava série?’ tal... nisso ele tinha explicado um monte de coisas, né (pausa) falou o tempo que eles queriam pra trabalhar, no início, ‘- Só quem tem oitava série, por favor, levanta, né, e pode vir para frente’. O pessoal levantou, ficou eu, o... uns par deles ficou sentado, né, ‘- Então, vocês, infelizmente, esse pessoal que ficou sentado a gente está dispensando por causa que (pausa) a gente está dando preferência para quem tem a oitava mesmo, né?’ (...) Aí, nisso eu já... lamentei, tem que voltar a estudar... que isso foi no ano passado.”

Observamos que Jairo ficou reticente ao citar o número de candidatos às vagas que permaneceram sentados, ao aludir à expressão “*uns par deles*”, que lhe possibilitou não precisar a quantidade de trabalhadores naquele grupo que, como ele, não tinham a escolaridade mínima exigida. O constrangimento apareceu também quando ele disse que lamentou a situação e, em seguida, reafirmou a necessidade de estudar e o fato desse episódio ter se dado no ano passado, quando ele ainda não estava cursando o supletivo.

Tonica também enfrentou barreiras ao procurar emprego, devido ao fato de não ter concluído o ensino fundamental, não ter referências de empregos anteriores e nem cursos ou estágios. Quanto à formação escolar, ela mesma chegou a considerar em seu depoimento que, talvez, as exigências de escolaridade para obter empregos já se refiram a níveis superiores ao ensino fundamental:

“(...) é... que nem meu primo trabalha na [nomeia a empresa], esse mês passado agora, a firma não... deixa trabalhar mais porque tem que ter oitava série para cima. (...) Se eu tivesse feito pelo menos até a oitava, né? Não é grande coisa, mas já ajudava, entendeu? (...) [A oitava série] Não...[é grande coisa] porque, que nem os outros falam, que grande coisa é terminar tudo, né? Fazer tudo, né? Então aí, se já tivesse feito a oitava, já era mais fácil conseguir, né? (...) Eu fui trabalhar, uma colega minha também tinha arrumado pra mim trabalhar lá na [nomeia outra empresa], só que tinha que ter a oitava série, daí dava pra ir pra firma.”

Em todas as trajetórias analisadas, há em comum o fato de terem trabalhado em condições precárias, o que apareceu sob diversas formas, tais como a falta de estabilidade no trabalho, as jornadas extensas, a exposição dos indivíduos a situações perigosas e insalubres, o trabalho infantil e irregular, o trabalho sem contrato legal, registrado em carteira. Constatamos nas entrevistas as três formas de precarização do trabalho anteriormente discutidas, tais como a desregulamentação das leis, as estratégias para aumentar as exigências aos trabalhadores empregados com e/ou sem contratos e as irregularidades constantes nas relações de trabalho.²²

Entretanto, para além dessas constatações discutidas anteriormente e reiteradas aqui, não podemos deixar de observar dois aspectos, próprios da atual conjuntura: o primeiro é que tais situações têm se tornado cada vez mais generalizadas na vida de todo trabalhador, independentemente de seu nível de qualificação e/ou escolarização, devido às mudanças na

²²Cf. subitem 1.1 do primeiro capítulo.

organização do trabalho. Essas mudanças visam eliminar postos de trabalho, gerando desemprego e, assim, impelindo um contingente cada vez maior de trabalhadores a, ou se submeterem às novas regras, que incluem a ampliação da jornada de trabalho, a perda de direitos trabalhistas e a requalificação, ou então, a buscarem emprego no chamado setor informal da economia.²³

O segundo aspecto a observar é que tais mudanças na organização e na gestão do trabalho, ao mesmo tempo, ocasionam a precarização e aprofundam a exploração da força de trabalho e a negação dos direitos do trabalhador. Os trabalhadores são impelidos a se submeter a condições de trabalho cada vez mais intensas e sem direitos, mediante a constante ameaça de desemprego estrutural e, nessas condições, mais direitos são destituídos. Conforme apontamos anteriormente através de Castel, cada vez mais se observam a supervalorização e superinvestimento no trabalho, a despeito de outras esferas da vida - e acrescentamos - esse trabalho cada vez menos supre as necessidades presentes nessas esferas.²⁴

Nesse sentido, o trabalhador empregado é levado a assumir cada vez mais “responsabilidades”, que nada mais são que obrigações, conforme aponta Rosa:

“*Ser responsável*’ em nome da obtenção da qualidade do que se produz é a realização nos atos do trabalho de novas obrigações, expressas como responsabilidades, que devem ser cumpridas pelos trabalhadores (...). Cada trabalhador, no cumprimento das obrigações, vai aprendendo a ser multifuncional ou flexível ou polivalente, executando múltiplos trabalhos: os de inspeção e os da manutenção produtiva. (...) Assim, amplia-se o campo de trabalho do trabalhador em nome do ‘ser responsável’, ou seja, ‘é o indivíduo em seu ser que é convocado’, no uso de si na nova forma de governo do trabalho.”²⁵

As obrigações destacadas por Rosa constituem-se em estratégias para aumentar a expropriação da mais-valia relativa, com maximização do aproveitamento do tempo que o trabalhador permanece no *locus* do trabalho, por meio da ampliação das tarefas. Essa estratégia de exploração do sobretalho e sua transformação em mais-valia continua seguindo a mesma lógica apontada por Marx desde o nascimento da indústria, porém de modo mais aprofundado, buscando prescrever não somente as tarefas, mas também o uso das diferentes faculdades humanas:

²³CASTRO, N. C. E DEDDECA, C. S. (org.) *A ocupação na América Latina: tempos mais duros*, op. cit., 12.

²⁴Cf. primeiro capítulo, p. 38 - 40.

²⁵ROSA, M. I. Do governo dos homens: as “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. *Educação e sociedade*, 64, número especial Competência, qualificação e trabalho São Paulo: setembro de 1998. p. 136. Grifos nossos.

“Temos como hipótese que estas mudanças se constituem enquanto uma nova modalidade de uso de si do trabalhador, organizando os novos métodos e regras do trabalho, isto é, o trabalho prescrito. Este dá-se em confronto com o trabalho real – a atividade concreta, o ato mesmo de fazer – empreendendo, tal qual tentou o governo taylorista do trabalho, antecipar as experiências resultantes destes debates/confrontos, a própria faculdade humana de julgar, interpretar, decidir e fazer escolhas, vale dizer, aquela ‘livre disposição de um capital pessoal’.”²⁶

Além dessas ‘novas’ exigências presentes no dia-a-dia do trabalho – não tão novas, uma vez que acabam repondo o ideal taylorista de prescrição do trabalho, conforme aponta Rosa – essas mudanças, têm desencadeado uma dupla invalidação do trabalhador: primeiramente ao se subestimarem os seus aprendizados acumulados no decorrer de suas trajetórias escolar e ocupacional, impondo-lhes infundáveis requalificações, impelindo-os a se tornarem multifuncionais e, assim, preservarem o emprego ou, quando são dispensados, investirem constantemente na formação para eles se ajustarem às demandas do mercado de trabalho e darem continuidade às suas trajetórias ocupacionais. A segunda forma de invalidação se dá pela dispensa de funcionários e aumento de tarefas, levando-os a produzirem mais, no mesmo intervalo de tempo, o que aumenta a produção de mais-valia.

Há aí uma contradição do capital: ele impele o trabalhador a adquirir conhecimentos específicos para o trabalho e desenvolver determinadas habilidades, que, na verdade, são prescrições com vistas a aumentar o controle do capital sobre o trabalho. entretanto, conforme aponta Rosa, o capital não pode impedir que o trabalhador também faça uso da formação que adquiriu para negociar, na medida do possível, o controle sobre o uso de si por si mesmo. Em tal situação, tem-se um foco de tensão entre as prescrições do trabalho e o não prescritível, tornando provisórias as tentativas de controle sobre o trabalho através das requalificações:

“Acreditamos poder afirmar que é sempre provisória a (re) qualificação do ser trabalhador – a expressão da subjetividade do homem como trabalhador, malgrado a política reduzida à instrumentalização, tentar constantemente capturá-la [a subjetividade] pelo governo dos homens, na sociedade moderna. Pois, como salientado, o homem, na condição ou não de trabalhador é construído pelas relações sociais, revelando quem ele é e não somente o que é dele esperado como o agente que porta os atributos do dever ser. E nesta revelação ele realiza a ação e

²⁶ Trabalho – Nova modalidade de uso de si e educação: debates/confrontos de valores. 32, *Revista Proposições*, vol. 1, nº 5 (32). Jan./2000. P. 55-65.

o discurso – a política, buscando criar uma nova forma de sociabilidade que não a instrumental pelo uso de si.²⁷

Durante a vida adulta, os entrevistados se deparam com uma nova configuração na organização do trabalho. Nas palavras de Rosa, são ainda mais intensamente convocados pela nova forma de governo do trabalho. Portanto, a estratégia do capital é lutar para reduzi-los a instrumento do capital, ou seja, levá-los a fazer uso de si por outrem, bem como usos de si por si mesmo para aumentar sua produtividade. Esta é a busca constante das reorganizações no trabalho. Nessa perspectiva, a volta à escola, a princípio, torna-se uma das exigências e sua falta, uma forma de exclusão do trabalho. Mas, que tipo de escolarização básica é exigida aos trabalhadores?

Kuntz destaca que as novas exigências do mundo do trabalho demandam do trabalhador um corpo de conhecimentos que inclui saberes gerais e técnicos congruentes com o rol de tarefas que deverá cumprir na empresa, bem como comportamentos adequados e condutas que correspondam àquela “responsabilidade” requerida, conforme descreve:

“Esse novo tipo é mais versátil que o antigo operário qualificado e, em princípio, mais preparado para tomar decisões e assumir riscos. Esta é, talvez, a mais imprevista das transformações: a robotização não tornou o operário inteligente substituível por um imbecil apertador de botões. Ao contrário: criou demanda por um tipo especial de trabalhador, menos ocupado com operações repetitivas e mais voltado para questões como o controle da qualidade e a busca de diferenciais de eficiência. Sem isto, aliás, a redução dos níveis gerenciais não teria sido possível. Produzir um trabalhador deste tipo exige, em primeiro lugar, como já foi dito repetidamente, uma boa educação fundamental, muito forte em linguagem, conhecimentos básicos de matemática e rudimentos de ciência. A especialização passa a ser quase um acidente na vida deste operário.”²⁸

Ao buscar compreender as exigências ao trabalhador nessa conjuntura, Kuntz nos leva a pensar que a escola básica também tem sido reduzida a mais um instrumento para a formação do trabalhador “multifuncional”. Ademais, a falta do certificado do ensino fundamental tem justificado a exclusão de contingentes de trabalhadores de processos de seleção por postos de trabalho. Em uma palavra, a afirmação do autor de que a formação desse “novo” trabalhador se inicia na escola básica retrata o significado da escola dentro da pensamento liberal: *locus* de

²⁷Idem, p. 144. **Negrito da autora.**

²⁸KUNTZ, R. **Os direitos sociais em xeque.** São Paulo: USP/IPEA, 1995. (col. Documentos – Série Teoria Política, 10). p. 7-8.

formação do trabalhador e instrumento de distribuição dos sujeitos na divisão social do trabalho.²⁹

Até os anos 70, os adeptos da Teoria do Capital Humano atribuíam como função social da escola inserir o jovem no mercado de trabalho. Contudo, mais recentemente, houve uma inflexão na proposta liberal para a escola: preparar o aluno para que possa competir por uma ocupação, conforme aponta Gentili:

“O estudo das tendências que marcaram o contexto no qual se produziu a desintegração pode permitir-nos reconhecer o que chamarei aqui a privatização da função econômica atribuída à escola. Em tal sentido, é importante destacar que a desintegração da promessa integradora não tem suposto a negação da contribuição econômica da escolaridade, e sim uma transformação substantiva em seu sentido. Passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social, etc.) a uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho. Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo (e não ao Estado, às instâncias de planejamento ou às empresas) definir suas próprias opções, suas próprias escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho.”³⁰

Sob o pensamento neoliberal, a educação escolar continua sendo considerada como um investimento na formação do capital humano e os certificados, produtos que os indivíduos adquirem para depois exibirem como atributos que podem favorecê-los na competição por postos cada vez mais disputados no mercado de trabalho, ou assumirem individualmente a responsabilidade por não ter esses atributos e não conseguir se inserir nesse mercado e/ou permanecer empregado. Nesses termos, a instituição transfigura-se em prestadora de serviços que oferece possibilidades de formação desse capital humano.

Enfim, a escola é considerada pelo pensamento neoliberal como empresa e seus problemas perdem sua especificidade para serem enfrentados do ponto de vista organizacional como crise de gerência, de ineficiência e de incompetência.³¹

²⁹Sobre a exclusão no interior da escola cf. BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. Pp. 481-486.

³⁰GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 81. Grifos nossos.

³¹_____. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: _____.; SILVA, T. T. (orgs.) *Escola S/A* Brasília: CNTE, 1996. p. 16-17.

A repetência e a evasão escolar, por exemplo, convertem-se em sintomas de uma crise de gerência, como pode ocorrer em qualquer empresa. Contudo, trata-se de problemáticas específicas da instituição social escolar no modo de produção capitalista, em que as crianças da classe trabalhadora advindas de famílias de baixa renda são impelidas a estudar e trabalhar ao mesmo tempo, ou interromper precocemente os estudos, ao mesmo tempo em que ingressam no mercado de trabalho.

O discurso da crise de gerência, forjado sob a perspectiva empresarial, aplicado à realidade escolar, tem levado à invalidação da escola, em que seus problemas específicos como a evasão e a repetência chegam a ser considerados como “*alea*” da escola e equacionados por meio de medidas semelhantes às aplicadas no mundo empresarial, tais como o chamado “*enxugamento*”, que, na realidade, é o fechamento de salas de aula e rejeição de alunos evadidos, ao invés da adoção de medidas que efetivem o direito à escolarização, para a criança até os catorze anos de idade, bem como para os adultos que não complementaram os estudos na infância - dever do Estado, da escola e da família.³²

O aspecto ineficiência, que é considerado como um fator gerador da crise educacional, é explicado no discurso neoliberal como decorrência da ineficiência do Estado, que se estenderia a todas as instituições que administra. Por sua vez, o problema da ineficiência do Estado e suas instituições seria a influência da política e dos problemas que dela decorrem, como o clientelismo, o nepotismo, a burocratização.

Segundo esse discurso, uma administração, em que a educação deixa de ser uma questão política, da esfera pública, para tornar-se uma prestadora de serviços - na esfera privada - introduz um “*elemento novo e revitalizador*”: a competitividade entre as escolas, que seria o impulso para sua busca de melhoria na sua qualidade. Assim, somente a requalificação e a reforma administrativa podem ser instrumentos úteis no combate à crise.³³

Ocorre que, ao se retirar da educação este caráter público – direito de todos e dever do Estado – transmuta-se esse direito social a um serviço, sujeito às leis do mercado que oferece seu produto a quem pode adquiri-lo. E que produto seria este? Um conjunto de conteúdos e um tipo

³²CF. COSTA, *As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais* op. cit., p. 63-66. Sobre obrigatoriedade da escolarização cf. LEI Nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 5.ed. São Paulo: Cone, s/d. Arts 54, 55, 56. P. 25-26.

de formação que possibilitem ao “cliente” adquirir os referidos “atributos”. Aqui a relação com o saber dá lugar à uma relação entre homens e conteúdos reificados, sob a forma de produtos, e de modo privado, conforme as necessidades do mercado. Então a lógica mercantil passa a regular a forma e o conteúdo da escola, exercendo ação corrosiva num espaço público, onde a relação epistemológica entre os homens desaparece, ocorrendo o deslizamento do próprio conceito de escola, como *locus* de relações epistemológicas entre homens para *locus* de prestação de serviços onde ocorrem relações reificadas entre os homens.

Enfim, a escola deixa de ser um espaço público, de publicização da relação de saber, perdendo o caráter de espaço de constituição de um mundo comum, em que as diferenças podem ser expressas e representadas na negociação.³⁴

Verifica-se ainda um outro deslizamento: o acesso à educação pública, gratuita e obrigatória para crianças e adolescentes e de qualidade perde o estatuto de direito social e a possibilidade de formação para a participação efetiva na sociedade, para assumir o sentido de privilégio, que se estabelece como tal, mediante a falta de direitos sociais de um contingente significativo de trabalhadores cada vez mais excluídos do trabalho com contrato legal e reconhecimento social, conforme expõem Castro e Deddeca:

“Se no campo da dinâmica das relações econômicas o movimento observado é claramente desfavorável aos trabalhadores, igual tendência se observa também no campo institucional. A adoção da nova política econômica pelos governos nacionais vem, em geral, acompanhada de proposições de flexibilização do padrão de regulamentação social, onde os direitos dos assalariados são vistos como privilégios, frente à desproteção social vivida pelos demais segmentos de trabalhadores.”³⁵

A despeito do aprofundamento dos problemas da precarização dos empregos, do desemprego e das novas exigências de escolarização básica e de qualificação para o trabalhador, o Estado, sob orientação neoliberal desde 1990, tem adotado oficialmente uma política econômica que corrobora a deslegalização dos direitos sociais e, entre eles, o direito à educação, transformando-o em privilégio.

³³GENTILI, Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora, op. cit., p. 18-19. De fato, foram fechadas 8 mil classes em 1993. Há na organização escolar uma prerrogativa em que o diretor não pode manter uma classe que tenha menos de 35 alunos. Cf. nota 6 deste capítulo.

³⁴TELLES, V. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.139

³⁵CASTRO, N. A. e DEDDECA, C. S. (org.) *A ocupação na América Latina: tempos mais duros* op. cit., p. 14. Grifos nossos.

A escola vive hoje um aprofundamento da contradição em que, de um lado, há o capital que a convoca a converter-se em espaço privado de apropriação de saberes e, de outro, a apropriação humana do espaço escolar, estabelecendo relações dos homens com o saber que transformam a escola em espaço público.

Essa escola da qual os trabalhadores integrantes do exército industrial de mão-de-obra de reserva, em sua expressão latente, estagnada e flutuante, evadiram-se e depois retornaram e reivindicam para seus filhos e para si comporta uma tensão, pois atua ora como aparelho ideológico do Estado³⁶, ora como *locus* de apropriação de saberes pela classe trabalhadora. Na medida em que a escola é pública, gratuita e obrigatória para crianças até quatorze anos, conforme prescreve a legislação, constitui-se também em espaço para que os indivíduos se apropriem dessa história coletiva, participem desses processos coletivos de validação, capitalização e transmissão de saberes, efetivando-se enquanto espaço público, *locus* de confronto de interesses.³⁷

Assim, a escola é como um solo fértil, podendo contribuir, dentro de seus limites, para a construção da cidadania e não se reduz a simples instrumento de inserção do indivíduo no mundo do trabalho, ou meio de distribuição dos indivíduos na sociedade reduzindo a desigualdade social, como o quer o discurso ideológico desde o liberalismo clássico.

Os jovens de baixa renda, que na infância foram impelidos a abandonar os bancos escolares, enfrentam as novas exigências do mercado de trabalho ao se tornar adultos. Sem terem o nível de escolaridade e a preparação requeridos, vêem-se num restrito campo de possibilidades de trabalho. Então, tornam-se desempregados estruturais, sendo-lhes novamente negado o direito ao trabalho não precarizado.³⁸

³⁶Cf. ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970. Nessa obra, o autor explicita o sentido de aparelhos ideológicos do Estado e situa a escola à luz dessa categoria.

³⁷Entendemos espaço público no sentido explicitado por TELLES, à luz do pensamento de Arendt: “[espaços] nos quais as diferenças possam se expressar e se representar em uma negociação possível; espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; e nos quais, sobretudo, a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos que elas carregam e exigem, por isso mesmo, de cada um, a cada momento, o exercício dessa capacidade propriamente moral de discernimento entre o justo e o injusto cuja medida, por ser desprovida de garantias e pontos fixos,(...) só pode ser construída através de uma permanente e sempre renovada interlocução.” TELLES, V. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 141.

³⁸COSTA, A. **As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais**, op. cit., p. 140-1.

Na tentativa de responder a essas exigências, retomam o processo de escolarização e deparam-se com um sistema escolar para adultos que abriga a contradição entre o caráter desumanizador do capital - na medida em que se preocupa prioritariamente em credenciar os alunos para competir no mercado de trabalho, independentemente da qualidade de ensino à qual eles têm direito - e a essência humanizadora da escola. Os trabalhadores maiores de quinze anos que pretendem concluir o ensino fundamental no Brasil contam com poucos estabelecimentos de ensino público disponíveis para oferecer gratuitamente cursos de suplência, uma vez que os cursos integrais para adultos não são oferecidos pela rede pública de ensino nem na esfera federal, nem na estadual, nem na municipal.³⁹

O Estado oferece somente exames de suficiência para a quarta série nos grupos escolares e exames anuais de suplência para oitava série do ensino fundamental e terceira série do ensino médio. Para os adultos sem o primeiro grau completo, restaram as iniciativas de escolarização existentes na iniciativa privada, nos projetos sustentados pela sociedade civil, em especial aqueles financiados pelo empresariado, pelos filantropos ligados a entidades que oferecem cursos de alfabetização e suplência com professores voluntários (como os rotarianos, por exemplo), ou então os supletivos oferecidos por projetos municipais, como os que Cida, Jairo, Carmem e Vandréia estão frequentando.

Mas os cursos supletivos, por vezes, assumem a forma dos Telecursos 2000, havendo “telessalas” mesmo no interior do sistema público de ensino, que necessitam de apenas uma sala de TV e um monitor, em vez de seis professores especializados para lecionarem Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Programas de Saúde, História, Geografia e Inglês (ou Educação Artística). Há uma economia no custo e no tempo de curso: enquanto os cursos supletivos de quinta à oitava série se desenvolvem em dois anos, o Telecurso primeiro grau se conclui em dezoito meses.⁴⁰

³⁹ A Lei nº 9.394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 37, parágrafo 1º e artigo 38 parágrafo 1º, inciso I, define que a idade mínima para participação nos cursos e exames supletivos é de quinze anos. Portanto, o aluno maior de quinze anos que sofreu uma ou mais reprovações e não concluiu o ensino fundamental poderá frequentar cursos e exames supletivos.

⁴⁰ Cf. GUEDES, M.D. “Qualidade Total” e a Educação do trabalhador na perspectiva da empresa. São Carlos, 1999. Dissertação (Mestrado em fundamentos da educação - Centro de Educação e Ciências Humanas) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos.

“... O Telecurso 2000 é um programa de ensino supletivo elaborado pela fundação Roberto Marinho em parceria com a FIESP, o SESI, o SENAI e outra instituições ligadas à Indústria que foi reconhecido pelo Ministério

Ainda que o trabalhador sem o primeiro grau completo consiga ingressar nos supletivos, esses cursos são apenas de credenciamento, não tendo estrutura para oferecer um ensino de qualidade, devido à carga horária abreviada, aos conteúdos reduzidos e à falta de professores especializados nas diferentes disciplinas. Entretanto, essa é a única possibilidade que se lhes apresenta e esse espaço se torna precioso para eles, pois é a possibilidade de estabelecerem relações com o saber.

Embora todos os entrevistados vivam sob as mesmas injunções, em decorrência de sua condição de integrante do exército de mão-de-obra de reserva e contando com esse precário sistema escolar para adultos, cada um desenvolve suas próprias estratégias, que conferem um caráter singular a cada uma das trajetórias ocupacional e escolar analisadas, segundo as formas como cada um enfrenta as exigências do mercado de trabalho. Apenas Tonica saiu da escola e não retornou mais. Nico chegou a voltar para a escola algumas vezes, mas desistiu dos estudos sem concluir o ensino fundamental e hoje aguarda uma vaga no ensino supletivo. Augusto concluiu o ensino fundamental num curso supletivo, iniciou o ensino médio, mas deixou a escola e não pretende voltar mais. Vandréia, Jairo, Carmem e Cida, no momento da entrevista, estavam cursando o supletivo do ensino fundamental no período noturno e conciliando essa jornada com a do trabalho diurno.

O que realmente leva cada um deles a retornar à escola em algum momento da vida adulta são causas diversas, não se restringindo à necessidade de responder às exigências do mercado. Isso leva-nos a considerar que, para eles, a escola jamais foi apenas uma exigência do mercado e uma estratégia para redirecionamento da trajetória de trabalho, mas também de vida. A partir dessa idéia é que eles atribuem outros sentidos para a escola que não aquele imposto pelo pensamento liberal:

da Educação, o qual avalia e certifica os alunos que estudaram através desse programa. Vale lembrar que se trata de um programa de Educação à distância, cujo conteúdo é transmitido por atores da televisão que atuam como personagens de telenovelas, através das quais os alunos/trabalhadores podem 'aprender' sem sair de casa. Esse programa tem um custo muito baixo para a empresa, pois quando ela o adota compra um kit composto pelas fitas de vídeo e apostilas programadas. Tal programa também dispensa a contratação de especialistas que compõem o currículo obrigatório de primeiro e do segundo Graus, pois a pessoa que atua na 'telesala' (nome dado às salas de aula do telecurso) é considerada Orientador de Aprendizagem. Nesse caso, para ser um orientador de aprendizagem do Telecurso 2000 de primeiro grau, por exemplo, basta Ter o segundo grau completo ou a formação superior em qualquer área das Ciências Humanas. Portanto, no caso de as aulas serem ministradas nas empresas, qualquer trabalhador pode fazê-lo, desde que tenha formação escolar compatível com o grau de ensino que vai ministrar. Tais fatores corroboram as afirmações do gerente de recursos Humanos, pois o conteúdo do conhecimento científico

“(…) sem o estudo você não consegue arrumar emprego em lugar nenhum. (...) e outra, tem a questão também, não é só por causa do trabalho, né, ah... o mais importante, no meu caso, quero trabalhar e sem estudo não conseguiria trabalhar, certo? Mas eu acho também que o estudo é bom pra você aprender, assim, a... a ter mais cultura, Ter mais educação, você aprende a falar melhor, você aprende a ... conviver com o próximo melhor, entendeu? Enfim, é bom em todos os sentidos, entendeu? Você adquire muita coisa, muita experiência como amigo, como amiga da escola, que também tem família, entendeu? No nosso caso, lá a gente [é] uma turma muito unida, entendeu? a gente aprendeu a ser unida, a se unir cada vez mais, a gente aprende a ter mais educação, a gente aprende a ter cultura, a gente aprende a... a ensinar os filhos da gente, muita coisa que eu não sabia pra ensinar pra minha filha hoje eu sei.” (Vandréia)

Vandréia inicia sua enunciação, destacando a importância dos estudos no mercado de trabalho, fato que ela afirma e reitera em seguida, mencionando que sem escola não conseguirá trabalhar, demonstrando que preparar o sujeito para que ele se insira no mercado de trabalho é uma das mais importantes funções da escola. Entretanto, Vandréia reconhece também o fato de a escola ser um lugar onde se aprende a se relacionar com pessoas, a ter um grupo ao qual se pertence, a cultivar a solidariedade, além de possibilitar o contato com a norma culta. Por fim, menciona que a escola lhe possibilitou participar efetivamente na formação escolar da filha, o que para ela é uma vitória pessoal, um diferencial entre o acompanhamento escolar que recebeu dos pais e o que estava podendo proporcionar à filha.

Nico inicia sua fala, valorizando o valor instrumental da escola para o trabalho e a hierarquia entre os saberes da “escola da vida” e os da escola formal, ao relatar que a experiência no trabalho de conserto de motocicletas, adquirida em sua trajetória ocupacional – lembremos que ele teve oficina de motocicletas e bicicletas por sete meses – foi desconsiderada quando procurou emprego como mecânico, devido ao fato de não ter o certificado do ensino fundamental:

“Eu acho que sim, uns 80% tem mais oportunidade. Não é tanto a prática, porque se você vai numa firma, eu por exemplo, se eu vou numa agência de moto, eu tenho a quinta série e eu tenho a prática e chega uma pessoa lá que não tem tanta prática, entende bem menos que eu mas tem o segundo grau, eles vão por aquela pessoa que tem o segundo grau e eu, que tenho a prática, eles... dão mais preferência pra quem tem estudo.(...) Não só pelo emprego, né, a gente fica mais bem visto pelas pessoas. Sei lá, você tendo estudado, você parece que anda de cabeça mais erguida” (grifos nossos)

necessário ao domínio dos conceitos e das técnicas sobre o trabalho tornou-se descartável, uma vez que tal programa pretende desenvolvê-lo em apenas dezoito meses.” Op. cit., p. 121.

Contudo, esse entrevistado aponta ainda que o fato de ter concluído o ensino fundamental é um fator que contribui para a formação do *status* do indivíduo na sociedade. Isso nos leva a considerar que, para ele, a escola proporciona o reconhecimento social, explicitado através das expressões “ser bem visto pelas pessoas” e “andar de cabeça erguida”. Na fala de Augusto essa dimensão da escola também apareceu, quando relatou que seus pais lhe disseram que *ele não seria nada na vida*, se não prosseguisse os estudos, conforme discutimos anteriormente.

Cida fez um grande esforço para voltar a estudar, inclusive chegando a se separar do companheiro que tentou impedir sua volta à escola. Ela lamenta o tempo que ficou sem estudar e destaca a escolar como um *locus* onde há a possibilidade de compartilhar de um corpo de conhecimentos, que expressa através da frase “*ficar por dentro de tudo*”, que interpretamos como estar informado e dos acontecimentos e conhecimentos produzidos pela sociedade e integrados a eles:

Que aí eu penso, se eu tivesse continuado, né, num tem que voltar agora... (risos). Ah, mas é sempre bom a gente voltar né, é sempre bom... (...) Ah, é! É importante (...) Ah, pra tudo, né, pra ocê, [ficar] por dentro de tudo, né... pra conseguir um emprego bom, como eu já falei, né, é muito importante estudo.”

Note-se que ela afirma que voltar é bom e, mais que isso, é importante: não só como estratégia para obter empregos melhores no futuro, mas, sobretudo, para sentir-se integrada no mundo.

Tonica, falando como mãe, atribui um importante significado dessa instituição que é compartilhar com os pais a formação das crianças. E em seguida, ela fala como aluna e se lembra como aprendeu muito na escola:

“(…) porque [a gente] aprende muitas coisas também, né, fora isso e ajuda a tirar a criança da rua, né, e ensina muitas coisas boas, pelos menos no meu tempo que eu estudava ensinava, né, (risos)! (...) Tudo que você pensar a escola ensina, né? (...) Tudo, tudo sobre sexo, sobre drogas, sobre tudo, né, eles ensina. (...) Então, isso é bom porque a criança conhecendo, ela não vai deixar se influenciar cedo, fácil, né?” (grifos nossos)

Tonica, através de diversas paráfrases, afirma e reitera que a escola é *locus* privilegiado para aprender “*muitas coisas*”, que ela considera como “*boas*”. Depois avalia que sua passagem pela escola lhe proporcionou aprendizagens: “no meu tempo que eu estudava, ensinava” e,

finalmente, especifica alguns conteúdos explorados na escola e que proporcionam uma formação moral às crianças.

No relato de Jairo destacamos dois aspectos: o primeiro é a diferenciação entre educação e formação, e o outro é o fato de ele discernir entre conteúdos que se aprendem na escola e outros que se aprendem na vida profissional:

“Já disse que pra ser importante pra mim no começo, né, quando chegou, [a escola] já é uma formação, né, a formação, eu acho, da criança mesmo, que educação não me faltou, entendeu, mas já de crescer na vida, eu não sei como dizer, mas é importante a gente ser estudado, que você vai aprendendo sempre coisas novas. E acho que se for possível você estudar o resto da vida, sempre você... estar sabendo. (...) Eu falei, porém eu não expliquei, tipo assim, crescer mesmo profissionalmente, você estuda tal e coisa, leitura. (...)”

Note-se que a expressão “*educação nunca me faltou*” revela que distingue formação e educação e esta última ele teve desde sempre, ou seja, desde seu nascimento no seio familiar. Assim, somos levados a considerar que, para ele, educação significa aquisição de saberes que se dão na instituição familiar, antes mesmo do ingresso na instituição escolar. Ao falar sobre a importância dos estudos, ele destaca o seu aspecto formativo, remetendo à escola a possibilidade de crescimento pessoal, de aquisição de cultura que enuncia através das expressões “*ser estudado*”, “*ter leitura*” e atualização de conhecimentos, expressas nas frases “*vai aprendendo coisas novas*” e “*estudar o resto da vida, estar sempre sabendo*”. Finalmente, ele destaca que estudar é importante também para a vida profissional. E conclui dizendo que existe também “um outro lado da vida”, o qual ele situa fora da escola e que se refere à vida adulta, com todas as suas responsabilidades e que também é *locus* de importantes aprendizados:

Acho que à medida que você for crescendo... profissionalmente, você vai evoluindo do outro lado... De viver mesmo (risos) você num... não si como... (...) Acho que você fica com uma cabeça melhor, né? Porque de repente você pára de estudar e você começa a ver um outro lado da vida, em casa, por exemplo você começa a trabalhar tem conta, já vai pensar em trabalhar, pagar suas contas, acordar de manhã, aquela correria, né? Tem pessoas que às vezes casam, mas tem um final de semana livre, tal...”. (grifos nossos)

Depreendemos de seu relato que, para ele, os saberes, a educação e a formação não se adquirem somente na escola, começam a ser adquiridos antes, na família de origem e continuam a sê-lo após a passagem pela escola, na vida adulta.

Augusto disse que nem sempre a atividade remunerada de uma pessoa está relacionada ao seu grau de escolarização. Primeiramente, ele se remeteu às várias personalidades famosas, as quais, na opinião dele, enriqueceram devido à exploração de suas qualidades pessoais sem depender dos graus de escolaridade que possuíam para exercer seu trabalho; depois mencionou que há pessoas com elevados graus de escolaridade mas que têm dificuldade em conseguir uma colocação. Enfim, ele se reportou à sua própria trajetória ocupacional, ao explicitar que há pessoas – como ele – que montam negócios por conta própria e oferecem colocações para profissionais com grau de escolaridade mais elevados que os proprietários das empresas. De fato, na empresa que ele administra, seu irmão – analista de sistemas – trabalha como seu sócio; além dele há ainda um matemático que é responsável pela elaboração de programas, além do contabilista, que também é um profissional com formação de nível superior:

“(…) O [nomeia um apresentador de televisão] está lá, rico, milionário, vê se ele usou o estudo dele pra ser quem ele é? Ele não usou o estudo dele, você pega um monte, por exemplo: o [nomeia um piloto de corridas], o [piloto] era milionário, mas ele usou o estudo dele para ser um piloto de fórmula 1? Não. O [nomeia um jogador de futebol] é milionário, ele usou o estudo dele pra ser um jogador de futebol? Não, entendeu? Você pega, bom, uma, uma ‘cacetada’... se você fizer uma análise você vai chegar a uma conclusão que a maioria dos empresários são pessoas sem estudo, ou que não aplicam [os estudos], então, naquela, naquela obra, você entendeu? Dificilmente você vai encontrar alguém que ficou rico em cima do estudo dele...você vai encontrar pessoas que, com estudo, que trabalham para alguém e esse alguém não tem estudo. (...)”

Enfim, ele concluiu que escola tem importância relativa como estratégia para inserção no mercado de trabalho. O entrevistado define o ato de estudar como aquisição de conhecimentos específicos e, a partir dessa definição, ele questiona a idéia de que a escola seja o *locus* exclusivo para se adquirirem tais saberes. Augusto depreende essa idéia a partir da análise de sua trajetória ocupacional, pois foi no trabalho que aprendeu a ser o que ele chama de “especialista em pessoas”:

“Não. Não é que estudar atrapalha, o quê que é estudar? Estudar é a aquisição de conhecimento, agora quando você está dentro de uma escola, você está fazendo o que? Adquirindo conhecimento. E quando você não está, você não está adquirindo conhecimento? Você não está adquirindo conhecimento especializado naquele assunto específico, mas você está adquirindo conhecimento especializado em outro assunto, correto? Então, eu sou especialista em pessoas, entendeu, eu olho para uma pessoa e eu consigo ver: ‘- Esse cara é ‘picareta’, esse cara é ladrão, esse cara é bandido, esse cara não paga, esse cara paga, então, eu aprendi isso com a vida, você entendeu?’ (Grifos nossos)

Augusto refere-se como conhecimentos aos aprendizados que, conforme discutimos anteriormente, nem sempre se reduzem ao saber *strictu sensu*, enquanto conteúdo intelectual.⁴¹ Feita essa ressalva, destacamos da fala de Augusto três situações de aprendizados: primeiramente há os adquiridos na escola; há aqueles que se adquirem dentro e fora da escola também, e há os aprendizados que se adquirem fora dela, “*com a vida*”. Augusto esforçou-se para destacar que ele adquiriu saberes fora da escola. Consideramos que ele iguala os saberes escolares e os saberes apreendidos, mas não podem ser comprovados por um diploma, de modo que, por essa razão, deixam de ser valorizados no mercado de trabalho em nome do discurso do diploma como legítimo documento, o qual certifica que o indivíduo possui um corpo de conhecimentos específicos em determinada área, determinado tema.

O entrevistado reiterou que nem sempre o diploma atesta toda uma vida fora da escola em que houve a apreensão de saberes que se constituem no dia-a-dia do trabalho e que não podem ser reduzidos a competências, comprovadas por meio da certificação. Enfim, leva-nos a depreender que não há um *locus* privilegiado de apreensão de saberes. O que Augusto questiona nesse momento é justamente o discurso das competências, explicitado numa perspectiva crítica por Shwartz como uma “realidade vaga”:

“A competência é uma realidade vaga que recebe um conteúdo em tendência no campo das atividades sociais; sendo assim, buscar definir suas ‘condições nos limites’ equivaleria a busca absurda do que poderiam ser as ‘competências necessárias para viver’. Pela mediação do ‘corposi’, da linguagem, dos valores, entre o uso industrioso de si e os outros momentos da vida biológica, psíquica, política, cultural, múltiplas circulações em todos os sentidos cristalizam um núcleo comum e vago de ‘competências para viver’ e das polaridades específicas, segundas características em que cada indivíduo a de pô-lo em prática.”⁴²

Carmem definiu a escola por meio da imagem de uma chave que abre uma porta, pois ela espera que os estudos a ajudem a se libertar das circunstâncias da vida – a precariedade - que a mantém presa ao trabalho como empregada doméstica durante toda a sua trajetória ocupacional. Ela também mencionou a importância atribuída à certificação na forma do diploma e ao fato de o

⁴¹Idem, p. 59.

⁴²SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. In: **Education permente**, 133, 1997. Tradução de Alain P. François, revisão técnica de Maria Inês Rosa. Campinas,: Faculdade de Educação - UNICAMP, 2000. Mimeografado.

mercado de trabalho estar cada vez mais restritivo, mesmo para os trabalhadores que buscam cumprir as suas exigências:

“Bom, o estudo é importante porque apesar da... de estar difícil arrumar emprego quem já tem um diploma e muitos cursos, imagine a pessoa que não esteja estudando e não tenha nenhum diploma, eu acho importante porque ajuda abrir caminhos melhores pra voltar serviço melhor.(...) Sim, ela [a escola] garante porque é um... um... como se diz... é uma porta que ajuda, é uma chave que ajuda a abrir uma porta a mais.” (Carmem – grifos nossos)

Essa entrevistada, como Tonica e Augusto, apontou a escolarização enquanto estratégia para inserção no mercado de trabalho, mas não deixou de notar suas limitações mediante a complexidade e as flutuações nas exigências do mercado de trabalho. Eles experimentam na prática a desintegração da promessa integradora ao mercado de trabalho, que existia na teoria do capital humano, analisada por Gentili. A escola certifica, e esse certificado proporciona aos trabalhadores a possibilidade de participar de processos de recrutamento e seleção para postos de trabalho, mas esse é seu limite. Entretanto, mesmo sabendo desse limite, alguns dos trabalhadores entrevistados voltam à escola, conciliando a jornada de trabalho com a escolar, permanecendo mais longe da família, por vezes, em detrimento do lazer e do descanso, pois

“Esta busca em aprender pelo trabalhador se aponta à sua condição de **agente**; assinala também que o trabalhador persegue um outro conhecimento/experiência, o dos elementos não-técnicos – o elemento moral e político – não-capturáveis e não-formalizáveis **virtualmente presentes** no acesso aos conhecimentos por meio dos quais ascende à profissionalização. É o uso de si por si – seu autogoverno – que se faz presente nesta busca, apesar de submetido ao trabalho como uso de si.”⁴³

Essa busca por aprender dá-se no âmbito do trabalho, na escola, no seio familiar e em outras esferas da vida. Conforme salientamos anteriormente, o trabalhador jamais deixa de utilizar os conhecimentos adquiridos na escola e nas outras esferas da vida para desenvolver estratégias a fim de redirecionar sua trajetória, de modo que possa satisfazer suas necessidades materiais e não materiais, como por exemplo a realização pessoal, o reconhecimento social, aprender a reivindicar o seu reconhecimento como cidadãos de direitos, não somente como meros

⁴³ROSA, M. I. Do governo dos homens: “Novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos, op. cit., p.142, 1998.

trabalhadores, alvos da discriminação da sociedade e cidadãos no sentido estrito de votantes.⁴⁴ Enfim, aprender uma forma de participação social que ultrapasse a forma da participação-exclusão.

Os entrevistados sabem que a escola é uma exigência imposta pelo mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, não garante o emprego. Tanto na infância quanto na vida adulta, os entrevistados e suas famílias viram na escola a possibilidade de melhorar de vida, mas o sentido disso ultrapassa a dimensão econômica. Uns valorizaram na escola o fato de ser uma oportunidade para fazer amigos, ter um grupo de pertencimento; outros consideraram que ser escolarizado é estar integrado ao mundo, pois o acesso à norma culta possibilita o reconhecimento social. A escola, nessas trajetórias, tem sentido de *locus* de aquisição dos saberes que possibilitam uma outra forma de relação com o mundo, pois,

“Se o saber é relação, o valor e o sentido do saber nascem das relações induzidas e supostas por sua apropriação. Em outras palavras, o saber só tem sentido e valor por referência às relações que supõem e produz com o mundo, consigo, com os outros. Os alunos para quem o saber tem, ao que parece, ‘um sentido e um valor como tal’, são os que conferem um sentido e um valor ao saber-objeto sob sua forma substancializada; o que supõe relações de um tipo particular com o mundo, consigo e com os outros.”⁴⁵

A escola, para esses trabalhadores, constitui-se em uma possibilidade de relações com o saber, que lhes permitem compreender e participar do mundo para além da participação-exclusão. Nesse sentido entendemos que a escola é mais que um instrumento de preparação para o mercado de trabalho, é uma necessidade dos homens, e por isso, direito fundamental.

Os entrevistados tiveram desde a infância sua trajetória ocupacional marcada pela participação-exclusão. São trabalhadores, mas não gozam dos direitos decorrentes do estatuto de trabalhador. Em decorrência de sua condição social, foram destituídos do direito à escolarização durante a infância e, ao se tornarem adultos, voltam à escola com o intuito de adquirir conhecimentos, redirecionar suas trajetórias e elevar a qualidade de vida. A escola para adultos que eles encontram é precária; no entanto, apropriam-se desse espaço, resistindo à exclusão da escola, do trabalho, do estatuto de cidadão.

⁴⁴Sobre redução do cidadão a “cidadão votante” cf. BENEVIDES, M. V. Cidadania e justiça. In: GROSBAUN, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Coords.) *Violência, um retrato em preto e branco*. São Paulo: FDE Diretoria Técnica, 1994. (Série Idéias, 21) p. 7-16.

⁴⁵CHARLOT, *Da relação como o saber: elementos para uma teoria*, op. cit., p. 64.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa corroboram a hipótese da questão social que se coloca como uma nova dimensão de um mesmo problema. Isto reside no fato de o capital produzir, a um só tempo, a concentração de riqueza e a multiplicação da pobreza, na forma de superpopulação relativa, conforme o explicitado por Marx. E, muito longe de serem “inúteis para o mundo”, esses trabalhadores têm lugar na divisão social do trabalho capitalista como integrantes no exército industrial de mão-de-obra de reserva. As trajetórias ocupacionais desses trabalhadores e estratégias interiores à elas se desenvolvem a partir dessa condição.

Ao analisarmos cada relato, verificamos que esses trabalhadores não podem ser classificados de forma estática, como pertencentes à sua fração latente, flutuante ou estagnada do exército industrial de mão-de-obra de reserva, pois em cada momento da vida estão numa ou em outra situação. Nico, Cida e Tonica vieram ainda crianças para as cidades, trazidos pelas respectivas famílias que não conseguiram enfrentar e superar as dificuldades de sobrevivência no campo; Carmem e Jairo são filhos de agricultores que também saíram do campo e vieram integrar o exército industrial de mão-de-obra flutuante e/ou estagnado. Os entrevistados, vivendo e trabalhando nas cidades, alternam períodos de emprego e desemprego e, nos empregos, chegaram a conquistar melhores condições de trabalho em relação àquelas em que viveram na infância. Entretanto, quando perdem os empregos, por vezes, voltam a viver em situações mais precárias que antes, como Carmem, Cida, Tonica e Nico estavam no momento das entrevistas.

O fato é que, seja qual for a situação em que integrem o exército industrial de mão-de-obra, jamais deixam de vender sua força de trabalho no mercado, pois não podem prescindir disso para sua sobrevivência. O novo nesse quadro são as condições em que eles vendem tal mercadoria, ponto fundamental para compreender a nova configuração da mesma questão social: a força de trabalho continua a ser vendida como mercadoria, porém, após um período de conquista de direitos, delineiam-se relações mercantis do homem com o trabalho cada vez menos protegidas pelos direitos trabalhistas.

A destituição material e de direitos é um problema que se apresenta sob a dimensão econômica, política e social e atinge primeiramente os contingentes mais vulneráveis da

classe trabalhadora, integrantes do exército industrial de mão-de-obra de reserva e mais expostos aos processos de precarização do trabalho e da vida, o que nos levou a problematizar o próprio conceito de exclusão social. Assim, entendemos que esse conceito se apresenta como deslizamento no discurso sobre pobreza e marginalidade que perdurou desde o Pós-Segunda Grande Guerra até a década de setenta: um recurso ideológico que permitiu forjar um “ novo paradigma”, da “nova pobreza”. Na verdade, trata-se de trabalhadores inseridos no trabalho sem contrato por prazo indeterminado durante um tempo significativo da vida produtiva, com trajetórias de atividades remuneradas, mas sem direitos decorrentes da condição de trabalhadores.

A partir do estudo das trajetórias ocupacionais e escolares, depreendemos que os entrevistados sofrem uma dúplici destituição de direitos que se dá em dois momentos da vida. Inicialmente, são destituídos do direito à escolarização durante a infância, devido à sua condição de classe e às necessidades que dela decorrem, para ingressarem num mercado de trabalho sem direitos e precarizado. Na vida adulta, a exigência de um determinado nível de escolarização que eles não possuem, é uma barreira para a participação em processos de recrutamento e seleção para empregos em um número cada vez maior de indústrias, comércios e serviços burocráticos. E quando eles procuram a escola de adultos, o que se lhes apresenta são cursos sumários, com caráter credenciador, em vez do caráter formador e informador de que eles necessitam para obter uma formação que possibilite sua efetiva participação social.

Nesses termos, restam-lhes as formas de trabalho que, embora se dêem no âmbito das relações mercantis, da compra/venda da força de trabalho, os impelem a viverem dos pequenos serviços e a alienarem em condições ainda mais precárias – e até mesmo ilegais – , sem garantias de estabilidade e sem as proteções decorrentes da condição de assalariado com registro em carteira, uma vez que não há como os trabalhadores permanecerem por muito tempo fora das trocas produtivas, perante a necessidade imperativa da sobrevivência.

Quando do surgimento da doutrina liberal, o deslizamento do discurso sobre o conceito de igualdade entre os indivíduos se dava no sentido da naturalização da desigualdade, associando-se o desigual ao anormal, conforme apontou Franco. Hoje, o deslizamento se dá no sentido de transformar em inúteis os que não se enquadram nas novas exigências do mundo do trabalho. Isso significa que os homens que não conseguem

consumar o que Locke chamou de ciclo de apropriação, tornando-se em anormais, degenerados da espécie, hoje são chamados inúteis, termo que subsume toda uma trajetória de trabalho.

Ocorre aqui uma relação reificada entre os homens, inumana, à medida que a promoção do homem, a vida como valor deixa de ser o mediador das relações entre os homens para dar lugar à mediação pela mercadoria.

No contexto brasileiro, a questão social faz-se presente desde a constituição da classe trabalhadora até a atualidade, preservando algumas características, tais como a negação de direitos do cidadão em sua condição de trabalhador. Isso se deve ao fato de o Estado ter a característica de protetor dos interesses privados da classe burguesa, seja nacional, seja internacional, nos diferentes contextos históricos.

O Brasil não tem uma tradição de Estado de Bem Estar, onde haja o que Castel denomina de redistribuição da propriedade social. Conforme explicitamos anteriormente, enquanto nos países de capitalismo avançado, como a Inglaterra, em que, desde meados do século XIX, já havia uma lei fabril, no Brasil até 1891 o Estado era proibido de regulamentar o trabalho. Apenas na década de 30, sob a ditadura do presidente Vargas, é que o trabalho urbano foi regulamentado. E em 1971, durante a ditadura militar, trabalhadores de alguns setores, como os domésticos e os rurais, foram incluídos no direito à previdência pública.

A partir dessa conjuntura, a questão social no Brasil foi pensada durante toda a década de 1950 e a de 1960 como marginalização social, em que se explicava a marginalidade como causa e/ou consequência da situação de atraso vivida por esse país em relação aos países de capitalismo avançado e não se restringia aos aspectos sociais, mas também aos econômicos e políticos.

Nos anos 70, essa teoria foi criticada e revista, pois novas pesquisas levaram a pensar na hipótese de que a questão social brasileira não se explicava tão somente pelo atraso, mas também pela forma como o modo de produção capitalista se constituiu no Estado brasileiro: periférico e dependente dos países do primeiro mundo. Conforme os críticos das teorias da marginalidade, nos países de capitalismo periférico, o exército industrial de mão-de-obra de reserva sofre as injunções do trabalho precarizado e da falta

de direitos. Tal situação se estende aos dias atuais e assume dimensões ainda mais profundas, devido às reorganizações no âmbito da produção.

Por essas características da questão social brasileira, entendemos como atual a categoria participação-exclusão, desenvolvida por Foracchi em meados de 70, pois oferece um esquema conceitual que destaca no processo de exclusão social a forma como se dá a inserção da classe trabalhadora na divisão social do trabalho, considerando a estrutura capitalista de classes e o caráter do exército industrial de mão-de-obra de reserva. De fato, verificamos nas trajetórias que a classe trabalhadora, mesmo integrando o exército industrial de mão-de-obra de reserva, sofre uma integração simbólica, mas permanece nos limites do campo das carências, encontrando barreiras para a participação social efetiva e lutando para superar essa condição.

Verificamos ainda que numa situação de precariedade que torna a vulnerabilidade uma condição permanente, a representação sobre o trabalho para os entrevistados é como meio de subsistência, mas também como possibilidade de alcançar melhores condições de vida. A partir daquela condição, desenvolvem suas trajetórias, trabalhando em diferentes ramos, sob condições variáveis: por conta própria, em negócios familiares, em empregos que lhes garantem contrato de trabalho registrado em carteira e os direitos correlatos, ou ainda, submetendo-se aos trabalhos perigosos, insalubres, com longas jornadas, baixos salários e sem direitos.

Os trabalhadores entrevistados, na faixa etária entre vinte e trinta anos, nasceram na década de 1970, momento de mudanças na esfera do trabalho, que incorreram na destituição de direitos sociais sequer consolidados como garantias dos cidadãos no Brasil, e de configuração da estratégia política e econômica neoliberal, assumida como política oficial do Estado brasileiro a partir de 90.

Eles cresceram sentindo as conseqüências dos momentos de crise política e administrativa no Estado, a queda do poder aquisitivo e diminuição das responsabilidades do Estado após a investida neoliberal, reiterando o princípio do mercado como mediador universal, cuja lógica invadiu todas as instituições sociais, entre elas, a escola.

Hoje, criam seus filhos num contexto em que, apesar da designação de Estado democrático de direito, para a maioria da população, que vive com baixas rendas e se

concentra nos centros urbanos, o acesso a tais direitos está tão obstaculizado, que os torna “letra morta”.

É sob as injunções apresentadas que eles constroem suas trajetórias ocupacionais e escolares, desenvolvendo estratégias para garantir sua sobrevivência e, além disso, formas de resistência ao processo de exclusão. Desde o momento de inserção no trabalho, os trabalhadores apropriam-se desses saberes e os utilizam para reivindicar melhores condições de trabalho, ou mesmo imprimir novas direções às suas trajetórias.

Na constituição de estratégias que conformaram uma trajetória *a posteriori*, eles contaram com o uma rede de sociabilidade primária, de modo análogo ao que ocorria anteriormente ao século XIV, quando o social ainda não se configurava em questão que o Estado buscava equacionar, conforme explicita Castel:

“Uma sociedade sem social seria inteiramente regida pelas regulações da sociabilidade primária. Entendo por isso os sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas.”¹

Note-se que Augusto, Nico e Tonica contaram com o amparo familiar, mesmo depois de se tornarem adultos e constituírem famílias. Mas Nico e Tonica, como Vandréia e Jairo, colaboravam com seu salário no orçamento familiar, quando crianças. Jairo até o momento da entrevista ainda colaborava nesse orçamento.

Constatamos também que alguns deles aprenderam com os pais um conjunto de habilidades ou uma profissão, que utilizaram posteriormente para obter empregos. Uma outra estratégia que utilizaram e se insere nessa lógica das sociabilidades primárias é o uso de referências e indicações de amigos e parentes para obterem empregos.

Ao mesmo tempo que contaram com os laços de sociabilidade primária, eles também desenvolveram outras estratégias no trabalho, caracterizadas pela iniciativa própria, sendo que consideramos a aquisição de saberes no dia-a-dia do trabalho e sua utilização nos empregos subseqüentes como a mais importante. Isso foi verificado em todas as trajetórias. Dentre esses saberes, destacamos a forma como aprenderam também a

¹CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*, op. cit., p. 48.

reivindicar seus direitos do trabalho, inclusive, alguns relataram episódios em que se utilizaram do poder judiciário para reivindicar seus direitos.

Entretanto, nos momentos de maior dificuldade no mercado de trabalho, aceitaram qualquer emprego, mesmo em condições precárias, abrindo mão de direitos e submetendo-se a salários menores. Esse recuo na reivindicação de direitos durante a construção da trajetória consistiu em estratégia de obtenção de meios para a sobrevivência imediata.

Há ainda outras estratégias ligadas à iniciativa própria, tais como as mudanças de emprego, o trabalho simultâneo em dois empregos e o trabalho por conta própria.

Os trabalhadores entrevistados, visando a empregos com estabilidade, melhores salários, registro em carteira e condições de trabalho menos extenuantes, freqüentemente demitiam-se e procuravam novos empregos, o que nos leva a considerar a hipótese de que isso pode se relacionar com o fato de terem adquirido saberes sobre seus direitos em trabalhos anteriores.

A permanência em dois empregos simultâneos foi uma estratégia quase não utilizada pela maioria dos entrevistados – apareceu apenas uma vez na trajetória de Nico e uma na trajetória de Jairo. Contudo, preocupamo-nos em citá-la pelo fato de se constituir numa via de intensificação e precarização do trabalho que demanda estudos, não só no que diz respeito aos trabalhadores integrantes do exército industrial de mão-de-obra de reserva, mas também aos trabalhadores contratos de trabalho por tempo indeterminado, uma trajetória ocupacional estável e com direitos decorrentes da condição de trabalhador.

Nico chegou a trabalhar como empregado durante o dia e no carrinho de hambúrguer à noite, e Jairo trabalhou por um curto período na fábrica de carimbos de dia e num restaurante à noite. Mas a fadiga no primeiro caso e a necessidade de voltar aos estudos, no segundo, foram fatores que os levaram a desistir de continuar trabalhando com dupla jornada.

No que concerne aos negócios por conta própria, pudemos verificar que essa estratégia foi realizada por Augusto, Nico e Vandréia. Jairo apresentou essa estratégia como um de seus planos para o futuro.

Alguns dos entrevistados, além das estratégias supracitadas também procuram cursos livres como costureira, datilografia, SENAI e ainda os cursos profissionalizantes oferecidos pela iniciativa municipal e outros, como possibilidade de ter uma nova profissão,

que lhes possibilitasse redirecionar sua trajetória ocupacional e prover a si e sua família. Essa estratégia não ocasionou redirecionamento de trajetória em nenhum dos trabalhadores entrevistados. Isso nos leva a pensar que há necessidade de estudos específicos sobre esse tema, para se investigarem as reais possibilidades de profissionalização para os trabalhadores que concluem esses cursos.

Carmem, Vandréia, Jairo e Cida retomaram sua trajetória escolar, matriculando-se em cursos supletivos para concluir o ensino fundamental. O retorno à escola, para esses trabalhadores, é estratégico, devido ao fato de a escolarização ser exigida em alguns empregos. Contudo, destacamos que não consideramos que o processo de escolarização como um todo possa ser reduzido a estratégia ocupacional, uma vez que as relações de saber que se estabelecem na escola não são somente relacionadas ao trabalho. Todos os entrevistados sabem disso, pois constituíram suas representações sobre escola não circunscrita à preparação para o trabalho. A trajetória escolar formal é determinada *a priori* pelo sistema nacional de ensino, o qual - no período de 1971 até 1986, momento em que os entrevistados estudaram - previa que as crianças deveriam iniciar o processo de escolarização aos sete anos, cursar, pelo menos, oito anos do primeiro grau, obrigatórios.

Os trabalhadores circunscritos às condições imediatas de vida foram impelidos, em alguns casos, como Tonica, a interromper brusca e definitivamente essa trajetória, ou, em outros casos, a estender o tempo dessas trajetórias, devido a reprovações e transferências, interrupções e retomadas, imprimindo-lhe uma outra dinâmica que não a prescrita pela lei. Durante suas vidas, ambas as trajetórias ora se apresentavam simultaneamente, como um esforço de conciliação das atividades escolares e de trabalho, ora se sucediam no tempo, influenciando-se mutuamente. Enquanto as representações sobre trabalho, num primeiro momento, restringiam-se a uma forma de suprir as necessidades materiais imediatas, nos seus planos constava como possibilidade de realização pessoal, de “melhorar de vida”, não se restringindo somente ao sentido econômico do termo.

Quanto ao espaço escolar, na medida do possível, eles buscaram apropriar-se não só como *locus* de credenciamento e preparação para o trabalho, conforme difunde o discurso liberal, mas também como espaço para a constituição de relações de saber, de formação dos indivíduos para compreender as mudanças sociais, através da aquisição de conhecimentos e, conseqüentemente, participar delas.

A escola significa, para os entrevistados, também o ingresso num grupo de pertencimento, uma forma de aprender conteúdos que levaram às mudanças nas relações com os filhos e à busca de um futuro melhor para estes, uma trajetória diferente das suas. Assim, a escola, tanto quanto o trabalho, são possibilidades de “melhorar de vida”, não só no sentido econômico, pois esses podem ser apropriados como espaços onde se dá a luta contra o caráter desumanizante do capital, um meio de conquistar uma vida mais digna dos seres humanos que eles são, mediada pelo direito – bem comum - e não pela mercadoria.

Entretanto, mesmo quando o espaço escolar lhes faltou, os trabalhadores não deixaram de adquirir saberes, de lutar por melhores condições de trabalho e de vida. Nessa luta, eles contam apenas consigo mesmos e seus pares, daí o valor não mercantil daqueles saberes que eles apreenderam não só na escola formal, como na escola da vida, pois esses saberes não se lhes podem expropriar.

BIBLIOGRAFIA

- ABAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 2.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ADORNO, S. Violência: um retrato em preto e branco. In: GROSBAUN, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Coords.) **Violência, um retrato em preto e branco**. São Paulo: FDE Diretoria Técnica, 1994. (Série Idéias, 21) p. 17-26.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- ARENDT, H. Capítulo III – Labor. In: **A condição humana**. 6.ed. (rev.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARIÈS, P. **História social da família e da criança**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1981
- ARROYO, M. G. Recuperar a humanidade roubada. In _____ **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Vozes, 2000. P. 238-51.
- _____. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In. FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 138-65.
- ASSMANN, H. **Crítica à lógica da exclusão: ensaios sobre economia e teologia**. São Paulo: Paulus, 1994.
- BENEVIDES, M. V. Cidadania e justiça. In: GROSBAUN, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Coords.) **Violência, um retrato em preto e branco**. São Paulo: FDE Diretoria Técnica, 1994. (Série Idéias, 21) p. 7-16.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- BONETI, L. W. (coord.) **Educação, exclusão e cidadania**. Injuí: Injuí, 1997. (Educação)
- BOSI, A. Cultura como tradição. In: GERD, BORNHEIM et all. **Cultura brasileira: tradição, contradição**. Rio de Janeiro: Zahar/Funarte, 1987. p. 31-59.
- BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

- _____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRANDÃO, M. H. N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: EDUNICAMP, 1994.
- BRANDÃO, Z. et al. Estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1071-1981) **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, 64 (147) maio de 1983. p. 38-69.
- BRASIL. Consolidação das Leis do trabalho – Lei nº5.452/43. In: AQUAVIVA, M. C. **Vademecum universitário de direito.** São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998
- _____. Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º a 2º Graus. In: ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: 1930/1973.** 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. Lei n.º 6.697 de 10 de outubro de 1979. Código de Menores. VIEIRA, J. L. (supervisão editorial) São Paulo: Jalovi, 1980.
- _____. Constituição Federal. In: ACQUAVIVA, M. C. **Vademecum Universitário de Direito.** São Paulo: Editora jurídica brasileira, 1998.
- _____. Lei n.º 8.069 de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. 5.ed. São Paulo: Cone, s/d.
- _____. Lei n.º 9.394/96 Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BRZEZINSKI, I. (org.) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997. P. 213; 215-6
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. (col. Tudo é História, 52).
- BRZEZINSKI, I. (org.) **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo: Cortez, 1997.
- CARUSO, L. A. C. Mudanças nas qualificações dos trabalhadores industriais impactos na formação profissional: perspectivas. In: GITAY, L. (org.) **Reestructuración, Productiva, trabajo y Educación en América Latina.**

- Campinas, SP IG/UNICAMP; Buenos Aires: RED CIID-CENEP, 1994. (Lecturas de educación y trabajo, n.º 3). p. 207-213.
- CARVALHO, I. M. M. A escolarização em famílias da classe trabalhadora. *Cadernos de Pesquisa*, 42, São Paulo: Ago/1982, p.27.
- CARVALHO, J. M. **Desenvolvimento de la ciudadanía en Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica., 1995.
- CARVALHO, M. C. B. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. *Serviço Social e Sociedade*, 55, São Paulo, 1997. p. 105-113.
- CASTEL, R. De l'indigence à l'exclusion, la desaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle. In: DONZELOT, J. (Dir.) **Face l'exclusion: Le modèle français**. Paris: Fayard, 1991.
- _____ **Les Métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995. (Col. L'espace du politique)
- _____ As armadilhas da exclusão. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.
- _____ **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salariado**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____ Centralidade do trabalho e coesão social. In: KEGOT, J.; LIENART, D.(Dir.). **Le monde du travail**. Paris: La Découverte, 1998. Tradução livre de Sonia Tomazini. Campinas, Instituto de Economia – CESIT, UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999. Mímefografado.
- CASTRO, N.; CARUSO, L. A. C.; CARDOSO, A. M. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade. Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? *Rev. Contemporaneidade e educação*. São Paulo: Ano II, n.º 1, p. 7-23, maio/1997.
- CASTRO, A.; DEDDECA, C. S. (org.) **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho).
- CERTAU, M. Capítulo III Fazer com: usos e táticas. In: **A invenção do cotidiano: as artes do fazer**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p.91-106.

- CHARLOT, B. **Da relação como o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artes médicas sul, 2000.
- COSTA, A. **As palavras e as meias palavras: a evasão segundo os alunos e segundo os dados oficiais.** São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em fundamentos da educação - Centro de Educação e Ciências Humanas) Universidade Federal de São Carlos.
- DEMARTINI, Z. B. F. **Trabalhando com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** LANG, A. B. S. G., (Org.) São Paulo: CERU, p. 42-60, 1992.
- DEMO, P. **O charme da exclusão social.** São Paulo: Autores Associados, 1998.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Paris: Fayart, 1991.
- ENGUITA, M. **Educacion, formacion y empleo en el umbral de los 90.** Madrid: CIDE/MEC, 1990.
- FERRETI, C. J. **Opção: trabalho: Trajetória ocupacional de trabalhadores de classes subalternas.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998.
- FORACCHI, Capítulo I - Marginalidade e participação. In: MARTINS, J. (org.) **A participação social dos excluídos.** São Paulo: Hucitec, 1982. p.11-24.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural pronunciada no Collège de France no dia 2 de dezembro de 1970.** Campinas: abril/junho de 1993, Mimeografado.
- FRANCO, M. S. *All World was América: John Locke, liberalismo e propriedade Como conceito antropológico.* **Revista USP.** Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, 17, mar/abr./mai, 1993, p. 30-53.
- GADET, F. ; HALK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: EDUNICAMP, 1990.
- GALAZZI, J. **Desemprego começa a cair, revela IBGE. O Estado de São Paulo.** São Paulo: 3 de junho de 1998, Economia. B1.
- GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

- _____; SADER, E. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____; SILVA, T. T. (orgs.) **Escola S/A**. Brasília: CNTE, 1996.
- _____. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 76-99.
- GHIRALDELLI Jr., P. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1987.
- GOLDMAN, L. A reificação das relações sociais. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. São Paulo: Nacional, 1970. (Biblioteca Universitária, v. 16).
- GOMES, C. A. **A educação em perspectiva sociológica**. 3.ed. (rev. e amp.) São Paulo: EPU, 1994. (Temas básicos de educação e ensino).
- GORENDER. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.
- GUEDES, M.D. **“Qualidade Total” e a Educação do trabalhador na perspectiva da empresa**. São Carlos, 1999. Dissertação (Mestrado em fundamentos da educação - Centro de Educação e Ciências Humanas) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos.
- GUIMARÃES, A. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papirus, 1988.
- _____. **A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade**. São Paulo: Autores Associados, 1996. (Educação contemporânea)
- GUSMÃO, N. M. Fundo de memória: infância e escola em famílias negras de São Paulo. **Cadernos CEDES**, 42, São Paulo, 1997. p. 53-73.
- HARNECKER, M. **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global, 1978. (col. Bases, 4).
- _____; URIBE, G. **Luta de classes**. São Paulo: Global, 1988, (Cadernos de educação popular).
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

- HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (col. Estudos Latino-americanos, 3).
- KUNTZ, R. **Os direitos sociais em xeque**. São Paulo: USP/IEA, 1995. (Col. Documentos – (Série Teoria Política 10).
- LANG, A. B. S. G. Documentos e depoimentos na pesquisa histórico-sociológica. **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. _____ (Org.). São Paulo: CERU, 1992.
- LAPLANCHE; PONTALIS; LAGACHE (Dir.) **Vocabulário da Psicanálise**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- LAUTIER, B. Cycles de vie, trajectoires professionnelles et stratégies familiales: quelques réflexions méthodologiques à partir de travaux latino-américains. In CABANES, J; SELIM, M. (Dir.) **Salariés et entreprises dans les pays du Sud: contribution à une anthropologie politique**. Paris, Karthala/L'orsom, p. 337-8, 1995.
- LEITE, M. P. Modernização tecnológica e relações industriais no Brasil: o quadro atual. In: GITAY, L. (Org.) **Reestructuración, Productiva, trabajo y Educación en América Latina**. Campinas, SP IG/UNICAMP; Buenos Aires: RED CIID-CENEP, p. 109-122, 1994. (Lecturas de educación y trabajo, n.º 3).
- LEWIS, O. La cultura de la pobreza. In: _____ et al. **Pobreza, burguesia y revolución**. Editorial Anagrama, s/d.
- LOPES, D. A **Marginais da História?** O movimento dos favelados da Assembléia do Povo. Campinas: Alínea, 1997.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, K. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 2.ed. Lisboa: Avante, 1984. (Col. Biblioteca do Marxismo-Leninismo, 19).
- _____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1º capítulo seguido das teses de Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

- _____. **O manifesto comunista**. 4.ed. rev. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- _____. **O Capital**. Livro primeiro, volume II. 16.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.
- MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scrita – Página Aberta, 1995.
- _____. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MENDONÇA, H. Desemprego vai tornar-se crítico a longo prazo. **O Estado de São Paulo** São Paulo: 7 de junho de 1998, Economia e negócios, B1.
- MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MOTTA, E. O. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Quadro comparativo entre o substitutivo do senado, o projeto da câmara e a legislação vigente**. Brasília: Senado Federal, 1996. Mimeografado
- NASSER, A. C. A. **“Sair para o mundo” - Trabalho, família e lazer: uma relação e representação na vida dos excluídos**. São Paulo, 1996. Tese (Doutoramento na Área de Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- NEUMANN, D. Desqualificação exclui 98% dos trabalhadores. **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 5 de maio de 1997. Economia, B1.
- NUNES, P. **Dicionário de tecnologia jurídica**. (rev., amp. e at.) 12.ed. Rio de Janeiro: Bastos, 1994
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. In: _____; Sá Jr., f. **Questionando a economia brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1976. (Seleções CEBRAP 1).
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: _____ (et al.) **Sujeito e texto**. São Paulo: EDUC, 1988.
- _____. Dispositivos da interpretação. In: FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Para ler e pensar**. Rio de Janeiro: 1994.

- PAIVA, V. Desmistificação das profissões: quando as competências reais moldam as formas de inserção no mundo do trabalho. **Contemporaneidade e educação**. São Paulo: Ano II, n.º 1, p. 117-133, maio/1997.
- PAOLI, M. C. P. M. **Desenvolvimento e marginalidade**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974.
- PAUGAN, S. (Dir.) **L'exclusion, l'état des savoirs**. Paris: La Découverte, 1996.
- PAULA, P. A. F. Direitos Humanos. In: GROSBAUN, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Coords.) **Violência, um retrato em preto e branco**. São Paulo: FDE Diretoria Técnica, 1994. (Série Idéias, 21) p. 85-93.
- PEREIRA, L. Populações "marginais". In: _____ **Estudos sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Pioneira, s/d. p. 159-178.
- PEREIRA DE QUEIROZ, I. "Relatos orais, do 'indizível' ao 'dizível' ". In: VON SIMSON, O. (Org. e Introd.) **Experimentos com histórias de vida (Itália/Brasil)**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. (Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais).
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Ensaio Histórico**. Rio de Janeiro: (5) 1, p. 200-12, 1992.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 8.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988. (Educação contemporânea)
- PUCCI, B.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N.; SGUISSARDI, V. **O ensino noturno e os trabalhadores**. São Carlos: EDUFSCAR, 1994.
- RAMOS, C. **Excelência na educação: a escola de qualidade total**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2.ed. 9.Reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1991
- ROSA, M. I. **A indústria brasileira na década e 60: as transformações nas relações de trabalho e a estabilidade**. Campinas, 1982. Dissertação (mestrado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Faculdade Estadual de Campinas.

- _____ **Trabalho, subjetividade e poder.** São Paulo: Edusp/Letras e Letras, 1994.
- _____ Do governo dos homens: as “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. **Educação e sociedade**, 64, número especial: Competência, Qualificação e trabalho. São Paulo: setembro/1998. p. 130-147.
- _____ et al. **Trabalho, não-trabalho, trabalhadores:** construindo um projeto coletivo em História Oral. Texto apresentado no Seminário “A História Oral no Sudeste: avaliação e perspectivas” Associação Brasileira de História Oral, USP, São Paulo, 30-31 de mar. De 1998. Mimeografado.
- _____ Mudanças no trabalho e desregulamentação: negação da cidadania e dos limites do poder. **Anais do VI encontro da ABET**, vol. I, out./1999. p.668-673.
- _____ Trabalho – Nova modalidade de uso de si e educação: debates/confrontos de valores. 32, **Revista Proposições**, vol. 1, nº 5 (32). Jan./2000. P. 55-65.
- ROSSETI, F. Brasil é o 7º pior país no número de analfabetos. **Folha de São Paulo**. 8 de setembro de 1995. Cotidiano, 3-4.
- _____ Analfabetismo funcional atinge 1/3 em São Paulo. **Folha de São Paulo**. 12 de fevereiro de 1998. Cotidiano, p. 3-9.
- RUAS, R. Reestruturação sócio-econômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho. **Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina**. GITAHY, L. (org.) Campinas: IG/UNICAMP; Buenos Aires: RED CIID-CENEP, p. 81-94, 1994. (Lecturas de educación y trabajo, n.º 3).
- SAWAIA, B. (org.) **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. (Psicologia social).
- SCHWARTZ, Y. Pensar o trabalho e seu valor. Tradução de Maria Inês Rosa. **Revista Idéias**. São Paulo: 3(2), jul./dez.,1996. p. 109- 121.
- _____ De la qualification a la competence. **Société française**. Aix en Provence: 37, oct/nov/dec. 1997. p. 19-25
- _____ La connaissance de l’individualité humaine. Quelle approche epistemologique? **Société Française**. Aix-en-Provence, 1997. p.23-29.
- _____ Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. In: **Education permente**, 133, 1997. Tradução de Alain P.

- François, revisão técnica de Maria Inês Rosa. Campinas,: Faculdade de Educação - UNICAMP, 2000. Mimeografado.
- _____. **Une science du sujet singulier est-elle possible?**. Aix-en-Provence. Université de Provence: s/d, mimeografado.
- _____. Trabalho e uso de si. In: **Travail et philosophie: convocations mutuelles**. Paris: Octares. 1992; texte 1, 2: Travail e usage de soi, p. 43-66. Tradução autorizada de Maria Lúcia R. Leão. Revisão técnica da tradução de Maria Inês Rosa. Campinas: Faculdade de Educação – Universidade de Campinas, 2000.
- SHAFF, A. **A sociedade Informática; as conseqüências da 2ª revolução industrial**. São Paulo: EDUNESP/Brasiliense, 1990.
- SILVA, T. T. Cap. I: A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. e SILVA, T. T. (Orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOIBELMAN, L. **Enciclopédia jurídica** 5.ed. (rev. e At.) Rio de Janeiro: Biblioteca Universidade Estácio de Sá – THEX, 1995.
- SOUTO MAIOR, J. L. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social**. São Paulo: LTR, 2000
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STIGLITZ, J. O pós-Consenso de Washington. **Folha de São Paulo**, 12 de julho de 1998. Mais!, 5-4./5-5.
- TEIXEIRA, M. C. S. Escola: exclusão e representação (notas para uma reflexão). **Revista da Faculdade de Educação de São Paulo**, v. 18(1), , jan/jun de 1992. p. 20-32.
- TELLES, V. S. **A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado – Departamento de sociologia) Universidade de São Paulo.
- _____. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

- TENCA, S. Cursos noturnos: a pobre escolarização dos que trabalham. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: (43): nov/1982. p. 37-41.
- THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.
- TOLEDO, J. R. Excluídos são 50% da população do país. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 13 de julho de 1997. Brasil, I-12/I-14.
- _____. Brasil terá analfabetos até o ano 2000. **Folha de São Paulo**. **Folha de São Paulo**. São Paulo: 13 de julho de 1997. Brasil, I-12/I-14. p I-12.
- TRAGTENBERG, M. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária. In: PRADO Jr., et al. **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo: Brasiliense, p. 77-87, 1980.
- TRIGO, M. H.; BRIOCHI, L. R. Interação e comunicação no processo de pesquisa. In: **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. LANG, A. B. S. G. (Org.). São Paulo: CERU, 1992. p. 30-41.
- VALARELLI, M. M. (Coord.) **Informalidade e cidadania**. Rio de Janeiro: BASE/SEBRAE, 1997.
- WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (Orgs.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, p. 49-160, 1997.
- WHITAKER, D. C. A. Escola, trabalho e violência no Brasil. **Perspectivas**. Revista de Ciências Sociais, São Paulo, UNESP, v. 12/13, 1989/90. Também publicado em GROSBAUN, E.; ALVES, M. L.; MARTINS, A. M. (Coords.) **Violência, um retrato em preto e branco**. São Paulo: FDE Diretoria Técnica, 1994. (Série Idéias, 21). p. 55-66.

